

FACULDADE(S) DE LETRAS DO PORTO (1919-1974): DA (RE)CRIAÇÃO À REVOLUÇÃO

FRANCISCO MIGUEL ARAÚJO

FACULDADE(S) DE LETRAS DO PORTO (1919-1974): DA (RE)CRIAÇÃO À REVOLUÇÃO

FRANCISCO MIGUEL ARAÚJO

Título: ***Faculdade(s) de Letras do Porto (1919-1974): da (re)criação à revolução***

Autoria: Francisco Miguel Araújo

Design gráfico: Helena Lobo Design | www.hldesign.pt

Imagem da capa: Edifícios escolares da 1.ª FLUP (Reitoria, «Quinta Amarela» e Breiner – 1919-1931) e da 2.ª FLUP (ICBAS, Casa Burmester e Taipas – 1962-1974). Fotografia de autor

Edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória

Via Panorâmica, s/n | 4150-564 Porto | www.citcem.org | citcem@letras.up.pt

Depósito legal: 465342/19

ISBN: 978-989-8970-20-6

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-8970-20-6/fac>

Porto, dezembro de 2019

Paginação, impressão e acabamento: Sersilito-Empresa Gráfica, Lda. | www.sersilito.pt

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto UID/HIS/04059/2019.

*Aos meus pais Francisco e Fátima Araújo,
pela partilha desta e outras tantas odisséias...*

SUMÁRIO

SIGLAS E ABREVIATURAS	9
NOTA DE ABERTURA	11
INTRODUÇÃO	15
I. A PRIMEIRA FACULDADE DE LETRAS DO PORTO: UMA HISTÓRIA POSSÍVEL (1919-1931)	21
1. Do Ensino Superior à Universidade na cidade do Porto (1836-1911)	23
2. A Primeira Faculdade de Letras do Porto (1919-1931)	29
2.1. Uma instituição condenada à partida (1919)	29
2.2. «Entrar pela janela em vez da porta!» (1919-1922)	34
2.3. A «campanha Homem Cristo» e as ameaças de encerramento (1923-1926)	40
2.4. A Ditadura Militar e a extinção da primeira Faculdade de Letras (1926-1931)	47
3. Excepcionalidades da primeira Faculdade de Letras do Porto	57
II. O CENTRO DE ESTUDOS HUMANÍSTICOS, ANEXO À UNIVERSIDADE DO PORTO: PRECURSOR DA SEGUNDA FACULDADE DE LETRAS (1947-1974)	69
4. A universidade e a cidade em ação conjunta pelas Letras	71
5. O Centro de Estudos Humanísticos (1947-1974)	75
5.1. As convergências político-acadêmicas na sua fundação	75
5.2. Especificidades do Centro de Estudos Humanísticos	77
III. A SEGUNDA FACULDADE DE LETRAS DO PORTO: DA (RE)CRIAÇÃO À REVOLUÇÃO (1961-1974)	85
6. A segunda Faculdade de Letras do Porto: marcos da sua história (1961-1974)	87
6.1. A campanha pela restituição da Faculdade de Letras (década de 1950)	87
6.2. Do anúncio à institucionalização da Faculdade de Letras (1960-1962)	91
6.3. A criação da Licenciatura em Filologia Românica (1968)	95
6.4. A inclusão dos cursos de Filologia Germânica e Geografia (1972)	98
7. Estrutura e dinâmica funcional	103
7.1. Estrutura orgânico-administrativa	103
7.2. Estrutura pedagógica e científica	107
7.3. Enquadramento profissional da carreira académica docente	114
7.4. Gestão Financeira	120
8. Edifícios escolares e instalações físicas	125
8.1. As instalações de compromisso: Carmo, Campo Alegre e Taipas	125
8.2. Os projetos nunca concretizados: Asprela e São Bento da Vitória	130

9. Os docentes universitários	133
9.1. Uma caracterização socioprofissional	133
9.2. Doutoramentos	147
10. A comunidade estudantil	153
10.1. Uma caracterização socioacadémica	153
10.2. Frequência e mobilidade estudantil	177
10.3. Proficiência na formação educativa	191
IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS	201
V. FONTES E BIBLIOGRAFIA	209

SIGLAS E ABREVIATURAS

AM	Academia Militar
AUP	Arquivo da Reitoria da U.Porto
AFLUP	Arquivo da Faculdade de Letras da U.Porto
AR	Assembleia da República
CSL	Curso Superior de Letras de Lisboa
EBAP/ESBAP	Escola (Superior) de Belas Artes do Porto
EMCP	Escola Médico-Cirúrgica do Porto
ENPC	Escola Normal Primária de Coimbra
EPL	Escola Politécnica de Lisboa
EPSL	Escola Primária Superior de Lisboa
EPSM	Escola Primária Superior de Matosinhos
FCUP	Faculdade de Ciências da U.Porto
FCUL	Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
FDUC	Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
FDUL	Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
FEP	Faculdade de Economia da U.Porto
FLUC	Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
FLUL	Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
FLUP	Faculdade de Letras da U.Porto
FMUP	Faculdade de Medicina da U.Porto
FPFB	Faculdade Pontifícia de Filosofia de Braga
FTUC	Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra
FTUP/FEUP	Faculdade (Técnica) de Engenharia da U.Porto
IAC	Instituto para a Alta Cultura/Instituto de Alta Cultura
INE	Instituto Nacional de Estatística
LGV	Liceu Gil Vicente
LFRL	Liceu Francisco Rodrigues Lobo
LRF	Liceu Rodrigues de Freitas
LSB	Liceu Sampaio Bruno
UC	Universidade de Coimbra
UL	Universidade de Lisboa
U.Porto	Universidade do Porto

NOTA DE ABERTURA

Em 2008, no âmbito do mestrado em História da Educação da Faculdade de Letras do Porto, ainda sob a vigência do regime jurídico pré-Bolonha, foi defendida a tese *Faculdade(s) de Letras do Porto: da (re)criação à revolução*. Longe então de se suspeitar ao fechar um ciclo (preliminar) de investigação académica, o mesmo estava somente a despontar perante o interesse suscitado por esta temática, ditando um constante regresso à sua revisitação ao longo da última década. Novas fontes documentais e referências entretanto surgidas, indagação de questões sugeridas em conversas com outros investigadores e o amadurecimento crítico na reflexão historiográfica determinaram a revisão da tese inaugural para a edição desta monografia, a propósito da comemoração do centenário da primeira das Faculdades de Letras do Porto.

Imperioso se torna agradecer reconhecidamente, antes como agora, a todos aqueles que prestaram o seu contributo e palavras de ânimo no decurso deste empreendimento. Em primeiro lugar ao Prof. Dr. Luís Alberto Alves, principal dinamizador desta investigação desde o primeiro momento, quer pela sua orientação científica primordial e subsequente, quer pelo estímulo e confiança na abordagem a um tema historiográfico nunca explorado na sua abrangência.

O seu saber, profissionalismo e rigor das suas sugestões e críticas permanecem como uma garantia da pertinência da investigação, sem com tal deixar de incentivar a inclusão de novas adendas, que conscientemente sabemos ainda subsistirem. Uma palavra final de amizade pela grande compreensão humana e de sempiterno encorajamento que assistem a um verdadeiro mentor.

Ao Prof. Dr. Armando Luís de Carvalho Homem, sem o qual esta temática nunca poderia ser tão rica não fossem os seus valiosíssimos esclarecimentos, as estimulantes conversas sobre os rumos da investigação, a convergência de opiniões no que à história da nossa instituição universitária diz respeito. Uma palavra de agradecimento estende-se ao Prof. Dr. João Paulo Avelãs Nunes, com ambos arguente nas provas de defesa da tese, pela assertividade dos seus comentários que se imiscuíram na posterior escrita deste e de outros estudos sobre a história da Universidade em Portugal.

A todas as instituições que se prestaram a coadjuvar no moroso levantamento e consulta dos seus acervos documentais, com penhor particular à reitoria da U.Porto e à sua unidade de gestão de documentação e informação, na pessoa da Dr.^a Eugénia Matos Fernandes e demais elementos da equipa; assim como ao acolhimento sempre estendido pelas direções, técnicos do arquivo escolar e o Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras do Porto.

Uma palavra de enorme apreço para a Cidália Dinis, pelo seu alento e penosa revisão do texto; ao Nuno Bessa Moreira, Mónica Rodrigues, Pedro Teixeira, Ângela Campos, e outros tantos investigadores e companheiros de estudos pela partilha do conhecimento e auxílio nas dúvidas surgidas. Um obrigado muito especial pelas provas de amizade e palavras de ânimo, que não pode deixar de ser omitido, aos

amigos Sandra Alves, Vítor Araújo, Carla Marques, Cristina Ferreira, Cláudia Pereira, António Mira e Joana Amaral. E aos muitos familiares pela dedicação constante, dos quais devo frisar os tios, padrinhos e primos que tão bem me recebem nas muitas passagens por Lisboa.

Por último, o reconhecimento devido ao CITCEM — Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória que chamou a si o patrocínio desta edição.

INTRODUÇÃO

Ao se privilegiar a Faculdade de Letras da Universidade do Porto como estudo de caso há toda uma série de particularidades que o título desta monografia deixa antever, não imediatamente perceptíveis a quem inicia aqui a sua leitura. Singularmente, numa instituição educativa que comemorou o seu primeiro centenário em 2011, a presença de duas Faculdades de Letras no seu seio constitui um dos casos mais peculiares na história da Universidade em Portugal.

A história e evolução institucional da(s) Faculdade(s) de Letras do Porto remete-nos para os conturbados processos históricos de transição política da 1.^a República rumo à institucionalização do Estado Novo, na sequência da transfiguração de uma política educativa demoliberal para uma política autoritária, na qual a relevância da Educação será alvo de constantes remodelações conforme os interesses nacionais em causa.

Uma primeira Faculdade de Letras do Porto fundada na 1.^a República, em 1919, e extinta à mão dos militares, em 1931; uma segunda Faculdade de Letras criada pelo Estado Novo, em 1961, e que subsiste ainda hoje na sua missão de ensino superior, investigação e promoção das Ciências Sociais e Humanas.

Se numa primeira delimitação para este estudo julgou-se conveniente analisar a fundação e constituição da atual Faculdade de Letras do Porto, porém, rapidamente se tornou claro que a sua história institucional não poderia ser dissociada da herança académica da sua antecessora, bem como dos movimentos públicos que desde a sua supressão vinham clamando pelo seu restabelecimento.

Contudo, a segunda Faculdade de Letras não foi conjeturada pelo regime salazarista como tal e a sua promulgação legal foi revestida em termos de uma nova criação, impondo uma forçosa distinção entre as duas instituições escolares, que tornam delicado procurar associar numa eventual sucessão magistral dentro do cenário da U.Porto.

Estas matrizes justificam, pois, o título *Faculdade(s) de Letras do Porto (1919-1974): da (re)criação à revolução*. Num plano geral procurando acompanhar as principais linhas da evolução histórica das duas Faculdades de Letras do Porto, influenciando no delicado processo do ensino universitário das Ciências Sociais e Humanas em Portugal, sob essa designação académica só inaugurado em 1911. Num sentido mais restrito a organização e afirmação da segunda das escolas, enquadrado nos condicionalismos da política do ensino superior instituída pelo Estado Novo até à sua desagregação em 1974.

O âmbito cronológico corresponde, genericamente, ao período de funcionamento da(s) Faculdade(s) de Letras na U.Porto, entre a fundação primordial de 1919 e a instalação e afirmação da posterior até à revolução democrática. Limite cronológico determinado pelo conjunto de alterações nas orgânicas e políticas educativas promovidas que, não só extravasam os eixos de investigação proposta originalmente,

como poderiam despertar naturais suscetibilidades pela sua proximidade temporal e a vivência dos acontecimentos por parte desta comunidade académica que ainda subsiste em funções profissionais, incluindo os sublevados movimentos estudantis de inícios da década de 1970.

Atendendo à amplitude do conhecimento gerado para um período temporal de cinquenta e cinco anos, as problemáticas distintas nos principais rumos de investigação sobre a história institucional da(s) Faculdade(s) de Letras do Porto ditaram a divisão da monografia em três partes principais, cada uma delas subdividida nos pontos de análise que se julgou conveniente desenvolver: a primeira Faculdade de Letras (1919-1931), o Centro de Estudos Humanísticos (1947-1974) e a segunda Faculdade de Letras (1961-1974).

Neste sentido, a estrutura de cada capítulo procurou obedecer a um mesmo modelo: uma primeira parte enquadrando as escolas nos contextos político-educativos em que se inscreveram; seguido da caracterização das principais diretrizes e especificidades nas suas orgânicas e funcionamento, à luz dos cânones do ensino universitário português do século XX, com a inclusão de documentação ilustrativa e sintetizadora para a sua leitura e interpretação das diferentes perspetivas em confronto.

Ao nível das fontes documentais utilizadas nesta investigação será importante salientar algumas das opções metodológicas tomadas que justificaram este esquema conceptual. No tocante à historiografia contemporânea sobre as Universidades portuguesas, a bibliografia disponível não é particularmente abundante, congregando na maioria dos casos pequenos estudos parcelares sobre o seu subsistema educativo, maioritariamente compilados em publicações comemorativas e de encontros científicos promovidos em diversos âmbitos. Mas com referências obrigatórias aos trabalhos de Joaquim Ferreira Gomes, Luís Reis Torgal, Sérgio Campos Matos, Jorge Ramos do Ó, Fernando Rosas, Armando Luís de Carvalho Homem, Cândido dos Santos, Luís Alberto Alves, entre outros, que devem ser rememorados para os estudiosos ou curiosos deste capítulo da História da Educação.

O caso particular da historiografia sobre as duas Faculdades de Letras do Porto é reflexo de uma certa cristalização no seu estudo, mau grado os pequenos contributos pontuais dos seus professores e alunos, atualmente com um novo fulgor neste plano das comemorações do seu centenário de 1919. Inclusive, entre o imprescindível acervo documental são várias as limitações ao acesso e consulta das fontes conservadas nos arquivos escolares da instituição e da reitoria. O extravio quase integral da maioria da documentação académica da primeira escola compromete a abrangência para o seu desejado estudo integral, a dispersão física da segunda até à concentração no Campo Alegre implica um investimento no seu tratamento e arquivo que ainda não se encontra de todo encerrado.

Acrescente-se a este panorama a observância aos princípios da confidencialidade de dados pessoais, motivo pelo qual parte da documentação e certos episódios estão constringidos a expurgo legal, e as divergências na produção da documentação académica entre serviços centrais e secretarias privadas, só passíveis de serem contornados com o entrosamento destas com outras fontes como periódicos, relatórios estatísticos, legislação, debates parlamentares e testemunhos memorialísticos, etc. Nas transcrições destas referências documentais foi respeitada a reprodução original sem a atualização linguística, procurando conservar a sua historicidade pela completa inteligibilidade da sua leitura.

Um mesmo sentimento permanece no regresso a estas páginas agora revistas e fundamentadas criteriosamente, pelo menos assim se espera fruto das investigações nos últimos anos deste tema tão aliciante, onde muito continua por explorar sobre a história destas instituições escolares. Este estudo não tem, por isso, a pretensão de ser algo mais do que outro contributo para a história da(s) Faculdade(s) de Letras do Porto...

I

A PRIMEIRA FACULDADE
DE LETRAS DO PORTO:
UMA HISTÓRIA POSSÍVEL
(1919-1931)

1. DO ENSINO SUPERIOR À UNIVERSIDADE NA CIDADE DO PORTO (1836-1911)

Desde os tempos medievais que o Porto se assumia como um burgo comercial e mercantil, dinamizador de toda a região norte do país da qual se afigurava o principal polo, sujeito à defesa acérrima de diversos interesses por parte dos seus habitantes. Ao longo das centúrias, a progressiva afirmação da importância e prestígio da cidade no quadro nacional, corroborado pelo dinamismo económico do seu comércio internacional e o título de segunda cidade do país, logo a seguir à capital Lisboa, conferiram-lhe uma identidade de «contrapoder à escala nacional»¹ e a liderança de muitos dos principais processos históricos com importantes repercussões na história nacional.

Este retrato da cidade e das suas gentes não deixou de desenhar e influir na evolução do sistema educativo dentro do seu espaço geográfico, caracterizado pela preocupação das suas autoridades municipais na garantia da instrução dos portuenses. Realce-se ainda no período medieval a atribuição de bolsas de estudo por parte da vereação local, que permitiu a um segmento de jovens seguir estudos universitários em Paris, Bolonha e Oxford. Embora, perante o condicionamento a Coimbra do monopólio do ensino universitário até inícios do século XX, esta permanesse como principal destino para a formação em domínios como a Teologia, o Direito, a Filosofia Natural e a Medicina.

Contudo, ao longo da Idade Moderna, a política municipal local no campo da educação parece ter-se pautado por dois princípios basilares: apoiar com moderação o estabelecimento de estudos destinados aos moradores que quisessem obter a instrução condizente com as suas necessidades ou que quisessem progredir estudos na Universidade de Coimbra; e impedir a todo o custo que os estudos organizados viessem a se transformar em estudos superiores². Objetivamente, alimentavam-se as desconfianças na presença de uma comunidade académica numa cidade ciosa dos seus direitos e prerrogativas, quer pela amiúde ausência masculina dos núcleos familiares no decurso das atividades comerciais, quer pelos eventuais conflitos entre as suas posturas e os foros e direitos próprios, como aqueles que assistiam aos universitários conimbricenses.

¹ RAMOS, 2000a: 40.

² O caso mais paradigmático de tal prende-se com a Companhia de Jesus, há mais de um século instalada na cidade, cuja abertura ao público das suas aulas no Colégio de S. Lourenço só foi autorizada em 1671. No seu fundamento encontrava-se a relevância da frequência da cadeira de Filosofia Natural, então compreendendo estruturalmente matérias das ciências exatas e naturais, extremamente proveitosas para os estudantes desobrigados da frequência do reputado Colégio das Artes de Coimbra.

Só em finais de Setecentos pelo reconhecimento da importância da instrução pública para o progresso dos povos, no seguimento da reforma educativa pombalina e do encerramento dos estabelecimentos educativos dominados pelos Jesuítas por todo o reino, esta política de acautelamento será afrouxada, assistindo-se à fundação régia de novas escolas de ler, escrever e contar e de classes de ensino do Grego, do Latim e da Retórica no termo do Porto. Nela radica também a génese do ensino universitário do Porto com a criação da Aula de Náutica, no Colégio dos Órfãos pelo diploma régio de 30 de julho de 1762, adjudicada à administração da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, para a formação de oficiais náuticos a empregar na frota marítima da barra do Douro³. Em complemento, o decreto de 27 de novembro de 1779, instituiu uma Aula de Debuxo e Desenho para formação de pilotos e técnicos para as indústrias emergentes, bem como de interessados na inscrição nestas cadeiras ministradas⁴.

Conquanto se tratasse de um ensino de cariz técnico-profissional, a contínua afluência de estudantes de diversas proveniências e intuitos fomentou o alargamento a novas matérias, como o demonstra a representação da junta administrativa da Companhia do Alto Douro ao príncipe regente D. João, solicitando a inclusão de aulas de Comércio, Matemática, Agricultura, Filosofia Racional e Moral, Francês, Inglês e Primeiras Letras, em benefício da vida náutica e comercial endógena. Por alvará de 9 de fevereiro de 1803, ambas as aulas foram reconvertidas na Academia Real de Marinha e Comércio do Porto, correspondendo a uma reestruturação educativa de acordo com esses parâmetros, no que viria a ser no âmbito nacional: «um dos estabelecimentos mais importantes como fonte de Instrução Pública em uma cidade quase toda comercial»⁵.

Já sob os auspícios do Liberalismo, revolução despoletada no Porto em 1820, depois de fundadas as Régias Escolas de Cirurgia de Lisboa e Porto em 1825, para habilitação de cirurgiões aos serviços de assistência pública, o governo setembrista de Passos Manuel dinamizou profundamente todo este sistema educativo numa lógica de promoção de um ensino de índole superior nestas principais urbes⁶. No que respeitava à do norte, foram criadas, em 1836, a Academia Portuense de Belas Artes e a Escola Médico-Cirúrgica do Porto, cuja missão educativa de habilitação superior e profissional era impreterível para diplomas em Belas Artes, Cirurgia, Medicina e Farmácia. À qual se juntou no ano seguinte a Academia Politécnica do Porto, que conciliava a alta formação de engenheiros civis de todas as classes com planos de

³ No ano precedente um grupo de 35 negociantes do Porto requerera a D. José I a construção de duas fragatas armadas, disponibilizando um donativo de 2% sobre os lucros comerciais, tornando imperativo o reforço desse quadro de tenentes do mar e guardas marinhos.

⁴ ALVES & ARAÚJO, 2014a: 86-95.

⁵ AZEVEDO, 1981: 146.

⁶ ALVES & ARAÚJO, 2014a: 95-120.

estudos especializados para pilotos, agricultores, comerciantes e diretores de fábricas, pontualmente revistos e extintos conforme os ditames da sua frequência escolar e relevância socioeducativa.

«Infelizmente a esta cidade, que tivera tantas e várias iniciativas universitárias, nunca foi dada a possibilidade de possuir uma orgânica do tipo universitário então consagrado»⁷, protelada, de resto tal como para Lisboa, até ao triunfo do regime republicano em 1910, matizando um intrínseco panorama educativo científico-técnico duradouro, isto após a rejeição da extensão do Curso Superior de Letras⁸ ao Porto, num já longínquo ano de 1874⁹. Aquando da criação das novas Universidades de Lisboa e do Porto pelo Governo Provisório da República¹⁰, igualmente uma clara afronta à hegemonia de Coimbra e aos resquícios e suspeitas do seu ensino ortodoxo e conservador, não deixava de se respeitar a valência global atribuída pelos novos governantes ao papel do Estado no campo da Instrução Pública:

*O homem vale, sobretudo, pela educação que possui, porque só ella é capaz de desenvolver harmonicamente as suas faculdades, de maneira a elevarem-se-lhe ao maximo em proveito d'elle e dos outros. [...] Educar uma sociedade é fazê-la progredir, torna-la um conjunto harmonico e conjugado das forças individuaes, por seu turno desenvolvidas em toda a plenitude. E só se pode fazer progredir e desenvolver uma sociedade, fazendo que a acção continua, incessante e persistente da educação, atinja o ser humano, sob o tríptico aspecto: physico, intellectual e moral*¹¹.

No entanto, o desenho orgânico dos novos estabelecimentos universitários mais não foi, na sua essência, do que uma remodelação das antigas escolas superiores pré-existentes e do aproveitamento dos seus recursos humanos e físicos. Assim, determinou-se como constituição orgânica da U.Porto a seguinte estrutura funcional e pedagógica:

⁷ COUTINHO, 1981: 181.

⁸ Formalmente instituído por D. Pedro V, por carta de lei de 8 de junho de 1859, o Curso Superior de Letras de Lisboa teve como missão primordial a instrução superior e divulgação cultural nas áreas científicas da Literatura, História e Filosofia, onde exerceram o magistério figuras categorizadas como António Feliciano de Castilho, Luiz Augusto Rebello da Silva, Teófilo Braga e outros. COUVANEIRO, 2012.

⁹ Na Câmara dos Deputados fora apresentado por António José Teixeira, lente da Faculdade de Matemática de Coimbra, uma proposta de remodelação do ensino universitário com a união das Faculdades de Matemática e de Filosofia numa de Ciências e a abertura de uma nova de Filosofia e Letras; aquiescendo que o leque educativo do Curso Superior de Letras deveria ser ampliado e criado o seu homólogo na Invicta. AR — *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa: sessão de 03-03-1874*, n.º 40, p. 577-623.

¹⁰ Decreto com força de lei de 22 de Março de 1911. «Diário do Governo I Série», 68 (1911).

¹¹ Decreto com força de lei de 29 de Março de 1911. «Diário do Governo I Série», 73 (1911).

- a) *Uma Faculdade de Ciências mathematicas, physico-chimicas e histórico-naturaes — Faculdade de Ciências;*
- b) *Uma Faculdade de Medicina e uma Escola annexa de Pharmacia;*
- c) *Uma Faculdade de Commercio, que fornecerá habilitações para a direcção superior dos estabelecimentos de crédito, bancos, seguros, empresas industriaes e financeiras, etc.*¹².

A primeira sucedendo à Academia Politécnica nos cursos prescritos por lei para as três Faculdades de Ciências portuguesas, salvo a exceção da especialização nas engenharias, reunidas em escola anexa¹³ até à sua conversão em Faculdade Técnica, em 1915¹⁴. A Escola Médico-Cirúrgica transformada em Faculdade de Medicina, à qual se agregava a Escola de Farmácia, posteriormente equiparada a ensino superior e instituição universitária, em 1919 e 1921, respetivamente¹⁵; e a terceira nunca institucionalizada, mau grado as palavras do ministro António José de Almeida: «além de uma necessidade inadiável, uma homenagem do governo provisório a esta cidade, commercial por excellencia»¹⁶.

Em comparação com Coimbra e Lisboa, o Porto surgia numa situação pouco abonatória para a afirmação da sua identidade universitária, não só possuía um menor número de escolas, como a sua oferta educativa permanecia restringida no âmbito da formação científica e técnica. O sentimento de uma «universidade incompleta» cedo começou a se manifestar pelos círculos sociais portuenses, reconhecendo a ausência de estabelecimentos fundamentais como as Faculdades de Letras e Direito e a Escola Normal Superior, esta para a habilitação pedagógica de futuros professores, como garantia de um ensino multifacetado aos estudantes provindos da região norte¹⁷. Um antigo professor da Academia Politécnica não deixou de classificar a posição do Governo Provisório como uma clara desconsideração pela cidade, aliás palco da primeira tentativa de implementação da República na gorada Revolta de 1891:

Como é que se pode compreender um ensino superior e uma universidade onde não há os estudos de letras? As Universidades modernas são essencialmente constituídas por um núcleo fundamental — faculdade de letras e faculdade de

¹² Decreto com força de lei de 19 de Abril de 1911. «Diário do Governo I Série», 93 (1911).

¹³ Decreto com força de lei de 15 de Maio de 1911. «Diário do Governo I Série», 112 (1911).

¹⁴ Lei n.º 410, de 31 de Agosto de 1915. «Diário do Governo I Série», 181 (1915).

¹⁵ Decreto n.º 5 463, de 29 de Abril de 1919. «Diário do Governo I Série», 89 (1919); Decreto n.º 7 238, de 18 de Janeiro de 1921. «Diário do Governo I Série», 12 (1921).

¹⁶ *Universidade do Porto: a sua inauguração antehontem*, «Jornal de Notícias» (18 jul. 1911), p. 1-2. Em seu lugar seria criado o Instituto Superior do Comércio do Porto, em 1919, que perdeu esse estatuto retornando a ensino técnico em meados de 1933. ALVES *et al.*, 2013. Percurso contrário ao da sua congénere lisboeta, três anos antes, que passara a integrar como Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras a recém-fundada Universidade Técnica de Lisboa.

¹⁷ ALVES & ARAÚJO, 2014b.

*sciencias, que representa toda a cultura liberal do espírito, e corresponde aos dois ramos do ensino secundário — de letras e de sciencias...*¹⁸

Neste ponto a democratização do ensino preconizada pelos republicanos ficava ainda seriamente comprometida pelo constrangimento causado aos estudantes nortenhos, obrigados a optar preferencialmente pelos cursos liceais de Ciências ou pela deslocação para as outras Universidades em outros cursos, nem sempre viável face aos avultados encargos económicos representados para as suas famílias. Isto sem descurar o ambiente cultural da cidade, berço de figuras ilustres da cultura nacional, que legitimava a conquista de uma unidade universitária entre os estudos científicos e humanísticos na senda do progresso.

Tão mais paradoxal perante todo um dinamismo cultural que aqui se vivia — «durante uma década o principal foco da vida intelectual portuguesa, e ainda na seguinte um dos seus suportes mais importantes»¹⁹ — em especial, por intermédio do movimento cultural da *Renascença Portuguesa*²⁰. Esta com os seus veículos de divulgação e investigação, como a revista «A Águia» e a «Universidade Popular», fundada em 1913, assegurava a realização de conferências e cursos livres de História, Ciências Naturais e Filosofia, em parte, suprimindo a lacuna de uma Faculdade de Letras.

A criação das Faculdades de Letras e de Direito²¹ tornar-se-ia tópico recorrente nos requerimentos do senado universitário do Porto aos diversos ministros da Instrução Pública, a propósito dos pareceres confiados sobre as reformas orgânicas e curriculares no sistema universitário português da 1.^a República²². Em 1914, a moção de Alexandre de Sousa Pinto de Ciências da supressão da Faculdade de Comércio em favor da Faculdade de Letras, da Escola Normal Superior e da Escola Agrária reuniu o consentimento da maioria dos seus pares²³. Passado um ano, José Lopes Martins, professor de Medicina e então ministro da Instrução Pública, submetia à discussão na Câmara dos Deputados um projeto de lei em favor da abertura de Direito, de Letras

¹⁸ *Reforma do Ensino Superior — Constituição Universitária*. «O Primeiro de Janeiro» (17 mai. 1911), p. 1.

¹⁹ GUICHARD, 2000: 577.

²⁰ Origens que remontam ainda ao final dos tempos monárquicos, com o núcleo central Jaime Cortesão, Álvaro Pinto, Leonardo Coimbra e Cláudio Basto, no lançamento da revista «Nova Silva» e a «Sociedade dos Amigos do A.B.C.». Fundada em 1912, com a missão de promover o acesso da cultura ao povo português através dos mais variados meios, nela participaram nomes como Teixeira de Pascoaes, Raul Brandão, Carolina Michaëlis de Vasconcelos, António Sérgio, Fernando Pessoa, entre outros. Não obstante, apesar de algumas divergências intelectuais e subseqüentes afastamentos, revelou-se um foco para a introdução das novas tendências culturais modernistas em Portugal. SANTOS, 1990; ARAÚJO, 2014a.

²¹ Em especial, após a oficialização da Faculdade de Estudos Sociais e de Direito na Universidade de Lisboa. Lei orçamental do Ministério do Interior, de 30 de Junho de 1913. «Diário do Governo I Série», 151 (1913).

²² ALVES, 2012.

²³ AUP — *Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. I, sessão de 27-03-1914, fl. 24.

e da Escola Normal Superior na Universidade do Porto²⁴, indeferido em detrimento da criação da Faculdade Técnica.

A própria comunidade estudantil da Faculdade de Ciências tomou a iniciativa de constituir uma representação perante o governo de Sidónio Pais, em 1918, defendendo a criação da Faculdade de Letras e da Escola Normal Superior, particularmente esta última sem a qual não poderiam concluir na cidade a sua formação profissional para o exercício do magistério liceal²⁵. Porém, a participação nacional na Grande Guerra (1916-1918) e a instabilidade económica dela decorrente inviabilizaram todos estes esforços²⁶, quer por parte da academia portuense, quer das próprias autoridades municipais de diferentes regiões nortenhas que a secundavam junto do poder central...

²⁴ AR — *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 02-08-1915, n.º 31, p. 10-11.

²⁵ AUP — *Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. I, sessão de 06-07-1918, fl. 52v-53.

²⁶ ARAÚJO, 2014b.

2. A PRIMEIRA FACULDADE DE LETRAS DO PORTO (1919-1931)

2.1. UMA INSTITUIÇÃO CONDENADA À PARTIDA (1919)

O início do ano de 1919 revelou-se extremamente problemático para a jovem República portuguesa, ainda debilitada pelas repercussões da participação na conflagração mundial e a experiência ditatorial da *República Nova* de Sidónio Pais, ilustrada pelo aumento crescente da contestação entre as vozes de oposição. O episódio fracassado da *Monarquia do Norte*, proclamada por Paiva Couceiro em janeiro do mesmo, não só agudizou a queda do governo liderado por Tamagnini Barbosa, como manteve a atualidade política no sucessor do democrático de José Relvas. Em nome da defesa das instituições republicanas foram abertos inquéritos e processos disciplinares a todos os eventuais apoiantes da insurreição monárquica, os quais não deixaram de abranger a análise da conduta de vários magistrados e outros funcionários públicos²⁷.

O desenvolvimento de movimentos ideológicos opositores ao regime no meio académico de Coimbra, como o conservador e monárquico *Integralismo Lusitano* ou o católico social do *Centro Académico de Democracia Cristã*, fez recair parte das suspeições sobre a própria instituição universitária, conhecido que era o envolvimento de alguns dos seus docentes em tais organizações²⁸. A imprensa democrática não tardou em denunciar estas condutas subversivas, especialmente dos elementos da Faculdade de Direito, suscitando a instauração de sindicâncias pelo ministro da Instrução Pública, Domingos Leite Pereira. Por ofício do governador civil de Coimbra, datado de 14 de março de 1919, o ministro comunicou a suspensão dos professores de Direito: Carneiro Pacheco, Fezas Vital, Magalhães Colaço e António de Oliveira Salazar para avaliação das suas atividades políticas; deflagrando a célebre «Questão Académica», conflito simultaneamente académico e político entre esta Universidade e a 1.ª República.

Considerando a atitude afrontosa do Governo pela instituição universitária, a Faculdade de Direito decretou o encerramento das atividades letivas como forma de protesto e solidariedade com os arguidos, solicitando Joaquim Mendes dos Remédios, professor da Faculdade de Letras, a exoneração do cargo de reitor da Universidade prontamente aceite pelo ministro. Por nomeação oficial de conveniência urgente do serviço, de 18 de março, Joaquim Coelho de Carvalho, homem de confiança do governo, assumia o lugar de reitor interino. Já o juiz do Supremo Tribunal da Justiça, António Maria Vieira Lisboa, foi encarregado de conduzir os processos de

²⁷ SANTOS, 2010.

²⁸ Entre eles, António de Oliveira Salazar e Manuel Gonçalves Cerejeira, e não será demais recordar a importância destes movimentos na própria formação do Salazarismo. TORGAL, 1999.

sindicância aos quatro professores, ao reitor demissionário e ainda ao Dr. Pacheco de Amorim de Ciências²⁹.

Os efeitos desta ofensiva geraram uma série de protestos a nível nacional e uma crise ministerial fatal, sendo nomeado, a 30 de março, um novo governo chefiado por Domingos Pereira, ministro da Instrução cessante. Neste cenário surge o convite ao professor liceal Leonardo Coimbra para a pasta da Instrução Pública, figura ilustre do movimento da *Renascença Portuguesa* e há muito fixado na cidade do Porto, que herdava a resolução do antagonismo político-académico. Conhecidos os resultados das sindicâncias com absolvição dos visados por falta de indícios de hostilidade ao regime, publicamente anunciados a 26 de abril, a sua recondução nos cargos só não foi promulgada para a reitoria, permanecendo em funções Coelho de Carvalho para claro desagrado da academia conimbricense³⁰.

Em poucos dias a polémica reacendeu-se com uma nova matriz, a reorganização curricular do 6.º grupo das Faculdades de Letras — as Ciências Filosóficas —, área de excelência do ministro que pretendia modernizar o seu ensino universitário com «matérias indispensáveis ao aperfeiçoamento e expansão da alta cultura intelectual»³¹. Ao mesmo tempo que se ampliava o quadro das disciplinas professadas, eram dotadas as duas Faculdades de Letras com mais dois lugares de professor ordinário³² e um de assistente, arbitrariamente escudada na possibilidade legal de mera nomeação governamental, uma novidade face ao prévio parecer vinculativo das referidas escolas³³. Decorridos três dias, era publicado o respetivo despacho indicando para os lugares Francisco Newton de Macedo e Lúcio Pinheiro Santos na de Coimbra, e Amadeu de Almeida Rocha e Manuel de Sousa Coutinho Júnior para Lisboa³⁴.

Ao espanto de ambas as instituições não terem sido convocadas a dar o seu parecer a tal proposta, quando nos seus quadros docentes possuíam já candidatos habilitados para a promoção na carreira académica, acresceu-se um protesto generalizado contra uma imposição exclusivamente de carácter político, razão suficiente para a sua imediata revogação. Em causa muitos questionavam até a escolha desse

²⁹ Cada um dos quatro professores suspensos da Faculdade de Direito deu à estampa um prospeto, denominado *A minha resposta — no processo de sindicância à Universidade de Coimbra*, onde apresentavam a sua defesa às acusações sugeridas nos respetivos processos disciplinares.

³⁰ CARVALHO, 2015.

³¹ Decreto n.º 5 491, de 02 de Maio de 1919. «Diário do Governo I Série», 91 (1919). Uma reforma que promoveria uma notável modernização desse ramo do ensino, embora nunca se tenha vindo efetivamente a materializar devido à instabilidade política na sucessão de vários governos nos derradeiros tempos da 1.ª República. BAPTISTA, 2010.

³² Nomenclatura profissional adotada desde a *Constituição Universitária de 1911* para o topo da carreira docente nas três Universidades portuguesas, depois reformulada para a de professor catedrático pelo *Estatuto da Instrução Universitária de 1926*.

³³ O parágrafo único do artigo 2.º do mencionado Decreto n.º 5 491, de 02 de Maio de 1919 foi regido nos seguintes termos: «O primeiro provimento definitivo das vagas que fiquem existindo no quadro dos professores deste grupo poderá ser feito nos termos do artigo 55.º do decreto com força de lei n.º 4 554, de 6 de Julho de 1918, ou livremente pelo Governo, devendo neste caso as nomeações recair em pessoas de reconhecida competência científica».

³⁴ Despacho de 05 de Maio de 1919. «Diário do Governo II Série», 102 (1919).

conjunto de professores do Liceu Gil Vicente em Lisboa, onde Leonardo Coimbra se encontrava de momento colocado, aquando da sua chamada à esfera governativa, contornando deliberadamente os preceitos jurídicos invocados pelo próprio *Estatuto da Instrução Universitária de 1918*:

Art. 54.º Os professores e assistentes são nomeados pelo Governo, sob proposta das Faculdades e Escolas. A forma de recrutamento dos assistentes, assim como as condições da sua promoção a professores ordinários, serão preceituadas nas leis orgânicas dos diferentes ramos de ensino; mas a promoção de assistente a professor ordinário não poderá efectuar-se senão por concurso de provas públicas.

Art. 55.º As Faculdades e Escolas poderão, extraordinariamente, propor ao Governo a nomeação para professores ordinários, de individualidades eminentes nas Letras ou nas Ciências, com dispensa das provas públicas, fixadas nas leis orgânicas respectivas. A proposta inicial será escrita, justificada e assinada pelos professores do grupo (ou das cadeiras afins, se não houver grupo) e fundamentada em trabalhos de investigação original, devendo essa proposta ser aprovada, pelo menos, por quatro quintos dos membros do Conselho, especialmente convocado para esse fim³⁵.

Quiçá, antevendo nova agitação entre o meio académico de Coimbra ressentido ainda com a «Questão Académica», o governo de Domingos Pereira promulgou fortuitamente uma nova investida contra a sua Universidade, o famigerado *Decreto n.º 5 770, de 10 de Maio de 1919*³⁶. Insolitamente, a Faculdade de Letras era desanexada da Universidade de Coimbra para a do Porto, colocando na disponibilidade os docentes que declinassem a sua transferência, criando em contrapartida uma Faculdade Técnica com uma Escola de Belas Artes anexa e sem menção ao destino da Escola Normal Superior.

O principal argumento evidenciava a incompatibilidade da política de democratização e modernização republicana com o hermetismo e ostracismo cultural que existiria em Coimbra, vinculando a sua Faculdade de Letras à predecessora Faculdade de Teologia, num ensino classificado «de preferência à erudição livresca sôbre a de especulações originais do espírito moderno» com os seus professores e alunos espelhando «uma quási completa orientação tomista de forma escolástica». Considerando como uma das suas primordiais finalidades educativas a formação de professores liceais, já então a principal saída profissional dos seus licenciados, «e porque não pode ser bom educador quem não tenha conhecimento prático da vida»,

³⁵ Decreto n.º 4 554, de 06 de Julho de 1918. «Diário do Governo I Série», 102 (1918).

³⁶ Decreto n.º 5 770, de 10 de Maio de 1919. «Diário do Governo I Série», 98 (1919).

as condições socioculturais da cidade do Porto sobrepunham-se como um ambiente mais fecundo para uma escola universitária dessa índole.

Sem conhecimento desta disposição legal, os conselhos escolares de Coimbra e de Lisboa preparavam ainda as suas moções contra a revogação integral dos decretos precedentes que as atingiam, questionando os pressupostos oficiais e pedagógicos na seleção dos professores impostos sem a sua anuência formal. Enquanto a representação da escola lisboeta não parecer ter incomodado por demais o governo, a de Coimbra, acompanhada por uma comunicação subscrita pela comissão dirigente do movimento de estudantes, foi censurada sem hesitação, julgada na atitude desrespeitosa para com os docentes nomeados e o pedido de demissão do ministro: «um acto intencional de indisciplina, agravada da conseqüente provocação à rebelião dos alunos, o que tudo é digno de censura»³⁷.

Só então será anunciada publicamente a nomeação oficial de Coelho de Carvalho para a reitoria dessa Universidade e as deliberações do *Decreto n.º 5 770*, nove dias após a ratificação pela Presidência da República, reunindo-se de urgência o senado universitário de Coimbra, do qual emana uma moção de protesto contra a ingerência governamental e a suspensão do decreto até tomada de uma posição sobre o mesmo pela Câmara dos Deputados³⁸. Como última instância, a 24 de maio, a assembleia magna decretava a greve geral da academia, ocorrendo, ao longo do mês seguinte, outras manifestações públicas, representações ao governo e reuniões das autoridades académicas.

Quanto ao corpo docente da faculdade extinta, este deu à estampa um prospecto de defesa da instituição — *A Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra ao País*³⁹ —, onde traçava a pertinência do seu projeto educativo e a biografia dos seus elementos, representados por figuras ilustres como António Ribeiro de Vasconcelos, Eugénio de Castro e Almeida ou Carolina Michaëlis de Vasconcelos. As críticas recaíram principalmente sobre o reitor e o ministro da Instrução Pública; o primeiro acusado de tratar o assunto com notória indiferença pelo desejo frustrado de ser professor na mesma⁴⁰, assim como Leonardo Coimbra, após o desaire do seu concurso para assistente na Faculdade de Letras de Lisboa, em 1912⁴¹.

³⁷ Despacho de 21 de Maio de 1919. «Diário do Governo II Série», 116 (1919).

³⁸ Moção aprovada pelo senado universitário em sessão de 24-05-1919. RODRIGUES, 1988: 43-45.

³⁹ UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Faculdade de Letras, 1919.

⁴⁰ Esta tese poderá estar relacionada, eventualmente, contra a sua condução no requerimento superior da nomeação para a cátedra de Joaquim de Carvalho e Manuel Gonçalves Cerejeira, futuro cardeal-patriarca de Lisboa, por proposta do conselho escolar da FLUC com a data de 07-05-1919. Só o primeiro viu o seu processo homologado, afamado republicano e que se recusou a aceitar por solidariedade com o colega, entre críticas que Coelho de Carvalho não teria reencaminhado deliberadamente o processo do assistente de História. CARVALHO, 2015.

⁴¹ No referido concurso, ao qual se apresentaram quatro candidatas a duas vagas no grupo de Filosofia, Leonardo Coimbra apresentara como dissertação *O Criacionismo*, uma proposta de um sistema filosófico apologista de uma metafísica crítica, criticando as correntes positivista e materialista. O fraco e adverso acolhimento pelo júri académico

No hemiciclo do Parlamento, o aceso debate sobre o futuro da Faculdade de Letras pendia para o reconhecimento dos direitos de Coimbra, lançando a oposição fortes críticas à conduta do ministro, descrita como uma «tolerada» e «pura vaidade», na defesa da sua transferência para a U.Porto. O deputado democrático Dias Pereira, correligionário de Coimbra, defendia que a cidade não possuía condições para acomodar uma Faculdade Técnica e que esta jamais poderia substituir a de Letras no domínio cultural; enquanto o evolucionista Augusto dos Santos Alves, professor da faculdade extinta, refutava energicamente os argumentos do decreto malfadado e sugeria o escândalo envolvendo os «perdões de acto» outorgados pelo ministro⁴².

Este, por seu lado, justificava a sua decisão pela persistência da influência jesuítica na Universidade de Coimbra e a defesa republicana da liberdade de ensino, tanto mais que não era obrigado por lei a consultar as Universidades na nomeação de docentes de reconhecido valor intelectual: «à República deve acima de tudo interessar o valor intrínseco do que fiz e menos o muito ou pouco tacto diplomático com que o fiz»⁴³. Ao ponto de agendar uma visita oficial ao Porto para proceder aos trâmites legais da instalação da Faculdade de Letras e o recrutamento do seu corpo docente, requerendo o envio do património móvel e material pedagógico na posse da escola coimbricense para a cidade⁴⁴.

No impasse de uma tomada de posição governamental definitiva em toda esta questão, em solidariedade académica, a academia de Lisboa iniciou a greve geral às aulas, desde 28 de maio, reconhecendo o seu senado universitário a justiça na pretensão de Coimbra. Os estudantes do Porto, apesar do gáudio pela ampliação da sua estrutura universitária, não deixavam de mostrar o seu descontentamento pelo modo como o processo se desenrolara. A onda de protestos colocou o governo na contingência do encerramento das atividades letivas em todos os estabelecimentos de ensino superior, prescrito a 3 de junho de 1919, numa tentativa frustrada de acalmar os ânimos estudantis e a danosa repercussão entre a opinião pública.

A verdade é que o conflito deixara graves sequelas no governo, que ainda cedeu na demissão de Coelho de Carvalho, a 21 de junho⁴⁵, mas perante a perda da con-

acabou por justificar a sua retirada das provas públicas, não sem antes ter assinado um protesto contra a perniciosa arguição de Joaquim António da Silva Cordeiro, seu antigo professor no Curso Superior de Letras. FAVA, 2008.

⁴² Os «perdões de acto» eram despachos ministeriais concedendo a dispensa de frequência e de realização dos exames, aplicado em situações que impedissem o normal funcionamento das aulas, com claras consequências no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes. Face aos acontecimentos nesse ano letivo, Leonardo Coimbra tinha dado o aval ministerial à maioria dos requerimentos apresentados pelos alunos dos três meios universitários.

⁴³ COIMBRA, 1919: 42.

⁴⁴ *Ministro da Instrução*. «O Comércio do Porto» (27 mai. 1919), p. 1. Por ofício do reitor Coelho de Carvalho, enviado a 31 de maio do mesmo para o ministério da Instrução Pública, era indicada a comissão reitoral encarregada de proceder ao levantamento do espólio da FLUC. CARVALHO, 1990: 19-20.

⁴⁵ Despacho de 21 de Junho de 1919. «Diário do Governo II Série», 144 (1919). O reitor exonerado não acatou de imediato a ordem ministerial, obrigando à intervenção policial para a sua retirada das instalações universitárias.

fiança política junto dos parlamentares acabou substituído no prazo de uma semana. A mudança no cenário político instalou algum receio na U.Porto numa causa que, de forma indireta, respondera aos seus antigos anseios, aprovando o senado universitário uma moção ao novo governo de Sá Cardoso:

O Senado Universitário do Porto, reunido pela primeira vez, depois que foi extinta a Faculdade de Letras de Coimbra, congratula-se pela criação da referida Faculdade no Porto, do mesmo passo manifesta aos seus colegas de Coimbra, a sua magoa pela supressão daquela Faculdade, fazendo sinceros votos que, no mais curto prazo, ela aí seja restaurada. Ao mesmo tempo declara que estará ao lado dos seus colegas das restantes Universidades, sempre que se torne necessária a defesa das prerrogativas que, a bem do ensino e do espírito de camaradagem, lhes confere o Estatuto Universitário⁴⁶.

Coube a Joaquim José de Oliveira, na pasta da Instrução Pública, apresentar uma solução de compromisso para o fim da contenda da Faculdade de Letras, propondo o seu restabelecimento em Coimbra sem prejuízo da criada no Porto, que já fora sugerida previamente por Ângelo da Fonseca: «Coimbra sempre foi favorável à pretensão do Porto que considera justa, mas não é justo à custa da mutilação da Universidade de Coimbra»⁴⁷. Assim, a *Lei n.º 861*⁴⁸ revogou a transferência da Faculdade de Letras de Coimbra e pelo artigo 11.º era: «criada na Universidade do Pôrto uma Faculdade de Letras, com um quadro de disciplinas, grupos e secções análogos aos das mesmas Faculdades de Lisboa e Coimbra». A pronta institucionalização e definição do regulamento para o seu funcionamento, em escassos onze dias, permitiram a sua abertura no ano letivo de 1919-1920 que então se avizinhava⁴⁹.

2.2. «ENTRAR PELA JANELA EM VEZ DA PORTA!» (1919-1922)

Nascida em circunstâncias tão delicadas, a Faculdade de Letras do Porto logo se revestiu de um fado de mau agouro, estigmatizada por uma criação à custa da extinção de outra instituição e associada intimamente à figura de Leonardo Coimbra, sublinhando a afronta que a sua primeira passagem pela pasta da Instrução Pública representara para a Universidade de Coimbra. A escola foi, desde o início, igualmente alvo de várias críticas nos três círculos universitários pelo processo de recrutamento dos seus docentes, ao se eleger a simples nomeação governamental em detrimento

O descontentamento desta academia pela ação deste reitor é ainda hoje suscetível, pelo facto de Joaquim Coelho de Carvalho ser a única personalidade sem retrato na galeria dos reitores da Universidade de Coimbra.

⁴⁶ AUP — *Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. I, sessão de 04-08-1918, fl. 57.

⁴⁷ *A Questão da Universidade*. «O Primeiro de Janeiro» (27 jun. 1919), p. 1.

⁴⁸ Lei n.º 861 de 27 de Agosto de 1919. «Diário do Governo I Série», 171 (1919).

⁴⁹ Decreto n.º 6 087 de 09 de Setembro de 1919. «Diário do Governo I Série», 181 (1919).

dos habituais concursos de provas públicas, fundamentada pela urgência da sua entrada em funcionamento, inscrita no próprio corpo de lei do decreto fundador:

Art. 3.º O Govêrno poderá contratar, quer no país quer no estrangeiro, para a leccionação das cadeiras professadas das Universidades, individualidades de reconhecido mérito científico, sob proposta dos reitores e depois de ouvidas as respectivas Faculdades ou Escolas.

§ único. Os professores contratados e que sejam nacionais, quando tenham professado pelo menos dois anos, poderão ser nomeados professores ordinários, sob proposta do reitor, com voto favorável e nominal da maioria do Conselho da Faculdade respectiva e com prévio conhecimento dum relatório elaborado pela competente secção sobre os seus méritos⁵⁰.

Francisco Newton de Macedo e Lúcio dos Santos tinham já solicitado a sua transferência da instituição conimbricense⁵¹, onde de resto nunca chegaram a prestar funções, obtendo a reitoria da U.Porto o aval para a contratação de nove professores para os restantes seis grupos de docência: Urbano Canuto Soares e Fernando de Macedo Lopes⁵² (1.º – Filologia Clássica), António Luís Gomes filho, Hernâni Cidade e José Teixeira Rego (2.º – Filologia Românica), Luís Pires Cardim (3.º – Filologia Germânica), Augusto Ferreira Nobre, Damião Peres e Francisco Homem Cristo (4.º – História), António Mendes Correia (5.º – Geografia) e Vasco Nogueira de Oliveira⁵³ (6.º – Filosofia)⁵⁴.

Os meios académicos e a imprensa periódica, desde logo, puseram em causa os critérios para tais escolhas, tendo em conta a proveniência destes docentes universitários na sua maioria professores com ligações ao Liceu Gil Vicente⁵⁵ e recém-formados, sendo Mendes Correia da Faculdade de Ciências do Porto a singular exceção. Igualmente grave, para muitos até escandaloso, as ligações familiares e/ou fraternas

⁵⁰ Lei n.º 861 de 27 de Agosto de 1919. «Diário do Governo I Série», 171 (1919).

⁵¹ Decreto de 18 de Outubro de 1919. «Diário do Governo II Série», 247 (1919).

⁵² Fernando de Macedo Lopes (1890-1945), filho do escritor Pedro Ivo (pseudónimo de Carlos Lopes) e irmão de José Carlos Lopes da FMUP, bacharel em Direito por Coimbra (1912) acabaria por prescindir em favor da elevação a secretário-geral da U.Porto (1920-1945).

⁵³ Vasco Nogueira de Oliveira (1881-1958), bacharel em Medicina por Coimbra (1905) e vereador na Câmara Municipal do Porto durante a 1.ª República, genro do velho republicano Dr. Augusto Alves da Veiga, fundador do Centro Republicano Democrático do Porto e um dos líderes da revolta republicana de 1891.

⁵⁴ ARAÚJO, 2019: 50-71.

⁵⁵ À data desta contratação, Pires Cardim era o único a prestar aí serviço, embora Newton de Macedo, Lúcio dos Santos e Damião Peres tenham integrado previamente o seu corpo docente, antes da transferência para outros estabelecimentos. Este último, então nomeado diretor da Escola Primária Superior de Lisboa, pelo ministério Leonardo Coimbra, chegara a prestar provas públicas para assistente da FLUL, em 1915, aprovado em mérito absoluto e por unanimidade, mas relegado em mérito relativo face aos restantes candidatos.

com reputadas figuras políticas da 1.^a República e da *Renascença Portuguesa*, ou a aprovação de Teixeira Rego sem qualquer curso superior no seu currículo, mácula difícil de olvidar perante uma idoneidade cultural ainda não totalmente consolidada entre os círculos nacionais⁵⁶. Sem se conhecer as razões pessoais, tanto Macedo Lopes como Vasco Nogueira de Oliveira optaram por não enveredar pelo magistério.

A 29 de outubro de 1919, o conselho escolar da Faculdade de Letras do Porto reuniu-se pela primeira vez, após a tomada de posse dos seus elementos em cerimónia oficial na presença do reitor da U.Porto, Augusto Pereira Nobre, designando a inauguração das atividades letivas para o dia 10 do mês seguinte, perante uma frequência escolar que já se anunciava avultada: «o número de alunos inscritos na Faculdade de Letras orça já por 60, isto é, maior frequência que as congéneres de Lisboa e Coimbra»⁵⁷. Algo a que não foi indiferente a abertura integral do 1.^o ano em todas as licenciaturas — Filologia Clássica, Filologia Românica, Filologia Germânica, Ciências Históricas e Geográficas e Ciências Filosóficas⁵⁸ — para expansão da alta cultura intelectual nestas áreas científicas e a correspondente preparação científica para a sua habilitação profissional⁵⁹.

Na mesma reunião e encontrando-se vago o lugar de professor ordinário de Filosofia, os professores efetivos do mesmo propuseram Leonardo Coimbra, conforme os requisitos legais estabelecidos, assinando Newton de Macedo e Lúcio dos Santos o respetivo parecer favorável:

Temos a honra de submeter à apreciação do Conselho da Faculdade, nos termos e para os efeitos artigo 55.º do estatuto universitário, o presente relatório a respeito da obra filosófica do professor Leonardo José Coimbra. — O Criacionismo: Tese de concurso para a Faculdade de Letras de Lisboa. É um esboço do sistema filosófico de Leonardo Coimbra. Da análise do labor científico tira o autor uma teoria do conhecimento e uma metafísica. Tomando a palavra pensamento no seu mais amplo significado, mostra como a realidade é sempre sistema de pensamento.

⁵⁶ Pormenor que dera já azo a alguma controvérsia pelo mesmo motivo, meses antes, quando Leonardo Coimbra o nomeara professor da Escola Primária Superior de Matosinhos, rebatido pela sua atividade intelectual apadrinhada pela própria *Renascença Portuguesa*, onde publicara o seu tratado filosófico *Nova Teoria do Sacrifício* (1918).

⁵⁷ *Universidade do Porto: a Faculdade de Letras*. «O Comércio do Porto» (30 out. 1919), p. 1. Na realidade, embora as inscrições no 1.^o ano se tenham contabilizado num total de 73 alunos, era ainda inferior às 124 assinaladas na FLUC e às 98 na FLUL para o ano letivo de 1919-1920.

⁵⁸ No respeito pela reorganização estrutural e curricular providas da reforma educativa sidonista: Decreto n.º 4651, de 14 de Julho de 1918. «Diário do Governo 2.º suplemento I Série», 157 (1918); Decreto n.º 4945, de 01 de Novembro de 1918. «Diário do Governo I Série», 241 (1918). A sua dinâmica funcional, ao nível do pessoal administrativo e menor, seguia o modelo estabelecido para a FLUL: um chefe de secretaria, um amanuense, um conservador, dois contínuos e um servente.

⁵⁹ A escola ministrava o curso de habilitação ao Magistério Primário Superior — secção de Letras, para admissão às Escolas Normais Superiores, com a duração de quatro semestres e exame final obrigatório, necessário para a matrícula no respetivo curso da Escola Normal Superior de Coimbra ou de Lisboa.

[...] — O pensamento criacionista. *É a mesma tese do Criacionismo, construída pela análise histórica dos sistemas filosófico.* [...] — A Morte. *É um estudo do problema à luz do pensamento criacionista e do experimentalismo moderno.* [...] — A Alegria, a Dor e a Graça. *É um livro onde o lirismo do poeta honestamente canta, depois do esforço optimista do pensador. Deve ser o livro de mais alta influência educativa do meio.* [...] — A Luta pela imortalidade. *É uma Teoria da Experiência (ciência, arte e moral), e a sua metafísica induzida da experiência psicológica. É neste livro notável a demonstração de que a psicologia é a ciência mais próxima duma ontologia, mesmo depois dos trabalhos de Hume.* [...] Porto, 30 de Outubro de 1919 [...] ⁶⁰.

Homologada a decisão pelo ministro Joaquim José Oliveira, ponderou também a U.Porto a sua escolha para diretor dessa instituição universitária, por conveniência urgente de serviço, assinada pelo reitor Augusto Pereira Nobre⁶¹. Não obstante um apelo prévio do senado universitário do Porto — «sobre a maneira de acautelar as regalias da autonomia universitária, especialmente, na forma de recrutamento de professores, que deve ser feito por concurso»⁶² —, pressagiando uma eventual arbitrariedade na composição do quadro docente da nova Faculdade de Letras em menosprezo pelas tradicionais provas junto de um júri académico formado pelos seus pares.

Evidentemente, os condicionalismos da criação da escola impossibilitaram todo um trabalho prévio da sua organização e integração na estrutura universitária portuense, particularmente face às contingências financeiras impostas pela realidade nacional. Não só os orçamentos concedidos se revelavam diminutos para o pagamento das despesas correntes e a aquisição do material pedagógico necessário, como não se dispunha de um qualquer edifício próprio para a sua instalação. O ano inaugural só foi garantido pela cedência de algumas salas no edifício-sede, ocupado pela reitoria e as Faculdades de Ciências e Técnica, enquanto se estudavam outras hipóteses pela cidade e que resultaram no aluguer da comumente chamada «Quinta Amarela», ao Carvalhido⁶³. Concretizada a transferência para o novo local, segundo os teste-

⁶⁰ Decreto de 05 de Novembro de 1919. «Diário do Governo II Série», 270 (1919).

⁶¹ Augusto Pereira Nobre (1865-1946), irmão do poeta António Nobre e familiar de Leonardo Coimbra pelo matrimónio deste com uma sua parente. Contratado como naturalista adjunto da Academia Politécnica do Porto, com a sua transfiguração em Faculdade de Ciências apresentou-se aos exames para o bacharelato em Ciências Histórico-Naturais (1912), tomando a cátedra de Zoologia até à jubilação (1915-1935). Terceiro reitor da U.Porto (1919-1926), por três ocasiões integrou governos republicanos como ministro da Instrução Pública (1920-1922).

⁶² AUP — *Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. I, sessão de 04-08-1919, fl. 57.

⁶³ Este imóvel da rua de Oliveira Monteiro com o n.º 833 era composto por um palacete com capela anexa, previamente ocupada por uma congregação religiosa feminina, e algumas pequenas casas arrendadas aos caseiros que trabalhavam as terras da extensa propriedade. O valor mensal da renda fixou-se em 230 escudos, de acordo com o primeiro contrato de arrendamento com D.ª Eugénia Felgueiras Newton, assinado em junho de 1920. Preço bem mais módico do que o pedido por um palacete na praça da República, mesmo se encontrando mais distante do centro e das restantes faculdades. PINA, 1966: 85.

munhos de antigos alunos combinando a exiguidade das salas com o pitoresco da paisagem campestre, não tardou a que jocosamente a sociedade local a denominasse por «Faculdade das Tretas» e «Capelinha do Leonardo»⁶⁴.

Dois anos cumpridos da sua existência, a Faculdade de Letras do Porto regressava aos escaparates da imprensa e da opinião pública por nova celeuma: a nomeação governamental dos professores contratados para as respetivas cátedras por preencher, dispensando as burocracias envolvendo a abertura de concurso público ou a transferência de professores de Lisboa e de Coimbra, por ventura nelas interessados. As contingências implicavam um relatório de professor efetivo de cada um dos grupos de ensino dos candidatos e o voto favorável e nominal da maioria do conselho escolar, então cingido aos três professores de Filosofia, pelo que se ajustou a sua realização em duas fases distintas.

Uma primeira para os docentes com maior tempo de serviço ou únicos das suas secções — Canuto Soares, Hernâni Cidade, Pires Cardim, Damião Peres e Mendes Correia —, em agosto de 1921, avaliados por um júri académico externo escolhido entre os decanos das faculdades congéneres, maioritariamente de Lisboa: José Joaquim Nunes, José Leite de Vasconcelos e Manuel de Oliveira Ramos; e Carolina Michaëlis de Vasconcelos⁶⁵ da Universidade de Coimbra. Quer os seus pareceres vinculativos, quer as informações prestadas pelo diretor Leonardo Coimbra destacavam as qualidades pedagógicas e científicas já conquistadas pelos cinco contratados, frisando uma margem de progressão evidente para firmarem os seus créditos no futuro. No entanto, dado o seu carácter excepcional, o ministro Ginestal Machado rogou a homologação das propostas pelo senado universitário do Porto, que corroborou a resolução da sua promoção ao quadro docente oficial⁶⁶.

A segunda fase, logo no mês seguinte, exclusivamente avaliada e votada pelo conselho escolar recém-instituído para os restantes professores — António Luís Gomes, Teixeira Rego, Ferreira Nobre e Homem Cristo —, em exposições mais contidas da sua atividade docente, o que poderia desvalorizar as muitas suspeições comentadas do seu percurso prévio ao magistério universitário, senão mesmo de endogamia académica⁶⁷. Prontamente se tornado em tópico parlamentar, discutindo-se a legalidade da constituição integral de um corpo docente sem aprovação em provas académicas públicas, ironizado num comentário de Augusto Alves dos Santos, da homóloga conimbricense:

⁶⁴ *A decantada Quinta Amarela*. «O Diabo» (03 mai. 1983), p. 10.

⁶⁵ Carolina Wilhelma Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925), a primeira senhora convidada a ensinar na Universidade em Portugal, catedrática de Filologia Germânica e profunda estudiosa da literatura e cultura portuguesa. De origem alemã e após o matrimónio com Joaquim de Vasconcelos, fixara a sua residência no Porto desde 1876, colaborando pontualmente com a *Renascença Portuguesa*.

⁶⁶ Decreto de 13 de Agosto de 1921. «Diário do Governo II Série», 192 (1921).

⁶⁷ Decreto de 26 de Setembro de 1921. «Diário do Governo II Série», 227 (1921).

Sr. Presidente: eu devo declarar, em abono da verdade, que a lei n.º 861 apenas tem servido para o Governo, usando e abusando das autorizações concedidas pela mesma, prover algumas cadeiras sem concurso, se bem que haja indivíduos bastante habilitados para tal. Assim, Sr. Presidente, foram providas as cadeiras da Faculdade de Letras do Porto, não tendo havido um único concurso, se bem que existissem, como já tive ocasião de dizer, muitos indivíduos bastante habilitados. Foram todos, Sr. Presidente, nomeados sem concurso, entrando assim pela janela em vez de entrarem pela porta. Foram, é facto, nomeados indivíduos, que podem ser muito competentes, não discuto agora o facto, mas, que o foram sem concurso, o que é para lamentar⁶⁸.

O certo é que a proposta para a revogação da dita lei foi chumbada pela maioria dos deputados, algo indiferente à projeção negativa da questão basilar, tanto a U.Porto, como a sua Faculdade de Letras voltariam a recorrer a essa cláusula legal para os docentes contratados *a posteriori*: Ângelo Pinto Ribeiro para Filologia Germânica⁶⁹ e Francisco Torrinha em Filologia Clássica⁷⁰, enquanto Aarão Soeiro de Lacerda foi recrutado para professor ordinário da cadeira anexa de Estética e História da Arte⁷¹. Em paralelo, a intrínseca associação da instituição a Leonardo Coimbra, no seu duplo papel de fundador primitivo e de diretor, revelar-se-ia adversa ao a converter numa das armas de arremesso político-partidário contra o filósofo e então deputado democrático:

Escola desde logo caluniada, pelos que diziam pura criação política; praticamente desamparada dos próprios poderes públicos que a tinham criado, pois nos primeiros anos, teve de viver, quase exclusivamente, tanto da abnegada acção dos seus professores, que ocorriam com milagres de devoção pedagógica à insignificância do material e à miséria das instalações, como da compreensiva dedicação e do anseio de saber dos seus estudantes⁷².

Apesar disso, foi em redor da sua figura irradiante que a mais jovem das faculdades portuenses viveu um período de grande fulgor cultural, materializando o espírito da missão da *Renascença Portuguesa* ao promover cursos livres, conferências e

⁶⁸ AR — *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 20-04-1921, n.º 47, p. 7. Outras intervenções houve sobre o mesmo assunto em diversas sessões parlamentares desse ano, incluindo, uma representação da Federação Académica de Lisboa, exigindo a jurisprudência do Supremo Tribunal Administrativo sobre estas mesmas nomeações.

⁶⁹ Decreto de 17 de Dezembro de 1923. «*Diário do Governo II Série*», 295 (1923).

⁷⁰ Decreto de 03 de Janeiro de 1925. «*Diário do Governo II Série*», 16 (1925).

⁷¹ Decreto de 19 de Novembro de 1921. «*Diário do Governo II Série*», 302 (1921).

⁷² PERES, *coord.*, 1954: 251.

tertúlias pela sua comunidade académica⁷³. Disso foram exemplos a publicação da «Revista da Faculdade de Letras» (1920-1923), o periódico estudantil «Crisálida» e depois intitulado «A Nossa Revista» (1921-1922), a fundação do Museu de Arqueologia Histórica da Universidade do Porto⁷⁴ ou a colaboração na Universidade Popular do Porto e na terceira série da revista «A Águia» (1922-1927).

Contrariando as dificuldades, o entusiasmo e o desejo de renovação intelectual característicos de uma organização jovem, concomitantemente partilhado entre professores e alunos, garantiram o alento essencial para a Faculdade de Letras procurar firmar a razão da sua existência na U.Porto e na sua cidade.

2.3. A «CAMPANHA HOMEM CRISTO» E AS AMEAÇAS DE ENCERRAMENTO (1923-1926)

Ao seu professor Francisco Manuel Homem Cristo, «figura adventícia e polémica»⁷⁵ com um percurso cívico e político *sui generis*, se ficou a dever uma nova polémica envolvendo a Faculdade de Letras do Porto, por muito tempo rememorada com um certo ceticismo historiográfico⁷⁶. Numa reunião do conselho escolar, realizada a 27 de novembro de 1922⁷⁷, o docente relatou um incidente na regência da sua aula de História Medieval, na qual dois alunos demonstraram uma atitude desrespeitosa pela sua pessoa e a sua competência científica e pedagógica⁷⁸. A situação não era de toda novidade face a José Marinho e Baltasar Cardoso Valente, os quais tinham sido já alvo de um processo disciplinar movido pelo mesmo⁷⁹, que ultrajado na sua autoridade pessoal e profissional exigia uma sindicância urgente ao caso.

Isso deixará manifesto na sua exposição escrita ao diretor, decidindo suspender de imediato as suas funções letivas e não aceitando menos que a aplicação da sanção mais grave — a de expulsão da frequência escolar —, para pôr cobro a este tipo de

⁷³ BAPTISTA, 2012.

⁷⁴ Decreto n.º 8 424, de 10 de Outubro de 1922. «Diário do Governo II Série», 101 (1922). Confiada a sua direção a Damião Peres, este procurou reunir e preparar coleções agrupadas em torno de núcleos de História da Arte, Numismática, Antropologia, Etnografia e Arqueologia Pré-Histórica; passíveis de visita pelo público em geral. Entre o seu espólio encontrava-se parte das famosas «Coleções Assírias», constituído por artefactos oriundos de escavações arqueológicas no Médio Oriente, cedidos pela Alemanha como parte do confisco dos bens da Grande Guerra e, posteriormente, devolvidos por acordo diplomático. Este museu veio a ser integrado no fundo do Museu de Arqueologia e Pré-História da FCUP, atual núcleo de Antropologia e Pré-História Mendes Corrêa.

⁷⁵ SANTOS, 1990: 193.

⁷⁶ ARAÚJO, 2016.

⁷⁷ PINA, 1966: 98.

⁷⁸ *Para a história do conflito*. «A Garrocha» (08 mar. 1923), p. 2. Em acesa troca de palavras, a respeito da aproximação de um exame escrito, José Marinho satirizara que as aulas mais não eram do que meras considerações sobre as obras de Fustel de Coulanges e o colega criticara os «termos desbragados» e comentários jocosos e pouco apropriados junto das colegas do género feminino.

⁷⁹ Em sessão de abril de 1922, Homem Cristo dera conhecimento de que no exame à sua cadeira, quer Baltasar Cardoso Valente se apresentara indevidamente em lugar do colega Adriano Guedes do Amaral, quer José Marinho solicitara a realização do mesmo fora da hora designada, sem apresentar qualquer justificação médica. PINA, 1966: 92-94.

situações de indisciplina, melindrosamente já reportadas por Urbano Canuto Soares e António Luís Gomes filho. O interregno das férias de Natal levou a que o processo fosse discutido e sancionado, em finais de janeiro de 1923, com meras recomendações de repreensão oral aos alunos visados⁸⁰. Despeitado pela condução do caso, Homem Cristo manteve a sua palavra e retomou em exclusivo o exercício do cargo de deputado, não se mostrando disposto a deixar morrer a questão: «era evidente que desde o momento em que o snr. Homem Cristo se retirava da Faculdade — ele abria uma campanha contra ela»⁸¹.

Ao mesmo tempo que impugnava junto do ministério da Instrução Pública pelas cópias dos exercícios escritos dos alunos na berlinda, algo a que a reitoria da Universidade do Porto e o conselho escolar se desobrigaram por considerar o assunto encerrado, Homem Cristo encetou uma intensa campanha n'«O de Aveiro», periódico do qual era proprietário, diretor e redator. O artigo *Universidade do Porto: a Faculdade de Letras* será o primeiro a contestar o estabelecimento educativo ao recordar velhas questões fraturantes: a dúbia institucionalização da escola, a falta de probidade no recrutamento de professores, a sublevação do seu público estudantil, as ilegalidades e logros no processo de avaliação formativa, a hegemonia de Leonardo Coimbra na sua gestão em favor dos seus interesses pessoais, etc.⁸².

Os números seguintes pouco mais abonatórios foram para a imagem pública da Faculdade de Letras, no seu estilo de escrita corrosivo, o injuriado periodista começou a combinar as verdades inconvenientes com factos difamatórios e adulterados, afinal aqueles que tiveram maior repercussão posterior junto da opinião pública ao exaltar o «antro de ignorância, imoralidade e indisciplina»⁸³ em que se tornara... Os alunos da escola foram os primeiros a reagir contra esta campanha publicando o comunicado *Universidade do Pôrto — Faculdade de Letras* em dois números do periódico «A Garrocha», em março de 1923. Através destes meios manifestavam o seu protesto «contra a maneira baixa e indecorosa como o snr. Homem Cristo pretende atingir esta Faculdade», repelindo as «ignominiosas e infames afirmações» alimentadas pela «inveja, ódio e despeito» só saneadas com a sua demissão como professor, que de livre e consciente vontade nunca chegou a ponderar.

Se o conselho escolar portuense procurou não se envolver na contenda, a referência de Homem Cristo a documentos académicos confidenciais nos seus artigos obrigou à defesa do bom nome da instituição, aprovando a instauração de um

⁸⁰ José Marinho fora constringido a uma repreensão oral pelo diretor, Baltasar Cardoso Valente a igual pena mas por voz do conselho escolar, uma vez que solicitara uma sindicância à competência científico-pedagógica do professor delator e o caso de Guedes do Amaral, que Homem Cristo procurara recuperar, não chegou a ser revisto por se ter considerado prescrito.

⁸¹ *Para a história do conflito*. «A Garrocha» (15 mar. 1923), p. 2-4.

⁸² *Universidade do Porto: Faculdade de Letras*. «O de Aveiro» (18 fev. 1923), p. 1-2.

⁸³ *Universidade do Porto: Faculdade de Letras*. «O de Aveiro» (25 fev. 1923), p. 1-2.

egonseguranca.com

Universidade do Pôrto

Faculdade de Letras

(ELUCIDANDO O PÚBLICO)

Havendo sido aberta pelo snr. Homem Cristo uma campanha de descrédito contra a Faculdade de Letras da Universidade do Pôrto e havendo nós, os alunos, tido conhecimento dessa campanha, de comum acordo, bem seguros da conduta a seguir em semelhante caso, resolvemos vir, público e raso, dizer duas palavras sobre o assunto e assim afirmar a nossa atitude. De modo que nós, protestando contra a maneira baixa e indecorosa como o snr. Homem Cristo pretende atingir esta Faculdade, declaramos:

- a) Serem ignominiosas e infames as afirmações que o snr. Homem Cristo, à maneira de anedota, faz contra o nosso Digníssimo Director Dr. Leonardo Coimbra, na impossibilidade de atacar a sua competência profissional;
- b) Repelir as declarações do mesmo acerca dos nossos dois colegas a quem damos todo o nosso apoio, atendendo a que foram verdadeiras e justas as observações feitas por eles ao snr. Homem Cristo quanto à sua competência e linguagem;
- c) Achar digna e nobre a resolução do Conselho desta Faculdade que com a mais rigorosa imparcialidade, e não se deixando coagir pelas imposições dum professor, apenas fez justiça;
- d) Repelir indignadamente o suborno intentado por aquele professor que nesse artigo pretende, dizendo que em todas as suas cadeiras havia estudantes magníficos, sabendo e com vontade de saber, verdadeiramente distintos e no mesmo artigo declarando que o «patrão» tolerava que os alunos ficassem sós em vários exercícios escritos, coptando uns dos outros, nutrindo surdo rancor contra aqueles professores que eram severos na fiscalização e apreciação das provas;
- e) Desejar saber se o cumprimento dos deveres dum professor se limita simplesmente a não entrar um minuto mais tarde, nem sair um minuto mais cedo, e passar todo o tempo da aula a contar anedotas da sua vida de caserna;
- f) Tornar pública a manifestação de simpatia que nós, alunos, fizemos a quando da primeira vez que o Senhor Dr. Leonardo Coimbra comnosco se encontrou depois de iniciada a campanha; e
- g) Tornar pública a resolução de enviar uma representação ao Ex.^{mo} Snr. Ministro da Instrução expondo pormenorizadamente a questão.

Publicado êste nosso manifesto, nós, alunos da Faculdade de Letras da Universidade do Pôrto, entendemos ter cumprido o nosso dever para com o Público.

Os Alunos da Faculdade de Letras da Universidade do Pôrto.

Tip. Gonçalves—R. do Almada, 348

EDITOR—Acácio de Gouveia

Fig. 1. Comunicado dos alunos da 1.ª FLUP

Fonte: *A FLUP na imprensa: 1923-2002* (volante de alunos — c. março de 1923)

processo disciplinar ao docente e de uma sindicância ministerial à faculdade, em finais do mesmo mês⁸⁴. A contrarreacção elevou o tom maldizente e provocador do professor aveirense contra a comunidade académica da «faculdade de um olho só», «grande burla» e «torpe panelinha de Leonardo»⁸⁵, em especial contra a figura deste último⁸⁶, temendo-se seriamente pelo impacto que a mesma começava a despertar entre a sociedade portuguesa pelas maledicências pessoais, como testemunhava Abel Salazar a Celestino da Costa:

A intromissão da política na vida universitária, as nomeações à matroca de professores, começam a causar reparo. O escândalo tremendo que rebentou na Faculdade de Letras (ver os últimos números do D'Aveiro e outros jornais) causaram uma grande impressão no público e na imprensa e seria talvez um incidente a aproveitar para um movimento de saneamento antipolítico. Seria um momento oportuno para obter a supressão da Faculdade de Letras e da célebre lei que a criou e recrutou, etc. Parece-me um momento estratégico óptimo. De resto ninguém pode calcular ainda as consequências do incidente nem até onde ele irá dado o feitio do tal Homem Cristo. Zangaram-se as comadres... o que já está dito e escrito é absolutante único! Não viu nenhum dos artigos do Homem Cristo no "D'Aveiro"? Se quiser mando-lhe: é a "débaçle"!! Quem cala consente, e se nas outras Faculdades não há um movimento altivo fica tudo atolado em lama⁸⁷!

Logo em finais de dezembro de 1923, uma proposta do governo de Álvaro de Castro de extinção das Faculdades de Letras e Farmácia do Porto por motivos de ordem financeira espelhava esse perigo perante uma instituição «muito nova e por conseguinte não termos ainda firmado convenientemente a sua existência»⁸⁸. O senado universitário do Porto apresentou uma moção de defesa pela sua integridade⁸⁹, na qual

⁸⁴ PINA, 1966: 101.

⁸⁵ Nos muitos artigos publicados n'«O de Aveiro», Homem Cristo irá procurar humilhar os seus alunos — «rapazotes sem talento e sem nenhum estudo», «incomparáveis malandros», «asnos e burros», «bando de prostitutas, paneleiros e até comunistas» —, bem como parte dos colegas no magistério que publicamente o censuravam: Hernâni Cidade, o «preto de S. Jorge»; Luís Cardim, «o aleijadinho & cardina»; Ângelo Ribeiro, «o ribeirinho»; Francisco Torrinha, o «turrinha» e Aarão de Lacerda, o «anoão asnao».

⁸⁶ Leonardo Coimbra, sempre designado como o «Imbra», tornou-se na figura mais atacada, ultrapassando quaisquer limites de respeitabilidade e honra, apelidado de «eterno pulha», «grande farsante», «prostituto», etc. A própria referência «Imbra» será o paradigma da brejeirice ignóbil de Homem Cristo, um trocadilho torpe das estórias contadas de ter «perdido o co» nos seus tempos de estudante na Universidade de Coimbra. Que, a crer em diversos artigos noticiosos de outros cronistas da época, também eram comentadas pelo Porto instigadas pela desconfiança nas suas sociabilidades junto dos alunos da FLUP e do liceu feminino Sampaio Bruno, onde também chegou a lecionar em regime de acumulação, para vários estranhamente afetuosas e amistosas nos passeios, jantares e tertúlias pelos cafés da cidade.

⁸⁷ COIMBRA, 2006: 61-62.

⁸⁸ *Acto escandaloso*. «O Porto Académico» (12 mar. 1923), p. 1.

⁸⁹ AUP — *Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. I, sessão de 21-12-1923, fl. 66v-68.

Leonardo Coimbra atribuía a intenção a um ataque do ministro António Sérgio⁹⁰ e de alguns membros do movimento da *Seara Nova*, afirmando perentoriamente: «quando fosse julgada absolutamente necessária a extinção da Universidade e respectivas Faculdades, ofereciam-se ao governo para continuar ensinando gratuitamente, tal é o amor e carinho que dedicam às suas escolas»⁹¹.

A visita presidencial de Manuel Gomes Teixeira à cidade do Porto, em fevereiro de 1924, serenou os ânimos quando o antigo aluno da Academia Politécnica, reconhecendo a importância e a alta missão pedagógica das faculdades ameaçadas, se comprometeu a resolver a questão sem mutilar a estrutura universitária. A posterior aprovação oficial da redução para sete elementos do número de assistentes afetos ao quadro das três Faculdades de Letras permitiu equilibrar as despesas do orçamento do ministério da Instrução Pública, retirando o argumento da criticada proposição. O episódio encarregou-se, porém, de mostrar a vulnerabilidade da Faculdade de Letras do Porto no palco da ação política, onde a sua transfiguração na aura de Leonardo Coimbra a fazia compartilhar adversários políticos e intelectuais, com novos boatos da sua supressão nesse mesmo verão⁹² e sugestões de uma «limpeza sanitária» e a adoção de concursos públicos para os professores e assistentes contratados⁹³.

Por seu turno, Homem Cristo perseverava na sua campanha contra uma escola «desacreditada, perdida no conceito público»⁹⁴, revigorado quer por estas notícias e lutas partidárias, quer pela decisão do sindicante ministerial que pedira a dispensa do processo instaurado, queixando-se da falta de cooperação da U.Porto nas entrevistas e documentação para rebater as referências de corrupção e nepotismo no funcionamento em Letras. Em resposta aos pedidos dos alunos para a encerrar de uma vez por ninguém vir a sair dela dignificado, o contestatário colocava como condição *sine qua non* a demissão de Leonardo de Coimbra como diretor e, subsequentemente, o seu próprio regresso ao magistério.

Perante a extrema gravidade de alguns factos denunciados, o governo nomeou Agostinho Fortes para resgatar a sindicância pendente, tendo este se deslocado ao Porto, em outubro de 1924, para elaborar o seu relatório. Inexplicavelmente, o professor da congénere na capital apresentou publicamente as conclusões à imprensa local,

⁹⁰ Antigos colegas na Escola Naval e colaboradores no período inicial da *Renascença Portuguesa*, Leonardo Coimbra e António Sérgio tinham-se incompatibilizado após a saída deste do movimento pela afirmação da corrente saudosista e, mais tarde, a propósito da filosofia intuicionista de Henri Bergson. O diretor da FLUP será publicamente por ele desprezado como «monstro de vaidade» e «charlatão, mulherego e oportunista». RAMOS, coord., 1994: 534-566.

⁹¹ *Universidade do Porto — Allegações junto do governo*. «O Comércio do Porto» (13 jan. 1924), p. 2.

⁹² *Comentários*. «O Porto Académico» (30 jun. 1924), p. 1. Supostamente, o novo ministro Santos Ribeiro pretendia fechar a FLUP de forma a canalizar as verbas orçamentais para a reclamada modernização da Faculdade Técnica, por «não lhe ser agradável a orientação filosófica do seu Director».

⁹³ *Comentários*. «O Porto Académico» (13 ago. 1924), p. 7.

⁹⁴ *Faculdade de Letras*. «O de Aveiro» (02 mar. 1924), p. 1-2.

sem a devida autorização do ministro Abranches Ferrão, classificando-a como uma contenda pessoal que, pelo teor das ignomínias e injúrias, pouco ou nada valeria a pena aprofundar as conjecturas tecidas. O embaraço criado ditou a sua impugnação e o indigitamento de um terceiro sindicante oficial para desagrado da U.Porto pelos seus efeitos aviltantes, que Leonardo Coimbra procurará silenciar de vez na própria Câmara dos Deputados.

Assim, em três sessões extraordinárias de inícios de novembro de 1924, tomava a palavra para colocar em cheque a credibilidade de Homem Cristo, nomeadamente, no seu ataque à 1.ª República, as conhecidas quezílias familiares⁹⁵ e a fraca assuidade no Parlamento, mas da qual não dispensava a remuneração, numa moção lançada para a mesa que politizava irremediavelmente o assunto:

Considerando que o professor da Faculdade de Letras da Universidade do Pôrto, Francisco Manuel Homem Cristo, se tem afirmado publicamente como elemento de desordem, agredindo e insultando os seus superiores hierárquicos, os seus colegas e alunos;

Considerando que nem os mais altos representantes da Nação têm sido poupados na sua linguagem escrita insultuosa e imoral;

Considerando que o mesmo professor publicamente tem desacatado e ofendido a bandeira da República e até afirmado que a Pátria não tem direito à independência:

A Câmara convida o Sr. Ministro da Instrução a proceder imediatamente com a prontidão e a energia que o caso requiere⁹⁶!

Quanto às alusões publicadas em vários artigos d'«O de Aveiro» contra a Faculdade de Letras e a sua gestão, publicamente e pela primeira vez, negava categoricamente a nulidade de algumas matrículas estudantis que não respeitariam os preceitos legais, a falsificação das atas do conselho escolar, a iniquidade do reitor Augusto Nobre ou os reembolsos indevidos aos professores nas suas missões científicas. O eventual intuito de expulsão de Homem Cristo do funcionalismo público, no entanto, foi amenizado pelo ministro que objetava tomar qualquer decisão enquanto decorresse a sindicância, até porque as provas para o processo disciplinar ao docente não aparentavam reunir corpo de delito consistente, além dos peculiares destrates.

⁹⁵ O homónimo Homem Cristo filho (1892-1928), reputado jornalista internacional e amigo pessoal de Benito Mussolini, por si renegado publicamente nas páginas do seu jornal por divergências económicas e ideológicas, num relacionamento pautado por extremos ao longo dos anos. CASTELO-BRANCO, 2001.

⁹⁶ AR — *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão extraordinária de 06-11-1924, n.º 151, p. 23.

Dominado por uma visível cólera e no seu melhor estilo polemista, o aveirense pouco pôde utilizar da palavra, interrompido pelos apupos dos deputados, após proferir máximas como: «A Faculdade há muito que devia estar extinta [...] O que se apura é que o Sr. Leonardo Coimbra não me quer lá dentro, quer ele ser o dono, como se a Faculdade fosse uma cousa dêle e não do Estado»⁹⁷. Na sessão do dia seguinte, já bem mais complacente, defendia o seu estado de saúde e a sua integridade moral como defesa às críticas pessoais, expondo em cerca de catorze pontos as incongruências na sindicância ao estabelecimento: a indisciplina académica, a falsificação das atas, a falta de certidões dos preparatórios liceais nas matrículas, o uso abusivo de «perdões de acto» nas provas de avaliação, a gerência das verbas públicas ou até a muito tímida solidariedade da academia do Porto, com vozes dissonantes que o apoivam, etc.⁹⁸.

Alinhados por um mesmo diapasão de que o quesito ultrapassava as competências do Parlamento e aguardando-se pelo retomar da sindicância, em moções das bancadas do Partido Nacionalista, da Ação Republicana e das minorias monárquica e católica, também o Partido Democrático acabou por se abster de defender e votar a proposição do seu próprio correligionário⁹⁹. Leonardo Coimbra voltava a sair fragilizado politicamente ao pedir a retirada da moção¹⁰⁰, entre críticas de procurar valer-se da sua influência para nulificar o inquérito ministerial e Homem Cristo, igualmente prostrado e incomodado com o adiamento da sindicância nas sucessivas remodelações ministeriais, numa campanha que subsistiu nas páginas d'«O de Aveiro» até à primavera de 1926.

Um estigma que ofuscou algumas das realizações que a Faculdade de Letras do Porto promoveu nestes tempos conturbados, como a «Revista de Estudos Históricos» (1924-1926) e o Instituto de Investigação Histórica da Universidade do Porto¹⁰¹ por Damião Peres, senão até uma certa reputação sobre os seus primeiros licenciados que ingressavam na docência ou nos cursos dessa profissionalização das duas Escolas Normais Superiores. Conquanto tenha contribuído para um fortalecimento da coesão interna da Faculdade de Letras contra os ataques arremetidos, quase sempre secundados pela reitoria da U.Porto, que os ventos políticos no horizonte se encarregaram de desafiar...

⁹⁷ AR — *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão extraordinária de 06-11-1924, n.º 151, p. 27.

⁹⁸ AR — *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão extraordinária de 07-11-1924, n.º 152, p. 27.

⁹⁹ AR — *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão extraordinária de 10-11-1924, n.º 153.

¹⁰⁰ Aquando da segunda passagem pela pasta da Instrução Pública, no governo de António Maria da Silva (1922-1923), Leonardo Coimbra fora amplamente contestado em todos os setores pelo seu projeto de lei sobre o ensino religioso em escolas particulares.

¹⁰¹ Decreto n.º 11 264, de 23 de Novembro de 1925. «Diário do Governo I Série», 253 (1925).

2.4. A DITADURA MILITAR E A EXTINÇÃO DA PRIMEIRA FACULDADE DE LETRAS (1926-1931)

A 28 de maio de 1926, a 1.^a República capitulava às mãos do golpe militar comandado pelo general Gomes da Costa, fragilizada que estava pela instabilidade política, a crise económica e um evidente descontentamento social, aspirando-se ao restabelecimento da ordem na vida nacional. Uma das grandes preocupações dos dirigentes da Ditadura Militar instaurada, que começava a delinear o regime político conservador e autoritário consolidado pelo Estado Novo, era eliminar radicalmente qualquer vestígio da propagação liberal associada ao regime democrático, logrando o campo da educação uma particular atenção pelo seu papel na imposição e controlo da nova realidade político-social.

Deste modo, a política educativa foi alvo de uma «contra-reforma educativa»¹⁰² ao legado republicano, restringindo a instrução aos níveis mais elementares pelos perigos da democratização do ensino, enquanto se intensificava o controlo ideológico e a difusão dos valores autoritários no espaço institucional da Escola. Neste cenário, afiguravam-se tempos difíceis para a Faculdade de Letras do Porto pela sua história e modelo de funcionamento, considerando as anteriores afirmações do fundador Leonardo Coimbra: «a Faculdade é estruturalmente republicana»¹⁰³.

Logo a 9 de junho, o jornal «O Século» sucintamente anunciava — «deve ser publicado hoje no «Diário do Governo», um decreto extinguindo a Faculdade de Letras do Porto»¹⁰⁴ —, para assombro do senado universitário do Porto que, reunido extraordinariamente da parte da tarde, determinou a constituição de uma comissão universitária para averiguar junto dos governantes a veracidade da notícia e fez aprovar uma moção de protesto contra essa pretensão:

O Senado Universitário do Porto, tendo tido conhecimento duma notícia, publicada nalguns jornais, segundo a qual se projecta a extinção da Faculdade de Letras desta cidade;

Considerando que o Porto, a segunda cidade do paiz, de há muito um centro de actividade literária e de estudos especulativos, tem direito não só a institutos scientificos de aplicação e de feição prática, mas também de um organismo universitário, a qual não falte, por uma inadmissível lacuna, a cultura das sciências do espírito;

Considerando que em sete anos de labor académico, a Faculdade de Letras do Porto manifestou uma actividade pedagógica e scientifica que se exerceu também noutras esferas universitárias e extra-universitárias do paiz e do estrangeiro, e

¹⁰² REIS, 1990: 271-278.

¹⁰³ O Chefe do Estado no Porto — Na Faculdade de Letras. «O Primeiro de Janeiro» (10 fev. 1924), p. 1.

¹⁰⁴ Faculdade de Letras do Porto. «O Século» (09 jun. 1926), p. 2.

possue uma frequência muito numerosa que não é inferior à de estabelecimentos congêneres nacionais;

Considerando que as Universidades de Lisboa e Coimbra têm, não só Faculdade de Letras, mas também, ao contrário da Universidade do Porto, Faculdade de Direito e Escola Normal Superior, não se compreendendo que, apesar dos votos já expressos pelas forças vivas da cidade e dos direitos indeclináveis das províncias do norte, se pretende ainda agravar esta situação inexplicável de desigualdade, agressiva para o Porto e para todo o norte do paiz;

Considerando que nenhuma razão de economia pode preterir os direitos de instrução e da cultura, sendo para mais desintegrada dum plano sistemático e ordenado de reforma pedagógica e quando um processo de imprescindíveis compressões orçamentais pode pôr-se em prática sem insignificantes reduções de despesas no orçamento já reduzido do Ministério da Instrução;

Considerando que, no conjunto de reformas de que a nacionalidade carece e que espera sejam realizadas nesta situação e aos representantes favoráveis à sua decretação, devem figurar as medidas tendentes a desenvolver as Universidades, contando com o parecer dos que nelas trabalham;

Resolve:

1.º — Deferencia publicamente os seus votos de que seja sempre respeitada a integridade da Universidade do Pôrto e das suas Faculdades;

2.º — Transmitir estes votos aos Srs. Presidente do Ministério e Ministro da Instrução, afirmando não poder acreditar que a informação publicada pelos jornais tenha qualquer fundamento em disposições orais do Govêrno, pois o Senado Universitário supõe que o Governo não quererá adoptar qualquer medida erosiva do Pôrto, das províncias do norte e do património intelectual do paiz;

3.º — Afirmar aos poderes do Estado a convicção de que, na reorganização dos serviços públicos, a Universidade do Pôrto será ouvida, como as suas congêneres, sôbre as medidas a adoptar para o desenvolvimento educativo e cultural da Nação por meio dos seus estabelecimentos universitários¹⁰⁵.

A vereação e as forças vivas da cidade do Porto ofereceram de imediato o seu apoio a esta deliberação universitária, também elas procurando mover diligências junto das esferas políticas pela manutenção da Faculdade de Letras e da integridade da academia. Entre os estudantes da escola ameaçada, os ânimos exaltavam-se em protestos diante uma medida que não podiam considerar «como originada em motivos de ordem económica ou pedagógica, mas antes de natureza bem mais terrena»¹⁰⁶,

¹⁰⁵ AUP — Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto, vol. I, sessão de 09-06-1926, fl. 71-71v.

¹⁰⁶ Faculdade de Letras do Porto. «O Primeiro de Janeiro» (11 jun. 1926), p. 1.

enviando telegramas ao governo do qual esperavam um desmentido oficial, apontando a injustiça e os danos do encerramento nos seus percursos escolares. Quiçá, suspeitando dessas razões de ordem política e que as outras faculdades acompanharam, o conselho escolar procederá ao escrutínio para uma nova direção, ganho pelo secretário Damião Peres, figura de reconhecido valor científico e de exposição pública mais discreta que o antecessor Leonardo Coimbra¹⁰⁷.

Os ânimos foram momentaneamente serenados com a promessa ministerial de não se atentar contra a unidade da U.Porto, reforçado pela promulgação do *Estatuto da Instrução Universitária*¹⁰⁸ que, se por um lado cerceava os limites da autonomia universitária em geral, também deferia num aumento das dotações orçamentais e empréstimos governamentais para melhoria do seu funcionamento. Na sequência da nova reforma orgânica das Faculdades de Letras¹⁰⁹, ministrando as licenciaturas em Filologia Clássica, Filologia Românica, Filologia Germânica, Ciências Histórico-Filosóficas e Ciências Histórico-Geográficas, o estabelecimento portuense viu o seu quadro de pessoal administrativo ligeiramente aumentado, em contraste com a recusa superior de criação de novas cadeiras anexas e da Escola Normal Superior e o regresso de Homem Cristo¹¹⁰.

A revolta de 3 a 7 de fevereiro de 1927 reavivou o espírito democrático da cidade do Porto, o primeiro movimento do Reviralhismo contra o regime autoritário, rapidamente subjugada pelas forças fiéis ao governo. A onda repressiva abateu-se sobre todo o país com prisões, demissões de cargos públicos e deportações em massa dos apoiantes republicanos da insurreição armada, na qual o agravamento da censura prejudicou a ação dos meios culturais, incluindo o da *Renascença Portuguesa* pela sua componente ideológica republicana e onde a comunidade académica de Letras participava¹¹¹.

A direção da Faculdade de Letras do Porto começa, por conseguinte, a distanciar-se desse movimento em termos institucionais, assinando a compra de um imóvel próprio na rua do Breyner, bem mais central da tradicional concentração

¹⁰⁷ Nessa sessão de 17 de junho de 1926, Damião Peres será só eleito à segunda volta, recebendo quatro votos contra os três de Francisco Torrinha, um de Teixeira Rego e dois em branco. PINA, 1966: 110.

¹⁰⁸ Decreto n.º 12 426, de 02 de Outubro de 1926. «Diário do Governo I Série», 220 (1926).

¹⁰⁹ Decreto n.º 12 677, de 17 de Novembro de 1926. «Diário do Governo I Série», 257 (1926). A nova estrutura pedagógica contemplava três secções pedagógicas englobando os seis grupos de ensino: Ciências Filológicas (Filologias Clássica, Românica e Germânica), Ciências Históricas, Geográficas e Filosóficas (História, Geografia e Filosofia) e Cadeiras e cursos anexas. A nova licenciatura de Ciências Histórico-Filosóficas resultou da reduzida frequência escolar da antiga licenciatura em Ciências Filosóficas. MARQUES, 1970: 20-31.

¹¹⁰ A 1.ª FLUP passou a dispor de mais um lugar de conservador de biblioteca e dois contínuos, vendo rejeitado o pedido para a criação de um curso livre de Hebreu.

¹¹¹ Entre os principais líderes do movimento de 1927 encontravam-se algumas figuras de prestígio do meio intelectual portuense e alunos da 1.ª FLUP, chegando o próprio Leonardo Coimbra a esconder-se em casa de amigos já no seu rescaldo, provavelmente pelas ligações de amizade a elementos como Jaime Cortesão e o capitão Aresta Branco.

universitária e condigna com a sua atividade educativa¹¹². Pequeno lenitivo face a nova objeção governamental à ampliação da sua estrutura científica, no final desse ano, com um Laboratório de Fonética Experimental e a fragmentação do seu museu anexo em três: Arqueologia e História da Arte, História de Portugal e Etnografia¹¹³; perante o avolumar da crise económica nacional no rescaldo da contração comercial e inflação do pós-guerra.

Em nome da procura de uma solução interna para o equilíbrio financeiro e a estabilização monetária, o governo de Óscar Carmona ratificou um plano geral de contenção da despesa pública sobre todos os ministérios. Na pasta da Instrução Pública ocupada por Alfredo de Magalhães, professor catedrático da Faculdade de Medicina e reitor da U.Porto, a resolução adotada e comunicada, a 28 de março de 1928, implicava o fecho de faculdades e liceus sob uma multiplicidade de critérios invocados.

No cenário do ensino superior e universitário, baseando-se num pretense critério de antiguidade e existência institucional, o fado recaiu sobre as Faculdades de Direito de Lisboa, a de Letras do Porto e a de Farmácia e Escola Normal Superior de Coimbra; singularmente, as duas primeiras fundadas como reação ao conservadorismo conimbricense pelos célebres republicanos Afonso Costa e Leonardo Coimbra. As movimentações nas três academias foram imediatas e massivas na procura de travar a publicação oficial do decreto que a iria consubstanciar, nas quais os estudantes do Porto recorreram ao envio de telegramas para Lisboa, perplexos com a sugestão que provinha do seu próprio reitor:

Excelentíssimo ministro da instrução — Lisboa — Alunos Faculdade Letras Porto reunidos resolveram vir suscitar v. ex.^a atenção problema extinção sua Faculdade. São mais de cem famílias que vêem assombrar esperanças construídas após longas dificuldades. Esperamos v. ex.^a satisfação justos direitos;

Excelentíssimo Presidente Republica — Lisboa — Alunos Faculdade Letras Porto, alarmados brusco quebrar cursos encetados esforços perdidos vêem pedir a v. ex.^a revogação projecto inutiliza e destrói carreiras. Muitas famílias vêem-se impossibilitadas vencer dificuldades causadas tal medida. Esperando v. ex.^a justa solução nossa causa, felicitam êxito ultimas eleições¹¹⁴.

¹¹² A compra do imóvel foi aprovada pelo conselho escolar, em sessão de 24-02-1927, obtendo a anuência governamental nesse verão com a concessão de uma verba extraordinária para a sua compra em outubro. Entretanto, desde junho, os serviços da escola vinham sendo transferidos para as novas instalações com o término do contrato de arrendamento da «Quinta Amarela». FERNANDES, *coord.*, 2007: 73-74.

¹¹³ Proposta deliberada em sessão de 05-11-1927, solicitando a criação do Laboratório de Fonética Experimental, dirigido por Ângelo Ribeiro; o Museu de Arqueologia e História da Arte, por Aarão de Lacerda; o Museu de História de Portugal, por Damião Peres; e o Museu de Etnografia, por Mendes Correia. PINA, 1966: 125.

¹¹⁴ *Faculdade de Letras*. «O Comércio do Porto» (29 mar. 1928), p. 2.

A imprensa periódica local questionava a pertinência de tal projeto de lei, estranhando a decisão do encerramento de uma escola com «uma frequência superior a cem alunos; com iniludíveis demonstrações de trabalho honesto e inteligente — até as dadas pelos seus licenciados nos exames de admissão ás Escolas Normais Superiores, na regência das suas disciplinas nos liceus e ultimamente em conferências e cursos públicos»¹¹⁵; ao invés do coronel Craveiro Lopes, nos destinos do Governo Civil do Porto, felicitando o governo na prossecução do equilíbrio financeiro, enquanto desconsiderava os muitos estudantes e famílias que rogavam pela sua intercessão política¹¹⁶.

Já no senado universitário instalara-se uma dualidade de sentimentos entre a consternação pela supressão oficial e a aversão pela pretensão do seu reitor, uma das vozes mais críticas aquando das projetadas extinções de 1923, telegrafando-lhe a sua própria contraproposta: um reajustamento da dotação orçamental global e um plano geral de redução da despesa em todas as faculdades, que permitisse salvaguardar a de Letras¹¹⁷. Escusando-se a uma resposta oficial, Alfredo de Magalhães justificava na imprensa que não estavam em causa somente questões económicas, mas também os «interesses da instrução pública cujo rendimento cultural é insuficiente»¹¹⁸.

As réstias de quaisquer esperanças portuenses desvaneceram-se com a publicação do *Decreto n.º 15 365, de 12 de Abril de 1928*, que no artigo 1.º decretava o encerramento das quatro instituições de ensino superior indicadas em conselho de ministros¹¹⁹. E se na Faculdade de Direito de Lisboa as reações foram enérgicas marcando uma posição intransigente pela sua defesa¹²⁰, contribuindo para a queda do governo com a saída do seu ministro da Justiça, uma comissão universitária do Porto teve de aguardar uma semana por uma reunião com o ministério recém-formado por Duarte Pacheco, nada mais asseverando do que uma promessa de análise detalhada sobre a possível revogação desse decreto¹²¹.

A assembleia geral da U.Porto convocou uma sessão para o dia seguinte para demonstrar a sua oposição à mutilação da estrutura universitária e elaborar o arquitetado plano geral de redução de despesas, na qual, por unanimidade, foi aprovada a moção de António Machado de Ciências, imperando o bom senso em não se lhe

¹¹⁵ *Faculdade de Letras do Porto*. «O Primeiro de Janeiro» (29 mar. 1928), p. 1.

¹¹⁶ *Faculdade de Letras do Porto*. «O Comércio do Porto» (30 mar. 1928), p. 4.

¹¹⁷ AUP — *Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. I, sessão de 31-03-1928, fl. 88-89v.

¹¹⁸ *Pelo Ministério da Instrução*. «Jornal de Notícias» (06 abr. 1928), p. 4.

¹¹⁹ Decreto n.º 15 365, de 12 de Abril de 1928. «Diário do Governo I Série», 25 (1928).

¹²⁰ Manuel Rodrigues Júnior renunciou ao cargo governativo no próprio dia da publicação da lei, decorridos quatro dias, todo o corpo docente desta escola apresentou a sua demissão em solidariedade com o ministro e a instituição. Quanto a Afonso Costa, exilado em Paris desde a vitória do golpe militar, tinha sido já exonerado de todos os cargos públicos em março de 1927.

¹²¹ *Pelo Ministério da Instrução*. «O Primeiro de Janeiro» (21 abr. 1928), p. 3. A referida comissão era constituída pelo vice-reitor Dr. Lopes Martins, os diretores das faculdades Dr. Alves Bonifácio (FCUP), Bento Carqueja (FEUP) e Damião Peres (FLUP), o professor Dr. Mendes Correia (FCUP/FLUP) e dois estudantes da academia.

anexar o excerto de uma ata em que o ministro demissionário protestara pela extinção da Faculdade de Letras:

Considerando que a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, criada em 1919, veio completar o organismo universitário portuense, ao qual faltava, ao contrário do que sucedia com as Universidades de Lisboa e Coimbra, esse elemento da sua estrutura, elemento que se considera essencial em todas as Universidades de nações civilizadas;

Considerando que há poucos meses recebeu aquela Faculdade os meios necessários para uma sua melhor instalação e para um melhor funcionamento de todos os seus serviços e que imediatamente se procedeu a essa instalação e se melhoraram todas as suas secções e gabinetes;

Considerando que ela possui presentemente, além duma biblioteca especializada, um Gabinete de Geografia, um Laboratório de Fonética Experimental, um Museu de Arqueologia, um Museu de História da Arte e Museu de Etnografia;

Considerando que as publicações dos seus professores e a sua actividade no domínio da extensão universitária tem demonstrado também a vantagem da existência desse organismo de cultura;

Considerando que a extinção da Faculdade, agora decretada, representa uma economia insignificante que de nenhum modo justifica o fundo golpe que, com essa medida sofrem os seus alunos e as suas famílias, e assim, a cultura portuguesa, a Universidade e a cidade do Porto, e todo o norte do País, que é justamente a região mais populosa de Portugal;

Considerando que a numerosa frequência da Faculdade e o esforço por esta realizado para o seu progresso e em prol da cultura e do ensino provam a alta conveniência local e nacional de não se suprimir um órgão indispensável da Universidade desta terra não só de civismo e de trabalho mas também de irrecusáveis pergaminhos e de honrosas tradições intelectuais;

A Assembleia Geral da Universidade do Porto apela para os altos poderes do Estado no sentido de ser revogada a disposição que tão gravemente mutilou a sua estrutura¹²².

Paradoxalmente, só em finais de maio, a academia do Porto comunica a sua adesão à greve geral universitária nacional, que há mais de um mês fora decretada em Lisboa e Coimbra, depois de vários impasses entre os alunos das diferentes faculdades e uma chamada de atenção tardia: «o Estado não pode ter a pretensão de

¹²² AUP — *Livro das actas das sessões Assembleia Geral da Universidade do Porto*, sessão de 21-04-1928, fl. 14-14v. Note-se que, entre as estruturas científicas referenciadas, somente tinham sido institucionalizados o Museu de Arqueologia Histórica e o Instituto de Investigação Histórica.

comercializar a instrução. O Estado não pode fazer da escola uma fonte de receita monetária»¹²³. As aspirações da Universidade de Lisboa foram atendidas com o restabelecimento da Faculdade de Direito, em outubro de 1928¹²⁴, para indignação da U.Porto e, mais profundamente, do reitor Alfredo de Magalhães, em protesto dirigido ao presidente da República:

*Senhor Presidente, a Ditadura, que eu, velho e intransigente republicano tenho preconizado e servido com enorme sacrifício e puro desinteresse, [...] tem de inspirar-se nos princípios da mais inflexível justiça, não comporta atitudes de excepção beneficiária. Apresentando a V. Ex.ª, Senhor Presidente, o meu primeiro protesto contra o revoltante decreto, só lamento que a camisa de forças em que o país se encontra amarrado, sob a forma de uma censura que excessivamente se prolonga, sem vantagem para ninguém, não me permita esclarecer amplamente a opinião*¹²⁵.

Instigando pela revogação integral de uma lei tão controversa nos meios universitários, impulsionada segundo o próprio por pressão dos seus pares ministeriais, não suscitou uma resposta favorável do governo, que se limitou meramente a prorrogar anualmente o funcionamento da Faculdade de Letras do Porto para conclusão dos estudos dos alunos inscritos, tal como para as escolas da Universidade de Coimbra, proibindo as matrículas no 1.º ano dos cursos a partir do ano letivo de 1928-1929 até ao máximo de dois anos¹²⁶.

A questão da integridade da U.Porto passou a mote preferencial nas sessões do senado universitário, entre 1929 e 1932, lamentando-se a perda de uma escola que lhe conferia a verdadeira orgânica institucional ao representar a alta cultura intelectual neste cenário educativo. O novo reitor Alexandre Sousa Pinto apresentava, em inícios de 1929, um plano de salvaguarda da Faculdade de Letras junto do Governo, «separando o assunto corpo docente»¹²⁷, que se revelou infrutífero pela «convicção que deles lhe advém da impossibilidade de conseguir neste momento a restauração

¹²³ COMISSÃO NACIONAL PARA A DIRECÇÃO DO MOVIMENTO, 1928: 4-13. Na sequência dos movimentos estudantis, a FMUP instaurou um processo disciplinar a um seu aluno, com pena de exclusão da frequência do curso por dois anos, após este ter danificado o retrato do Dr. Alfredo de Magalhães exposto no salão nobre da Faculdade de Engenharia.

¹²⁴ Decreto n.º 16 044, de 16 de Outubro de 1928. «Diário do Governo I Série», 238 (1928). Pelo artigo 46.º foi revogada a ordem de extinção pelo Decreto n.º 15 365.

¹²⁵ SANTOS, 2000: 14-15. Aquando da sua jubilação em 1941, o antigo reitor voltou a salientar que esta iniciativa ministerial lhe fora imposta pelo Conselho de Ministros, lamentando não ter conseguido a sua revogação.

¹²⁶ Decreto n.º 16 078, de 26 de Outubro de 1928. «Diário do Governo I Série», 247 (1928); Decreto n.º 17 498, de 14 de Outubro de 1929. «Diário do Governo I Série», 247 (1929); Decreto n.º 18 234, de 22 de Abril de 1930. «Diário do Governo I Série», 92 (1930).

¹²⁷ AUP — *Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. I, sessão de 11-02-1929, fl. 98-98v.

da Faculdade de Letras»¹²⁸. A intransigência do poder político refletiu-se ao nem a contemplar na nova lei orgânica aprovada no ano seguinte, em que a criação da secção de Ciências Pedagógicas com o curso de habilitação de professores ao ensino liceal e técnico-profissional, ou seja, substituindo a Escola Normal Superior, beneficiava agora a Universidade de Coimbra¹²⁹.

O gradual término das cadeiras das licenciaturas e a retirada de parte dos professores para outras instituições educativas universitárias e liceais, a partir do segundo trimestre de 1930, acarretaram remodelações na distribuição do serviço dos remanescentes e a entrada em funções de uma nova direção, liderada por Luís Cardim¹³⁰, que logrou ainda realizar as primeiras provas de doutoramento do licenciado Agostinho da Silva, em 31 de julho do mesmo¹³¹. No derradeiro ano de funcionamento, o ministro Gustavo Cordeiro Ramos propunha ao senado universitário a criação de uma Faculdade de Ciências Económicas e Comerciais, a exemplo da Universidade Técnica de Lisboa, discutida em várias sessões, mas sempre demarcada com a vontade em se restaurar primeiro a Faculdade de Letras:

Considerando que a Faculdade de Letras do Porto continua extinta, ao passo que a de Direito de Lisboa logo foi restabelecida, o mesmo parecendo que vai acontecer à de Farmácia de Coimbra;

Considerando que a criação de uma Faculdade do Comércio, mesmo revestida de todas as cautelas e garantias, numa Universidade privada da sua Faculdade de Letras, corre o risco de provocar um desequilíbrio que a torne mais próxima de uma Universidade Técnica, do que de uma Universidade Clássica;

Considerando que a História nos ensina a ser cautelosos e firmes na defesa das prerrogativas do Norte e da sua Universidade;

*Proponho que o Senado aceite, em princípio, a criação de uma Faculdade de Comércio organizada em moldes universitários, condicionando porém a sua criação com o restabelecimento da Faculdade de Letras*¹³².

¹²⁸ AUP — *Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. I, sessão de 07-03-1929, fl. 98v-99.

¹²⁹ Decreto n.º 18 973, de 16 de Outubro de 1930. «Diário do Governo I Série», 251 (1930).

¹³⁰ PINA, 1966: 130.

¹³¹ PINA, 1966: 130-132. George Agostinho Baptista da Silva (1906-1994) defendeu a tese *Sentido Histórico das Civilizações Clássicas* em Filologia Clássica, o único realmente noticiado na imprensa da época e nos registos da reitoria da U.Porto. AUP — *Actos de Doutoramento da Universidade do Porto*, lv. I (1929-1950). No mesmo livro e manuscrito em anotação posterior surge a referência a atribuição de idêntico grau académico a António de Freitas Salgado Júnior, que requereu provas ao conselho escolar com a tese *História das Conferências do Casino* (1871), que chegou a ser publicada. E um terceiro requerimento de Luís Mendes de Oliveira com *Introdução à História do Drama Humano*, esta já mencionando a inexecuabilidade de arguição por falta de professores do grupo de História.

¹³² AUP — *Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. II, sessão de 18-06-1931, fl. 14v. Efetivamente, as Faculdades de Farmácia de Lisboa e Coimbra foram reconduzidas à situação de escolas superiores em 1932, tornando a FFUP a única instituição nessa qualidade a atribuir o grau de licenciado na área até 1968, ano da elevação oficial das escolas congêneres a esse antigo estatuto.

Goradas as movimentações na defesa da Faculdade de Letras do Porto, tanto junto do poder central como do poder municipal, a 30 de julho de 1931, o seu conselho escolar reuniu-se pela última vez para ultimar os assuntos pendentes¹³³. No dia seguinte, Luís Cardim apresentava-se no senado universitário para o derradeiro ato oficial da faculdade extinta, agradecendo a todos «a defesa que foi feita da Faculdade, lembrando os nomes daqueles que lhes prestaram serviços»¹³⁴. Os alunos que não tinham concluído os seus cursos no prazo estabelecido procuraram a sua continuidade nas escolas congéneres ou simplesmente abdicaram deles, enquanto os docentes colocados na situação de adidos foram reconduzidos ao ensino liceal, outros a serviços públicos e só uma pequena minoria pôde prosseguir a carreira académica em Universidades portuguesas ou estrangeiras.

Ao fim de doze anos de uma existência simultaneamente vacilante e eloquente encerrava uma «instituição universitária sem precedentes em Portugal»¹³⁵, cujas sequelas permaneceriam entre os seus elementos e no próprio espírito universitário portuense nas décadas vindouras:

*A antiga Faculdade de Letras, extinta por uma incompreendida medida de austeridade económica, foi na vida universitária e intelectual da cidade, e até do país, o mais elevado expoente atingido neste século sob o ponto de vista pedagógico e de ensino humanístico*¹³⁶.

¹³³ PINA, 1966: 133.

¹³⁴ AUP — *Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. II, sessão de 31-07-1931, fl. 15v.

¹³⁵ RAMOS, coord., 1994: 556.

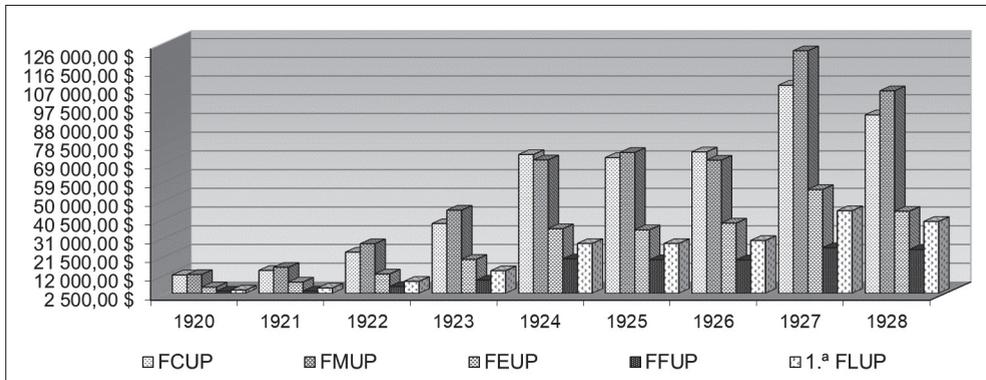
¹³⁶ *O Último Curso da antiga Faculdade de Letras*. «O Tripeiro», VI Série, n.º 8 (1963) p. 248.

3. EXCECCIONALIDADES DA PRIMEIRA FACULDADE DE LETRAS DO PORTO

A primeira Faculdade de Letras do Porto assumiu durante o seu funcionamento uma série de especificidades que, ao a demarcar de forma distinta no seio da estrutura universitária portuguesa, foram determinantes para a ordem de extinção e o embargo aos projetos do seu restabelecimento, pelo menos até final da década de 1950¹³⁷. Na realidade, entre todas as faculdades sentenciadas em 1928, apenas a da U.Porto não foi prontamente restaurada ou configurada num novo modelo organizacional, que permitisse a continuidade da sua missão educativa e cultural neste meio académico.

As razões económicas sublinhadas nesse mesmo decreto não parecem ter sido condição *sine qua non* para a decisão do encerramento da escola, embora tenham sido sempre o principal argumento invocado nas intimações que a precederam. Aliás, desde a sua abertura, uma das principais críticas do conselho escolar incidia sobre a exiguidade do orçamento governamental disponibilizado que criava sérias dificuldades na instalação física dos serviços e até nos próprios pagamentos dos vencimentos dos professores. Um dos motivos plausíveis para que muitos tenham acumulado o magistério universitário com o ensino nos liceus portuenses, em particular o Rodrigues de Freitas e o feminino Sampaio Bruno, pelos quais eram abonados e que com a redução progressiva de horas de serviço lhes valeu a subsistência individual.

Gráfico 1. Vencimentos do pessoal docente da U.Porto (1920-1928)



Fonte: AUP — *Livros de vencimentos de pessoal da Universidade do Porto*¹³⁸

¹³⁷ ALVES & ARAÚJO, 2014c.

¹³⁸ A apresentação dos valores respeita à média mensal por ano económico dos vencimentos pagos nas diferentes faculdades, designadas pelas denominações correntes. A baliza cronológica inicia-se com o registo dos vencimentos da 1.ª FLUP nesta fonte até à oficialização da sua extinção, momento a partir do qual a análise global fica comprometida pela redução progressiva em consequência da saída dos professores. Alerta-se que no período em foco se perderam alguns registos mensais em determinados anos, o que exige uma reserva de validade dos resultados analisados.

Curiosamente, coincidindo com os governos ditatoriais militares o maior aumento das dotações públicas em Letras, estas mantinham-se como alvo de reparos constantes: «a dotação da Faculdade é partícula ridícula em relação a verbas desconformes que outros serviços menos úteis ao país sorvem o orçamento»¹³⁹. Em relação ao total das despesas com o pessoal docente e administrativo da U.Porto, por exemplo, a Faculdade de Letras tendia a ser uma das instituições mais económicas, somente sobrepondo-se à de Farmácia com um único curso a funcionar. A maior frequência escolar e correlativo quadro de pessoal das Faculdades de Medicina e Ciências absorviam mais de metade da dotação orçamental da Universidade neste capítulo, relegando para posição bem mais modesta a de Engenharia, cujos primeiros três anos das licenciaturas eram cumpridos na segunda das escolas, de igual modo pelas maiores despesas com o pessoal técnico associado aos seus organismos de carácter de investigação científica.

Por conseguinte, a utilização do argumento económico não seria exclusivamente exequível para a ordem de encerramento, como relembra o conselho escolar devia-se até à Ditadura Militar o maior apoio financeiro em resposta às suas necessidades; tal como a interpretação do critério de antiguidade institucional, justapondo a letra da lei sobre a realidade histórica, pois pela reformulação orgânica de Engenharia e Farmácia ambas eram «criações mais recentes do que a de Letras»¹⁴⁰.

Quadro 1. Frequência escolar das Faculdades de Letras portuguesas (1919-1931)

Anos Letivos	Coimbra	Lisboa	Porto
1919-1920	124	98	73
1920-1921	77	131	85
1921-1922	—	—	125
1922-1923	96	179	124
1923-1924	119	226	130
1924-1925	116	194	107
1925-1926	124	212	104
1926-1927	138	235	99
1927-1928	166	276	104
1928-1929	206	285	64
1929-1930	229	308	52
1930-1931	333	480	39
Total	1728	2624	1106

Fonte: INE — *Anuários Estatísticos de Portugal*

¹³⁹ *Faculdade de Letras do Porto*. «O Primeiro de Janeiro» (11 jun. 1926), p. 1.

¹⁴⁰ *A Universidade do Pôrto e a sua Faculdade de Letras*. «O Primeiro de Janeiro» (25 jul. 1931), p. 1.

Já no panorama nacional da frequência escolar entre as Faculdades de Letras, a menoridade da escola portuense tornava-a no principal alvo da pretensa inutilidade da sua existência, visto abranger uma população estudantil ligeiramente inferior às das suas congêneres: «temos em Portugal três Faculdades de Letras. Pergunto: não será demasiado?... Haverá necessidade de termos três Faculdades de Letras?... Todos dizem: não é necessário! Pois, se assim é, reduza-se também êsse número»¹⁴¹. Se no ano inaugural a do Porto registou um número de matrículas muito acima do previsto pelas autoridades académicas, pontualmente superior aos valores de Coimbra, o crescimento escolar resultante do funcionamento pleno de todos os anos das licenciaturas, no ano letivo de 1924-1925, correspondeu a uma estabilidade nos valores do segmento estudantil em diante.

Deste universo específico, à exceção do ano letivo de 1919-1920, a preponderância de Lisboa era incontestável ao concentrar a quase metade dos alunos inscritos neste universo (44,8%), enquanto a diferença ténue entre Coimbra (27,7%) e Porto (27,5%) comprovava a superioridade da mais antiga. Uma análise particular à média anual da frequência entre os anos letivos de 1923-1924 a 1927-1928, correspondente ao funcionamento integral dos planos de estudos nos três estabelecimentos, ilustra esta disposição com os 229 alunos de Lisboa a contrastar com os 133 de Coimbra e os 109 do Porto. No seio da U.Porto, embora a Faculdade de Letras tenha assumido o terceiro lugar como a escola mais frequentada desde a abertura até ao encerramento compulsivo, o quantitativo discente estava longe de fazer concorrência à hegemonia das Faculdades de Ciências e Medicina e representava pouco mais de um décimo do total da população universitária portuense¹⁴².

Contudo, se o critério da frequência estudantil poderia ter legitimado a decisão estatal quanto à continuidade da primeira Faculdade de Letras do Porto, as consequências do seu desaparecimento foram rapidamente apreendidas e criticadas pelos estudantes da região norte. Atendendo ao perfil dos alunos licenciados pela escola na análise da sua naturalidade, com as devidas ressalvas quanto à sua efetiva residência aquando da frequência dos cursos, a quase totalidade dos alunos era oriunda dos distritos que formavam a circunscrição universitária do Porto¹⁴³.

¹⁴¹ AR — *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 14-08-1925, n.º 112, p. 6-8.

¹⁴² De acordo com o *Anuário Estatístico de Portugal* do INE, até ao ano letivo de 1927-1928 a média de frequência estudantil da 1.ª FLUP no seio da U.Porto rondou os 11,8%. Nesse mesmo ano letivo da promulgação da sua extinção, os 104 alunos da 1.ª FLUP assumiam um peso de 9,1% em comparação com a FCUP (459 – 40,4%), FMUP (451 – 39,7%), FEUP (65 – 5,7%) e a FFUP (58 – 5,1%).

¹⁴³ A circunscrição universitária do Porto, estabelecida pelo *Estatuto da Instrução Universitária de 1918*, compreendia os distritos de Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real; enquadrando o de Aveiro na área de influência da Universidade de Coimbra. Informalmente os concelhos a norte deste último distrito, atual região do Entre Douro e Vouga, tendencialmente escolhiam a U.Porto pela proximidade geográfica. Ao longo deste estudo a circunscrição universitária do Porto será considerada no conjunto destes seis distritos, a zona norte do país por excelência. NUNES, 1968a: 133.

Com efeito, de um total de 165 licenciados, 130 destes elementos eram naturais dos distritos do Porto (77 – 46,7%), Braga (14 – 8,5%), Vila Real (13 – 7,9%), Aveiro e Bragança (9 cada – 5,5%) e Viana do Castelo (8 – 4,8%), retirando expressão quantitativa aos restantes distritos nacionais e aos casos de alunos das então colónias e do estrangeiro.

Não só o público escolar nortenho viu reduzida a oferta educativa do sistema universitário portuense, como grande parte dos eventuais interessados na frequência da área das Letras foram forçados a escolher outros cursos universitários distintos, perante a incapacidade financeira das famílias de suportar os encargos com a deslocação para a frequência das escolas análogas de Coimbra e Lisboa. Situação que ganhava contornos preocupantes entre o contingente feminino, que tendia já a dominar a frequência escolar em Letras no âmbito nacional — que «significa bem o quanto a mulher portuguesa procura instruir-se e obter posição social, que lhe permita a independência económica e uma situação honesta e produtiva»¹⁴⁴—, percecionado num futuro profissional como professoras o destino mais conceituado em termos sociais¹⁴⁵.

Quadro 2. Alunos licenciados pela 1.ª FLUP (1922-1931)

Cursos	Masculino	Feminino	Total
Filologia Clássica	12	15	27
Filologia Românica	18	32	50
Filologia Germânica	9	24	33
Ciências Históricas e Geográficas	21	15	36
Ciências Filosóficas (até 1926)	7	1	8
Ciências Históricas e Filosóficas (pós-1926)	11	2	13
Total	78	89	167

Fonte: PINA, 1966: 149-169¹⁴⁶

Tal retrato era partilhado entre os licenciados pela escola portuense, expresso na ligeira liderança feminina, nomeadamente pela sua preponderância nos ramos filológicos, onde a quase maioria das alunas era mesmo proveniente do próprio distrito do Porto¹⁴⁷. Privadas de prosseguir este tipo de formação académica na U.Porto, além

¹⁴⁴ *Relatório da Faculdade de Letras do ano letivo de 1917-1918*. «Anuário da Universidade de Lisboa», p. 93.

¹⁴⁵ Numa sociedade predominantemente masculinizante, mais do que constrangimentos sociológicos ou de uma «natural inclinação para a educação», a preponderância feminina era justificada pela menor procura das Letras pelos estudantes masculinos, nos quais os reduzidos honorários do magistério os encaminhavam para cursos de maior provento em áreas tecnológicas ou de maior prestígio social, como a Medicina e as Engenharias.

¹⁴⁶ O número total de licenciados pela 1.ª FLUP foi de 167 elementos, visto a existência de dois alunos habilitados com duas licenciaturas pela escola, que não foram assim duplicados na análise da proveniência geográfica.

¹⁴⁷ No conjunto total de alunas licenciadas pela 1.ª FLUP, a distribuição da naturalidade era liderada pelo distrito do Porto (42 – 47,2%), seguido de Vila Real (8 – 9%), Viseu (7 – 7,9%) e Bragança (6 – 6,7%). A circunscrição universitária do Porto detinha igualmente a hegemonia com um total de 69 alunas (77,5%).

dos encargos económicos nos núcleos familiares, acresciam-se as naturais resistências e receios de um menor controlo parental decorrente do abandono temporário da residência familiar numa eventual transferência para os outros meios académicos. Daí se apercebe a defesa incessante destes alunos e das suas famílias nas muitas campanhas de defesa, colidindo com um notório desinteresse das autoridades políticas da cidade e até de parte da sua comunidade universitária:

*O respeito pela verdade manda dizer que esta escola superior funcionou afastada da simpatia dos portuenses e dos representantes das entidades oficiais, pois basta rememorar que até os professores e estudantes das faculdades mais antigas olhavam com desdém para a nova escola de humanidades*¹⁴⁸.

Em primeiro lugar, pelos motivos políticos quanto ao futuro da Faculdade de Direito de Lisboa e da Faculdade de Letras do Porto, plenamente reconhecidos na dupla aceção de criações republicanas e da presença de figuras da 1.^a República na constituição dos seus corpos docentes, que o regime ditatorial procurou subjugar à sua autoridade¹⁴⁹. A do Porto encontrava-se em situação mais delicada pelos condicionalismos da sua oficialização — «uma força republicana a contrapor à influência da Universidade de Coimbra reaccionária»¹⁵⁰ —, e a sempiterna associação a Leonardo Coimbra¹⁵¹.

Na realidade, apesar da militância republicana de outros professores como Lúcio dos Santos, Newton de Macedo, Teixeira Rego ou Luís Cardim, a visibilidade pública do primeiro diretor da escola e as suas contendas pessoais e políticas foram habilmente manipuladas contra a imagem do próprio estabelecimento. Na nova conjuntura política seria deveras difícil aceitar a permanência de uma escola de cariz democrático como se procurou alicerçar nos tempos republicanos, com elementos que não garantiam total confiança político-social, pelo que as autoridades políticas e militares do Porto não manifestaram particular anseio em a proteger, distanciando-se da causa pela profunda dependência face às altas esferas do poder político.

Afinal, uma letargia mais notória do que a da U.Porto e da sua comunidade académica, os quais se dividiam nas opiniões de uma Faculdade de Letras, que alimentara uma identidade em rutura com os habituais cânones legados pelo sistema de ensino superior de Oitocentos. O modelo de ensino delineado no horizonte do «espírito essencial da liberdade da educação e da cultura»¹⁵² contrastava com o maior

¹⁴⁸ *O Porto e os Estudos Humanísticos*. «O Tripeiro», V Série, n.º 7 (1945), p. 153.

¹⁴⁹ TORGAL, 1999: 89.

¹⁵⁰ *A propósito do Imbra em Aveiro*. «O de Aveiro» (20 abr. 1924), p. 1-2.

¹⁵¹ MAGALHÃES, 2012.

¹⁵² SEABRA, 1987: 259.

conservadorismo e formalismo que imperavam nas faculdades congêneres de Coimbra e Lisboa e nas restantes portuenses, privilegiando um espaço de diálogo e tolerância entre professores e alunos, onde reinava um original e inédito «pensamento livre, democrático comumente e heterodoxamente atento às questões metafísicas»¹⁵³. Além das disparidades de contar apenas com uma única cadeira anexa e de nunca ter obtido a importante Escola Normal Superior para complementar a sua finalidade educativa¹⁵⁴.

A par das chamadas de atenção quanto aos riscos do seu funcionamento demasiado liberal e escudado na autonomia universitária do regime deposto, pontualmente gerando alguns problemas à reitoria junto do ministério: a ausência de um regulamento interno várias vezes apontado por Mendes Correia¹⁵⁵, os convites a professores para ingressar nos seus quadros¹⁵⁶, a dispensa das provas públicas na contratação dos quatro assistentes¹⁵⁷, a falta de comunicação com a secretaria geral, etc. Factos que acabaram por ser aludidos na «campanha Homem Cristo» com o professor a reportar falsificação de atas escolares, irregularidades em matrículas sem as devidas certidões liceais, fraudes na avaliação e nas notas lançadas, etc; ingenuamente comprovadas pelos alunos em correspondência epistolar e na imprensa estudantil para lhe imputarem também essa falha omnisciente¹⁵⁸.

Uma escola ainda comprometida, em termos do espaço geográfico, pelo seu enquadramento no tecido urbano da cidade fora da «concentração universitária dos Clérigos ao Carregal»¹⁵⁹. O primeiro ano, a título provisório, nas dependências da Faculdade de Ciências e a transferência para uma localização periférica como a da «Quinta Amarela», foram claramente insuficientes para a sua integração na *praxis universitária* portuense, quer para os estudos e investigações dos alunos na Biblioteca Pública Municipal ao Jardim de S. Lázaro, quer para a resolução de assuntos burocráticos na reitoria. A posterior demanda do conselho escolar na transferência para

¹⁵³ RAMOS, 1986-1987: 204.

¹⁵⁴ A cadeira anexa de Estética e História da Arte era a única comum às três instituições de Letras, com a FLUC a ser autorizada a deter um curso de Estudos Brasileiros e a FLUL, em clara superioridade de oferta educativa, as cadeiras anexas de Línguas Árabe e Sânscrita e os cursos livres de Estudos Camonianos e Estudos Brasileiros.

¹⁵⁵ PINA, 1966: 104.

¹⁵⁶ PINA, 1966: 83-125. O conselho escolar da 1.ª FLUP apresentou requerimentos superiores, entre 1919 e 1928, para aprovação de cadeiras e cursos asseguradas por Fidelino de Figueiredo, Domingos dos Reis Costa, Pedro Vitorino, Artur de Barros Bastos e Nahum Slouschz, as quais não chegaram a ser ratificadas.

¹⁵⁷ Artur de Magalhães Basto (1894-1960), licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa (1922), assistente de Ciências Geográficas (1922-1925) e de Ciências Históricas (1925-1931); José de Freitas Bragança (1892-1982), diplomado pela Sorbonne e assistente de Filologia Românica (1923-1925); Humberto Pinto de Lima (1902-1984) e Torquato de Sousa Soares (1903-1988), ambos licenciados pela 1.ª FLUP (1924) e assistentes de Ciências Geográficas (1922-1925) e de Ciências Históricas (1926-1930), respetivamente.

¹⁵⁸ Uma referência à futura publicação de novos volumes da correspondência de Delfim dos Santos, sob direção do Prof. Dr. Filipe Delfim Santos, o qual em consulta preliminar permitiu corroborar parte destas suspeitas comentadas entre os estudantes da 1.ª FLUP.

¹⁵⁹ HOMEM, 2006: 31. Entre a mais conhecida praça dos Leões e o largo da Escola Médica os edifícios históricos da FCUP, FEUP e FMUP; e na rua da Carvalhosa, a Cedofeita, a sede da FFUP.



1 - Faculdade de Ciências



2 - “Quinta Amarela”



3 - Rua do Breyner



4 - Faculdade de Medicina 5 - Faculdade de Farmácia 6 - Faculdade de Engenharia [desde 1937]

Fig. 2. Edifícios escolares da 1.ª FLUP (1919-1931)

o imóvel da rua do Breyner em Cedofeita, depois de seis anos na zona da Boavista, não teve tempo de surtir os efeitos desejados no regresso a esse núcleo primordial para a consolidação da pertença institucional da escola.

Porém, esse eventual esmorecimento das relações com a academia da U.Porto reforçou, em contrapartida, a camaradagem entre alunos e professores de Letras e o seu espírito de união e comunhão intelectual; estranhando os catedráticos das outras escolas o relacionamento informal e a sua influência nos círculos estudantis da academia:

Era de conhecimento geral que às tantas da tarde, em café da rua de Santa Catarina, estavam alguns professores da Faculdade de Letras acolhendo a rapaziada na mais franca camaradagem [...] Ali esclareciam dúvidas, fazia-se crítica a obras de cultura; eram permitidas todas as interrogações e os disparates, acolhidos sem vexame, eram corrigidos com paciência e bonomia¹⁶⁰.

¹⁶⁰ *Excelsior*, mil novecentos e vinte e tal. «O Porto Académico» (número comemorativo de 1962), p. 45.

Quadro 3. Reconstituição prosopográfica dos professores ordinários da 1.ª FLUP (1919-1931)

Docente	Habilitação Académica	Situação Profissional	Categoria profissional		Nomeação	Grau de Doutor (institucional)	Obs.
			Contratado	Efetivo			
Francisco Newton de Macedo (1894-1944)	Bacharel (FLUL)	Professor (FLUC)	—	1919	Decreto governamental	02-12-1925	(Transferência) Liceu Gil Vicente & Renascença Portuguesa
Lúcio Pinheiro dos Santos (1889-1950)	Bacharel (FCUL)	Professor (FLUC)	—	1919	Decreto governamental	—	(Transferência) Liceu Gil Vicente
Leonardo Coimbra (1883-1936)	Diplomado (CSL)	Professor (LSB)	—	1919	Conselho escolar 1.ª FLUP	24-08-1921	Renascença Portuguesa
Damião Peres (1889-1976)	Diplomado (CSL)	Professor (EPSL)	1919	1921	Júri académico extraordinário	12-02-1926	Liceu Gil Vicente
António Mendes Correia (1888-1960)	Diplomado (EMCP)	Professor (FCUP)	1919	1921	Júri académico extraordinário	02-12-1925	Renascença Portuguesa
Urbano Canuto Soares (1894-1965)	Bacharel (FLUL)	Professor (estagiário)	1919	1921	Júri académico extraordinário	23-10-1926	Renascença Portuguesa
Luis Pires Cardim (1879-1958)	Diplomado (EPL)	Professor (LCGV)	1919	1921	Júri académico extraordinário	19-04-1926	Liceu Gil Vicente & Renascença Portuguesa
Hernâni Cidade (1887-1975)	Diplomado (CSL)	Professor (LFRL)	1919	1921	Júri académico extraordinário	19-04-1926	—
Francisco Homem Cristo (1860-1943)	Diplomado (AM)	Jornalista	1919	1921	Conselho escolar 1.ª FLUP	—	—
António Luís Gomes filho (1898-1981)	Bacharel (FDUL)	(Recém-licenciado)	1919	1921	Conselho escolar 1.ª FLUP	—	—
Augusto Ferreira Nobre (1896-1930)	Diplomado (FMUP)	Naturalista (FCUP)	1919	1921	Conselho escolar 1.ª FLUP	23-10-1926	—
José Teixeira Rego (1881-1934)	(Estudos liceais)	Professor (EPSM)	1919	1921	Conselho escolar 1.ª FLUP	12-02-1926	Renascença Portuguesa
Aarão de Lacerda (1891-1947)	Bacharel (FDUC)	Professor (EBAP)	—	1921	Conselho escolar 1.ª FLUP	19-04-1926	Renascença Portuguesa
Ángelo Pinto Ribeiro (1886-1936)	Bacharel (FLUL)	Professor (ENPC)	1921	1923	Conselho escolar 1.ª FLUP	19-04-1926	Renascença Portuguesa
Francisco Torrinha (1879-1955)	Bacharel (FTUC)	Professor (LRF)	1923	1925	Conselho Escolar 1.ª FLUP	19-04-1926	Renascença Portuguesa

E contudo, mais do que razões de ordem política ou económica, o principal predicado que denegriu a imagem da primeira Faculdade de Letras foi precisamente a sua maior especificidade — o polémico modo de provimento dos docentes com dispensa de provas públicas e elevação às cátedras por simples nomeação governamental —, amplamente reprovado em todos os meios académicos portugueses, quase inconcebível como um corpo docente universitário se tenha constituído em tais moldes... Pois, de acordo com as disposições legais em vigor à data, os convites para professores para este nível de ensino eram prática para personalidades ilustres pela sua experiência, obra publicada ou valor científico; que aqui não se justificaria ainda entre uma plêiade de professores liceais e jovens acabados de sair dos bancos universitários.

Não sendo totalmente claro de quem partiu a iniciativa de convite dos mesmos, se de Leonardo Coimbra no término do seu mandato ministerial ou de influências político-partidárias junto do governo, no cômputo geral a sua idoneidade científica saía fragilizada sobre as críticas de uma afrontosa endogamia cultural e familiar. Por um lado, os colaboradores da *Renascença Portuguesa* e os antigos colegas no Liceu Gil Vicente do primeiro diretor; por outro, a entrada dos filhos do reitor Augusto Nobre, de Aarão Ferreira de Lacerda e do sobejamente afamado António Luís Gomes ou do assistente Artur de Magalhães Basto, cunhado de Mendes Correia. Mesmo que se possa tentar indagar tal como uma forma de cunhar o pendor republicano da instituição, o certo é que estes elementos mais jovens não tinham qualquer peso político, Aarão de Lacerda tinha até se insurgido contra o então ministro Leonardo Coimbra e Mendes Correia era comentado por ter estado envolvido na insurreição monárquica de 1919 antes das suas indigitações oficiais.

E se, nesse mesmo ano, a transferência de Newton de Macedo e Lúcio dos Santos foi tida como um ultraje à academia nacional — «um dos aspectos mais graves desta questão é ser nomeado efectivo um professor cuja classificação é inferior à de dois outros professores, que continuam simples assistentes na Faculdade de Letras de Lisboa!»¹⁶¹ —; o modo como se procedeu à nomeação administrativa dos professores contratados a ordinários transfigurou-se em escândalo, tanto pela cuidadosa escolha do júri académico que avaliou os primeiros cinco candidatos, como pelo conselho escolar deter a primazia nas promoções subsequentes.

Ligações que Homem Cristo potencializou ao máximo, apesar de reconhecer que devia a António José de Almeida a sua entrada, levando ao afastamento de António Luís Gomes filho, logo em 1923, e porfiando no melindroso provimento de Teixeira Rego, um distinto autodidata sem grau universitário. Pontualmente, extravasando outros pequenos conflitos nestas dinâmicas pessoais, a solidariedade pública demons-

¹⁶¹ TORRE, 1987: 280.

trada pelo colega Canuto Soares ao aveirense¹⁶², o desagrado e críticas do assistente José de Bragança à não renovação de contrato, ou as ausências pontuais de alguns dos professores em comissões ministeriais, a prejudicar o seu normal funcionamento e a sobrecarregar os resilientes¹⁶³.

Outro motivo de reparo foi a atribuição genérica do grau de doutor nas diversas secções pedagógicas pelo conselho escolar de Letras à maioria dos lentes ordinários, facultado pelo *Estatuto da Instrução Universitária de 1918*¹⁶⁴, preconizado essencialmente para professores com longas carreiras académicas e em circunstâncias que a sua obtenção era dispensada em lugar de provas públicas defendidas de antemão neste magistério. Ao diretor Leonardo Coimbra foi-lhe outorgado no final do seu segundo ano de efetividade, aos demais que prestavam serviço entre finais de 1925 a 1926, acabariam todos eles agraciados institucionalmente com o doutoramento¹⁶⁵. Perante tal e mesmo entre críticas internas, sobretudo da importância dos concursos para atestar o real mérito pedagógico e científico destes professores, o reitor Augusto Nobre nunca deixou de dar o seu aval às deliberações emanadas pela direção de Letras.

Esta excecionalidade na consagração académica dos professores da primeira Faculdade de Letras do Porto subsistiu como uma terrível mácula sobre si, mau grado «o concurso assim longo e difícil — longo de onze anos!»¹⁶⁶ nos escritos de Hernâni Cidade, entre algum descrédito e o futuro inglório da sua maioria, passando a adidos culturais e colocados no magistério liceal após o seu encerramento¹⁶⁷. Mendes Correia manteve-se na Faculdade de Ciências, Damião Peres e Hernâni Cidade sujeitaram-se a concursos públicos para integrarem as Letras de Coimbra e Lisboa, respetivamente. Só mais tarde, Aarão de Lacerda e o assistente Torquato de Sousa Soares conseguiram aceder ao corpo docente do estabelecimento conimbricense, enquanto Canuto Soares foi convidado para a brasileira Universidade de S. Paulo, finalmente se fazendo justiça ao «elenco de luxo»¹⁶⁸ que Leonardo Coimbra aqui reuniu.

Entre os discípulos licenciados ou que frequentaram esta primeira Faculdade de Letras, para além de Torquato de Sousa Soares e Humberto Pinto de Lima recrutados como assistentes, figuras como Armando Soeiro Lacerda, Arminda Fortes, Agostinho

¹⁶² ARAÚJO, 2017.

¹⁶³ Entre outros, Augusto Ferreira Nobre chefe de gabinete do seu pai enquanto ministro da Instrução Pública (1920-1922), Leonardo Coimbra com Damião Peres em idêntico lugar na sua segunda passagem pelo governo (1922-1923), José de Bragança no do ministério do Trabalho (1925) e, talvez o mais paradigmático, Lúcio dos Santos ausente como deputado (1919-1922) e diretor dos serviços de instrução do Estado da Índia (1922-1926).

¹⁶⁴ «Artigo 96.º, § único. A todas as Faculdades é reconhecido o direito de conferir o grau de doutor aos professores ordinários que não possuam aquele grau académico, bem como a individualidades eminentes, dignas dessa distinção, nas condições dos respectivos regulamentos».

¹⁶⁵ AUP — *Livro dos Registos de Doutoramentos da Universidade do Porto*, vol. 1.

¹⁶⁶ *O singular concurso dos professores da extinta Faculdade de Letras do Porto*. «O Porto Académico» (número comemorativo de 1962), p. 37.

¹⁶⁷ ARAÚJO, 2015.

¹⁶⁸ TORRE, 1987: 280.



Fig. 3. Professores e alunos da 1.ª FLUP (c. 1927)¹⁶⁹

Fonte: Arquivo da Associação dos Antigos Alunos da Universidade do Porto



Fig. 4. Professores e alunos da 1.ª FLUP (1959)¹⁷⁰

Fonte: Arquivo da Associação dos Antigos Alunos da Universidade do Porto

¹⁶⁹ Fotografia muito provavelmente capturada aquando da transferência da «Quinta Amarela», distinguindo-se, na linha da frente e ao centro, ladeando a aluna com a pasta fitada, Leonardo Coimbra e Damião Peres.

¹⁷⁰ Encontro dos antigos estudantes realizado no Pavilhão dos Desportos, nos jardins do Palácio de Cristal, tendo como convidado de honra Hérnani Cidade, na fila da frente de chapéu na mão.

da Silva, Sant'Anna Dionísio, Delfim Santos, Augusto Saraiva, Adolfo Casais Monteiro, António Salgado Júnior, Eugénio Aresta, José Marinho, Feliciano Ramos, Fernando de Pamplona, entre muitos outros; prosseguiram em carreiras de alto brio no ensino superior e liceal ou como filósofos, historiadores, jornalistas, filólogos, críticos de arte, escritores, etc.¹⁷¹.

Nas décadas seguintes seriam gradualmente reconhecidos como alguns dos expoentes máximos da cultura portuguesa pelo seu pensamento e colaboração nos principais movimentos culturais do século XX, caso do movimento da *Filosofia Portuguesa* ou da revista «Nova Renascença», bem como alguns dos mais acérrimos críticos do Estado Novo. É particularmente nos testemunhos destes elementos que melhor se sente a amargura provocada pelo fecho da faculdade e a dispersão dos antigos mestres, ampliada pelas diligências constantes na revogação do decreto que condenara a faculdade até ao último momento da vida institucional.

Em agosto de 1950, na primeira reunião dos antigos alunos da Faculdade de Letras do Porto, estes expressavam ao reitor Amândio Tavares a esperança da U.Porto poder ampliar a sua missão educativa com a inclusão de uma Faculdade de Letras¹⁷². Porém, ainda que apoiando as futuras movimentações por essa reabilitação, foram também eles os primeiros a demarcar a segunda faculdade da experiência da sua antecessora, em virtude do novo contexto político e do espírito da sua criação pelo regime salazarista. No concurso de Sant'Anna Dionísio para o quadro docente da nova escola, muitos dos seus antigos colegas objetaram a sua pretensão, temendo que a sua entrada fosse um sinal do seu aval a uma fundação que «não podiam deontologicamente aceitar»¹⁷³.

A experiência da primeira Faculdade de Letras do Porto revelou-se, porventura, fora do tempo e do contexto em que se processou a sua criação e funcionamento. A conjuntura singular da sua dinâmica no meio universitário português, nomeadamente no panorama renovador da primeira metade do século XX fomentado pelos republicanos, ditou o seu destino funesto e a impossibilidade do seu ressurgimento, à mão de um regime autoritário que firmava o controlo ideológico sobre todo o sistema educativo nacional. Prostrados os anseios da U.Porto na sua defesa, durante as três décadas seguintes recuperou-se o tradicional carácter científico e técnico que caracterizava a sua imagem institucional.

¹⁷¹ Entre eles, Delfim dos Santos na FLUL, Agostinho da Silva e Casais Monteiro no Brasil ou Armando Soeiro de Lacerda, irmão de Aarão de Lacerda, diretor do Laboratório de Fonética Experimental de Coimbra da FLUC. Uma nota a merecer futuras investigações é nos exames de estado para entrada nos quadros dos ministérios da Instrução Pública/Educação nacional, os formados nas áreas das filologias obterem avaliações superiores aos dos seus colegas das Ciências Sociais e Humanas, nomeadamente, o muito afamado grupo de Filosofia.

¹⁷² *A primeira festa de confraternização dos alunos da Faculdade de Letras do Porto decorreu num elevado ambiente espiritual*, «Comércio do Porto» (13 ago. 1950) p. 4.

¹⁷³ SEABRA, 1987: 14.

II

O CENTRO DE ESTUDOS
HUMANÍSTICOS, ANEXO À
UNIVERSIDADE DO PORTO:
PRECURSOR DA SEGUNDA
FACULDADE DE LETRAS
(1947-1974)

4. A UNIVERSIDADE E A CIDADE EM AÇÃO CONJUNTA PELAS LETRAS

O encerramento compulsivo da primeira Faculdade de Letras do Porto coincidiu com o epílogo na cidade do «período mais animado e brilhante da sua história cultural»¹⁷⁴. É conveniente recordar que, ao longo da sua história, os seus professores e alunos assimilando a responsabilidade cívica na promoção e difusão das suas atividades escolares e culturais para o meio envolvente, desempenharam um papel dinamizador nesse âmbito para o público portuense. Aliás, contam-se vários louvores públicos outorgados à instituição por governos republicanos pela promoção e participação em cursos livres, conferências, comemorações oficiais e missões de estudo um pouco por todo o país e até pelo estrangeiro¹⁷⁵.

Uma das sequelas mais representativas do hiato deixado pela Faculdade de Letras revela-se no seu cruzamento com o movimento cultural da *Renascença Portuguesa* sob presidência de Leonardo Coimbra, movendo esforços para dar ainda à estampa a 4.^a série da revista «A Águia» (1928-1930)¹⁷⁶, contando principalmente com a colaboração dos antigos pares e de alguns dos seus discípulos. Sorte diferente conheceu a 5.^a série num cenário de agravamento da censura e da gradual dispersão destes colaboradores, suspensa em poucos números com a dissolução do próprio movimento em 1932.

Perante a nova realidade cultural da cidade do Porto, a Câmara Municipal e a Universidade chamaram a si a responsabilidade de garantir a dinamização no campo cultural através de uma série de novas iniciativas e organismos, usufruindo da disponibilidade demonstrada pelos antigos professores e alunos da Faculdade de Letras. De resto, há muito que o município privilegiava no seu programa político o desenvolvimento cultural da cidade, suportando parte dos encargos financeiros com a Biblioteca Pública Municipal e o Conservatório da Música e promovendo projetos culturais e artísticos. A nomeação para a presidência da vereação do Dr. Mendes Correia, permitiu um novo incremento dessa diretriz na sua administração, ampliada pela sua preocupação em salvaguardar e valorizar o património histórico portuense.

Ao tomar posse em 1936 da chefia da comissão administrativa do município, secundado pelo Dr. Luís de Pina¹⁷⁷ da Faculdade de Medicina como vereador nos dois anos seguintes, o novo presidente deu o seu aval imediato à fundação de um

¹⁷⁴ GUICHARD, 2000: 580.

¹⁷⁵ Entre outros, o público louvor pela participação nas Comemorações Camonianas e aos Mortos da Grande Guerra (1920) e as missões de representação cultural a Madrid de Leonardo Coimbra (1922 e 1925).

¹⁷⁶ Suspensa nessa data após publicação do artigo de Sant'Anna Dionísio com acusações de plágio da obra *O Fausto de Goethe no seu duplo significado filosófico e literário*, da autoria do ministro Gustavo Cordeiro Ramos.

¹⁷⁷ ARAÚJO, 2013.

organismo cultural de reconhecido interesse: o Gabinete de História da Cidade. A sua missão compreendia a organização e gestão do Arquivo Municipal com o intuito de proteger o acervo documental e impulsionar as investigações e estudos sobre a história da cidade, sendo nomeado Artur de Magalhães Basto para a sua direção¹⁷⁸. Este último transitara do ensino particular liceal para os serviços culturais da Câmara Municipal do Porto dois anos antes e, aquando da sua nomeação para o cargo de chefia dos mesmos em 1939, foi sucedido no novo organismo pelo recém-licenciado de Coimbra, o Dr. António Cruz, que dava início a uma carreira profissional promissora.

Em 17 de setembro de 1938, por nova iniciativa municipal, era fundado o Centro de Estudos Portugueses após proposta de Mendes Correia de colmatar a falta «dum núcleo de estudos humanísticos que coordene e intensifique actividades intelectuais que conviria polarizar e desenvolver»¹⁷⁹. Aberto ao público portuense em geral em sessão inaugural de meados de novembro, a sua estrutura previa a realização de lições e conferências multifacetadas nos domínios da História, da Literatura, Ciências e Economia; bem como a organização de ciclos de estudos luso-brasileiros, luso-galaicos e de organização corporativa e colonialista, deste modo complementando a ação educativa da U.Porto.

Intrinsecamente, o novo organismo retomava até em parte a antiga atividade da primeira Faculdade de Letras, singularmente ilustrado pela escolha de Aarão de Lacerda como seu secretário, com a presença entre os preletores convidados de Hernâni Cidade, Artur de Magalhães Basto, Mendes Correia ou Torquato de Sousa Soares. Durante quase uma década, o centro teve uma importante projeção cultural na cidade pela participação nos seus programas de algumas das mais distintas personalidades do seu meio educativo e intelectual: Augusto César Pires de Lima, Luís de Pina, Basílio de Vasconcelos, Armando Leça, Gertrudes Richert, Matilde Bensaúde, entre tantos outros.

Das outras iniciativas que engrandeceram o panorama cultural até ao final da presidência de Mendes Correia em 1942, merecem ainda destaque a publicação do «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto» (desde 1938), contribuindo particularmente para a difusão da história ou a instalação condigna do Museu Nacional de Soares dos Reis no Palácio dos Carrancas (1940), que permitiu a expansão do espólio artístico confiado à sua guarda. A receptividade da cidade e das suas gentes a estas novas ofertas intelectuais e culturais deram o alento necessário para evocar entre a opinião pública a falta de uma Faculdade de Letras, muito além do meio universitário que tentava sem sucesso influenciar o governo na sua restauração. Assim, num

¹⁷⁸ O Gabinete de História da Cidade assume-se como a génese do atual Arquivo Histórico Municipal, instalado na Casa do Infante.

¹⁷⁹ PINA, 1961: 6.

discurso na Assembleia Nacional, o deputado portuense, Dr. Antunes Guimarães, a propósito da exiguidade dos orçamentos atribuídos no capítulo cultural à Câmara Municipal do Porto no confronto com a sua homóloga lisboeta, lamentava a carência educativa da zona norte do país decorrente da extinção da Faculdade de Letras e do Instituto Superior do Comércio¹⁸⁰.

As vereações que se foram sucedendo na Câmara Municipal do Porto, ainda que menos fecundas em novos projetos, patrocinaram o desenvolvimento destes organismos culturais e a consolidação do seu trabalho, sobretudo no âmbito do domínio da história da cidade, em que voltava a ganhar fama a revista «O Tripeiro» pela coordenação de Artur de Magalhães Basto. Por outro lado, a ação e colaboração de organismos particulares no patrocínio de conferências, exposições e publicações — Ateneu Comercial do Porto, a Associação dos Jornalistas e Homens de Letras ou o Clube Fenianos Portuenses —, corroboraram na dinamização cultural da cidade do Porto e no protagonismo da sua tradição erudita e intelectual.

Em meados de 1940, a ascensão de figuras provenientes da Faculdade de Medicina do Porto nos destinos da Câmara Municipal e da Universidade resultou numa união de esforços na convergência de uma política comum de restituir a integridade a este meio universitário. Cognominado como um humanista por convicção, o Dr. Luís de Pina assumiu a presidência da vereação, entre 1945 e 1949, e o Dr. Amândio Joaquim Tavares foi nomeado reitor, entre 1946 e 1961, exercendo também o cargo de vice-presidente do Instituto para a Alta Cultura, que tutelava a promoção das atividades científicas e culturais no cenário português¹⁸¹.

A política universitária delineada pelo novo reitor advogava a ampliação da oferta educativa e a afirmação da U.Porto no contexto nacional, facilmente encontrando eco nas aspirações do presidente do município, constituindo o primeiro passo perentório para o nascimento das futuras Faculdades de Economia e a de Letras. O lançamento do novo periódico «A Tarde», publicado entre janeiro e outubro de 1945, trouxe protagonismo ao restabelecimento da Faculdade de Letras do Porto, dando voz nos seus artigos à sua antiga comunidade académica e às principais personalidades académicas e intelectuais do burgo. Novamente na Assembleia Nacional, Mendes Correia apregoava a restituição da escola e do Instituto Superior do Comércio do Porto, face às exigências da população escolar e do incremento cultural da zona norte do país: «a Faculdade está indicada pelas tradições culturais e literárias da cidade, o Instituto pelas tradições da vida financeira e económica daquele burgo mercantil e laborioso»¹⁸².

¹⁸⁰ AR — *Diário das sessões da Assembleia Nacional*, sessão de 13-02-1940, n.º 74, p. 267-269.

¹⁸¹ ROLLO *et al.*, 2012.

¹⁸² AR — *Diário das sessões da Assembleia Nacional*, sessão de 20-03-1946, n.º 51, p. 883-884.

No entanto, a nova conjuntura política não se mostrava favorável a estas pretensões pela continuidade política do «pragmatismo conservador»¹⁸³ do ministério da Educação Nacional, relegando na Câmara Municipal e na U.Porto o investimento em novas iniciativas educativas. Em 1947, por ação conjunta dos dois organismos foram criados dois centros de estudos promotores dos reclamados estudos económicos e de letras, numa estratégia de evidenciar a sua pertinência junto do Estado Novo pelo recurso do público portuense a esta procura educativa e a produção cultural e científica dos seus colaboradores.

A 22 de maio do mesmo era inaugurado solenemente o Centro de Estudos Humanísticos, anexo à U.Porto, com o patrocínio da Câmara Municipal e do Instituto para a Alta Cultura; a 21 de novembro fundado o Centro de Estudos Económicos e Financeiros, iniciativa de ambos com patrocínio da Associação Comercial do Porto. Génese das futuras escolas de Economia e de Letras que se pretendiam incluir na orgânica da U.Porto, o sucesso de ambos os centros na afluência escolar e no reconhecimento do seu papel científico deram novos argumentos para se defender no hemisfério político, com especial relevo para o Dr. Antunes Guimarães entre 1947 e 1950, a sua ambicionada reconversão em estabelecimentos de ensino universitário.

¹⁸³ NÓVOA, 1992: 455-519.

5. O CENTRO DE ESTUDOS HUMANÍSTICOS (1947-1974)

5.1. AS CONVERGÊNCIAS POLÍTICO-ACADÉMICAS NA SUA FUNDAÇÃO

Prestes a comemorar o seu décimo aniversário, o Centro de Estudos espelhara bem a apetência dos habitantes do Porto pelos temas de alta cultura, que concorriam em grande número às várias conferências e ciclos de estudo aí organizados anualmente. Contudo, os elementos da direção sentiam a necessidade de remodelar o seu quadro de funcionamento e completar a vertente da difusão cultural com a de promoção científica, através da realização de investigações em temáticas inéditas ou pouco aprofundadas, de modo a lhe conferir maior cientificidade e reconhecimento junto dos círculos académicos e intelectuais do país.

O reitor Dr. Amândio Tavares partilhava igualmente deste sentido de renovação, até pela participação de muitos professores universitários nos programas do centro, mostrando-se disposto a mover diligências, em colaboração com a vereação portuense, para lhe conferir uma maior dinâmica no plano da formação educativa e da investigação científica. Em reunião do Instituto para a Alta Cultura, de 6 de dezembro de 1946, o vice-presidente para a subsecção da Ciência apresentava uma proposta de criação de um Centro de Estudos Humanísticos, anexo à U.Porto, proporcionador da cultura geral a estes estudantes em particular ao suprir a ausência de uma Faculdade de Letras e honrando a tradição intelectual e artística dos portuenses. Acolhido o parecer oficial favorável, foi solicitado o aval da Câmara Municipal do Porto para a sua instalação, aprovado em reunião ordinária no dia 10, autorizando o presidente Dr. Luís de Pina a dar início aos trâmites legais para a fundação do novo organismo cultural.

Em inícios do ano seguinte, a 27 de fevereiro de 1947, o Instituto para a Alta Cultura homologava o regulamento interno do Centro de Estudos Humanísticos anexo à U.Porto, estruturando os seus moldes de funcionamento na dinamização científica das Ciências Sociais e Humanas:

Artigo 1.º — O Centro de Estudos Humanísticos é um instituto de investigação científica sujeito à fiscalização pedagógica e administrativa do Instituto para a Alta Cultura e equipado aos institutos universitários de investigação, nos termos do Art.º 15.º do Decreto n.º 19.552.

Artigo 2.º — O Centro de Estudos Humanísticos tem por fim:

1.º — Proceder a investigações no domínio da Filosofia, da História, da Literatura, da Arte e da Etnografia.

2.º — *Organizar trabalhos de seminário, promover conferências, criar e manter cursos sobre assuntos ligados, de modo geral, àquelas ciências.*

3.º — *Promover a publicação das lições e das conferências, e bem assim dos resultados obtidos pelos investigadores do Centro*¹⁸⁴.

Ao contrário das iniciativas municipais precedentes, nomeadamente a dos Estudos Portugueses, as principais inovações do centro cingiam-se ao campo do trabalho científico pelo maior acesso aos espólios arquivísticos e bibliográficos do município e ao direito de agregação de investigadores ao seu quadro, contemplados com bolsas de estudo para projetos de pesquisa na área das Ciências Sociais e Humanidades. Além disso, era ainda da sua responsabilidade a organização de conferências, seminários, excursões de estudo, exposições de arte, concertos musicais, entre outros; com o fim de contribuir para a vida cultural da Universidade e da cidade do Porto. Na sua essência, o Centro de Estudos Humanísticos procurava recuperar a missão da primeira Faculdade de Letras e preparar o caminho para o seu renascimento: «fundado para de certo modo preencher a lacuna aberta na nossa Universidade pela insuficiência da cultura humanística»¹⁸⁵.

Relativamente à sua dotação orçamental esta era partilhada equitativamente entre a Câmara Municipal do Porto e o Instituto para a Alta Cultura, nomeando este último os três representantes que constituíam a sua direção, incluindo obrigatoriamente um elemento da vereação e outro da reitoria. A primeira equipa diretiva, que praticamente se manteve inalterável daí em diante, foi formada pelos vogais Dr. Luís de Pina em nome da Câmara Municipal e nomeado seu presidente, o Dr. Fernando Magano também da Faculdade de Medicina e vice-reitor, e Aarão de Lacerda, antigo secretário dos Estudos Portugueses. Como secretário endereçou-se convite ao Dr. António Cruz, seu primeiro bolseiro e diretor do Gabinete de História da Cidade e interino da Biblioteca Pública Municipal, tendo-se instalado os seus serviços na dependência do primeiro enquanto se aguardavam por algumas obras de adaptação na segunda.

A sessão solene de inauguração dos trabalhos do centro, realizada a 22 de maio de 1947, no salão nobre da Faculdade de Ciências, contou com a presença das mais altas individualidades políticas, académicas e intelectuais da cidade, proferindo a lição magistral o Dr. Luís Cabral de Moncada, da Faculdade de Direito de Coimbra. Entre os discursos preambulares, o reitor não deixou de aludir à importância do novo organismo na formação moral dos estudantes universitários — «dado que

¹⁸⁴ CRUZ, 1947: 324-326.

¹⁸⁵ *Relatório*. «Anuário da Universidade do Porto: ano lectivo de 1947-1948», n.º 2, p. 6.

as circunstâncias não aconselhavam o restabelecimento da Faculdade extinta»¹⁸⁶ —, secundado nesse diapasão pelo Dr. Luís de Pina:

Carece a Universidade do trato das Humanidades, ela que se compõe apenas de Faculdades científicas ou técnicas. O próprio Direito lhe falta. Da mutilação injusta nos lamentámos todos que, sem embargo, providenciaremos por outras vias acerca do preenchimento, embora incompletíssimo, desse vácuo universitário e cidadão.

*Mestres e escolares, curiosos que desejem cultivar-se, encontrarão no novo Centro de Estudos Humanísticos aquela porção de letras que a uns se não ensina e que outros não ensinam nas aulas, naturalmente alheias a tal matéria*¹⁸⁷.

Na grande procura estudantil dos seus cursos contabilizada em quase duas centenas de inscrições, nesse primeiro ano letivo de 1947-1948, encontram-se elencados alunos universitários e liceais, professores dos diferentes níveis de ensino, diplomados das mais variadas áreas a funcionários públicos, industriais e comerciantes. Em consequência do falecimento de Aarão de Lacerda, ainda em setembro, tomou o seu lugar como vogal Artur de Magalhães Basto, chefe dos serviços culturais municipais, praticamente fixando a equipa diretiva em exercício até ao surgimento da segunda Faculdade de Letras do Porto.

5.2. ESPECIFICIDADES DO CENTRO DE ESTUDOS HUMANÍSTICOS

O condicionalismo do Centro de Estudos Humanísticos não ser um instituto de investigação associado a uma escola superior específica ditou a permanência sob a alçada pedagógico-científica da U.Porto, afirmando-se quase como uma espécie de «Universidade Livre» pela dispensa da inscrição formal por parte dos seus elementos. Na sua orgânica acentuavam-se como tónicas basilares o ensino de cursos gerais e especiais e a investigação através de seminários e bolsas de estudo, face às manifestações de teor mais cultural e científico: excursões de estudo, recitais musicais, exposições artísticas e representação em congressos e colóquios, ciclos de conferências, etc.

Na abertura dos trabalhos escolares, em 17 de novembro de 1947, o leque inicial dos cursos gerais anuais refletia bem a pluralidade dos saberes que aí tinham lugar privilegiado — História da Literatura Portuguesa, História de Portugal, História da Arte, Grego, Latim e Estudos Portuenses — que, progressivamente, foram sendo

¹⁸⁶ CRUZ, 1947: 324-326.

¹⁸⁷ *Antelóquio*. «Studium Generale», n.º 1-2 (1953), p. 4.

ampliados com novas ofertas conforme os interesses do público e as disponibilidades dos preletores. O último merece especial referência pela sua longevidade, regido por Artur de Magalhães Basto e o Dr. António Cruz, integralmente dedicado à história da cidade do Porto e ao qual se associavam muitas das sessões de estudo programadas e dos seminários de investigação, dando azo a uma importante produção historiográfica local regularmente publicada nas páginas d'«O Tripeiro».

Ao longo da década de 1950, as atividades desenvolvidas neste espaço prosseguiram com regularidade e sempre com uma considerável frequência de participantes, estabelecendo parcerias com outras instituições universitárias e culturais para combater o eventual hermetismo da sua ação prática e enriquecer a oferta educativa. As Universidades de Lisboa e Coimbra, a Escola de Belas Artes do Porto, a Faculdade Pontifícia de Filosofia de Braga, os leitores das salas de cultura estrangeira na U.Porto, os diversos consulados representados na cidade e até organismos internacionais responderam a este repto, autorizando e patrocinando a vinda dos seus colaboradores para participar nos programas de trabalho.

Neste intercâmbio proferiram conferências e cursos Mário de Albuquerque, Orlando Ribeiro, Hernâni Cidade, Vitorino Nemésio, Artur Moreira de Sá, Mário Chicó e Delfim Santos da Faculdade de Letras de Lisboa; e da congénere conimbricense Manuel de Paiva Boléo, Américo da Costa Ramalho, Torquato de Sousa Soares e Maria Helena da Rocha Pereira, que na sua qualidade de bolsista do centro preparava o seu doutoramento em Filologia Clássica, o primeiro de uma senhora na multiseular Universidade de Coimbra, em 1956. De além-fronteiras, diversos professores universitários, políticos e escritores tomaram parte em intervenções pontuais, como os Pe. Pio Gaudrault, Dr. Pedro Calmon, Dr. Michelo Federico Sciacca, Dr. Franz Rauhut, Pe. Eugénio Jalhay, Dr. Ângelo Montevédri, Dr. Edward Lionel Russel, Dr. John Englekirk, Dr. Max Muller, Dr. Jean Guitton, Dr. Pierre le Gentil ou a Dr.^a Gertrud Richert.

Em paralelo, algumas pequenas reformulações orgânicas foram sendo promulgadas — a adjudicação das funções culturais e artísticas do Teatro Clássico Universitário (1948) e do Instituto da Cultura Alemã da U.Porto (1957) — bem como a entrega da primitiva Biblioteca da Faculdade de Letras (1955). A partir do ano letivo de 1955-1956 a sua estrutura organizacional, no desenho do arquétipo de uma verdadeira Faculdade de Letras, passaria a funcionar em secções autónomas com a proficiência de orientar e planear o seu programa anual, embora sujeita a prévia aprovação pela direção do centro.

No total foram oito as secções instituídas, cada uma delas colocada sob a égide de uma figura de destaque do Porto e do seu termo: Etnografia de Almeida Garrett, História de João Pedro Ribeiro, Filosofia de Leonardo Coimbra, História da Arte de Joaquim de Vasconcelos, Literatura de Júlio Dinis, Filologia de Agostinho

de Campos, Arqueologia de Pedro Vitorino e o Teatro Clássico de Gil Vicente¹⁸⁸. No caso das áreas de estudo especulativo, cada uma foi definindo as temáticas dos cursos gerais e especiais, que se pode classificar em correlação com a orgânica dos cursos universitários de Letras, cuja reforma curricular em preparação seria homologada em 1957¹⁸⁹.

Até à entrada em funcionamento da segunda Faculdade de Letras do Porto no ano letivo de 1962-1963, altura em que o centro acabará por reduzir fortemente esta componente formativa, é inegável a hegemonia dos cursos relacionados com as Filologias, antes de mais pela multiplicidade de idiomas envolvidos nos domínios das Línguas e/ou Literaturas: Grego, Latim, Espanhol, Francês, Italiano, Alemão, Árabe, Hebraico e a História da Literatura Portuguesa. Por outro lado, numa cidade com fortes tradições comerciais e contactos internacionais, a procura da aprendizagem das línguas vivas estrangeiras garantia uma procura constante destes cursos, em detrimento do recurso a escolas e professores particulares ou das salas de cultura estrangeira associadas à reitoria, com cursos para estes últimos aparentemente mais avançados e aplicados às necessidades particulares e terminologia científico-tecnológica das licenciaturas.

Paradoxalmente, a área da História que detinha o maior número de secções em termos de oferta educativa, não revelava a correspondente extensão nos cursos professados, ainda que respeitasse a linha da tradição erudita da cidade assegurada antes pelo Gabinete de História da Cidade. Aos ininterruptos cursos de Estudos Portuenses, História de Portugal e História da Arte juntavam-se na temática histórica os de Arqueologia, Epigrafia, Heráldica, Pré-História, História dos Descobrimentos e História da Música. Quanto aos estudos filosóficos prosperavam na sua quase totalidade pela regência dos professores da Faculdade Pontifícia de Filosofia de Braga, os quais compreendiam também as áreas da Psicologia e da Sociologia, enquanto a Geografia surgiu já no final dessa década e restringida a um singular curso de Geografia Humana.

¹⁸⁸ *Vária*. «Studium Generale», vol. III-IV, n.º 1 (1956), p. 254.

¹⁸⁹ Decreto n.º 41 341, de 30 de Outubro de 1957. «Diário do Governo I Série», 246 (1957).

Quadro 4. Cursos professados no Centro de Estudos Humanísticos (1947-1959)¹⁹⁰

Anos Letivos	História	Filologias	Filosofia	Geografia	Total
1947-1948	5	6	—	—	11
1948-1949	3	7	—	—	10
1949-1950	3	8	—	—	11
1950-1951	3	7	1	—	11
1951-1952	3	7	1	—	11
1952-1953	2	6	1	—	9
1953-1954	1	5	2	—	8
1954-1955	2	5	4	—	11
1955-1956	2	6	4	—	12
1956-1957	3	6	2	—	11
1957-1958	4	7	2	1	14
1958-1959	4	6	1	1	12
1958-1959	3	6	1	1	11
Total	38	82	19	3	142

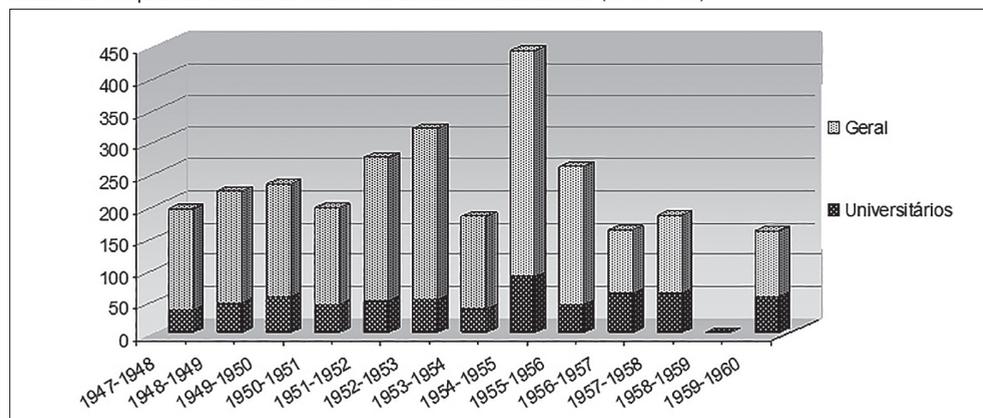
Fonte: «Anuários da Universidade do Porto»; «Studium Generale»

No que concerne à sua recetividade junto do grande público, os valores da sua frequência escolar não deixam de se revelar surpreendentes para um organismo desta índole, embora tal não seja de estranhar visto a possibilidade de inscrição aberta e o regime gratuito de grande parte deles, a flexibilidade concedida num funcionamento em horário pós-laboral e a carência da Faculdade de Letras na U.Porto. O ritmo das inscrições conhecerá uma tendência de crescimento equilibrado, em consonância com a estabilidade no universo dos cursos ministrados e a sua livre frequência a mais do que um por ano letivo, cifrada numa média anual de cerca de 234 inscrições individuais. No ano letivo de 1955-1956, este número será duplicado ao se contabilizar em 441 matrículas, com a abertura do curso de Alemão responsável por este pico de público escolar, mas que prontamente regressou aos normais valores com propensão para um gradual decréscimo, quiçá envolto nas notícias envolvendo a campanha a favor da inclusão das Letras no sistema educativo universitário local.

Defraudando em parte as expectativas do reitor Dr. Amândio Tavares, ainda que recorde-se dispensados de inscrição prévia, a menor afluência pertencia ao segmento dos estudantes universitários que não ocupavam um quarto da amostragem; realidade algo constrangedora quando eram eles os mais críticos na falta de uma preparação cultural e humanística na sua formação académica, sem «entregar-se humilde e confiadamente ao aproveitamento dos recursos, por modestos que sejam, postos à sua disposição»¹⁹¹.

¹⁹⁰ Relação por temáticas científicas gerais e até esta data extrema, por não ser passível de se aferir os cursos em funcionamento nos anos de 1960, embora em crescente declínio com a abertura dos diferentes cursos da 2.ª FLUP.

¹⁹¹ *Relatório*. «Anuário da Universidade do Porto: ano lectivo de 1948-1949», n.º 3, p. 7.

Gráfico 2. Frequência escolar do Centro de Estudos Humanísticos (1947-1960)¹⁹²

Fonte: «Anuários da Universidade do Porto»; «Studium Generale»

Já a sua produção científica beneficiaria de um forte dinamismo com a integração dos bolseiros financiados pelo Instituto de Alta Cultura, sua designação oficial desde 1952, a edição de publicações académicas autónomas e a organização e participação em reputados eventos científicos nacionais e internacionais, com natural destaque para os congressos luso-espanhóis para o Progresso das Ciências, periodicamente realizados entre as Universidades ibéricas que os acolhiam alternadamente, e as comemorações do «V Centenário da morte do Infante D. Henrique», em 1960¹⁹³.

Entre o número circunscrito de bolseiros, nunca mais do que uma dezena, além do Dr. António Cruz e da Dr.^a Maria Helena da Rocha Pereira, foram acolhidos José Manuel Pereira de Oliveira, Octávio Lixa Filgueiras, António Gonçalves Losa e Sérgio da Silva Pinto; os três primeiros que vieram a cumprir o doutoramento e a conquistar cátedras no Porto e Coimbra, embora a quase maioria tenha feito carreira académica como professores do ensino superior e universitário. Presumivelmente, uma vez mais a falta de uma escola de Letras poderá ter condicionado o recrutamento de outros investigadores, quer pelo apoio que prestaria no acompanhamento das suas atividades científicas, quer pela possibilidade de acesso ao magistério universitário, visto os centros de estudos, por norma, incitarem ao doutoramento dos seus bolseiros.

Em 1953 surgia o primeiro órgão de publicação do centro, até então reservado a algumas páginas do «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto», a revista «Studium Generale: boletim do Centro de Estudos Humanísticos» com uma série

¹⁹² Não são conhecidos os dados relativos à frequência no ano letivo de 1958-1959 e os posteriores ao anúncio da (re)criação da 2.^a FLUP em 1960, salvo para o ano de 1962-1963 contabilizado em 149 alunos, dos quais 48 eram estudantes universitários.

¹⁹³ O Centro de Estudos Humanísticos foi o promotor do *Congresso Histórico do Portugal Medieval* (Braga, 1959), do *I Colóquio de Estudos Filosóficos* (Braga-Porto, 1959) e dos célebres *Colóquios Portuenses de Arqueologia* (Porto-Guimarães-Paços de Ferreira, 1961-1966).

interrupta de dez volumes (1953-1963) e na qual se publicaram conferências, sessões de estudo, trabalhos de seminário e outras comunicações apresentados no decurso das suas atividades¹⁹⁴. E a série suplementar «Amphitheatrvm», publicada regularmente num total de 9 números (1958-1965), concebida como uma coleção de textos clássicos ou inéditos portugueses; e os cadernos de Arqueologia sob o título de «Lycerna», perfazendo um total de cinco volumes editados (1961-1963), maioritariamente dedicados à publicação das atas dos congressos organizados pela respetiva secção¹⁹⁵.

O reconhecimento da missão científica e cultural do Centro de Estudos Humanísticos aliado à procura estudantil foram o mote para se poder alvitrar a sua transfiguração num eventual restabelecimento parcial da Faculdade de Letras. Numa perspetiva mais lata, o organismo estabeleceu até uma ligação entre as duas Faculdades de Letras do Porto, ponto de encontro dos antigos professores da primeira e dos seus sucessores na segunda — Luís de Pina, António Cruz, Domingos Pinho Brandão, Sérgio da Silva Pinto ou Júlio Moreira Fragata —; a par dos antigos alunos e licenciados aqui servindo como preletores e dinamizadores de iniciativas diversas¹⁹⁶.

Não surpreende neste sentido, quando foi anunciada a intenção governamental de voltar a abrir uma Faculdade de Letras no Porto, que a direção tenha frisado o papel precursor nesta restituição: «ao qual coube, em quinze anos deste interregno de muitos mais, a manutenção universitária e pública da cultura das Letras, orgulha-se de ter dado essa bem modesta colaboração»¹⁹⁷. Com a sua institucionalização e início das atividades letivas, o diretor Dr. Luís de Pina conjeturava um gradual término da «missão cultural no campo das Ciências do Espírito» até aí desempenhada, sobretudo, pela prerrogativa de na nova escola se atribuírem os «diplomas indispensáveis à regular actividade profissional de seus utentes na vida da Nação»¹⁹⁸.

Porém, atendendo a que o novo estabelecimento somente ministrava as licenciaturas em História e Filosofia, enquanto não foram autorizados os restantes cursos comuns ao ensino universitário das Letras, a redefinição e aposta na formação nos domínios das Filologias e Geografia asseguraram a sua pertinência e funcionamento nesses primeiros anos em comum. Claramente cada vez mais relativizado pela consolidação institucional da segunda faculdade, a primazia foi sendo colocada na promoção da investigação científica, colocando à disposição as suas publicações para

¹⁹⁴ Posteriormente, nas décadas de 1960 e 1970, será recuperado quase em exclusivo para números especiais, de forma a assinalar a participação do organismo em eventos comemorativos de carácter nacional.

¹⁹⁵ Na «Amphitheatrvm» encontram-se edições revistas e comentadas de obras de notável valor histórico como Sófocles, Belchior Belago, Estrabão ou Pedro Hispano; tal como na «Lycerna» tendo sido, pontualmente, publicados números especiais após estas séries inaugurais e retomada a sua propriedade para publicação pela comunidade académica da 2.ª FLUP já nos anos de 1980.

¹⁹⁶ Referência para a proposta malograda destes à direção do centro em 1956, tendo como signatário Sant'Anna Dionísio, para a regência gratuita de cursos de férias de Língua e Cultura Portuguesa, a exemplo do praticado nas FLUC e FLUL.

¹⁹⁷ *Vária*. «Studium Generale», vol. VIII, tomo II (1961), p. 326.

¹⁹⁸ PINA, 1961: 5.

divulgação dos trabalhos académicos e bolsas de estudo desses docentes. Ou, em 1965, integrando a secção de Arqueologia do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular na sua orgânica funcional, com a transferência deste da Faculdade de Ciências do Porto para o Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina de Lisboa, pela saída do Dr. António Jorge Dias.

Já com o novo regime democrático no poder, o Centro de Estudos Humanísticos foi perdendo a sua intervenção no seio da U.Porto, num jogo de indefinição quanto ao seu futuro, devido às novas conceções políticas para a promoção da ciência portuguesa e a total reconversão do antigo Instituto de Alta Cultura, sendo por isso dele desvinculada e integrada na Delegação Regional do Norte da Secretaria de Estado da Cultura no pós-1974. Fugazmente, a comunidade académica da Faculdade de Letras do Porto ainda tentou o renascimento do centro com novas secções de estudos e o relançamento das suas publicações originais, uma experiência infrutífera e já desvirtuada da unicidade que o centro de estudos representara na cidade do Porto em meados do século transato.

III

A SEGUNDA FACULDADE DE LETRAS DO PORTO: DA (RE)CRIAÇÃO À REVOLUÇÃO (1961-1974)

6. A SEGUNDA FACULDADE DE LETRAS DO PORTO: MARCOS DA SUA HISTÓRIA (1961-1974)

6.1. A CAMPANHA PELA RESTITUIÇÃO DA FACULDADE DE LETRAS (DÉCADA DE 1950)

No impacto das transformações socioeconómicas decorrentes da 2.^a Guerra Mundial, o Estado Novo viu-se compelido a rever o seu programa de atuação política perante os sinais de ameaça à estabilidade de um regime autoritário, nacionalista e corporativo, progressivamente isolado no quadro internacional e a braços com uma crescente onda de agitação oposicionista ao regime. Numa pretensa ótica de um certo liberalismo político de um regime que se definia ainda como constitucionalmente republicano, já a necessidade de modernização nacional e de crescimento económico seria consubstanciada no implemento dos Planos de Fomento, que concorriam para a gradual integração da economia portuguesa no panorama europeu e mundial¹⁹⁹.

Esta conjuntura terá proporcionado alento ao reitor Dr. Amândio Tavares para procurar novamente junto do poder central a anuência para a ampliação orgânica da U.Porto, na senda do êxito dos centros de estudos fundados em 1947: «o restabelecimento, ainda que parcial, da sua Faculdade de Letras, que bem poderia converter numa Faculdade de Ciências e Letras, a sucessora da antiga Academia Politécnica»²⁰⁰. Todavia, ao mesmo tempo, moviam-se já as diligências para a criação da Faculdade de Economia considerada prioritária — «ao habilitar uma elite de economistas aptos a ocupar, pela sua preparação científica, as situações de mais alta responsabilidade em organizações vastas e complexas»²⁰¹ —, que seria homologada superiormente em 1953²⁰².

O sucesso desta primeira iniciativa instigou, portanto, o reitor a defender com maior perseverança o projeto da Faculdade de Letras na missão universitária, consentindo mesmo que a mesma pudesse vir a ser materializada num modelo incompleto face às suas congéneres e respetivas quatro secções pedagógicas em funcionamento:

Justo relevo deve, por consequência, ser dado à acção cultural do Centro de Estudos Humanísticos, criado e mantido pelo Instituto para a Alta Cultura e pela Câmara Municipal, e destinado a, de certo modo, suprir a falta de uma Faculdade de Letras, sem a qual nunca a Universidade poderá cumprir cabalmente a sua

¹⁹⁹ PEREIRA, 2005.

²⁰⁰ *Relatório*. «Anuário da Universidade do Porto: ano lectivo de 1951-1952», n.º 6, p. 8.

²⁰¹ SANTOS, 1996: 297.

²⁰² Decreto n.º 39 226, de 28 de Maio de 1953. «Diário do Governo I Série», 112 (1953).

*missão de instruir e educar, o que nos tem levado a propugnar o restabelecimento, ainda que parcial, daquela Faculdade ou, pelo menos, a sua dotação com uma secção de Ciências Histórico-Filosóficas, as que estudam a Humanidade e aonde a cultura universitária tem de ir buscar sólido alicerce, por isso a frequentar pelos alunos dos vários Cursos*²⁰³.

Singularmente, não são conhecidos os argumentos para um pedido tão peculiar, afinal restrito aos grupos de História e Filosofia da secção de Ciências Históricas, Geográficas e Filosóficas, mas que não aparentam estar relacionados apenas com preocupações de ordem financeira. Afinal, ambas as áreas científicas vinham sendo profundamente cultivadas no meio portuense e no Centro de Estudos Humanísticos, podendo contar-se com os equipamentos culturais municipais e a Faculdade Pontifícia de Filosofia de Braga na sua instalação sem outros constrangimentos²⁰⁴.

Por outro lado, assumindo-se a carreira docente como a principal saída dos licenciados em Letras, perante a projetada expansão do sistema educativo português, não seria de colocar de parte os meios para aumentar o universo de professores devidamente habilitados. Num plano mais ideológico, no caso particular da Filosofia, o seu ensino poderia servir como contraponto à herança filosófica de Leonardo Coimbra que alguns discípulos, entre eles figuras bem conhecidas pela sua refutação ao regime salazarista, continuavam a difundir nos círculos intelectuais nacionais²⁰⁵.

Eventualmente, ao apresentar uma solução de compromisso para uma estrutura pedagógica parcial, a reitoria contaria assim obter o aval mais célere pelo ministério da Educação Nacional por um investimento mais módico. Na cidade figuravam nomes de reconhecido mérito científico para prover à difícil constituição de um corpo docente de qualidade e, com a mudança da Faculdade de Medicina para o novo Hospital Escolar de São João em 1959, ficaria devoluto o seu ancestral edifício no Carmo que poderia acolher outros serviços universitários.

Logrando do ministério do Eng. Francisco Leite Pinto na Educação Nacional, com o qual convivera por largos anos na direção do Instituto de Alta Cultura, e da sua política «liberal modernizante»²⁰⁶, marcada pelo alargamento da escolaridade obrigatória, da reorganização global do sistema educativo e da participação no *Projeto Regional do Mediterrâneo* da Organização Europeia de Cooperação Económica; o reitor portuense estaria em condições de associar os objetivos desta planificação educativa aos anseios da instituição pela «conjugação das boas vontades que lhes era

²⁰³ CRUZ, 1947: 324-326.

²⁰⁴ *O que se pensa sobre o restabelecimento da Faculdade de Letras*. «Diário do Norte» (21 out. 1960), p. 1-6.

²⁰⁵ FREITAS, 2002: 48-51.

²⁰⁶ ROSAS, coord., 1994.

comum»²⁰⁷. Secundada por uma movimentação nessa campanha pela restituição da Faculdade de Letras ao Porto, promovida pelos periódicos da cidade, liderado pelo *Diário do Norte* do Dr. António Cruz, encontrando num deputado deste círculo eleitoral o arauto para a sua discussão na Assembleia Nacional.

Ao longo das VI e VII legislaturas (1953-1961) são várias as intervenções públicas do Dr. Urgel Horta no hemiciclo, manifestando «a sua premente necessidade, dando cumprimento à missão inerente à Universidade na formação educativa e instrutiva», tanto mais que «não se compreende nem se justifica que o Porto, cidade de largas e fundas tradições no domínio cultural»²⁰⁸ não possuísse uma escola dessa índole. Perante a «chamada crise de crescimento da população escolar» e a relevante missão do Centro de Estudos Humanísticos, questionava o governo senão seria de equacionar a sua transfiguração em instituição universitária, quer pela valência da sua frequência escolar, quer pelo seu «notável corpo docente»²⁰⁹.

Como nenhuma referência aos interesses do Porto constava da promulgada *Lei Orgânica das Faculdades de Letras de 1957*, no ano seguinte, esta campanha subia de tom depois de conhecida a posição do ministro Leite Pinto na «hipótese da simples criação de uma secção de Ciências Histórico-Filosóficas»²¹⁰, enfrentando possíveis resistências à sua concretização nos círculos políticos. Uma série de novos argumentos foram expostos realçando a sua importância para os estudantes e famílias da região norte, prejudicados na oferta educativa da U.Porto:

*A sua falta é amarguradamente sentida por todos quanto pretendem estudar as matérias versadas nos seus planos de trabalho, forte motivo de constante inquietação, [...] Não são fáceis de atinar ou compreender as razões que possam negar ao Porto, grande cidade com mais de 300 000 habitantes, situada na zona mais populosa do País, os direitos que lhe assistem de possuir um instituto fomentador da vida cultural da sua gente*²¹¹.

A urgência da institucionalização de uma Faculdade de Letras no Porto era identicamente motivada pelas crescentes dificuldades no normal funcionamento dos cursos professados nas congéneres de Coimbra e Lisboa, em virtude do contínuo crescimento das suas populações escolares; bem como a recente abertura dos estágios pedagógicos no Liceu Normal D. Manuel II, antigo liceu Rodrigues de Freitas, suscitando a carência do curso de Ciências Pedagógicas entre os candidatos

²⁰⁷ CRUZ, 1985: 329.

²⁰⁸ AR — *Diário das sessões da Assembleia Nacional*, sessão de 23-08-1956, n.º 134, p. 640-642.

²⁰⁹ AR — *Diário das sessões da Assembleia Nacional*, sessão de 11-12-1956, n.º 172, p. 121-122.

²¹⁰ AR — *Diário das sessões da Assembleia Nacional*, sessão de 11-12-1957, n.º 4, p. 88-89.

²¹¹ AR — *Diário das sessões da Assembleia Nacional*, sessão de 08-01-1958, n.º 9, p. 243-246.

dos diferentes grupos de docência, etapa precedente neste processo de profissionalização²¹². Até o confronto com a realidade europeia, pela análise do *The World of Learning*, foi referenciado para autenticar a validade da pretensão portuense, quer pelo número superior de faculdades similares em quase todos os países, quer pela grande procura estudantil da formação de nível superior nas Ciências Humanas e Sociais²¹³.

O senado universitário do Porto, regozijado pelo movimento gerado entre a opinião pública sobre esta campanha, subscreveu uma exposição evocando que não se podia resignar a uma mutilação que a impedia «de poder cumprir cabalmente a missão superior que lhe incumbe», solicitando a abertura da Faculdade de Letras como uma «causa cujo significado primeiro transcende os possíveis e legítimos interesses regionais, contém um fundamental problema de âmbito cultural no lato sentido de responsabilidade universitária»²¹⁴. Uma comissão universitária deslocou-se a Lisboa para a entregar ao ministro da Educação Nacional, em reunião de 21 de fevereiro de 1958, que lamentou não a poder resolver a contento tão célere como todos gostariam, isto pelo menos enquanto não se diligenciasse por estudos mais amplos para acolher uma nova faculdade²¹⁵.

Com as eleições presidenciais desse verão e o forte apoio popular à candidatura do general Humberto Delgado, que teve na capital nortenha um dos seus grandes epicentros com a uma população que «vibrava particularmente com a eleição presidencial»²¹⁶, o assunto universitário foi relegado para um segundo plano, mas matizando um cuidado em acalmar os ânimos de uma cidade de «contrapoder» que poderia passar pela aquiescência a este pedido em particular.

Na realidade o estímulo das negociações entre as autoridades políticas e académicas intensificou-se em 1959²¹⁷, com visitas frequentes do ministro e do subsecretário Baltazar Rebelo de Sousa à reitoria portuense, abordando-se a premissa e grande simbolismo da reintegração de algumas licenciaturas em Letras:

O prestígio intelectual do Porto junta-se à absoluta necessidade de reparar a falta inexplicável de uma Faculdade de Letras numa Universidade, a exigir a sua restituição, pela qual em vão se clama e que continuamos a esperar confiadamente, como uma das mais instantes e mais legítimas aspirações. Atendê-la seria, sem dúvida, um acto de justiça a celebrar condignamente na projectada comemoração,

²¹² GOMES, 1995: 123-124.

²¹³ AR — *Diário das sessões da Assembleia Nacional*, sessão de 14-01-1958, n.º 9, p. 297.

²¹⁴ AUP — *Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. III, sessão de 03-02-1958, fl. 56v-58v.

²¹⁵ *A Universidade do Porto não pode resignar-se a ver-se definitivamente privada da sua Faculdade de Letras. «O Primeiro de Janeiro»* (22 fev. 1958), p. 1 e 5.

²¹⁶ ALVES, 1998: 7-8.

²¹⁷ CRUZ, 1985: 329.

*em 1961, do 1.º cinquentenário da Universidade [...]. Aqui deixamos a sugestão à superior consideração do Senhor Ministro da Educação Nacional, rogando se nos releve a insistência, no que nela, porventura, se veja de impertinente*²¹⁸.

Veladas em algum secretismo para a maioria da opinião pública, as reuniões com a reitoria e a direção do Centro de Estudos Humanísticos esgrimiam argumentos e soluções com a equipa ministerial, indagando pelo bom termo de uma campanha que se estendia há mais de três décadas...

6.2. DO ANÚNCIO À INSTITUCIONALIZAÇÃO DA FACULDADE DE LETRAS (1960-1962)

A 20 de outubro de 1960, o almirante Américo Tomás deslocou-se ao Porto para presidir pela primeira vez à sessão solene de abertura do ano letivo da sua Universidade, acompanhado do ministro Leite Pinto. Findas as cerimónias protocolares, na conclusão do seu discurso o presidente da República anunciava, com alguma surpresa para a maioria das individualidades e comunidade académica presente:

*Por fim, quero anunciar uma notícia que será grata ao coração de todos os portuenses e, permitam-me que acrescente, será grata ao coração do ilustre reitor, que tem sido o paladino do restabelecimento no Porto e na sua Universidade, da Faculdade de Letras. Posso anunciar a V. Ex.as que esse restabelecimento vai ser uma realidade e quero felicitar o reitor e a cidade por tão justamente terem visto realizado o seu desejo. Parabéns ao Porto e à sua Universidade. Muitos Parabéns a todos*²¹⁹.

A novidade foi recebida com enorme ovação e júbilo, dirigida aos dirigentes do Estado Novo que satisfaziam uma pretensão tão desejada pelo meio universitário portuense, rematada pelas palavras do reitor Dr. Amândio Tavares: «a cúpula do edifício universitário é uma restituição que há muito esperávamos pois não pode haver uma verdadeira Universidade sem Faculdade de Letras»²²⁰.

Nos dias seguintes, diversos telegramas foram expedidos para o palácio de São Bento pelas autoridades políticas e civis do Porto e de outros municípios da zona norte a agradecer a concessão governamental, enquanto na imprensa local se sucediam os elogios e as homenagens aos diferentes intervenientes nesta causa, apondo já o seu funcionamento no ano letivo seguinte, mal se publicasse o respetivo

²¹⁸ AR — *Diário das sessões da Assembleia Nacional*, sessão de 08-01-1958, n.º 9, p. 243-246.

²¹⁹ AR — *Diário das sessões da Assembleia Nacional*, sessão de 08-01-1958, n.º 9, p. 243-246.

²²⁰ *O que se pensa sobre o restabelecimento da Faculdade de Letras*. «Diário do Norte» (21 out. 1960), p. 1-6.

decreto fundador²²¹. Algo que, entretanto, se foi protelando nos meses subsequentes, com um facto plenamente consumado de uma abertura restringida aos cursos de História, Filosofia e Ciências Pedagógicas; suscitado pelo início da Guerra Colonial e a exoneração do ministro Leite Pinto, substituído pelo Dr. Lopes de Almeida da Universidade de Coimbra, pondo cobro às esperanças de entrada em funcionamento da escola no ano letivo de 1961-1962.

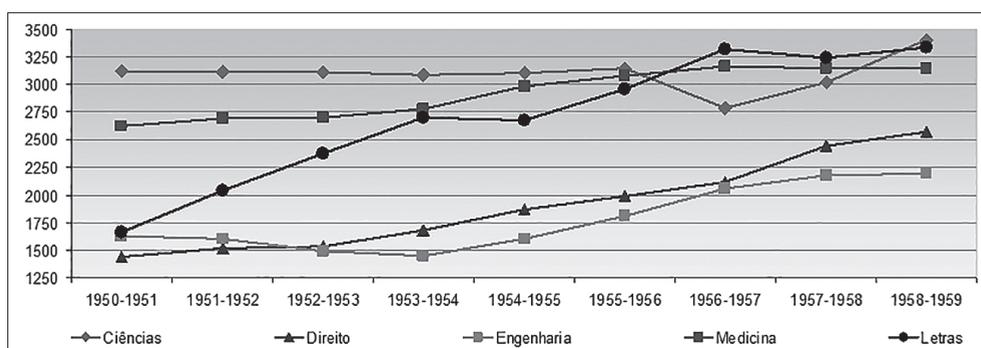
Finalmente, pelo *Decreto-Lei n.º 43 864, de 17 de Agosto de 1961*, o Governo decretava oficialmente a nova ampliação universitária da orgânica portuense:

Artigo 1.º — É criada a Faculdade de Letras da Universidade do Porto. [...]

Artigo 3.º — Na Faculdade são professadas as licenciaturas em História e em Filosofia e ainda o curso de Ciências Pedagógicas²²².

O preâmbulo deste diploma sintetizava as principais razões para a criação de uma nova Faculdade de Letras no cumprimento da aspiração manifestada pela cidade do Porto e a região norte do país, completando a estrutura universitária portuense com as «disciplinas de representação das ciências do espírito» e na resolução da «superlotação das duas faculdades de Letras existentes». Assim, prestava-se o justo reconhecimento da triplíce missão que assistia às Universidades — ensino, preparação profissional e investigação científica —, autenticada nos testemunhos e considerações emanados das conferências internacionais sobre o ensino superior; legitimando a exiguidade destes estudos pelas dificuldades de recrutamento de pessoal docente idóneo verificadas nas congéneres de Lisboa e Coimbra.

Gráfico 3. Evolução dos alunos matriculados no ensino universitário em Portugal (década de 1950)



Fonte: INE — *Estatística da Educação – ano lectivo de 1959-1960*

²²¹ *A Faculdade de Letras do Porto funcionará já no próximo ano, no edifício onde esteve a Faculdade de Medicina.* «Jornal de Notícias» (23 out. 1960), p. 5.

²²² Decreto n.º 43 864, de 17 de Agosto de 1961. «Diário do Governo I Série», 190 (1961).

Sob o signo da explosão escolar no panorama universitário português ao longo dos anos de 1950, os factos de carácter mais particular no pedido da U.Porto assumiam uma dimensão nacional pelo congestionamento das Faculdades de Letras existentes, impondo uma resolução inadiável do problema por parte do governo. Se em termos globais o peso discente da área de ensino superior das Letras era até notoriamente modesto (com uma média de um aluno em cada cem a frequentar os seus cursos, a exemplo das áreas referenciadas no período em análise); o seu ritmo de crescimento contínuo foi dos mais surpreendentes ao se traduzir no dobro da sua frequência escolar de 1658 para 3340 efetivos em apenas uma década.

Com efeito, a população escolar de Letras em Coimbra e Lisboa tornara-se preponderante no universo de ambas as instituições superando os valores de Ciências e Medicina, tradicionalmente as escolas mais cursadas nas três Universidades clássicas, realidade que dava sinais de se acentuar nos anos seguintes²²³. Os relatórios das respetivas autoridades académicas declaravam as graves consequências desta realidade nas condições de funcionamento quotidianas — exiguidade das instalações escolares, falta de material pedagógico e sobrecarga no trabalho dos docentes —; acentuado pela procura em massa do segmento feminino dos cursos de Letras.

Quadro 5. Proveniência geográfica dos estudantes matriculados nas Faculdades de Letras nacionais²²⁴

Distritos	1950-1951		1952-1953		1954-1955		1956-1957	
	Coimbra	Lisboa	Coimbra	Lisboa	Coimbra	Lisboa	Coimbra	Lisboa
Circunscrição universitária do Porto								
{Aveiro}	80	11	103	15	122	22	127	25
Braga	36	13	69	20	105	15	114	18
Bragança	29	10	41	14	62	14	42	17
Porto	182	34	227	43	248	48	223	55
Viana do Castelo	11	6	18	11	25	10	26	12
Vila Real	28	14	48	17	44	15	11	15
Subtotal	366	88	506	120	606	124	543	142
	454		626		730		685	
Outros	496	708	737	1001	790	1158	1168	1521
Total	862	796	1243	1121	1396	1282	1711	1663
	1658		2364		2678		3374	

Fonte: INE — *Estatística da Educação – ano lectivo de 1959-1960*

²²³ Segundo as *Estatísticas da Educação* do INE, a FLUC assumia-se como a escola mais frequentada no meio conimbricense desde inícios dos anos 50, enquanto a FLUL atingiu idêntica situação no ano letivo de 1956-1957. As previsões estatísticas para 1970 calculavam uma população escolar de 4250 alunos na FLUL e de 3600 em Coimbra. RODRIGUES, 1962: 4. Em inícios de 1970, a mesma fonte revelava uma frequência muito superior com 6954 alunos em Lisboa, somente se quedando Coimbra pelos 3284 discentes, já pela concorrência da 2.ª FLUP nesta procura estudantil específica.

²²⁴ A análise detalhada da proveniência geográfica dos alunos universitários nas *Estatísticas da Educação* realizou-se somente até ao ano letivo de 1956-1957. Na alínea «outros» encontram-se englobados os estudantes oriundos dos restantes distritos continentais, arquipélagos insulares, províncias do ultramar e estrangeiros.

Um outro facto que a tal concorria era ainda a considerável frequência dos alunos oriundos dos distritos do norte, entre os mais populosos em termos demográficos nacionais e apesar das reservas na identificação desta variável, que se deslocavam para estes polos universitários na prossecução dos estudos numa escola que fora extinta na U.Porto desde 1931. No cômputo geral, a proveniência geográfica da circunscrição universitária do Porto detinha um peso numérico significativo nesse segmento de discentes em Letras, representando mesmo nos primeiros anos da década de 1950 um quarto do total discente nas duas academias.

Comum a ambas as instituições era a liderança estudantil natural do distrito do Porto, garantia de um público escolar em número significativo para a escola portuense e do seu conseqüente ingresso e/ou transferência, incluindo o muito reclamado curso de Ciências Pedagógicas. De resto, numa contradição evidente, pois a institucionalização restringida à secção de Ciências Históricas, Geográficas e Filosóficas, em si também incompleta, nunca permitiria a total resolução do problema de sobrelotação, quando eram precisamente as Ciências Filológicas aquela que detinha a maior população escolar em Letras e se fazia sentir pela falta de professores habilitados para o ensino liceal e técnico²²⁵.

Porém, o regime autoritário também manobrou todo este assunto conforme os seus interesses político-ideológicos, em vez do «restabelecimento» ou «restauração» da Faculdade de Letras solicitado pelas autoridades académicas, o seu surgimento envolveu-se em termos de «criação» como se uma iniciativa inédita no Porto ocorresse. No diploma não consta qualquer referência ao Centro de Estudos Humanísticos, que a foi alicerçando e preparando parte dos futuros professores, e muito menos à original escola de Leonardo Coimbra da qual se distanciava em termos absolutos, aspirando a que esta se tornasse em «núcleo de reacção histórico-filosófica ao materialismo dialéctico de um núcleo portuense e ao fluxo económico-positivista dominante em Lisboa»²²⁶.

Paradoxalmente, uma visão também partilhada pelos antigos elementos da primeira faculdade que contrapunham ao pretensu título o de «salarização»: «cuja linha de sucessão magistral se encontra, por isso, fora da actual faculdade»²²⁷. Ou até mesmo na deliberação do senado universitário, a propósito da questão da precedência das faculdades suscitada pela pretensa ligação à antiga escola de Leonardo

²²⁵ Nos anos letivos de 1961-1962 a 1962-1963, a distribuição da frequência escolar por curso na FLUL era liderada pelas Ciências Filológicas (3282 matrículas – 61%), Ciências Históricas, Geográficas e Filosóficas (1271 – 23,6%) e Ciências Pedagógicas (828 – 15,4%). Situação partilhada pela FLUC com o predomínio das Ciências Filológicas (1907 – 44,4%), seguido das Ciências Pedagógicas (1317 – 30,5%) e das Ciências Históricas, Geográficas e Filosóficas (1085 – 25,2%). INE — *Estatísticas da Educação: anos letivos de 1961-1962 a 1962-1963*.

²²⁶ RAMOS, 1986-1987: 205.

²²⁷ GOMES, 1991: 14.

Coimbra, ocupando a nova faculdade o último lugar na hierarquia universitária, em observância ao critério da antiguidade institucional²²⁸.

Os prazos legais para apresentação e realização aos concursos documentais para provimento dos lugares do corpo docente determinaram, pois, que o ano letivo só se poderia iniciar já nos primeiros meses de 1962, hipótese afastada pelo senado universitário do Porto pelos inconvenientes representados num tão curto espaço de tempo de atividade, decretando a abertura oficial da nova instituição para o ano letivo de 1962-1963²²⁹.

Na tarde de 26 de outubro de 1962, no salão nobre da antiga Faculdade de Medicina, que passava a ocupar em regime de partilha universitária, a segunda Faculdade de Letras do Porto inaugurou solenemente os seus trabalhos escolares na presença da nova comunidade universitária e demais convidados políticos e civis. Na cerimónia oficial presidida pelo novo reitor Dr. Manuel Correia de Barros Júnior, as maiores ovações foram prestadas ao reitor honorário Dr. Amândio Tavares e ao reitor da Universidade de Coimbra, o Dr. Guilherme Braga da Cruz, este último pelo significado da sua comparência como «mais uma afirmação da legitimação do ressurgimento da Faculdade de Letras do Porto»²³⁰.

A lição inaugural intitulada *História, Historiografia e Historiologia* foi proferida pelo seu encarregado de curso, o Dr. Carlos de Soveral, então subsecretário de Estado da Educação Nacional, que em nome da jovem escola agradeceu as inúmeras diligências na sua criação e o desejo de as mesmas perseverarem nos novos desafios futuros, delineando os rumos que se procurariam desenvolver na sua missão universitária:

*Temos uma Faculdade de Letras que se destina a cumprir um grande futuro, nesta cultura abertíssima para os centros intelectuais do Porto. Aguarda-se que a Universidade e a Faculdade que não só mantenha como cumpra o seu papel dentro da cultura europeia*²³¹.

6.3. A CRIAÇÃO DA LICENCIATURA EM FILOLOGIA ROMÂNICA (1968)

Nos primeiros anos da nova faculdade portuense denotava-se um movimento endógeno entre os seus docentes pela ampliação do seu quadro de estudos à secção de Ciências Filológicas, a única renegada no decreto fundador, móbil partilhado pela

²²⁸ AUP — *Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. III, sessão de 11-10-1961, fl. 88v.

²²⁹ AUP — *Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. III, sessão de 02-05-1962, fl. 98-98v.

²³⁰ *Satisfeita uma justa aspiração: começou a funcionar a Faculdade de Letras do Porto*. «Jornal de Notícias» (27 out. 1962), p. 1 e 11.

²³¹ *Inaugurou-se o ano lectivo da Faculdade de Letras do Porto, tendo o subsecretário de Estado da Educação Nacional proferido a primeira lição*. «O Comércio do Porto» (27 out. 1962), p. 1 e 9.

U.Porto e as forças vivas da cidade na sua equiparação em «plano de igualdade com os institutos científicos nacionais e estrangeiros da mesma categoria»²³².

Na Assembleia Nacional, em janeiro de 1963, o deputado portuense Olívio de Carvalho lançava o pedido nesse sentido pela importância das línguas nos *currícula* do sistema educativo e o «interesse imediato e utilitário da preparação e formação de professores do ensino secundário, de que o País tanto precisa»²³³. A inclusão dos diversos cursos de Filologias no Porto era, aliás, justificada pelos embaraços que a sua carência provocava nos estudantes da região norte ao lhes negar a formação académica de acordo com as predileções intelectuais, perante as contingências financeiras na deslocação para os outros meios universitários e a respetiva frequência escolar avultada nas suas hómologas.

Passado um ano, os deputados Dr. Elísio Pimenta e Dr. Pinto de Mesquita defendiam esta causa, o primeiro professor liceal e o segundo antigo governador civil do Porto, argumentando que a explosão escolar em todos os níveis de ensino não tardaria a criar novas necessidades que se deveriam desde logo precaver, sugerindo o primeiro a criação de cursos de Jornalismo e Documentalismo²³⁴ na Faculdade de Letras do Porto e o segundo a criação dos estudos filológicos «desde já de Clássicas ou de Filologia Românica. E, mais tarde, a outra de Filologia Germânica»²³⁵.

A apresentação pública dos resultados do *Projeto Regional do Mediterrâneo* em 1964 traçou um retrato nacional que legitimava todos estes argumentos, evidenciando as lacunas na realidade educativa portuguesa que comprometiam seriamente o ambicionado desenvolvimento económico e social do país²³⁶. As previsões estatísticas do «crescimento explosivo» da população em idade escolar, a se registar entre os anos de 1969-1970 a 1973-1974, suscitavam o desenvolvimento e expansão da rede escolar a todos os níveis de ensino, e correspondente provimento de equipamento pedagógico e de pessoal docente habilitado, da natural responsabilidade do Estado²³⁷.

No panorama do ensino superior e universitário, após a crise académica nacional de 1962, os receios ainda encobertos que apontavam uma «crise da Universidade»²³⁸ descobriam fortes indícios da sua plena eclosão, quer pelo agravamento das condições de funcionamento em virtude do crescimento escolar, quer pelo número diminuto de graduados ao nível superior para posterior integração nos quadros do mercado de trabalho.

²³² AR — *Diário das sessões da Assembleia Nacional*, sessão de 08-02-1962, n.º 29, p. 670-672.

²³³ AR — *Diário das sessões da Assembleia Nacional*, sessão de 29-01-1963, n.º 76, p. 1930-1931.

²³⁴ AR — *Diário das sessões da Assembleia Nacional*, sessão de 29-01-1964, n.º 122, p. 3026-3027.

²³⁵ AR — *Diário das sessões da Assembleia Nacional*, sessão de 18-03-1964, n.º 147, p. 3719-3721.

²³⁶ Entre as principais limitações do nosso sistema escolar contavam-se a reduzida definição da escolaridade obrigatória, as fracas taxas de aproveitamento nos diferentes níveis de ensino e o progressivo abandono escolar na passagem entre os graus de ensino. NÓVOA, 1996: 305-307.

²³⁷ MARTINS, *dir.*, 1964b.

²³⁸ GUERRA & NUNES, 1969: 427-473.

Embora o prognóstico do índice de crescimento escolar dos alunos nos cursos de Letras continuasse em alta face a outros núcleos de estudos universitários, o complexo regime de concessão do grau de licenciado nos seus cursos concorria a que a maioria dos alunos matriculados não completasse o plano de estudos oficial. Isto porque era obrigatória a defesa de uma dissertação de licenciatura, findos os cinco anos de estudos e que nem todos poderiam ou quereriam prestar por razões pessoais, fossem elas de natureza financeira ou académica, fruindo da certidão escolar de frequência e avaliação como habilitação para uma qualquer profissão especializada.

Se o ministério de Inocêncio Galvão Teles perspetivou a matéria como mera obra de planeamento da ação educativa, inscrita no Plano de Fomento Intercalar para 1965-1967²³⁹, a criação do ciclo preparatório do ensino secundário em 1967, na dupla vertente inovadora de aumento da escolaridade e de fusão dos ensinos do primeiro ciclo liceal com o do ciclo preparatório do técnico-profissional, demonstrou a extrema carência de professores para prover o aumento dos quadros docentes nas escolas distribuídas pelo território nacional.

Na sua qualidade de deputado à Assembleia Nacional, o Dr. António Cruz da segunda Faculdade de Letras do Porto, lamentava que a sua instituição apenas pudesse responder parcialmente à «carência de professores diplomados e habilitados para o ensino médio»²⁴⁰. Não só a opção pelas licenciaturas em História ou Filosofia era extremamente redutora, como a instalação de alguns dos seus serviços no palacete Burmester, no Campo Alegre, reuniam as condições para a ampliação da oferta educativa ao curso de Filologia Românica. A se concretizar, a escola portuense poderia contribuir neste cenário ao «preparar professores aptos para o ensino do Português e do Francês nos primeiros cinco anos do ensino secundário»²⁴¹, embora esta ampliação orgânica não tenha sido verdadeiramente considerada prioritária nos círculos governamentais até à entrada de Marcello Caetano na presidência do Conselho de Ministros, em finais de setembro de 1968.

O fomento da formação de recursos humanos altamente qualificados reconquistou uma nova relevância na política governamental e, enquanto se ultimavam os trâmites legais para a criação dos bacharelatos nas Faculdades de Letras, concebidos para abreviar o tempo de aquisição de um grau académico, o ministro Dr. José Hermano Saraiva promulgava que «passa a ser professada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto a licenciatura em Filologia Românica»²⁴². As diretrizes do texto legislativo ilustravam perfeitamente a realidade educativa portuguesa e os objetivos enraizados na concessão educativa à segunda Faculdade de Letras do Porto, destacando

²³⁹ GARRIDO, 2005: 451-474.

²⁴⁰ AR — *Diário das sessões da Assembleia Nacional*, sessão de 22-03-1967, n.º 86, p. 1606-1608.

²⁴¹ AR — *Diário das sessões da Assembleia Nacional*, sessão de 28-11-1967, n.º 101, p. 1902-1904.

²⁴² Decreto n.º 48 612, de 08 de Outubro de 1968. «Diário do Governo I Série», 237 (1968).

a necessidade de pessoal docente em correlação com a ampliação do ensino secundário. A frequência insuficiente do referido curso nas Faculdades de Coimbra e Lisboa tornavam imperativo um aumento do número de licenciados na área para facilitar o recrutamento de profissionais em Língua Portuguesa — «instrumento admirável de entendimento e de comunicação e poderoso factor de unidade nacional» —; em paralelo, atendendo aos interesses dos «estudantes de humanidades» da região norte.

A convergência da promulgação tardia deste decreto com o de criação dos bacharelatos em Letras²⁴³, tal como antecipado pela sua simplicidade, embargou a sua execução imediata: «ao ser promulgado antes de um novo ano lectivo, o decreto disse tudo e acabou, também, por não dizer o que mais interessava: quando na Faculdade de Letras do Porto o curso de Filologia Românica?»²⁴⁴. Além da habitual morosidade nos prazos para os concursos documentais de recrutamento dos docentes, o maior receio do senado universitário do Porto prendia-se com a omissão do decreto-lei de constituição do corpo docente para o grupo de Filologia Românica, solicitada a sua publicação com urgência, já em julho de 1969, para não «impedir o funcionamento desse curso no início do próximo ano lectivo»²⁴⁵.

Promulgado e publicado em «Diário de Governo» no arranque do ano letivo de 1969-1970²⁴⁶, as inscrições no novo curso foram então abertas ao público estudantil e logo inaugurados os seus trabalhos escolares, tornando-a o estabelecimento educativo mais frequentado de toda a U.Porto e uma das mais procuradas a nível nacional até à queda do Estado Novo. Um ano escolar emblemático para a segunda Faculdade de Letras do Porto, com a comemoração do «cinquentenário da Faculdade de Letras do Porto», o doutoramento *honoris causa* a Augusto de Castro²⁴⁷ e a instalação do seu conselho escolar, o principal órgão de gestão administrativa, passando a gozar de uma nova autonomia institucional na luta pela defesa dos seus interesses académicos.

6.4. A INCLUSÃO DOS CURSOS DE FILOLOGIA GERMÂNICA E GEOGRAFIA (1972)

A última grande transfiguração na segunda Faculdade de Letras até à Revolução de 1974 acontecerá durante o ministério do Dr. José Veiga Simão, em consonância com um novo paradigma na política para a Educação Nacional: fortalecer a adapta-

²⁴³ Decreto n.º 48 627, de 23 de Outubro de 1968. «Diário do Governo I Série», 241 (1968).

²⁴⁴ *Fumo sem Fogo... Ainda não é para este ano o curso de Filologia Românica na Faculdade de Letras do Porto*. «Jornal de Notícias» (12 out. 1968), p. 1 e 6.

²⁴⁵ AUP — *Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. III, sessão de 02-07-1961, fl. 143.

²⁴⁶ Decreto n.º 49 302, de 11 de Outubro de 1969. «Diário do Governo I Série», 239 (1968).

²⁴⁷ *Sob o signo da tradição — a renovação*. «Diário do Norte» (21 dez. 1969), p. 1, 3 e 6. Augusto de Castro Sampaio Corte-Real (Porto, 1883 — Lisboa, 1971), licenciado em Direito, sócio da Academia das Ciências e figura destacada e acérrima do Salazarismo. A proposta da Faculdade de Letras foi ratificada pelo senado universitário, a 4 de dezembro de 1969, sendo a única realizada pela escola até similar cerimónia do Professor Jean Delumeau, em 1984. AUP — *Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. III, sessão de 04-12-1969, fl. 144.

bilidade do sistema educativo às exigências de desenvolvimento económico e regularizar o ambiente estudantil após a crise académica de 1969, considerada pelo seu antecessor «como facto político nacional»²⁴⁸. Na sua ambiciosa reforma global do sistema educativo com vista à afirmação da «democratização do ensino»²⁴⁹, enquadrada num movimento reformista internacional, o capítulo do ensino superior e universitário exigia especial cuidado na sua reestruturação, não totalmente perceptível para a opinião pública portuguesa em geral.

Desafios como o congestionamento dos cursos superiores, a deterioração das condições da vida escolar, a baixa proficiência na concessão destes graus académicos ou de uma crescente politização do movimento estudantil pela massificação desses estudantes inquietavam as autoridades académicas, nem sempre providas dos meios necessários para a sua resolução. Por outro lado, alguns estudos sociológicos e educativos denunciavam os sinais de «tendência para uma anquilose da cultura universitária»²⁵⁰, potencializados pelo elitismo social no acesso a este subsistema educativo, o desfasamento dos cursos com o mercado de trabalho ou a cristalização da estrutura universitária e das regras do seu funcionamento.

No périplo nacional que o ministro realizará pelo país para conhecer mais intimamente a realidade educativa das instituições escolares, em meados de junho de 1970, a U.Porto recebeu a equipa governativa para audiências com as comissões de professores e alunos das seis faculdades, além das reuniões com os órgãos de gestão universitários²⁵¹. No tocante à de Letras, os professores abordaram os constrangimentos causados pela regulamentação dos horários de trabalho e algumas disposições da carreira académica, requerendo a 2.^a assistente Ana Paula Quintela Sottomayor a criação do curso de Filologia Clássica, enquanto os alunos pediram a legalização da associação dos estudantes, a melhoria das condições de funcionamento dos cursos nos diferentes edifícios do Carmo e do Campo Alegre e o cumprimento das determinações ministeriais pelo corpo docente.

Na reunião de encerramento com as autoridades académicas e políticas, o major Paulo Durão, presidente do Governo Civil do Porto, solicitou em nome do distrito a dotação do grupo de Filologia Germânica no quadro educativo endógeno, sugerindo a adaptação prevista do antigo Convento de São Bento da Vitória para acolher em termos físicos uma quarta licenciatura. Este desejo foi considerado de grande justiça pelo ministro, que pressupunha até recrutar «professores no estrangeiro se tal

²⁴⁸ LOURENÇO *et al.*, 2001: 148.

²⁴⁹ SIMÃO, 1973a: 7.

²⁵⁰ GUERRA & NUNES, 1969: 462.

²⁵¹ *O Ministro da Educação Nacional teve hoje um dia de trabalho no Porto depois de recebido pelo Senado Universitário.* «Diário do Norte» (17 jul. 1970), p. 1 e 6.

for necessário, para que se concretize o sonho da Faculdade de Letras do Porto»²⁵², prometendo levantar a questão junto do governo para a sua oficialização.

Uma vez mais, foi observado novo compasso de espera para que surgissem os resultados da deliberação legal da criação do curso, num período de maior instabilidade política com o isolamento internacional e os efeitos da Guerra Colonial, isto sem que o Dr. António Cruz, já como diretor da segunda Faculdade de Letras, amiudamente não deixasse de instigar junto do senado universitário para esse fim. Contornando as condicionantes de um novo edifício para uma muito concorrida frequência escolar, chegaria a garantir a disponibilidade dos professores da Faculdade de Letras de Lisboa, os Dr. António Gonçalves Rodrigues e José de Olívio Caeiro, em avançar com a transferência para o respetivo quadro docente no Porto²⁵³.

Em inícios de fevereiro de 1972, o conselho escolar de Letras tomou o desejado conhecimento da declaração ministerial da criação dos grupos de Filologia Germânica e de Geografia, singularmente este último nunca reclamado publicamente ao que consta, requerendo a celeridade da sua promulgação oficial para funcionamento dos primeiros anos dos novos cursos no ano letivo seguinte²⁵⁴. Conquanto, só em finais de junho, a reivindicação foi atendida pela publicação do decreto-lei em que «passam a ser professados na Faculdade de Letras da Universidade do Porto os bacharelatos e as licenciaturas em Filologia Germânica e em Geografia»²⁵⁵; em plena celebração da primeira década de existência da escola portuense.

Invocando as recorrentes razões de ordem prática para abertura dos dois cursos, com um notório carácter de urgência ditado pela sobrelotação das faculdades congéneres de Coimbra e de Lisboa — «onde o número de inscrições nos vários anos no bacharelato e na licenciatura de Filologia Germânica atinge os milhares» e para os alunos nortenhos de «uma deslocação demasiado onerosa» —, imediatamente se definiam os quadros do pessoal docente e as dotações orçamentais para a sua abertura no ano letivo de 1972-1973. A U.Porto era assim a primeira instituição contemplada à luz da política educacional de Veiga Simão, que até ao final desse ano decretou a remodelação das quatro instituições universitárias e a fundação de novas universidades e institutos politécnicos por outros pontos do país²⁵⁶.

²⁵² *O Ministro da Educação Nacional teve reuniões de trabalho com professores e alunos da Universidade do Porto.* «Diário do Norte» (18 jul. 1970), p. 1 e 8.

²⁵³ AUP — *Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. IV, sessão de 07-07-1971, fl. 14-14v.

²⁵⁴ AFLUP — *Livro das actas do conselho escolar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, sessão de 02-02-1972, fl. 6-6v.

²⁵⁵ Decreto-Lei n.º 205/72, de 20 de Junho de 1972. «Diário do Governo I Série», 142 (1972).

²⁵⁶ SIMÃO, 1973b. Na Universidade de Coimbra, na transfigurada Faculdade de Ciências e Tecnologia foram criadas as licenciaturas de Engenharia e a Faculdade de Economia e, em Lisboa, o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa e novos cursos no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina da Universidade Técnica de Lisboa; bem como a ampliação da oferta educativa nas universidades ultramarinas de Luanda e Lourenço Marques. Além da fundação das Universidades Nova de Lisboa, do Minho e de Aveiro e do Instituto Universitário de Évora e na

A ampliação da estrutura pedagógica da segunda Faculdade de Letras do Porto, ainda que um motivo de grande regozijo, acarretou o agravamento dos problemas associados à escola com a maior frequência universitária da Universidade. O ambiente de agitação estudantil em que se vivia revelava-se difícil de conter pelas autoridades académicas, exacerbado pela dispersão dos cursos por três edifícios, com a instalação provisória da Filologia Germânica no imóvel da rua das Taipas, que se revelava insuficiente para a resolução do problema da sobrelotação. Na transferência de muitos dos seus alunos das academias de Lisboa e Coimbra, onde os movimentos de contestação estudantil se tinham robustecido em recorrentes episódios de luta académica, não deixa de se evidenciar um influxo poderoso para a sublevação dos colegas do Porto, em especial entre 1972 e 1974, até aí bem menos reivindicativos.

Todavia, o seu conselho escolar continuava a defender a sua total equiparação orgânica às faculdades congéneres de Coimbra e de Lisboa, somente faltando o grupo de Filologia Clássica, ou a autorização do curso para formação de bibliotecários, arquivistas, documentalistas e conservadores de museus²⁵⁷. Aos quais não se obteve parecer favorável do senado universitário e do ministério da Educação Nacional dadas as circunstâncias de momento, tendo sido igualmente recusada a agregação dos institutos de investigação científica: o Instituto de Estudos Históricos, o Instituto de Estudos Filosóficos e o Instituto de História da Arte e Arqueologia²⁵⁸.

A desagregação do Estado Novo era inevitável e a incapacidade do governo de se ajustar às novas conjunturas ditaram o alastramento da crise política a todos os domínios da vida nacional, prescrevendo a falência do projeto de Veiga Simão de consolidar «a democratização escolar num sistema político fechado»²⁵⁹. A nova vaga de repressão e bloqueamentos no derradeiro controlo da situação do país teve como um dos seus principais palcos os estabelecimentos universitários, onde a autorização ministerial em permitir o acesso da polícia às instalações universitárias e de vigilantes se revelou em retundo fracasso para uma necessária pacificação dos meios académicos.

O triunfo da Revolução de 1974 e do novo regime democrático na história do Portugal contemporâneo deram origem a mudanças profundas e até radicais em todas as instituições educativas, que começam agora a ser estudadas com um outro distanciamento crítico. A segunda Faculdade de Letras do Porto viverá estes primeiros anos sob o clima de instabilidade típico da época, entre assembleias magnas e alterações na sua estrutura funcional, marcando a direção do Dr. Óscar Lopes um novo capítulo na história desta instituição...

reconversão de estabelecimentos de ensino médio em Institutos Politécnicos em Lisboa, Coimbra, Porto e Santarém, aos quais foram englobados os novos de Faro, Leiria, Covilhã, Vila Real, Leiria, Setúbal e Tomar.

²⁵⁷ AUP — *Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. IV, sessão de 19-07-1973, fl. 43v-45v.

²⁵⁸ AUP — *Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. IV, sessão de 08-11-1973, fl. 48-50v.

²⁵⁹ AMBRÓSIO, 1990: 281.

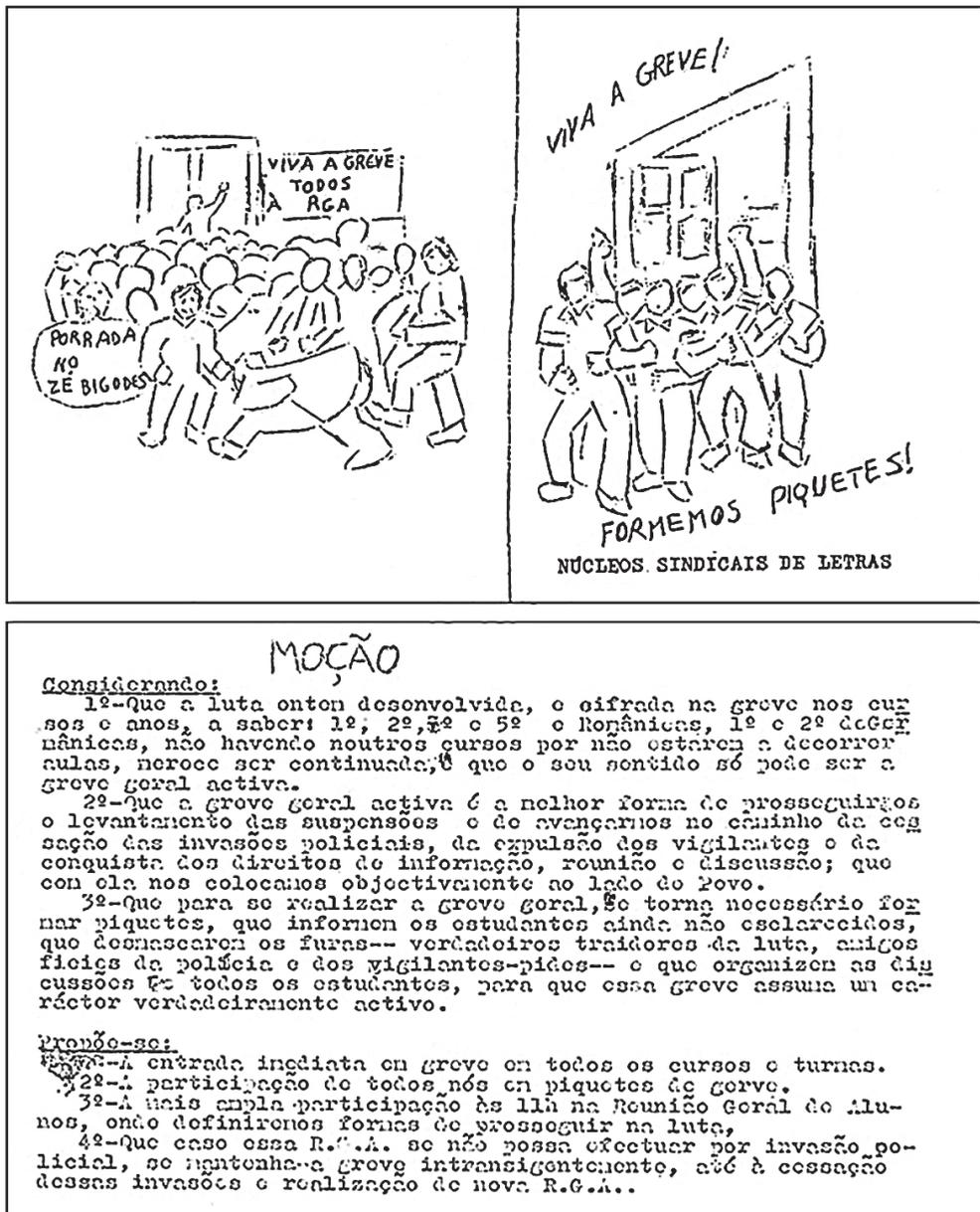


Fig. 5. Panfleto do movimento Núcleos Sindicais de Letras, alusivo à greve geral dos alunos da 2.ª FLUP, em fevereiro de 1974

Fonte: AFLUP — Actas do Conselho Escolar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

7. ESTRUTURA E DINÂMICA FUNCIONAL

«Nas instituições de ensino superior o saber é descoberto, conservado, aperfeiçoado, transmitido e aplicado»²⁶⁰. Justamente, a missão de produção e transmissão do conhecimento outorgado à Universidade designou a principal característica da sua identidade institucional, bem como a sua longevidade e dimensão internacional desde a época medieval. É em torno desta sua missão que estas instituições educativas vão delineando as suas linhas de organização e gestão interna, assumindo uma identidade e papel social distintos conforme o funcionamento em determinado contexto histórico.

A segunda Faculdade de Letras do Porto neste arco cronológico assumiu essa dupla vertente de ensino e investigação nas Ciências Sociais e Humanas, formando um capital humano devidamente habilitado com conhecimentos e competências para a sua integração socioprofissional, ao mesmo tempo que promove a transformação da sociedade pela inovação do conhecimento que lhe granjeia o seu prestígio social. Particularmente esta última realidade acentua a sua ligação ao poder institucionalizado, já que a subordinação aos condicionalismos políticos, legais e financeiros definidos pelo Estado fundamentam a sua existência e dinâmica funcional, tão mais pertinente pelo enquadramento num regime autoritário à data.

Aliás, o Estado Novo projetou a criação da nova faculdade portuense na qualidade de criação original, olvidando a eventual influência da sua antecessora, bem como a sua orgânica respeitou a legislação proclamada para as Faculdades de Letras existentes. Porém, nesta sua missão a escola portuense adotou uma orgânica distinta das congéneres de Coimbra e de Lisboa, pautadas por uma declarada inferioridade que foi sendo regularizada nos anos seguintes por novas iniciativas legislativas. Por um lado, sob pressão das autoridades académicas portuenses que as reclamavam, por outro, pela evolução do sistema educativo português e a procura de resoluções para os problemas da vida universitária portuguesa, que com maior abrangência despontavam desde a década de 1950; e importam conhecer sumariamente para compreender a integração da escola portuense no tecido universitário português.

7.1. ESTRUTURA ORGÂNICO-ADMINISTRATIVA

A amplitude e temporalidade das várias disposições legais respeitantes a esta segunda Faculdade de Letras permitem distinguir diferentes momentos no seu desenho organizacional, com modificações nas suas estruturas de gestão, de serviços, pedagógicas e científicas que, em função das interdependências entre si, incidiam sobre

²⁶⁰ CLARK, 1983.

todos os domínios da vivência da instituição²⁶¹. A mais reveladora para este estudo de caso é, indiscutivelmente, a primeira pelos modelos de administração e de gestão que garantiram a sua autonomia funcional e a construção da imagem institucional para o exterior. Considerando como marco a constituição de um conselho escolar autónomo da Faculdade de Letras, no ano letivo de 1969-1970, distinguem-se dois modelos de organização estrutural da escola entre a sua (re)criação e a revolução.

O seu decreto fundador legitimava as dificuldades de recrutamento de docentes para os seus quadros de pessoal como móbil para a sua exiguidade pedagógica, capital humano vital para as finalidades educativas a desenvolver e do próprio governo da instituição. A instalação de um conselho escolar universitário, principal órgão de gestão com funções de natureza pedagógica, administrativa e disciplinar, estava dependente da integração de professores catedráticos em exercício; entre eles seriam eleitos os cargos de diretor, de secretário e de bibliotecário para supervisionar a administração da escola e a representar junto dos órgãos de governo máximos da corporação universitária: reitoria, assembleia geral e senado universitário²⁶².

Ora, tratando-se de uma escola recém-institucionalizada com recurso a professores contratados, o artigo 12.º do referenciado diploma atribuía a sua gestão ao reitor da U.Porto. No entanto, atendendo à conveniência em não se excluir das decisões académicas transversais, o reitor Dr. Manuel Correia de Barros Júnior decidiu convocar, extraordinariamente, o Dr. Luís de Pina como delegado da mesma ao senado universitário, função que este desempenhou entre 1962 a 1966²⁶³. Com o seu posterior afastamento da docência em Letras não houve lugar a um delegado substituto, embora o Dr. António Cruz tenha assumido o papel de intermediário do reitor com o corpo docente de Letras. Depois de aprovado para a cátedra na sequência do seu doutoramento, em inícios de 1969, seria então chamado a este órgão de governo escolar como representante dos catedráticos da escola²⁶⁴.

Em termos de serviços técnicos e administrativos, todas as faculdades encontravam-se sob a dependência da secretaria da U.Porto, em cumprimento do ideal da centralização estatal, que detinha a direção e a responsabilidade sobre todo o trabalho administrativo, académico e financeiro da academia²⁶⁵. A existência de uma secretaria privativa na segunda Faculdade de Letras, regulamentada para a execução do expediente interno, fora igualmente protelada pela ausência da figura do secretário do conselho escolar, como seu responsável, e pela diminuta frequência escolar nesses primeiros anos de funcionamento.

²⁶¹ RIBEIRO & FERNANDES, *coord.*, 2001: 477-486.

²⁶² Decreto n.º 18 717, de 27 de Junho de 1930. «Diário do Governo I Série», 178 (1930).

²⁶³ AUP — *Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. III, sessão de 12-12-1962, fl. 103v.

²⁶⁴ AUP — *Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. III, sessão de 21-04-1969, fl. 140v-141v.

²⁶⁵ Decreto n.º 39 001, de 20 de Novembro de 1952. «Diário do Governo I Série», 261 (1952).

Pelo contrário, a biblioteca foi desde logo instalada no apoio às atividades escolares da comunidade universitária, agregando na sua estrutura primitiva o pessoal técnico constituído por um 2.º bibliotecário e dois catalogadores de 2.ª classe. Nesta unidade orgânica estabeleceu-se o elo primordial de ligação com a primeira Faculdade de Letras do Porto, visto o seu antigo espólio bibliográfico confiado à guarda da Faculdade de Ciências lhe ter sido entregue, a par de outros fundos provindos da reitoria, servindo de base para a futura ampliação deste serviço nos anos subsequentes²⁶⁶. O pessoal menor tinha sido alocado com base nas necessidades de um quotidiano escolar para uma comunidade académica em números módicos, de idêntica forma, reduzido a três lugares de contínuo e dois serventes; só ampliado com a transferência de parte dos serviços para o palacete Burmester, no ano letivo de 1966-1967, com a contratação de novo pessoal assalariado e depois a entrada em funcionamento das demais licenciaturas.

Graças à abertura da Filologia Românica e ao pedido da Dr.ª Maria de Lourdes Belchior Pontes de nomeação para o lugar de professor catedrático desta secção pedagógica; a par do doutoramento do Dr. Eduardo Abranches de Soveral, no ano letivo de 1969-1970, granjeava-se a cláusula dos três professores catedráticos exigidos para a instalação do conselho escolar. Uma ambição há muito acalentada pelos docentes que, contemplados com um organismo de gestão intrínseco, passavam a deter um maior controlo pedagógico e administrativo sobre a instituição, relegado da anterior competência reconhecida ao reitor da U.Porto. Paradoxalmente, a mais recente das faculdades portuenses conquistava um feito que a sua congénere de Economia nunca alcançou durante o Estado Novo, restringida a um único professor catedrático desde 1953.

Assim, o conselho escolar da segunda Faculdade de Letras do Porto passou a deter a responsabilidade sobre o governo da instituição e algumas das disposições mais importantes concernentes à sua vida académica: o controlo dos processos de recrutamento e progressão académica dos docentes, a observância da disciplina académica, a ratificação das classificações dos atos de licenciatura, análise das propostas de especialidades dos doutoramentos, elaboração do mapa do serviço docente e a proposta de orçamento governamental para cada ano letivo. O reconhecimento da ambivalência da sua autonomia administrativa permitiu, por outro lado, ter uma voz mais ativa junto da U.Porto e do ministério da Educação Nacional, afixando um maior interesse dessas autoridades pelos seus problemas e necessidades escolares, ilustrados nas propostas e pareceres de carácter particular ou oficial, em relação aos diferentes projetos políticos em curso.

²⁶⁶ *Vida Académica: 1962-1963*. «Cale», vol. I (1962), p. 453-454. Este espólio encontra-se atualmente depositado na sala «Biblioteca da Primitiva Faculdade de Letras» da atual Biblioteca Central da FLUP.

Quadro 6. Conselho escolar da 2.^a FLUP (1970-1974)

Cargo	Professor Catedrático
1.º Triénio (abril de 1970 a setembro de 1973)	
Director	Dr. António Cruz
Secretário	Dr. Eduardo Abranches de Soveral
Bibliotecário	Dr. ^a Maria de Lourdes Belchior Pontes
	Dr. José António Ferreira de Almeida
2.º Triénio (setembro de 1973 a abril de 1974)	
Diretor	Dr. António Cruz
Secretário	Dr. José António Ferreira de Almeida
Bibliotecário	Dr. Eduardo Abranches de Soveral

Fonte: AFLUP — *Actas do conselho escolar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*

Na sua primeira reunião, datada de 7 de abril de 1970, a presidência simbólica do reitor marcou a entrega do testemunho aos três professores catedráticos que constituíam o empossado conselho, procedendo-se ao primeiro escrutínio secreto para os cargos diretivos de secretário e bibliotecário, confiados ao Dr. Eduardo Abranches de Soveral e à Dr.^a Maria de Lourdes Belchior Pontes, respetivamente²⁶⁷. A posse do diretor estava suspensa de momento, por estar a sua nomeação adstrita a homologação governamental, tendo sido previamente indicado pela U.Porto, o Dr. António Cruz²⁶⁸.

A validade trienal no exercício destes cargos, com a exceção para o diretor, resultou na constituição de duas equipas diretivas durante o período em foco, circunscrito a uma rotação de funções entre os membros pertencentes ao conselho escolar devido ao reduzido número de professores catedráticos. O retorno da Dr.^a Maria de Lourdes Belchior Pontes para a Universidade de Lisboa, logo em dezembro de 1970, não inviabilizou, todavia, a continuidade do organismo diretivo, ficando o cargo de bibliotecário sem provimento até à ascensão à cátedra do Dr. José António Ferreira de Almeida e a sua eleição para o lugar em 1972²⁶⁹.

Decorrido cerca de um ano, as novas eleições do conselho escolar de Letras para os cargos de secretário e bibliotecário acarretaram a impreterível permuta dos lugares entre os catedráticos em exercício, que acabaram por ser destituídos na sequência da efervescência momentânea de abril de 1974²⁷⁰. Até esses acontecimentos revolucionários,

²⁶⁷ AFLUP — *Livro das actas do conselho escolar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, sessão de 07-04-1970, fl. 1-2.

²⁶⁸ Despacho de 5 de Abril de 1970. «Diário do Governo II Série», 170 (1970).

²⁶⁹ AFLUP — *Livro das actas do conselho escolar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, sessão de 02-10-1972, fl. 9-9v.

²⁷⁰ AFLUP — *Livro das actas do conselho escolar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, sessão de 07-09-1973, fl. 13.

nas reuniões do senado universitário do Porto, a segunda Faculdade de Letras foi sempre representada pelo Dr. António Cruz como diretor da escola e o Dr. Eduardo Abran-ches de Soveral, este na qualidade de representante dos seus professores catedráticos.

7.2. ESTRUTURA PEDAGÓGICA E CIENTÍFICA

No âmbito da estrutura pedagógica, definido pelos preceitos da *Lei Orgânica das Faculdades de Letras de 1957*, o quadro inaugural da escola estava confinado a três secções — a 2.^a de Ciências Históricas, Geográficas e Filosóficas, a 3.^a de Ciências Pedagógicas e a 4.^a das Cadeiras Anexas, restringida à oferta da cadeira de História do Cristianismo —, com a primeira a englobar somente os grupos de ensino de Ciências Históricas (4.^o grupo) e de Ciências Filosóficas (6.^o grupo), passíveis da atribuição do grau de licenciado sujeito a aprovação do plano de estudos e da defesa da dissertação original nessas temáticas.

Além destas duas licenciaturas, a Faculdade de Letras do Porto podia conferir o grau de doutor em Filosofia, História, Arqueologia e História da Arte, subdivisões científicas do 4.^o grupo, aberto aos candidatos com uma classificação mínima de 16 valores na licenciatura ou, em caso de tal não se verificar, sob anuência de três quartos dos membros do conselho escolar após análise do *curriculum vitae* do candidato. As provas estendiam-se por três dias, compreendendo dois interrogatórios orais sobre temas distintos, tirados em sorteio de um conjunto de doze previamente determinados pelo júri nomeado na véspera, e a defesa de uma tese versando a matéria do grupo de estudos a que respeitava tal ato.

Uma breve análise dos *curricula* destes ramos das Ciências Sociais e Humanas é revelador do maior peso da História, num total de dezasseis disciplinas contra as doze de Filosofia, perpetuando o peso da formação histórica nos cursos de Letras. Uma amplitude temática que englobava o estudo de todas as épocas históricas, desde a recém-criada Pré-História à ainda conjunta de História Moderna e Contemporânea, acrescida pelo maior número de disciplinas propedêuticas e metodológicas, como a Arqueologia, a Epigrafia, a Numismática ou a Paleografia e Diplomática. Outro ponto que merecia grande atenção neste cenário era a inclusão das matérias de interesse nacional, caso das disciplinas de História de Portugal, a História da Expansão Portuguesa, a História da Arte Portuguesa e Ultramarina e a própria História do Brasil; que não deixavam de ilustrar uma certa impregnação das pretensões político-ideológicas do Estado Novo sobre a difusão do saber histórico.

Quanto ao grupo de Ciências Filosóficas era observável um equilíbrio entre as disciplinas de índole histórico, com a abordagem da evolução do pensamento filosófico nos diferentes períodos históricos e no caso português nas agrupadas em História da Filosofia, e as de especialização temática nos domínios da Filosofia e da Psicologia, esta ainda subjugada a este campo de ensino no sistema universitário

português. Como disciplinas não agrupadas constavam as disciplinas subordinadas à História da Cultura nesta 2.ª secção pedagógica, pela confluência da dimensão filológica e historiográfica cujas regências poderiam ser distribuídas entre os docentes de cada um dos grupos, enquanto a disciplina de História do Cristianismo se devia à sua obrigatoriedade nos planos de estudos em História, num plano educativo notoriamente inferior ao das suas congéneres²⁷¹.

Comum a todo este elenco de disciplinas era o rigor do regime de precedências, com a obrigatoriedade de aprovação em determinadas cadeiras para posterior inscrição noutras, sempre que se verificava uma correlação entre as matérias lecionadas, que abrangia um total de dezassete disciplinas neste conjunto global. Não obstante este regime respeitar a natural sequência entre os programas dos diferentes anos dos cursos, o seu cumprimento pelos alunos das licenciaturas ditava o aumento do nível de exigência do ensino ao longo do normal percurso académico, o que muitas vezes se traduzia em situações de reprovação ou mesmo de abandono escolar²⁷². Tal não deixava de retratar o tipo de ensino a desenvolver nas Faculdades de Letras, ambicionado pelo ministro Leite Pinto de consolidação de uma dupla formação educativa: ampla em termos de cultura geral e sólida na especialização em cada um dos seus domínios do conhecimento.

Quadro 7. Elenco das disciplinas professadas na 2.ª FLUP (1962-1968)

Disciplina	Regime	Regime de Precedências
2.ª SECÇÃO — CIÊNCIAS HISTÓRICAS, GEOGRÁFICAS E FILOSÓFICAS		
4.º Grupo — Ciências Históricas		
Teoria da História	Anual	—
Pré-História	Anual	—
Epigrafia	Semestral	—
Numismática	Semestral	—
Paleografia e Diplomática	Anual	—
História da Antiguidade Oriental	Semestral	—
História da Civilização Grega	Semestral	—
História da Civilização Romana	Anual	História da Antiguidade Oriental
História da Idade Média	Anual	História da Civilização Romana
História Moderna e Contemporânea	Anual	História da Idade Média
História de Portugal	Bienal	[Aprovação na I parte]
História da Expansão Portuguesa	Anual	História de Portugal — I
História do Brasil	Semestral	História da Expansão Portuguesa
Subgrupo de Arqueologia e História da Arte (a partir de 1966-1967)		
Arqueologia	Anual	Pré-História
História da Arte	Anual	—
História da Arte Portuguesa e Ultramarina	Anual	História da Arte

²⁷¹ Na FLUC esta secção pedagógica compreendia também as cadeiras de História da Música e de Língua Hebraica, na FLUL eram regidas as de Língua Árabe e os Estudos Camonianos.

²⁷² PONTES, 1969: 147-162.

6.º Grupo — Ciências Filosóficas		
Introdução à Filosofia	Anual	—
Lógica	Anual	Introdução à Filosofia
Teoria do Conhecimento	Anual	Lógica
Ontologia e Antropologia Filosófica	Anual	Teoria do Conhecimento
Axiologia e Ética	Anual	Ontologia e Antropologia Filosófica
História da Filosofia Antiga	Anual	—
História da Filosofia Medieval	Anual	História da Filosofia Antiga
História da Filosofia Moderna e Contemporânea	Bienal	História da Filosofia Medieval
		[Aprovação na I parte]
História da Filosofia em Portugal	Anual	História da Filosofia Moderna
		História da Cultura Portuguesa
Introdução à Psicologia	Anual	—
Psicologia Experimental e Aplicada	Anual	—
Estética e Teorias da Arte	Anual	—
Disciplinas não agrupadas		
História da Cultura Clássica	Anual	—
História da Cultura Medieval	Anual	História da Cultura Clássica
História da Cultura Moderna	Anual	História da Cultura Medieval
História da Cultura Portuguesa	Anual	—
3.ª SECÇÃO — CIÊNCIAS PEDAGÓGICAS		
Pedagogia e Didáctica	Anual	—
História da Educação, Organização e Administração Escolares	Anual	—
Introdução à Psicologia	Anual	—
Psicologia Escolar e Medidas Mentais	Anual	—
Higiene Escolar	Semestral	—
4.ª SECÇÃO — CADEIRAS ANEXAS		
História do Cristianismo	Anual	—

No tocante à distribuição deste quadro de disciplinas pelos *curricula* dos cursos professados na instituição, as principais diretrizes das licenciaturas tendiam a seguir um mesmo modelo de desenvolvimento dos planos de estudos pelos cinco anos. Normalmente, os dois primeiros anos delineavam um maior cuidado na formação propedêutica em cada área do saber, ampliado durante todo o curso com os respetivos conhecimentos científicos, consolidando no último ano o maior rigor na especialização através da prática de investigação para a eventual defesa da tese de licenciatura.

Por seu lado, a frequência do curso de Ciências Pedagógicas era acessível a todos os diplomados com um curso superior ou em vias legais de o concluir no ano da matrícula, consistindo na realização de cinco cadeiras de «cultura pedagógica» que conferiam a atribuição de um certificado de estudos, sem corresponder a um grau académico. Este certificado atestava a aprovação na cultura pedagógica exigida para prosseguimento da prática pedagógica, ou seja, do estágio profissionalizante na carreira docente num dos estabelecimentos de ensino oficial reconhecidos para esse

efeito. A heterogeneidade desta população estudantil específica acabava por resultar numa preparação académica algo dúbia, quer atendendo às suas formações académicas distintas, quer à flexibilidade na sua frequência sem a imposição de prazos legais de conclusão²⁷³.

Este panorama pedagógico e curricular não sofreu qualquer alteração até às intervenções ministeriais de 1968 com duas novidades de destaque: a criação da licenciatura em Filologia Românica e a institucionalização do grau académico do bacharelato nas licenciaturas de Letras. Uma particularidade no decreto da primeira era a omissão no diploma da atribuição do grau de doutor em Filologia Românica pela segunda Faculdade de Letras, embora de acordo com a legislação geral nada opunha a que ele não pudesse ser requisitado pelos eventuais candidatos na escola portuense.

Associado a este novo 2.º grupo da 1.ª secção de Ciências Filológicas surgia, condicionalmente, o curso de preparação para professores adjuntos do 8.º grupo do ensino técnico profissional, destinado à formação de docentes de Português e Francês²⁷⁴. O plano de estudos compreendendo maioritariamente as disciplinas integradas em Filologia Românica e equiparado a curso superior pela atribuição de um diploma académico, tornara-se supérfluo com o surgimento do bacharelato apenas aceitando-se a inscrição de alunos que já se encontravam inscritos nas escolas de Lisboa e de Coimbra.

O desdobramento das licenciaturas em Letras no novo ciclo de estudos dos bacharelatos, pela mencionada reforma de 1968, abreviou o tempo efetivo na aquisição das habilitações académicas mínimas, particularmente para responder às carências de professores habilitados do sistema educativo português. Na faculdade portuense, como previsível pela sua orgânica estrutural, o novo grau académico era somente conferido em Filologia Românica, História e Filosofia, aos alunos aprovados nos três primeiros anos dos respetivos planos de estudos, expressa na média aritmética arredondada das classificações no conjunto dessas cadeiras.

No cenário das saídas profissionais, a estes bacharéis era facultado o concurso à admissão ao estágio de preparação de professores dos diferentes níveis do ensino secundário — ensino liceal, ensino profissional industrial e comercial, ciclo preparatório do ensino secundário ou ensino particular —, após aprovação no curso de Ciências Pedagógicas, bem como para provimento de cargos no funcionalismo público. Porém, em qualquer uma destas carreiras eram precedidos pelos licenciados, perspetivado que eram os seus estudos como um prolongamento da formação académica dos alunos com interesses em aprofundar os seus conhecimentos nas áreas da investigação e dos estudos especializados.

²⁷³ GOMES, 1995: 122-125.

²⁷⁴ Decreto n.º 37 087, de 6 de Outubro de 1948. «Diário do Governo I Série», 233 (1948).

Objetivamente, entre as poucas alterações de monta registadas no desenho curricular da segunda Faculdade de Letras do Porto, as antigas disciplinas bienais nos grupos de Ciências Históricas e Filosóficas foram desdobradas em periodizações históricas autónomas: História Medieval de Portugal, História Moderna e Contemporânea de Portugal, História da Filosofia Moderna e História da Filosofia Contemporânea; conquanto subsistisse a História de Portugal em regime anual nos outros cursos superiores ministrados.

Um exemplo da vigência das antigas diretrizes político-ministeriais foi esta renitência em autonomizar integralmente a época contemporânea, ilustrando o «sub-investimento feito em Portugal»²⁷⁵ neste processo educativo, pela desconfiança e perigo de certas temáticas ideológicas ao modelo político do Estado Novo. A principal mudança deveu-se ao crescimento institucional da escola portuense com a abertura gradual dos novos cursos, os quais permitiram a institucionalização da secção de Ciências Filológicas e o alargamento do quadro de disciplinas professadas, com um natural destaque para as temáticas relacionadas com as línguas portuguesa e francesa e as disciplinas comuns de Introdução aos Estudos Linguísticos, de Teoria da Literatura, e até a Língua Latina agregada à ausente Filologia Clássica.

Quadro 8. Elenco das disciplinas professadas na 2.^a FLUP (1968-1972)

Disciplina	Regime	Regime de Precedência
1.ª SECÇÃO — CIÊNCIAS FILOLÓGICAS		
1.º Grupo — Filologia Clássica		
Língua Latina	Trienal	[Aprovação na I e II parte]
2.º Grupo — Filologia Românica		
Linguística Românica	Anual	—
Linguística Portuguesa	Bienal	[Aprovação na I parte]
Língua Francesa	Trienal	[Aprovação na I e II parte]
Literatura Portuguesa	Trienal	[Aprovação na I e II parte]
Literatura Francesa	Bienal	[Aprovação na I parte]
Língua e Literatura Espanhola	Anual	—
Língua e Literatura Italiana	Anual	—
Literatura Brasileira	Anual	—
3.º Grupo — Filologia Germânica		
Língua Inglesa	Trienal	[Aprovação na I e II parte]
Língua Alemã	Trienal	[Aprovação na I e II parte]
Literatura Inglesa	Trienal	[Aprovação na I e II parte]
Literatura Alemã	Trienal	[Aprovação na I e II parte]
Disciplinas Comuns		
Introdução aos Estudos Linguísticos	Anual	—
Teoria da Literatura	Anual	—

²⁷⁵ NUNES, 1995: 90.

Disciplina	Regime	Regime de Precedência
2.ª SECÇÃO — CIÊNCIAS HISTÓRICAS, GEOGRÁFICAS E FILOSÓFICAS		
4.º Grupo — Ciências Históricas		
Teoria da História	Anual	—
Pré-História	Anual	—
Epigrafia	Semestral	—
Numismática	Semestral	—
Paleografia e Diplomática	Anual	—
História da Antiguidade Oriental	Semestral	—
História da Civilização Grega	Semestral	—
História da Civilização Romana	Anual	—
História da Idade Média	Anual	—
História Moderna e Contemporânea	Anual	—
História Medieval de Portugal	Anual	—
História Moderna e Contemporânea	Anual	—
História de Portugal	Anual	—
História da Expansão Portuguesa	Anual	—
História do Brasil	Semestral	—
Subgrupo de Arqueologia e História da Arte		
Arqueologia	Anual	—
História da Arte	Anual	—
História da Arte Portuguesa e Ultramarina	Anual	História da Arte
5.º Grupo — Ciências Geográficas		
Geografia Física	Bienal	Mineralogia e Geologia Gerais [Aprovação na I parte]
Geografia Humana	Bienal	[Aprovação na I parte]
6.º Grupo — Ciências Filosóficas		
Introdução à Filosofia	Anual	—
Lógica	Anual	—
Teoria do Conhecimento	Anual	Introdução à Filosofia
Ontologia e Antropologia Filosófica	Anual	—
Axiologia e Ética	Anual	—
História da Filosofia Antiga	Anual	—
História da Filosofia Medieval	Anual	—
História da Filosofia Moderna	Anual	—
História da Filosofia Contemporânea	Anual	—
História da Filosofia em Portugal	Anual	—
Introdução à Psicologia	Anual	—
Psicologia Experimental e Aplicada	Anual	Introdução à Psicologia
Estética e teorias da Arte	Anual	—

Disciplina	Regime	Regime de Precedência
Disciplinas não agrupadas		
História da Cultura Clássica	Anual	—
História da Cultura Medieval	Anual	—
História da Cultura Moderna	Anual	—
História da Cultura Portuguesa	Anual	—
3.ª SECÇÃO — CIÊNCIAS PEDAGÓGICAS		
Pedagogia e Didática	Anual	—
História da Educação, Organização e Administração Escolares	Anual	—
Introdução à Psicologia	Anual	—
Psicologia Escolar e Medidas Mentais	Anual	—
Higiene Escolar	Semestral	—
4.ª SECÇÃO — CADEIRAS ANEXAS		
História do Cristianismo	Anual	—

Por fim, em 1972, o acréscimo dos grupos de ensino de Filologia Germânica (3.º grupo) e de Ciências Geográficas (5.º grupo) com uma série de novas cadeiras que, na prática só se aplicaram aos dois primeiros anos letivos de cada, no caso da última com parte das cadeiras ministradas na Faculdade de Ciências²⁷⁶. No ano letivo de 1972-1973, numa situação que não se voltou a repetir, foi autorizada a regência de cursos intensivos de Verão, organizados durante as férias para aperfeiçoamento ou atualização das matérias em algumas cadeiras dos cursos professados e abertos ao público em geral; com o Porto a disponibilizar as disciplinas de História Moderna e Contemporânea, Ontologia e Antropologia Filosófica, Literatura Francesa II, Linguística Românica, História da Educação, Organização e Administração Escolares, Pedagogia e Didática e Introdução à Psicologia²⁷⁷.

No cômputo particular da segunda Faculdade de Letras do Porto, a interdisciplinaridade entre os diversos grupos de estudos subsistia, particularmente no peso da formação histórica presente em todos os *curricula* dos cursos superiores ministrados, justificando a primazia na agregação destas disciplinas no seu quadro: dezoito do grupo de Ciências Históricas, treze de Ciências Filosóficas, oito de Filologia Românica, quatro de Filologia Germânica e duas de Ciências Geográficas.

A principal modificação acabou por ser uma maior flexibilidade na frequência escolar simbolizada pelo novo regime de precedências, amplamente simplificado e menos rigoroso, limitado a algumas disciplinas propedêuticas ou de duração bienal e trienal na continuidade dos programas escolares. Nem a institucionalização do

²⁷⁶ Atendendo às especificidades científicas deste ensino, que mesmo se pretendendo propedêutico para os alunos de Letras, eram aí regidos os cursos gerais de Mineralogia e Geologia, Botânica, Zoologia, Geologia e o técnico de Desenho Topográfico.

²⁷⁷ Decreto-Lei n.º 264/72, de 31 de Julho. «Diário do Governo I Série», 177 (1972).

ramo de formação educacional nas três Faculdades de Ciências²⁷⁸, a partir de 1971, concorreu para a diminuição da elevada taxa de inscrições registada no curso de Ciências Pedagógicas.

Como única estrutura científica integrada na escola do Porto constava o Laboratório de Psicologia Experimental, nos primeiros anos com um funcionamento pouco consistente pelas carências de aquisição do material pedagógico específico para os trabalhos práticos e os projetos de investigação científica; só mais tarde condignamente instalado no Campo Alegre²⁷⁹. O que não impediu, no entanto, uma experiência editorial para as publicações dos seus elementos com o subsídio das revistas da escola. Depois da publicação da revista «Cale» (número único – 1966), uma nova revista, «Revista da Faculdade de Letras» foi subdividida em diferentes séries: «História» (vol. I a IV-V – 1970-1974), «Filosofia» (vol. I e II – 1970-1973) e «Filologia» (vol. I – 1973).

7.3. ENQUADRAMENTO PROFISSIONAL DA CARREIRA ACADÊMICA DOCENTE

Desde o primeiro momento no projeto de (re)criação da Faculdade de Letras do Porto, a questão dos provimentos dos lugares no corpo docente foi motivo de sérias apreensões e cuidados, sendo inclusive responsável pelo atraso de um ano na sua entrada em funcionamento. A malograda experiência da primeira Faculdade de Letras neste capítulo persuadia a uma particular atenção na constituição do corpo docente da nova escola, de modo a evitar futuros focos de discórdia e descrédito sobre o valor intrínseco dos professores contratados e a imagem institucional dentro da academia e no espaço público. Ora, a rigidez que imperava nos trâmites legais do processo do recrutamento universitário avolumava estas dificuldades de seleção de pessoal idóneo e qualificado: «dado que imperam exigências didáticas que não permitem um recrutamento aleatório»²⁸⁰.

Os candidatos à docência universitária não só tinham de dar provas da sua competência pedagógica e científica, como conquistar o aval governamental para a sua integração nos quadros do funcionalismo público, que passava imperiosamente pelo peso da análise da sua conduta político-social na esfera da vida privada. A lenta ascensão nesta carreira ditada pela extensão e dificuldade das sucessivas provas públicas de seleção até à provisão no topo da mesma como professor catedrático, aliado às reduzidas vagas disponíveis nos lugares afetos ao quadro, à penúria das respetivas

²⁷⁸ Decreto-Lei n.º 443/71, de 11 de Outubro de 1971. «Diário do Governo I Série», 250 (1971).

²⁷⁹ *Vida da Faculdade*. «Revista da Faculdade de Letras: Filosofia», vol. II, fasc. 1/2 (1972), p. 165-167.

²⁸⁰ *Mais de meia centena de lugares por preencher no corpo docente da Universidade do Porto*. «Diário do Norte» (07 nov. 1964), p. 1 e 5.

remunerações ou a maior empregabilidade em outros setores profissionais acabavam por se saldar num deficit destes agentes de ensino²⁸¹.

Esta foi, sem sombra para dúvidas, uma realidade omnipresente nesta fase inaugural da segunda Faculdade de Letras do Porto, como o ilustra o elevado número de lugares do corpo docente do quadro por preencher e que nunca se completou até 1974. O decreto fundador ao prever um quadro de professores comuns aos de Coimbra e Lisboa, decretava a abertura de nove lugares — seis professores catedráticos e três professores extraordinários —, distribuídos pelas duas secções pedagógicas dos cursos a abrir. Ao editorial da reitoria da U.Porto de abertura de concurso público para o seu provimento, com a data de 31 de agosto de 1961, praticamente não se apresentaram candidatos, nem qualquer pedido de transferência de lentes de Lisboa e Coimbra.

Singularmente, no único requerimento para professor extraordinário em Ciências Pedagógicas, o licenciado Sant'anna Dionísio, professor no Liceu Nacional Pedro Nunes e formado na primeira Faculdade de Letras do Porto, foi reprovado em concurso público pelo júri de admissão nomeado governamentalmente²⁸². Este facto foi assimilado pelos defensores da primeira escola como a confirmação oficial do distanciamento da escola fundada por Leonardo Coimbra, tendo sido um dos membros da mesa o seu condiscípulo, Dr. Delfim dos Santos, conhecida que era a postura intelectual de índole liberal advogada pelo candidato.

A exemplo do já sucedido na Faculdade de Economia, a ausência de candidatos ao quadro de docentes em Letras forçou a U.Porto à contingência de pessoal docente especialmente contratado para a carreira académica: os encarregados de curso e segundos assistentes. Os primeiros enquadravam-se numa categoria transitória equiparada à de professor extraordinário, com funções similares de reger as aulas teóricas e práticas dos cursos, num período máximo de seis anos até à conclusão do doutoramento para a integração no quadro, sujeitos a aprovação em concurso documental. Nas suas funções coadjuvados pelos segundos, responsáveis pela componente prática das disciplinas, podendo ser recrutados ministerialmente por deliberação das autoridades académicas por idêntico período e condições.

Nos concursos para encarregados de curso dos grupos de Ciências Históricas e Filosóficas, publicados em edital da reitoria de 18 de outubro de 1961, o ministério da Educação Nacional cimentou a sua influência sobre a nomeação dos respetivos júris e a triagem dos candidatos submetidos a avaliação documental, num processo que se estendeu até ao verão de 1962. A constituição do painel dos júris respeitou a nomeação dos professores catedráticos de ambos os grupos de estudos em exercício

²⁸¹ MARTINS, *dir.*, 1964b.

²⁸² *Concursos*. «Anuário da Universidade do Porto: ano lectivo de 1960-1961», n.º 15, p. 114. O júri era constituído por Arnaldo Miranda Barbosa e Emile Planchard da FLUC, Delfim Santos, Délio Santos e Artur Moreira de Sá da FLUL e Henrique de Barahona Fernandes da FMUL.

nas faculdades congêneres e do Dr. Luís de Pina da Faculdade de Medicina do Porto, sob a presidência do reitor Dr. Correia de Barros.

Por despacho do Conselho de Ministros foram excluídos os licenciados Joaquim Barradas de Carvalho, Joel Serrão e João Bénard da Costa por parecer negativo da polícia política; a que se acresceu a retirada de outros quatro requerentes por não reunirem as condições legais, numa listagem final de treze candidatos para as Ciências Históricas e outros nove nas Ciências Filosóficas, embora três concorressem a ambos os grupos por deterem a antiga licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas²⁸³.

Perante a diversidade de origens profissionais e perfis científicos destes indivíduos, desde professores dos diferentes níveis de ensino a funcionários públicos de áreas díspares, o júri adotou como critério preferencial a experiência na docência universitária, a par da avaliação do *curriculum vitae*, para a graduação dos candidatos e a garantia da qualidade profissional desejada para este tipo de ensino²⁸⁴. Foram, assim, selecionados por mérito relativo como encarregados de curso da licenciatura em História: o Doutor José António Ferreira de Almeida e os licenciados Carlos Eduardo de Soveral, Sérgio Silva Pinto, António Cruz e Jorge Henrique Pais da Silva; e os licenciados Luís Ribeiro Soares e Eduardo Abranches de Soveral na regência da licenciatura em Filosofia.

Entre os restantes candidatos avaliados foram ainda recrutados progressivamente muitos dos primeiros segundos assistentes da escola, caso dos licenciados Flório Vasconcelos, Maria Cândida Pacheco, Maria Carmelita Homem de Sousa e Bernardo Xavier Coutinho. Quanto ao concurso documental para o lugar de encarregado de curso da 3.ª secção, realizado já em julho de 1963, dos oito candidatos avaliados, foi aprovado em primeiro lugar o licenciado Rafael Ávila de Azevedo²⁸⁵.

Nestes primeiros dois anos de funcionamento da nova escola portuense, o serviço docente dependeu quase exclusivamente destes contratados além do quadro e da colaboração de alguns professores da Faculdade de Medicina, em regime de acumulação de serviço, particularmente nas disciplinas do curso de Ciências Pedagógicas. O crescimento da comunidade docente interligou-se naturalmente com a progressiva abertura dos cinco anos de escolaridade das licenciaturas professadas e do aumento da população discente, permanecendo sem alterações de vulto a forma de recrutamento dependente dos pareceres da U.Porto, com uma influência determinante do delegado da faculdade junto do reitor e do senado universitário nestes pedidos, antes da sua ratificação ministerial.

²⁸³ *Concursos*. «Anuário da Universidade do Porto: ano lectivo de 1961-1962», n.º 16, p. 94-98. O júri era constituído por Mário Brandão da FLUC, Manuel Heleno Júnior e Virgínia Rau da FLUL e Luís de Pina para o grupo de História; e Arnaldo Miranda Barbosa, Délio Santos e Artur Moreira de Sá em Filosofia.

²⁸⁴ AUP — *Termos de Concursos para provimento de Pessoal Docente — Faculdade de Letras, 1962-1964*.

²⁸⁵ *Concursos*. «Anuário da Universidade do Porto: ano lectivo de 1962-1963», n.º 17, p. 113-114.

Em inícios de 1964 seria realizado o último concurso documental para um encarregado de curso no grupo de Ciências Filosóficas, atribuído à licenciada Maria Carmelita Homem de Sousa, então 2.^a assistente do respetivo grupo na escola, após transferência de Luís Ribeiro Soares para os Estudos Gerais Universitários de Moçambique. O ingresso de novos docentes passaria a ser colmatado com os professores incumbidos de regência, contratados além do quadro para assegurar disciplinas de maior especialização científica, e dos segundos assistentes com convites a recém-licenciados das escolas congêneres e professores dos ensinos secundário e superior.

Já a habilitação dos primeiros licenciados pela segunda Faculdade de Letras do Porto, desde o ano letivo de 1967-1968, inaugurou um novo modelo de recrutamento para os grupos de Ciências Históricas e Filosóficas pela contratação destes antigos alunos, com o objetivo de se criar um futuro quadro docente endógeno e perfeitamente assimilado à identidade e dinâmica da instituição. A institucionalização dos grupos de ensino posteriores beneficiou da revisão da carreira académica por Veiga Simão, com a criação de novas categorias profissionais e condições de acesso mais flexíveis consoante a hierarquização entre os professores (catedráticos, extraordinários, auxiliares e agregados), os auxiliares do ensino (leitores, assistentes, assistentes eventuais e monitores) e os especialmente contratados (antigos encarregados de curso e incumbidos de regência)²⁸⁶.

Esta redefinição das funções profissionais teve como principal preocupação a consagração de um maior tempo dedicado às atividades de investigação científica face à docência, que na realidade quotidiana ocupava a quase totalidade do tempo regulamentado do horário escolar. No respeitante à progressão académica e como contrapartida ao alto nível de exigência científica das provas de acesso aos lugares do quadro, não só se aumentou o número desses lugares afetos, como se reformulou o regime de doutoramento para um maior provimento das cátedras nas Universidades com a importante figura do orientador científico²⁸⁷.

A entrada em funções do conselho escolar, por seu lado, concedeu a autonomia para melhor prover as pretensões de constituição e organização do corpo docente para as necessidades da sua vida escolar, mantendo as matrizes de contratação de professores com reconhecida qualidade pedagógica e científica e uma aposta no potencial revelado por alguns alunos durante os seus percursos académicos recrutados para as posições de auxiliares de ensino. Já no caso da secção de Ciências Pedagógicas, a forte colaboração com a Faculdade de Medicina no seu início tendia a uma progressiva dissolução, ao se optar pela atribuição da regência da maior parte das disciplinas aos professores das Ciências Históricas e Filosóficas.

²⁸⁶ Decreto-Lei n.º 132/70, de 30 de Março de 1970. «Diário do Governo I Série», 74 (1970).

²⁸⁷ Decreto-Lei n.º 388/70, de 5 de Agosto de 1970. «Diário do Governo I Série», 190 (1970).

Até ao derrube do Estado Novo, o quadro docente da segunda Faculdade de Letras continuava em pleno crescimento com a abertura das novas licenciaturas, uma vez mais com o recurso provindos dos meios universitários ou cidadãos estrangeiros para o ensino das línguas vivas, afirmando a sua posição como a quarta escola com o maior número de professores em exercício no seio da U.Porto²⁸⁸. O único inconveniente sentido eram as dificuldades de efetivação nos quadros da carreira profissional, partilhado de resto com os restantes estabelecimentos educativos, entre críticas de desajustamento da sua dimensão fixada por lei face ao crescimento da população escolar e a morosidade no acesso à cátedra pelas obrigações no magistério, não facilitando a preparação para os seus concursos públicos.

Talvez por isso, nesta escola portuense apenas quatro professores ascenderam aos lugares do quadro durante estes doze anos, conquistando a cátedra nas suas áreas de especialização. O Dr. António Cruz no grupo de Ciências Históricas foi o primeiro a prestar provas para professor extraordinário na discussão do ponto *A Reforma Pombalina da Instrução Pública*, a 5 de março de 1968²⁸⁹. Decorrido menos de um ano, requereu as primeiras provas para professor catedrático, novamente aprovado por unanimidade após a defesa da lição *Governo da Regeneração em Portugal: 1855-1856*²⁹⁰.

Em sentido inverso, no final desse mesmo ano e em sequência do seu pedido de transferência da Faculdade de Letras de Lisboa, a professora extraordinária Dr.^a Maria de Lourdes Belchior Pontes obteve aqui o consentimento para se apresentar a provas da cátedra em Filologia Românica²⁹¹. Após a preleção da lição *Verlaine e o Simbolismo em Portugal* e de uma passagem fugaz pela instituição, veio compor um marco histórico na U.Porto como a primeira senhora investida no topo da docência universitária.

No grupo de Ciências Filosóficas somente o Dr. Eduardo Abranches de Soveral prestou provas académicas para ingresso no quadro de pessoal, primeiro como professor extraordinário dissertando sobre *A Explicação do Conhecimento da Analítica Transcendental*²⁹²; e aprovado na lição *A Filosofia segundo Ortega*, tornou-se no terceiro professor catedrático da faculdade em 1970²⁹³. Por último, no subgrupo de Arqueologia e História da Arte, o Dr. José António Ferreira de Almeida, doutor pela

²⁸⁸ AUP — *Livros de vencimentos do pessoal da Universidade do Porto, anos de 1973 e 1974*. Após a reorganização curricular em Ciências e a consequente retirada dos primeiros anos dos cursos de Engenharia da sua orgânica, a FEUP passou a ocupar o topo na constituição dos quadros deste pessoal especializado (229 docentes – 32,5%), seguido da FMUP (167 – 23,7%), FCUP (163 – 23,1%), 2.^a FLUP (63 – 8,9%), FFUP (42 – 6%) e a FEP (41 – 5,8%).

²⁸⁹ O Doutor António Cruz concluiu as provas para Professor Extraordinário da Faculdade de Letras do Porto. «Diário do Norte» (06 mar. 1968), p. 16.

²⁹⁰ O Prof. Dr. António Cruz — primeiro catedrático da Faculdade de Letras do Porto. «Diário do Norte» (31 jan. 1969), p. 1 e 15.

²⁹¹ Nova Professora Catedrática da Faculdade de Letras do Porto. «Diário do Norte» (11 dez. 1969), p. 1.

²⁹² Novo Professor Extraordinário da Faculdade de Letras. «Diário do Norte» (17 mai. 1969), p. 20.

²⁹³ Novo Catedrático da Faculdade de Letras do Porto. «Diário do Norte» (07 fev. 1970), p. 3.

Universidade de Lisboa, foi aprovado por unanimidade no concurso para professor extraordinário, em provas sobre *A Arte Grega no século de Péricles*²⁹⁴, e ascendendo igualmente à cátedra em 1972.

Finalmente, na análise da evolução do rácio professor-aluno durante o funcionamento da instituição, uma série de fatores influíam decisivamente sobre os valores apurados no seu conjunto. As disparidades na constituição do corpo docente de cada grupo de estudo, o crescimento da população discente com a abertura plena dos cursos ou a distribuição das regências das diversas disciplinas, incluindo a colaboração estabelecida com as Faculdades de Medicina e Ciências, eram diretamente responsáveis pelas alterações registadas ao longo destes anos letivos. Contudo, uma tendência comum transparecia em todo este período: a cristalização do número de lugares no quadro docente em virtude da massiva expansão da frequência escolar.

Quadro 9. Rácios professor-aluno na 2.ª FLUP (1962-1974)

Anos Letivos	População Escolar	População Docente	Rácio
1962-1963	476	12	39,6
1963-1964	509	14	36,3
1964-1965	668	16	41,7
1965-1966	725	22	32,9
1966-1967	882	22	40,0
1967-1968	928	21	44,1
1968-1969	1070	24	44,5
1969-1970	1795	28	64,1
1970-1971	2335	36	64,8
1971-1972	3000	38	78,9
1972-1973	3930	54	72,7
1973-1974	4401	63	69,8

Fonte: AUP — *Livros de vencimentos do pessoal da Universidade do Porto*

Numa perspetiva quantitativa, o total de docentes em exercício na escola era notoriamente exíguo para o acompanhamento do crescimento escolar, não assegurando o rácio anual as condições desejadas para a eficiência do processo educativo. Tal panorama não era de todo surpreendente nas Faculdades de Letras nacionais, uma vez que o seu rácio professor-aluno tendia a subir gradualmente, com um professor para cada 32,6 alunos em 1950 a contrastar já com os 39 em 1962, não obstante os esforços governamentais e académicos na dotação de novos elementos nestes quadros profissionais²⁹⁵.

²⁹⁴ O Prof. Dr. Ferreira de Almeida foi hoje aprovado, por unanimidade, no concurso para professor extraordinário da Faculdade de Letras. «Diário do Norte» (27 abr. 1971), p. 1 e 14.

²⁹⁵ RODRIGUES, 1962: 5.

No caso particular da faculdade portuense, se nos primeiros anos o rácio não apresentava variações significativas, comprovando uma constituição do corpo docente proporcional às suas necessidades escolares, a ampliação pedagógica à secção de Ciências Filológicas cedo acentuou a situação vivida a nível nacional da sobrelotação escolar das Letras. De facto, a exiguidade dos lugares originais para estes docentes não estava apta a sustentar uma procura escolar tão avultada nos cursos de Filologia Românica e Germânica, acarretando graves inconvenientes no panorama do seu processo de ensino-aprendizagem por incapacidade de um maior acompanhamento dos alunos em turmas tão numerosas.

Também no curso de Ciências Pedagógicas, a admissão de frequência dos alunos de bacharelato dilatou a tradicional forte afluência, em si já preocupante pela heterogeneidade académica e o regime de estudos voluntários da maioria destes, criando uma mesma instabilidade e a repartição das regências por vários horários para comportar a formação dos inscritos. Em contraste, a maturidade institucional da secção de Ciências Históricas, Geográficas e Filosóficas possibilitaria uma maior organização e planeamento das atividades escolares, quer pelos quadros docentes fixos, quer pela frequência mais moderada dos seus cursos, incluindo o mais recente de Geografia. Curiosamente, apesar da sua menoridade institucional, este estabelecimento foi assolado pelos problemas apontados para todo este tipo de constrangimentos da carreira docente universitária pelo *Projeto Regional do Mediterrâneo*.

7.4. GESTÃO FINANCEIRA

Neste capítulo económico residia uma das mais íntimas ingerências do Estado Novo sobre o funcionamento das instituições universitárias, através da regulação da sua vida económica no cumprimento oficial do desejado equilíbrio das contas públicas. Ainda que reconhecendo a autonomia nos domínios administrativo e pedagógico à Universidade, onde as disposições legais a observar consumavam já os interesses políticos, o financiamento anual das suas atividades e o controlo estatal das suas receitas e despesas económicas salientavam a subordinação à contenção financeira imposta pelo regime.

A distribuição das dotações governamentais pelos diferentes ministérios era pouco auspiciosa para a pasta da Educação Nacional, em detrimento de outras áreas consideradas capitais para o desenvolvimento da vida coletiva, que captava em média pouco mais de um décimo dos orçamentos gerais²⁹⁶. O prognóstico do *Projecto Regional do Mediterrâneo* alertava mesmo para os perigos do rigor financeiro neste domínio, onde o ensino superior surgia em terceiro lugar atrás dos ensinos primário

²⁹⁶ NÓVOA, 1992: 469.

e secundário liceal, apontando a necessidade de quintuplicar estas dotações face à expansão do sistema educativo até 1975²⁹⁷.

Objetivamente, a inclusão dos investimentos na rubrica da Educação nos Planos de Fomento e os ligeiros aumentos económicos registados nas últimas décadas do Estado Novo, proporcionados pelo crescimento económico e as políticas renovadoras de Leite Pinto e Veiga Simão, estavam ainda longe de garantir os recursos financeiros para a ambicionada modernização do sistema educativo português. Além das verbas públicas atribuídas no Orçamento Geral do Estado, as Universidades poderiam ainda arrecadar outros bens como doações, subsídios particulares e parte das receitas decorrentes dos serviços académicos como fundos monetários para as suas necessidades na vida escolar. Todavia, os preços relativos aos diferentes atos académicos não eram particularmente elevados e nunca sofreram qualquer inflação no período considerado, o que aliado aos apoios sociais como as bolsas de estudo, isenções e reduções de propinas, contribuía para a pouca liquidez destas receitas económicas.

Deste modo, a autonomia administrativa atribuída aos estabelecimentos do ensino superior e universitário acabava circunscrita à gestão anual de um orçamento estatal, pontualmente revisto com pequenos acréscimos para conveniências urgentes de serviço, que forçavam a natural revisão anual dos seus projetos educativos. Não era por isso surpreendente que a questão do financiamento público das Universidades fosse um dos temas recorrentes na contestação dos movimentos estudantis da década de 1960 e inícios da seguinte. Na baliza cronológica em foco, o orçamento da U.Porto era o mais baixo das três Universidades clássicas, aproximando-se dos valores auferidos pela homóloga de Coimbra, resultante dos diferentes critérios de cálculo das dotações governamentais: frequência escolar, património edificado, quadros de pessoal, serviços prestados, entre outros²⁹⁸.

Se a evolução conjuntural até ao ministério de Veiga Simão caracterizara-se por uma estabilidade dos recursos financeiros atribuídos, então com um valor médio de cerca de trinta mil contos por ano letivo, o seu programa político de remodelação do ensino superior representou um crescimento contínuo e excecional das verbas públicas durante o seu exercício na pasta da Educação Nacional. A este propósito, a tabela orçamental para a mais jovem das faculdades da U.Porto, incidindo sobre os capítulos do pessoal, material e serviços, revelava nitidamente a pouca expressividade do financiamento adjudicado pelo Governo.

Desde a sua inclusão no Orçamento Geral do Estado de 1961, após a confirmação presidencial da sua abertura e como preparação elementar para a sua instalação, o crescimento anual da verba pública para a escola nunca excedeu os 8% do valor

²⁹⁷ MARTINS, *dir.*, 1964a: 158-161.

²⁹⁸ NÓVOA, 1996: 305-307.

global até 1974. Nos primeiros anos de funcionamento institucional, a constituição do seu quadro de pessoal e dos serviços a ela associados resultaram num crescimento moderado das dotações orçamentais, embora com uma tendência pronunciada para a sua estabilidade a partir de 1966, em conformidade com a instituição das condições primordiais para as secções pedagógicas fundadoras num modelo orgânico ainda parcial.

A abertura gradual dos novos cursos, desde finais da década de 1960, permitiu um aumento significativo do orçamento para as despesas da faculdade, enquadrado na política dinamizadora de Veiga Simão e sob o governo do seu recém-criado conselho escolar. Presumivelmente, o melhor conhecimento das necessidades da vida escolar proporcionaria a elaboração de projetos orçamentais mais coerentes com a realidade quotidiana, procurando assegurar os recursos financeiros mínimos numa situação de contínua expansão escolar interna.

Quadro 10. Dotações orçamentais da 2.ª FLUP (1961-1974)

Ano	Despesas				UP %
	Pessoal	Material	Serviços	Total	
1961	58.500\$	—	50.000\$	108.500\$	0,4%
1962	561.200\$	115.000\$	17.000\$	693.200\$	2,8%
1963	1.146.200\$	115.000\$	17.000\$	1.278.200\$	4,8%
1964	1.213.000\$	158.000\$	22.500\$	1.393.500\$	5%
1965	1.627.400\$	158.000\$	28.100\$	1.813.500\$	6,1%
1966	1.913.780\$	158.000\$	41.100\$	2.112.880\$	6,7%
1967	1.993.780\$	158.000\$	41.100\$	2.192.880\$	6,9%
1968	2.073.780\$	158.000\$	41.300\$	2.273.080\$	7%
1969	2.375.380\$	165.500\$	78.800\$	2.619.680\$	6,6%
1970	4.066.491\$	174.500\$	117.300\$	4.358.291\$	7,7%
1971	5.320.600\$	535.000\$	126.500\$	5.982.100\$	7,7%
1972	5.970.800\$	535.000\$	155.500\$	6.661.300\$	6,8%
1973	7.583.600\$	885.000\$	233.000\$	8.701.600\$	7,9%
1974	8.983.600\$	1.135.000\$	316.000\$	10.434.600\$	7,6%
Total	125.740.611\$	4.450.000\$	1.285.200\$	131.475.811\$	6,7%

Fonte: *Orçamento Geral do Estado*

Porém, uma análise mais pormenorizada das despesas evidenciava o desajuste entre o incremento do financiamento estatal e os projetos de desenvolvimento orgânico, uma vez que a quase totalidade do orçamento se destinava ao pagamento do pessoal. Assim, durante estes catorze anos, as remunerações dos docentes, funcionários técnicos e auxiliares absorvia 95,6% do dinheiro público, impondo uma racionalização sobre os custos despendidos com o material e serviços, somente 3,4%

e 1% do valor total respetivamente, para as contingências indispensáveis ao normal funcionamento das atividades escolares.

Estes últimos capítulos seriam revistos em alta pelo último ministério da Educação Nacional, em parte pelos novos investimentos na promoção da investigação na missão universitária, numa altura em que a faculdade via disparar os custos anuais pelo crescimento da sua comunidade académica e a dispersão por três edifícios escolares. A tomar como paradigma o caso da segunda Faculdade de Letras do Porto será mesmo possível ilustrar parte das consequências da austeridade financeira do regime autoritário no governo das instituições universitárias: um modelo de subfinanciamento do erário público fortemente cerceado ao pagamento das despesas com o pessoal, limitando investimentos em outros capítulos para a sua modernização educativa e científica e, logo, empenhando um maior alcance das reformas educativas implementadas.

8. EDIFÍCIOS ESCOLARES E INSTALAÇÕES FÍSICAS

Outro dos graves problemas envolvendo a segunda Faculdade de Letras do Porto sempre foi a inserção do seu espaço físico no tecido urbano da cidade, questão crucial para o seu funcionamento e afirmação no cenário universitário, não dispondo a U.Porto de um imóvel para usufruto exclusivo da nova escola. Em especial, depois de plenamente assumido os efeitos nefastos das localizações da primeira Faculdade de Letras na sua integração universitária, e a conceção de que um investimento inicial moderado nesta rubrica poderia seduzir uma maior celeridade na concessão e ampliação de uma nova escola junto do poder central.

Transversalmente, a sua (re)criação coincidia com uma fase de expansão física da corporação universitária em consequência do crescimento da sua comunidade académica e da ampliação orgânica com as Faculdades de Economia e Letras, surgindo diversas propostas para a sua instalação num quadro caracterizado pela dispersão entre os três polos universitários: o tradicional dos «Clérigos ao Carregal», o da Asprela com o novo Hospital Escolar de São João e o do Campo Alegre com o Estádio Universitário e o Jardim Botânico.

Não estando em marcha os projetos urbanísticos das cidades universitárias como em Coimbra e Lisboa, a U.Porto procurou harmonizar a instalação física das Letras entre planos de ocupação provisória de imóveis citadinos apropriados e projetos de construção de raiz de um edifício escolar, que nunca se materializou até 1974. A influência do espaço envolvente nos rumos percorridos da vida académica das instituições educativas torna pertinente uma abordagem dos diferentes desenvolvimentos de natureza funcional desta escola.

8.1. AS INSTALAÇÕES DE COMPROMISSO: CARMO, CAMPO ALEGRE E TAIPAS

Enquanto se aguardava pela homologação ministerial do diploma fundador de 1961, há muito que se especulava no meio académico portuense sobre a futura localização das Letras, entre a ocupação do antigo edifício da Faculdade de Medicina ou a compra de terreno na Asprela que despontava como espaço privilegiado para este tipo de empreendimentos. A imprensa periódica local corroborava a força da primeira das sugestões, embora em situação transitória: «uma Faculdade de Letras exige instalações muito próprias, difíceis de encontrar em edifícios construídos para outros fins»²⁹⁹.

²⁹⁹ *A Faculdade de Letras do Porto que vai ser instalada na antiga Faculdade de Medicina deve funcionar já no próximo ano lectivo.* «Jornal de Notícias» (03 ago. 1961), p. 1 e 4.

A alusão a esse imóvel situado no largo da Escola Médica, defronte do Hospital de Santo António e encostado à cerca do antigo convento do Carmo, ocupado pela Guarda Nacional Republicana, significava uma contenção de custos, visto o seu projeto de conservação e adaptação do espaço ter sido já aprovado pelo ministério das Finanças³⁰⁰. A sua área física considerável distribuída por cinco pisos, constando já de espaços concebidos para fins pedagógicos — salão nobre, biblioteca, anfiteatros, salas de aula, laboratórios e gabinetes de docentes —; representavam uma alternativa adequada para aí transferir alguns serviços do edifício ancestral a escassos metros de distância.

O plano do senado universitário do Porto para a utilização dos edifícios universitários para o ano letivo de 1961-1962 acabou por validar esta realidade ao destinar as antigas instalações de Medicina, enquanto «soluções provisórias e de emergência»³⁰¹, para a Faculdade de Ciências, a futura Faculdade de Letras e os organismos circum-escolares. O atraso na empreitada das obras de adaptação apenas permitiu a transferência nesse mesmo ano do Teatro Universitário do Porto e de algumas secções pedagógicas da Faculdade de Ciências, igualmente frequentada pelos alunos dos três primeiros anos de Engenharia e os de Belas Artes nas disciplinas de Matemática, que ocupou a maior parte do espaço já reabilitado. Aos futuros cursos de Letras que não inauguravam os trabalhos escolares, ficavam desde logo reservadas duas salas de aula no 1.º piso.

Porém, as autoridades académicas aguardavam uma tomada de posição ministerial na atribuição de um espaço próprio para a nova Faculdade de Letras, uma vez mais entre uma construção de raiz na Asprela ou a ocupação da Casa Burmester no Campo Alegre. Encontrando-se este palacete devoluto no património da U.Porto desde 1957, uma compensação pelos terrenos perdidos no Jardim Botânico para construção dos acessos à ponte da Arrábida, o Ministério das Obras Públicas acabou por autorizar as suas obras de restauro, no verão de 1962, mas não a tempo do início das aulas³⁰².

Os primeiros anos dos cursos de História, Filosofia e Ciências Pedagógicas vão por isso decorrer nas dependências do largo da Escola Médica, usufruindo de duas salas de aulas, de alguns gabinetes de docentes partilhados e também do salão nobre com a Faculdade de Ciências; ao mesmo tempo que se transferiam também para o local o Orfeão Universitário do Porto, a Sala de Cultura Francesa, a Associação de Antigos Alunos da Universidade do Porto e a nova cantina do Centro Universitário do Porto³⁰³. Durante catorze anos acabou por ser este o principal edifício da segunda

³⁰⁰ AUP — *Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. III, sessão de 11-02-1955, fl. 42.

³⁰¹ AUP — *Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. III, sessão de 15-06-1961, fl. 86v-87.

³⁰² FERNANDES, coord., 2007: 47.

³⁰³ *Relatório*. «Anuário da Universidade do Porto: ano lectivo de 1962-1963», n.º 17, p. 30-40.

Faculdade de Letras do Porto e a sede dos seus órgãos de gestão, usufruído a título precário e em regime de coabitação permanente.

Se tal suscitou a criação de um quotidiano transfigurado num verdadeiro convívio universitário, não deixou de esgotar rapidamente as potencialidades de expansão física e de criar dificuldades numa gestão eficaz do espaço entre uma comunidade simultaneamente heterogénea nos seus interesses e percursos. A este cenário concorria ainda a sua localização *sui generis*, confinada entre a morgue e o quartel da Guarda Nacional Republicana, pontuando diariamente os cheiros das cozinhas das cantinas e o bem menos agradável da estrebaria, com todos os inconvenientes para o normal funcionamento das atividades letivas³⁰⁴.

No segundo ano de funcionamento, outras obras neste imóvel foram concluídas para a instalação dos cursos de Letras, como o aumento das instalações sanitárias para as senhoras e a adaptação da antiga biblioteca, na qual se estabeleceu a Sala de Cultura Espanhola³⁰⁵. Prevendo o crescente aumento da frequência discente com a entrada em funcionamento dos cinco anos das licenciaturas, a reitoria reportava o problema às instâncias superiores colmatando as necessidades com o aumento do mobiliário nas salas de aulas e a concessão de um dos anfiteatros. Graças às verbas disponibilizadas pelo Plano de Fomento Intercalar, as obras no Campo Alegre ganhavam novo impulso³⁰⁶, mas insuficiente pelas suas dimensões para a poder comportar na íntegra, pelo que só alguns serviços foram para aí transferidos no ano letivo de 1966-1967.

A reconversão da antiga residência familiar constituída por dois pisos assegurou novos espaços como salas de aula, gabinetes de docentes, o Laboratório de Psicologia Experimental e o acervo da biblioteca dedicado às temáticas brasileira, psicologia e histórico-artística, secundados por um prolongamento da secretaria³⁰⁷. Todavia, o tamanho reduzido das salas de aula implicava que nelas decorressem as disciplinas com o menor número de alunos inscritos nas licenciaturas em História e Filosofia, servindo particularmente para as regências do 5.º ano de ambos os cursos. Por seu lado, o Coral de Letras da Universidade do Porto, fundado em 1966, era instalado junto dos restantes organismos circum-escolares, cujas obras pontuais no imóvel do Carmo procuravam satisfazer as exigências de espaço para o funcionamento das Ciências e das Letras.

O anúncio da criação do curso de Filologia Românica em 1968 voltava a colocar a tónica na questão das suas instalações, solucionado provisoriamente com a cedência

³⁰⁴ HOMEM *et al.*, 1987: 305.

³⁰⁵ FERNANDES, *coord.*, 2007: 75-76.

³⁰⁶ *A Universidade do Porto reabriu as suas portas — a inauguração do novo ano escolar assistiram 3 membros do governo.* «Diário do Norte» (21 out. 1965), p. 1 e 4.

³⁰⁷ HOMEM, 1996: 9-12.

de mais duas salas de aula no 1.º piso da sua primitiva sede, perante a incapacidade financeira da reitoria em suportar a construção de um novo edifício, com a canalização dos fundos orçamentais para a construção da Faculdade de Economia na Asprela. Em resposta surgia uma proposta de requalificação do quartel das Taipas, inserido no conjunto do antigo Convento de São Bento da Vitória, o qual permitiria alojar «com a indispensável largueza e a conveniente dignidade, uma Faculdade de Letras completada com as secções que ainda lhe faltam»³⁰⁸.

No deambular da década de 1970, na qualidade da faculdade mais frequentada da U.Porto, os representantes do conselho escolar de Letras diligenciavam junto do senado universitário uma solução para a penúria das suas instalações, agora na conquista do aval do Governo para a construção de pavilhões nos terrenos da Quinta Burmester, evitando o «perigo de dentro de dez anos a sua Faculdade não possuir mais instalações adequadas»³⁰⁹. Na visita de Veiga Simão à Universidade, em julho de 1970, as várias propostas anunciadas para a instalação da escola foram discutidas entre os diferentes mandatários ministeriais, universitários e municipais sem a tomada de uma decisão definitiva³¹⁰.

A determinação em garantir o arranque imediato dos novos cursos de Filologia Germânica e de Geografia em 1972 ditou a consumação de um plano ainda em curso sobre a distribuição dos edifícios escolares, cujas fragilidades se fizeram sentir no início atribulado das atividades letivas dos vários cursos e a dispersão física da segunda Faculdade de Letras do Porto. Os cursos de História, Filologia Românica, Ciências Pedagógicas e Geografia permaneceram no edifício do Carmo, enquanto a Filosofia transitou para a Casa Burmester a par das disciplinas finais das licenciaturas ministradas na escola.

O elevado número de alunos inscritos em Filologia Germânica ditou a sua instalação no imóvel n.º 76 da rua das Taipas, a antiga Escola Oliveira Martins, sujeito a uma rápida intervenção para acolher o novo curso e adiando para o período das férias grandes as obras de maior envergadura³¹¹. A maior parte da área dos cinco pisos do imóvel foi reservada para salas de aula e gabinetes de docentes, alguns serviços administrativos e o fundo germanístico da biblioteca escolar, também ele prestes a esgotar rapidamente a sua capacidade pela frequência massiva logo no segundo ano de funcionamento do curso: «com mais de 800 alunos quando fora planeado para comportar cerca de 600»³¹².

³⁰⁸ O Sr. Presidente da República chegou esta tarde ao Porto tendo presidido à abertura do ano lectivo da Universidade. «Diário do Norte» (25 out. 1968), p. 1, 4, 5 e 13.

³⁰⁹ AUP — *Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. IV, sessão de 03-12-1970, fl. 3v-4v.

³¹⁰ O Ministro da Educação Nacional teve reuniões de trabalho com professores e alunos da Universidade do Porto. «Diário do Norte» (18 jul. 1970), p. 1 e 8.

³¹¹ FERNANDES, coord., 2007: 78.

³¹² AUP — *Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. IV, sessão de 20-10-1973, fl. 47.

luta estudantil no seu interior³¹³. A própria dispersão física a que estavam sujeitos os cursos de Letras não só influía no aparecimento destes movimentos estudantis entre os seus alunos, quer pela impossibilidade de uma vigilância permanente da equipa diretiva da escola sobre todos os espaços físicos, como se afirmava como obstáculo à criação de uma identidade universitária homogénea, entre uma transitoriedade e dispersão que se manteve até à década de 1980 na reunião de todos estes estudantes no Campo Alegre.

8.2. OS PROJETOS NUNCA CONCRETIZADOS: ASPRELA E SÃO BENTO DA VITÓRIA

Dotar a nova Faculdade de Letras com uma estrutura física autónoma, como já referenciado, foi sendo um desejo embargado com o passar dos anos, mau grado as vantagens de uma construção adaptada às suas necessidades pedagógicas e crescimento orgânico. Nesta linha foram apresentados no período em foco dois projetos arquitetónicos que, ao merecer alguma consideração pelo poder central, acabariam por se revelar infrutíferos pelo contexto económico e outras prioridades para a vida universitária portuense.

O primeiro enquadrava-se no quadro da cidade universitária do Porto, esboço da sua expansão e conseqüente retirada do tradicional centro histórico da cidade, erguida nos arredores da Asprela com a construção do Hospital Escolar de São João. Um primeiro plano da cidade universitária delineado por Arménio Losa, de inícios da década de 1950, revelava um conceito deste espaço distinto dos aplicados em Coimbra e Lisboa, ao privilegiar a modernidade e funcionalidade dos edifícios em detrimento de um carácter marcadamente monumental.

Segundo os pareceres do senado universitário quanto ao desenvolvimento das construções escolares nesse espaço, instalada a Faculdade de Medicina no Hospital Escolar, era inevitável avançar com a saída da Faculdade de Economia do edifício matriz, encomendando-se o respetivo estudo a Viana de Lima em 1960. A (re)criação da Faculdade de Letras foi equacionada nesta mesma diapasão, chegando a solicitar-se pontualmente pela compra dos terrenos próximos antes da sua especulação imobiliária, no decurso da crescente urbanização da área circundante³¹⁴.

Com efeito, em 1962, nos estudos de Oldemiro Carneiro, a planta geral da Asprela pressupunha a prioridade para os edifícios das escolas de Letras e Farmácia, findo o projeto de Economia que aguardava pelo aval oficial, proposição diferida pelo esforço financeiro de dois novos edifícios de origem. Somente no novo projeto de Luís Cunha, apresentado em 1973, ao se recuperar a ideia de construção de uma

³¹³ AUP — *Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. IV, sessão de 07-12-1973, fl. 56.

³¹⁴ *Relatório*. «Anuário da Universidade do Porto: ano lectivo de 1962-1963», n.º 17, p. 22-23.

cidade universitária portuense voltava-se a aludir à inclusão das Letras, entre outras faculdades, centros de investigação, biblioteca central, centro cívico e cultural e uma ampla zona desportiva obras, que, com alguma ironia, se insinuava nos círculos citadinos «como uma efectiva realidade no ano 2000»³¹⁵.

Todo este impasse em torno do polo universitário da Asprela acabou por fazer triunfar a aposta da U.Porto na requalificação do seu património edificado e desenvolver o núcleo do Campo Alegre para acolher os cursos de Letras, até à oficialização da licenciatura em Filologia Românica e das esperadas contrariedades de uma nova expansão escolar. O seu recém-constituído conselho escolar debateu a alternativa de edificação de instalações físicas junto do Palacete Burmester ou de adaptação do antigo Convento de S. Bento da Vitória, este último mais do agrado pela proximidade geográfica ao Carmo.

Mesmo perante o abandono e o frágil estado de conservação deste imóvel, que chegara a ser ponderado para Economia³¹⁶, a sua ampla área física foi considerada a mais conveniente para a reunião de todos os cursos de Letras, em proposta discutida com o ministro Veiga Simão, na sua visita em 1970. A direção das instalações universitárias foi autorizada a solicitar um estudo prévio de restauro e reconversão do imóvel, adjudicado a Marques de Araújo e apresentado no prazo de um ano³¹⁷. O parecer negativo da inspeção técnica, no entanto, ditou o seu chumbo pelas complexidade e custos de reabilitação de um edifício que ameaçava ruína.

Em dezembro de 1972, a reitoria preservava na ideia de aproveitamento do antigo convento, que passaria pela expropriação dos prédios circundantes alargando a área útil para novas construções, que voltou a ser rejeitado pelo conselho superior de Obras Públicas e Transportes e desistindo-se de vez da sua recapitação³¹⁸. Sem outras soluções que colocassem um fim à dispersão física a que estava sujeita, nada mais restou à segunda Faculdade de Letras do que recuperar o projeto de construção de novos pavilhões na Quinta Burmester, convertendo o polo do Campo Alegre no centro nevrálgico deste estabelecimento educativo até aos dias de hoje.

³¹⁵ COUTINHO, 1976: 596.

³¹⁶ AUP — *Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. III, sessão de 07-04-1970, fl. 147v-148v.

³¹⁷ *Está em estudo a instalação da Faculdade de Letras do Porto no Mosteiro de São Bento da Vitória*. «Diário do Norte» (06 abr. 1971), p. 1 e 15.

³¹⁸ FERNANDES, coord., 2007: 78-80.

9. OS DOCENTES UNIVERSITÁRIOS

A imagem do mestre universitário como o detentor do conhecimento e do prestígio socioprofissional daí decorrente será, por ventura, uma das representações mais características na história destas instituições e da evocação dos categorizados nomes que passaram pelas cátedras e formaram as gerações mais jovens.

Enquanto promotores e fomentadores do ensino e da investigação que assistia às Universidades, o exercício da docência universitária continuava a conferir uma certa distinção social a estes agentes educativos, embora esta se afigurasse em diferentes cambiantes conforme a especialização científica em causa, caso do Direito ou da Medicina associados a uma noção de elites sociais e governativas no contexto do Estado Novo. Na segunda Faculdade de Letras do Porto, a constituição do corpo docente foi um dos capítulos a que votou maior atenção e cuidado, garantia da integração e afirmação da sua identidade institucional neste meio académico após um primeiro ensaio que não vingou nos tempos da 1.^a República.

Na impossibilidade de se traçar um perfil biográfico e científico individual para cada docente em exercício no estabelecimento, um conjunto ainda numeroso durante estes doze primeiros anos, uma reconstituição coletiva através da sua caracterização socioprofissional pelo método prosopográfico permite elucidar parte das predileções intelectuais e pedagógicas e a progressão da carreira académica destes profissionais. Transversalmente, uma breve resenha dos doutoramentos realizados então na escola, exclusivos aos professores dos grupos de estudos fundadores, atesta a especialização científica de um corpo docente em contínuo crescimento.

9.1. UMA CARACTERIZAÇÃO SOCIOPROFISSIONAL

Validada que foi desde a sua (re)criação o provimento dos professores em Letras pela observância criteriosa aos imperativos legais em vigor, incluindo o controlo da idoneidade científica e política pelas autoridades superiores, os concursos públicos para os lugares do quadro oficial e a extrema ponderação nos convites para assistentes e contratados nortearam o processo de recrutamento até abril de 1974. Com os naturais constrangimentos numa caracterização preliminar e diacrónica dos diferentes grupos de ensino instituídos, não se deixa de perceber os diferentes ritmos de provimento, maturidade e evolução das carreiras académicas destes profissionais.

No grupo de Ciências Históricas, dos cinco encarregados de curso aprovados em concurso documental de 1962, somente os quatro primeiros assumiram as suas funções docentes no ano inaugural da escola: o Dr. Ferreira de Almeida e os licenciados Carlos Eduardo de Soveral, Sérgio Silva Pinto e António Cruz. A vida académica e profissional de Ferreira de Almeida decorreu na congénere escola de Lisboa, onde se licenciara em Ciências Histórico-Filosóficas e doutorara em Ciências Históricas

(1953), contando já com vinte e dois anos de serviço docente³¹⁹. Contudo, só mais tarde prestará as necessárias provas públicas para a cátedra do subgrupo de Arqueologia e História da Arte. Entre as muitas cadeiras lecionadas pelas imposições da vida escolar, foram justamente as de História da Arte, de História da Arte Portuguesa e Ultramarina e os seminários de História da Arte, Arqueologia e Pré-História e de História da Cultura Moderna, que se conservaram sobre a sua regência durante todo este período.

Bem mais fugaz foi a passagem pela escola de Carlos Eduardo de Soveral, então subsecretário de Estado da Educação do ministério de Lopes de Almeida, que o afastou da docência até à sua saída do cargo, em janeiro de 1963. Habilitado com a licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1953) e leitor do Instituto de Alta Cultura em universidades espanholas, até à nomeação para os Estudos Gerais Universitários de Moçambique, regeu ininterruptamente Teoria da História, História da Cultura Portuguesa e o seminário de História da Cultura.

Condiscípulos em idêntica licenciatura e no curso de bibliotecário-arquivista na Faculdade de Letras de Coimbra, os licenciados Sérgio Silva Pinto e António Cruz tinham seguido percursos profissionais similares no domínio da Biblioteconomia. O primeiro, à data em funções técnicas na Faculdade de Economia do Porto, foi encarregado das disciplinas no âmbito da História Antiga e Medieval, encontrando-se a preparar a tese de doutoramento aquando do seu falecimento no final do verão de 1970. Por seu lado, António Cruz, ligado ao Centro de Estudos Humanísticos e aos principais equipamentos culturais da vereação, seguiu a sua especialização em História Medieval e de Cultura Portuguesa, com um natural destaque para a Paleografia e Diplomática, figurando como primeiro professor catedrático e diretor até ao seu afastamento político no pós-1974 com a anulação da pena disciplinar em 1976.

O último dos encarregados de curso, Jorge Pais da Silva, tomou posse no ano letivo de 1963-1964, provindo da Escola Superior de Belas Artes do Porto na qual assegurava as cadeiras de História da Arte e Arqueologia, esta última a única que lecionou durante pouco mais de um ano de permanência na escola portuense. Em finais de 1965 solicitou a revogação do contrato ao obter a transferência para a congénere de Lisboa, onde se licenciara em Ciências Histórico-Filosóficas. Igualmente licenciados nesse curso pela Faculdade de Letras de Lisboa eram os segundos assistentes contratados nesse ano: Flório Vasconcelos também da Escola Superior de Belas Artes, regendo várias cadeiras propedêuticas até ao pedido de revogação do contrato em 1968; e Luís de Oliveira Ramos que pedira a transferência da capital

³¹⁹ MOURA, 1972.

em idênticas funções, vindo cumprir aqui o doutoramento e a conquistar a cátedra, em 1982, sobretudo dedicado às cadeiras de História Moderna e Contemporânea.

Entre 1966 e 1968, por conveniência urgente de serviço, seriam recrutados Carlos dos Santos Cardoso do Liceu Alexandre Herculano, o Pe. Domingos de Pinho Brandão e José Vieira de Carvalho, nenhum deles dando azo a particular ensejo na prossecução neste magistério em detrimento de outras valências e cargos. Após esta data e num momento em que a escola aprovava os seus primeiros licenciados e alunos finalistas, será entre este segmento que se começa a privilegiar o recrutamento de assistentes, a maioria com longevas carreiras profissionais e nomeação para as cátedras no seu quadro. São os casos dos licenciados Carlos Alberto Ferreira de Almeida, Eugénio dos Santos, Luís Adão da Fonseca, Cândido dos Santos, Francisco Fortunato Queirós, Aurélio de Araújo Oliveira e Fernando de Sousa; e dos então monitores Graziela Silvestre, a única presença feminina neste grupo de ensino; Fernando António Ferreira da Cruz, Armando de Carvalho Homem, José Marques e Armando Coelho.

Quanto ao outro grupo fundador, o primitivo corpo docente de Ciências Filosóficas fora constituído por dois encarregados de curso e dois segundos assistentes, com a habilitação comum na licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas pela Faculdade de Letras de Lisboa. Eduardo Abranches de Soveral renunciara a segundo assistente na da capital para encarregado de curso no Porto, ministrando diversas cadeiras de Filosofia, sendo titular de forma ininterrupta de Introdução à Filosofia e dos seminários de Filosofia e História da Filosofia, prestando provas públicas de doutoramento e professor catedrático até 1970. Notoriamente atribulada foi a passagem de Luís Ribeiro Soares, uma vez que só prestou serviço docente no primeiro ano de contrato, nomeado em comissão de serviço para os Estudos Gerais Universitários de Moçambique, vendo-se forçado a renunciar ao cargo, em 1967, por ter sido reprovado nos atos doutorais.

Já a escolha dos segundos assistentes do grupo inaugurou uma nova tendência, que se acentuaria futuramente nos quadros docentes da instituição, com a entrada pioneira de Maria Cândida Pacheco e Maria Carmelita Homem de Sousa. A primeira professora no ensino particular na sua cidade natal de Coimbra, regendo as disciplinas de História da Filosofia Medieval e História da Cultura Medieval em que se especializou em termos científicos e académicos. A segunda então psicóloga no Instituto Navarro de Paiva e encarregada das cadeiras da área, embora numa ambivalência científica que lhe permitiu assegurar continuamente a Lógica e Teoria do Conhecimento; ambas usufruindo de bolsas de estudo do Instituto da Alta Cultura para preparação doutoral em França.

Na ausência de um dos encarregados de cursos houve necessidade de se contratar dois novos segundos assistentes para coadjuvar os três professores em exercício, ingressando o professor liceal Álvaro Penedos para a disciplina de História

da Filosofia Antiga e, por um único ano letivo, Luís Souto Gonçalves transferido deste grupo na escola lisboeta. A abertura da disciplina de História da Filosofia Moderna e Contemporânea do 3.º ano, em 1965, justificou o convite para incumbido da sua regência ao Pe. Dr. Júlio Fragata, seu responsável na Faculdade Pontifícia de Filosofia de Braga.

Em sentido contrário, os segundos assistentes Laura Cruz de Araújo, Lourenço Chaves de Almeida e João Sulpício de Freitas, contratados entre 1965 e 1966, provinham de uma formação académica em Coimbra, no qual se inscreve posteriormente Isolina Borges desde 1971. Mas, num claro paralelismo com as Ciências Históricas, a formação dos primeiros licenciados em Filosofia garantiu a preferência no seu processo de recrutamento para a docência universitária: Pedro de Araújo Figueiredo, Maria José Cantista, Levi Malho, o Pe. Januário Torgal Ferreira, Luís de Melo Araújo; e dos bacharéis José Pinheiro Maciel, Mário Reboreda e Albano Magalhães.

A especificidade da secção de Ciências Pedagógicas somente garantiu a contratação de dois docentes para o seu quadro, considerando que as regências das disciplinas de Introdução à Psicologia e Psicologia Escolar e Medidas Mentais eram atribuídas legalmente aos professores de Filosofia. Além do Dr. Luís de Pina em comissão de serviço pela Faculdade de Medicina do Porto³²⁰, prestaram funções Maria Sofia Moreira, recém-licenciada da mesma e como segundo assistente; e o encarregado de curso, Rafael Ávila de Azevedo, doutor em Pedagogia pela Universidade de Montpellier. Na muito circunscrita secção de Cadeiras Anexas surge o Pe. Bernardo Xavier Coutinho com a História do Cristianismo, professor do Seminário Maior do Porto e anteriormente preterido para encarregado de curso em História, no qual não deixou de colaborar nas disciplinas semestrais de Epigrafia e Numismática.

Aquando da abertura do grupo de Filologia Românica na segunda Faculdade de Letras do Porto, somente Ana Paula Quintela Sottomayor se encontrava investida no novo corpo docente, enquadrada na categoria de segundo assistente. Habilitada com a licenciatura em Filologia Clássica por Coimbra, foi nomeada para a regência das duas partes da disciplina de Língua Latina; enquanto o primeiro leitor de Francês, Michel Jean Moreau, ao se transferir para a congénere de Lisboa foi substituído pelo conterrâneo Guy Reymonde. Contudo, será em redor da Dr.ª Maria de Lourdes Belchior Pontes, professora catedrática lecionando Literatura Portuguesa e História da Cultura Portuguesa, que estes estudos se foram definindo e orientando, não deixando de prestar apoio a estes professores com o seu regresso a Lisboa, em finais de

³²⁰ Na disciplina semestral de Higiene Escolar pela sua abrangência científica, outros professores desse estabelecimento foram encarregados da sua regência, como o Dr. Júlio Machado Vaz e o Dr. Joaquim Costa Maia; enquanto que o Dr. António da Fonseca assegurou a Psicologia Experimental e Aplicada e o seminário de Psicologia, durante o impedimento de Maria Carmelita Homem de Sousa.

1970. A ela se deve a sugestão no recrutamento dos novos assistentes José Adriano de Carvalho, Arnaldo Saraiva e Mário Vilela, os dois primeiros seus antigos alunos; colmatando a limitada intervenção de Sebastião Abel Pestana que seria chamado para colaborar na transfigurada Universidade de Luanda.

A abertura progressiva dos restantes anos da licenciatura até 1973-1974 obrigou a um novo aumento deste quadro docente específico, primeiro com autorização de regência dos professores liceais Joaquim Fonseca, Fernanda Irene Fonseca e Jorge Alves Osório; e convites para cadeiras com maior exigência de especialização à Prof.^a Dr.^a Maria Teresa Leal Martinez em Literatura Brasileira, de Nicole Dévy-Vareta em Língua Francesa e que chegou a reger ainda o 2.º ano da Geografia Humana, tendo por isso sido substituída por Arnaud Ducamp. Bem como de Giuseppe Mea e Maria Paniágua Muñoz em Língua e Literatura Italiana e Espanhola, respetivamente, e do professor catedrático brasileiro, Fábio Lucas Gomes, para assegurar a Teoria da Literatura e o seminário de Literatura e Filologia. Entre os bacharéis da escola, António Ferreira de Brito e Isabel Pires de Lima, foram os únicos a prestar serviço docente até à revolução democrática.

Entre as últimas secções pedagógicas oficializadas e nesse curto espaço de dois anos, o quadro docente para a Filologia Germânica sobrepôs-se ao de Geografia com um total de dez docentes recrutados contra apenas um, Rosa Fernanda Moreira da Silva, apoiada por Orlando Ribeiro e Suzanne Daveau da escola de Lisboa³²¹, visto as outras disciplinas do curso serem frequentadas em Ciências. Nos estudos germânicos pediu transferência de Coimbra a Dr.^a Maria Manuela de Oliveira Campos, encarregada das aulas teóricas de Literatura Alemã, coadjuvada pelos assistentes Armando Pinho de Moraes, José Luís Araújo de Lima e José Coutinho e Castro. Na prática das línguas vivas privilegiou-se cidadãos estrangeiros entre os leitores: Derek Naylor, Gwendoline Costa Andrade, Patricia Kilcoyne, Roza Huylebrouck e Udo Közle; em contraste com o bacharel António Franco.

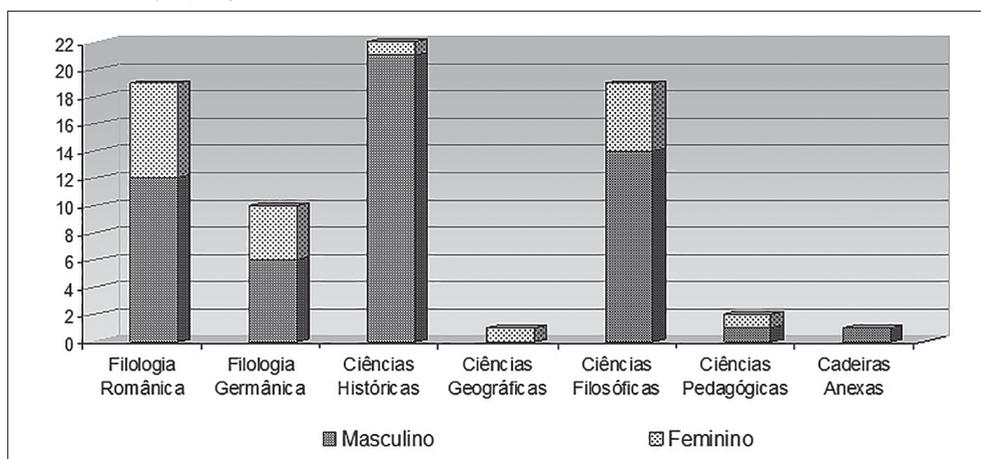
Apresentada esta sintética reconstituição prosopográfica dos 74 elementos que constituíram o quadro docente da segunda Faculdade de Letras do Porto, desde a sua abertura até ao 25 de abril de 1974, algumas características no seu retrato global devem ser assinaladas em virtude da ascendência na construção da sua imagem institucional. Em primeiro lugar, constata-se o forte predomínio masculino deste corpo docente, com 55 elementos contra pouco mais de um quarto do total do segmento feminino, representado pelas 19 professoras recrutadas, equiparando-se a uma situação que facilmente se evidenciava nas restantes faculdades da U.Porto e nas escolas congéneres.

³²¹ SILVA, 1988: 5-13.

Tal cenário encontrava-se plenamente enquadrado na realidade educativa nacional do século XX, já que a docência feminina no ensino superior era particularmente recente, desenrolando-se num processo lento e tardio suscitado pelas transformações mentais a ele inerentes³²². Apenas desde meados do século passado se registara uma maior abertura no acesso das mulheres à carreira académica na Universidade, ainda que longe de ameaçar o jugo masculino ou de atingir os lugares de topo da mesma, contrastando com o seu domínio nos restantes ramos de ensino plenamente consumado em inícios da década de 1960³²³.

Em claro paradoxo com a frequência predominantemente feminina entre os seus estudantes, no plano da docência universitária, o elemento masculino liderava em todas as secções pedagógicas da faculdade. A única exceção seria as Ciências Pedagógicas não fosse a sua diminuta representatividade, a par das Cadeiras Anexas e das Ciências Geográficas, e a saída da sua única assistente em 1971 a validar esta realidade. Contudo, não deixam de ser perceptíveis variações particulares no confronto entre as duas primeiras secções, com uma maior tendência para a masculinização do corpo docente das 2.ª de Ciências Históricas, Geográficas e Filosóficas face à 1.ª das Ciências Filológicas, tradicionalmente mais precoce na afirmação feminina pelo forte peso das alunas nos cursos de Filologia, atendendo aos paradigmas dos meios académicos de Coimbra e Lisboa³²⁴.

Gráfico 4. Distinção por género dos docentes da 2.ª FLUP (1962-1974)



Fonte: AUP — *Livros de cadastros de pessoal da Universidade do Porto*; AUP — *Livros de vencimentos do pessoal da Universidade do Porto*

³²² SANTOS, 1991: 7.

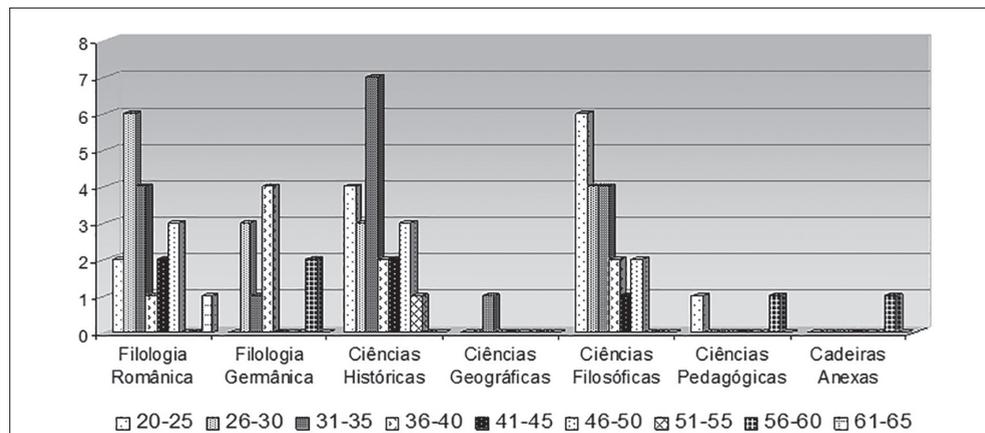
³²³ MARTINS, *dir.*, 1964a.

³²⁴ HOMEM, 1997: 84.

Não obstante os grupos fundadores de Ciências Históricas e Filosóficas terem uma maior longevidade que se refletia no maior número de professores a eles associados, destacando-se o primeiro em efeito da maior afluência estudantil, não só foram recrutados preferencialmente elementos masculinos nos primeiros anos, como na formação dos seus quadros autónomos essa propensão persistiu na seleção entre os recém-licenciados, ainda que o critério observado tenha sido o da qualidade revelada pelas classificações finais. O caso do 4.º grupo acaba por ser o mais flagrante, com um corpo docente exclusivamente masculino durante quase a primeira década e uma singular presença feminina, enquanto no 6.º grupo três novas professoras vieram gradualmente reforçar a presença inaugurada pelas duas segundas assistentes originais.

Por outro lado, nos grupos inaugurados desde finais dos anos 60, a distinção entre os géneros deixou de ser tão acentuada e caminhava para um maior equilíbrio, como ilustra o caso da Filologia Germânica, preconizando a mutação da anterior realidade proporcionada pela nova conjuntura político-académica. A maior flexibilidade no acesso à carreira académica pela reforma de Veiga Simão e o aumento da frequência estudantil no ensino superior fomentaram o incremento da procura de novos docentes, favorecendo um maior acesso feminino, que se consolidou no pós-revolução na área das Ciências Sociais e Humanas.

Gráfico 5. Nível etário dos docentes à tomada de posse na 2.ª FLUP (1962-1974)



Fonte: AUP — *Livros de cadastros de pessoal da Universidade do Porto*; AUP — *Livros de vencimentos do pessoal da Universidade do Porto*

A análise dos níveis etários dos docentes contratados, à data da tomada de posse das suas funções na instituição, indiciava a própria juventude da segunda Faculdade de Letras com uma média global de 35 anos de idade, número modesto em termos de evolução da carreira docente no ensino superior e universitário em geral. De facto, 46 ingressaram com idades compreendidas entre as faixas etárias dos 20 aos 35 anos,

a quase maioria precisamente entre os 26 e os 35 anos de idade, revelando a fluidez do recrutamento do pessoal docente num processo contínuo de crescimento interno, percecionado inclusive numa visão de futuro para a escola³²⁵.

Assim, um longo futuro profissional do segmento jovem condicionou largamente a sua seleção entre os alunos a concluírem as licenciaturas, dos recém-licenciados ou dos licenciados com carreiras profissionais recentes em áreas afins, pela maior viabilidade de uma carreira académica rumo à cátedra, perante a morosidade e complexidade dos processos de progressão profissional. A entrada em exercício de funções docentes nestas idades augurava ainda a constituição de um corpo docente endógeno, iniciado e preparado nas dinâmicas específicas da escola e encaminhado para a formação de pós-graduação do doutoramento, com vista à consolidação da imagem institucional nos anos vindouros.

Em paralelo, a dificuldade em recrutar preferencialmente professores universitários em exercício nas escolas congéneres, imprescindíveis pela exiguidade dos quadros face ao aumento da população escolar nas Faculdades de Letras e talvez menos atraídos pelas condições oferecidas por uma escola recém-criada, justificava o menor peso das idades acima da média etária do conjunto dos docentes. Todavia, na formação dos corpos docentes primitivos em cada uma das secções instituídas, ao se privilegiar o reconhecimento da consistência científica e pedagógica dos candidatos, acabou-se por privilegiar indivíduos com uma maior maturidade e experiência na produção científica para o ensino nos cursos ministrados.

A articulação entre estas duas diretrizes esclarece as próprias diferenças idiosincráticas ilustradas entre as quatro secções pedagógicas, nomeadamente, as médias etárias ligeiramente superiores das secções de Ciências Filológicas, Ciências Pedagógicas e Cadeiras Anexas. Apenas o conjunto das duas últimas ultrapassava a fasquia dos 40 anos de idade pelas contingências da contratação de docentes plenamente habilitados para a direção destas disciplinas, precedida pela Filologia Germânica, na qual mais de metade dos 10 docentes contratados iniciaram funções com mais de 36 anos de idade, perfazendo uma média geral superlativa em mais dois anos.

Em contraste, a maior diversidade etária do grupo de Filologia Românica, no qual encontramos os dois extremos em termos de idade dos docentes, com a mínima de 20 anos e a máxima de 62, apresentava já um certo rejuvenescimento com uma média etária de 36 anos. Portanto, nas últimas três licenciaturas abertas de Filologia Românica, Filologia Germânica e Geografia, o maior nível etário deveu-se em grande parte ao recurso a personalidades com ampla experiência profissional no ensino superior e secundário para o seu arranque efetivo.

³²⁵ Na análise global, a distribuição pelas faixas etárias do corpo docente em exercício da 2.ª FLUP neste âmbito cronológico era o seguinte: 20-25 anos – 13 indivíduos (17,5%); 26-30 – 16 (21,5%); 31-35 – 17 (23%); 36-40 – 9 (12,2%); 41-45 – 5 (6,8%); 46-50 – 8 (10,8%); 51-55 – 2 (2,7%); 56-60 – 3 (4,1%) e 61-65 – 2 (1,4%).

A maior existência funcional dos grupos fundadores foi igualmente responsável pela maior juventude dos seus corpos docentes, em correlação com a precocidade no recrutamento dos seus licenciados para a carreira académica, pautado pelo facto de a maioria dos docentes de Ciências Filosóficas apresentar menos de 30 anos à tomada de posse, logo acompanhado pelo de Ciências Históricas dominado pela faixa etária seguinte, com médias etárias de 31 e 34 anos de idade, respetivamente. Porém, devemos destacar que a imagem transparecida nas suas aberturas pelo caso dos encarregados de curso era pelo contrário de uma certa maturidade, oscilando as idades entre os 35 e os 51 anos do conjunto, encarregados de organizar e estruturar o modelo de ensino da faculdade.

Ao longo do período em foco a evolução do nível etário acabou por acentuar estas diretrizes com um amadurecimento do conjunto dos professores doutorados e colocados nas categorias profissionais de topo face à juventude dos seus auxiliares no ensino, então a iniciar ou a preparar a sua plena integração na carreira docente universitária.

Quadro 11. Proveniência geográfica dos docentes da 2.^a FLUP (1962-1974)

Distrito	1. ^a secção		2. ^a secção			3. ^a secção	4. ^a secção	Total
	Filologia Românica	Filologia Germânica	Ciências Históricas	Ciências Geográficas	Ciências Filosóficas	Ciências Pedagógicas	Cadeira Anexa	
Aveiro	2	1	4	—	—	—	—	7
Braga	1	—	3	—	2	—	—	6
Bragança	—	1	1	—	1	—	—	3
Castelo Branco	1	—	—	—	—	—	—	1
Coimbra	—	—	2	—	2	—	—	4
Leiria	—	1	—	—	—	—	—	1
Lisboa	1	—	4	—	2	—	—	7
Portalegre	—	—	1	—	—	—	—	1
Porto	4	2	6	1	8	1	—	22
Viana do Castelo	—	—	1	—	1	—	—	2
Vila Real	1	—	—	—	1	—	—	2
Viseu	—	—	—	—	—	—	1	1
Açores	—	—	—	—	—	1	—	1
Madeira	1	—	—	—	2	—	—	3
Subtotal	11	5	22	1	19	2	1	61
Estrangeiros	8	5	—	—	—	—	—	13
Total	19	10	22	1	19	2	1	74

Fonte: AUP — *Livros de cadastros de pessoal da Universidade do Porto*; AUP — *Livros de vencimentos do pessoal da Universidade do Porto*

No que concerne à naturalidade destes elementos, nem sempre correspondente à residência oficial posterior no decurso dos percursos de vida individuais, a diversidade de proveniências geográficas convergia para o peso preponderante da zona norte do país em todas as secções pedagógicas. Singularmente, considerando a circunscrição universitária portuense, a mesma corresponde à origem geográfica de 42 docentes no total de 61 de naturalidade portuguesa, ou seja, mais de metade dos mesmos. Os distritos das zonas sul e centro do país encontravam-se praticamente equiparados em peso numérico, incidindo a liderança sobre o distrito de Lisboa, e menos expressivos os arquipélagos insulares, com a exceção dos naturais da Madeira.

Neste panorama o distrito do Porto assumia a liderança em qualquer um dos grupos das duas primeiras secções pedagógicas da faculdade num total de 22 docentes, sendo 13 deles naturais da própria capital do distrito, seguido de igual número dos provenientes dos concelhos limítrofes de Aveiro e de Lisboa e ainda com alguma expressividade os de Braga, Coimbra, Bragança e Madeira. Com algumas disparidades pontuais entre cada grupo de estudo, eram estes distritos que ocupavam os primeiros lugares e firmavam a supremacia da zona norte continental na formação do corpo docente, deixando igualmente antever as ligações estabelecidas com as escolas congéneres no recrutamento dos novos docentes para a instituição.

A abertura das Ciências Filológicas matizou o domínio português neste retrato com o recrutamento de 13 cidadãos estrangeiros, maioritariamente leitores de nacionalidades europeias para assegurar a regência das aulas práticas das línguas maternas. No primeiro exerceram 4 leitores franceses, um italiano e espanhol cada e dois professores catedráticos brasileiros. No 3.º grupo foram acrescentados mais cinco novos leitores, três de origem inglesa e os restantes de nacionalidades belga e alemã.

O predomínio da zona norte assume um interesse particular nesta abordagem pela implicância da proveniência geográfica na própria aceção pessoal da carreira académica. A similitude do espaço geográfico em termos familiares e profissionais poderia influir positivamente na estabilidade do corpo docente em exercício, componente determinante no planeamento e crescimento orgânico da faculdade, contribuindo eventualmente para uma maior dedicação e dinamismo na sua atividade profissional. Peculiarmente, os processos de transferência requisitados pelos lisboetas Jorge Pais da Silva e Maria de Lourdes Belchior Pontes tiveram como destino a Faculdade de Letras da sua cidade, onde deram continuidade à carreira académica após a breve passagem pela U.Porto.

Aliás, convém salientar que muitos dos docentes que não eram naturais da cidade do Porto há muito que tinham fixado aí a sua residência por imposição das

suas carreiras profissionais, estabelecendo laços e conquistado projeção neste meio social, como se sucedeu nos casos de Sérgio Silva Pinto, António Cruz, Domingos de Pinho Brandão, Bernardo Xavier Coutinho, Francisco Fortunato Queirós ou Joaquim Fonseca; bem como parte dos licenciados pela própria escola, quando oriundos de outros distritos.

A formação base da maioria destes docentes correspondia ao grau de licenciatura, comumente a correlativa aos grupos para os quais eram contratados, embora grande parte dos primeiros docentes do 4.º e do 6.º grupo partilhassem ainda a antiga licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas, sem tal pôr em causa as suas predileções intelectuais e a sua futura especialização científica numa das duas áreas do saber. A flexibilidade resultante do reconhecimento dos bacharelados de 1968, nomeadamente como habilitação literária para o ingresso na carreira académica, ditaram a sua expressividade neste cenário. Contudo, somente nos grupos de Filologia Românica, Ciências Históricas e Ciências Filosóficas, os únicos então a conceder esta graduação académica, os monitores foram integrados pela reorganização de Veiga Simão, todos eles alunos no término das suas licenciaturas na escola.

Quadro 12. Habilitações de base dos docentes da 2.ª FLUP (1962-1974)

Formação Académica	1.ª secção		2.ª secção			3.ª secção	4.ª secção	Total
	Filologia Românica	Filologia Germânica	História	Geografia	Filosofia	Ciências Pedagógicas	Cadeira Anexa	
Habilitações Literárias								
Bacharelato	2	3	4	—	3	—	—	12
Licenciatura	14	6	17	1	16	2	1	57
Doutoramento	3	1	1	—	—	—	—	5
Subtotal	19	10	22	1	19	2	1	74
Instituição								
FLUP	2	—	12	—	8	—	—	22
FLUC	5	4	3	1	4	—	—	17
FLUL	4	1	6	—	6	1	—	18
FMUP	—	—	—	—	—	1	—	1
Estrangeiras	8	5	1	—	1	—	1	16
Subtotal	19	10	22	1	19	2	1	74

Fonte: AUP — *Livros de cadastros de pessoal da Universidade do Porto*; AUP — *Livros de vencimentos do pessoal da Universidade do Porto*

Quanto aos docentes com doutoramento, menos de um décimo do conjunto, a sua imagem seria a mais adulterada pelas resistências na equiparação deste grau

concedido por instituições do ensino superior estrangeiras. Com efeito, apenas os de Ferreira de Almeida, Maria de Lourdes Belchior Pontes e Maria Manuela Oliveira Campos o eram pelas faculdades nacionais homólogas, complementado pelos professores catedráticos brasileiros no 2.º grupo convidados pelo conselho escolar de Letras, com a anuência do Ministério da Educação Nacional. Júlio Fragata, Bernardo Xavier Coutinho e Ávila de Azevedo, habilitados nesse grau académico em instituições superiores europeias, viram a sua progressão profissional condicionada até à equiparação do grau de doutor por Veiga Simão³²⁶. Neste universo estariam, portanto, em exercício da função docente oito professores doutorados, aos quais se juntariam até à queda do regime mais seis licenciados que defenderam esta prova académica na escola, ilustrando a preocupação em reunir individualidades com eminente idoneidade científica para a projeção da segunda Faculdade de Letras.

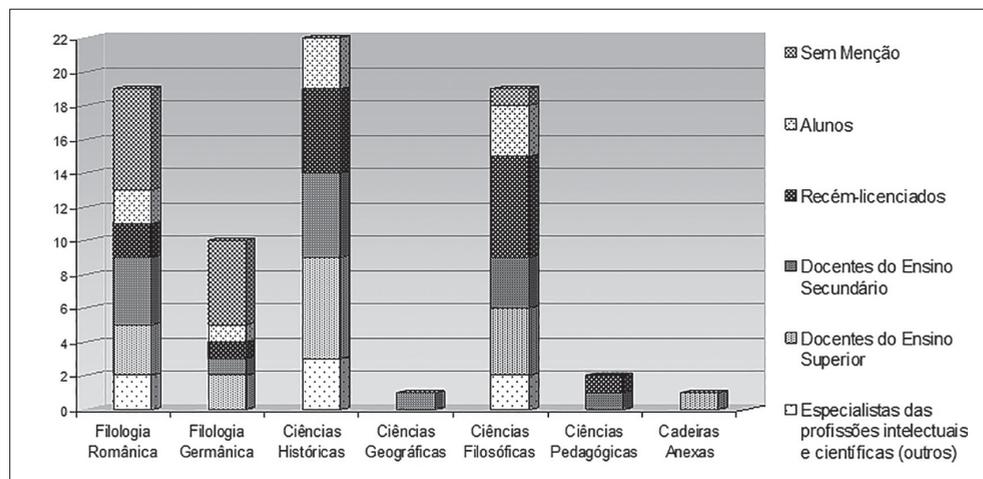
Elucidativo até desta crescente afirmação institucional no cenário universitário nacional era a amostragem relativa às instituições onde os membros deste corpo docente tinham concluído as suas habilitações de base, denunciando a liderança interna em pouco mais de uma década, graças à maturidade dos seus grupos fundadores e ao triunfo da política de recrutamento dos alunos mais promissores. Num contexto de difícil contratação de pessoal docente apto a exercer no ensino superior, a entrada em funcionamento de qualquer um dos cursos estava naturalmente dependente dos graduados pelas Faculdades de Letras de Lisboa e Coimbra ou em instituições universitárias estrangeiras e nacionais, praticamente iguais em número de professores.

No entanto, um novo paradoxo se salientava no confronto entre os grupos de docência instituídos inicialmente e os homologados *a posteriori* nesta estrutura, considerando as escolas nacionais de formação dos seus docentes. Apesar da primazia de uma nova geração docente portuense em Ciências Históricas e Filosóficas, a mobilização inicial direcionou-se sobretudo para a congénere de Lisboa, logrando com o desempenho dos graduados na «fase áurea do respectivo curso de Ciências Histórico-Filosóficas»³²⁷ das últimas décadas. Em Filologia Românica, Filologia Germânica e Ciências Geográficas, pelo contrário, a tendência passou a contemplar um maior acesso de elementos preparados no meio académico conimbricense.

Todavia, convém destacar que esta nova fase do recrutamento docente incidiu preferencialmente entre licenciados naturais dos distritos nortenhos ou que na cidade do Porto desenvolviam as suas carreiras profissionais, privilegiando porventura o fator geográfico sobre o das habilitações literárias, na formação de um corpo docente conhecedor da dinâmica educativa da região norte.

³²⁶ Decreto-Lei n.º 118/70, de 19 de Março de 1970. «Diário do Governo I Série», 66 (1970).

³²⁷ HOMEM *et al.*, 1987: 301.

Gráfico 6. Atividade profissional prévia dos docentes da 2.ª FLUP (1962-1974)

Fonte: AUP — *Livros de cadastros de pessoal da Universidade do Porto*; AUP — *Livros de vencimentos do pessoal da Universidade do Porto*

Por fim, uma análise global aos percursos profissionais de grande parte destes docentes à data da sua entrada na instituição, desconhecendo-se principalmente as situações dos cidadãos estrangeiros, permite enquadrar as atividades prévias em três grandes grupos: os docentes do ensino superior e secundário, os alunos finalistas ou já licenciados e outros especialistas em profissões intelectuais e científicas, desde os bibliotecários aos psicólogos³²⁸. Justamente o segmento mais dominante era o dos professores do ensino superior e universitário com 16 elementos, uma diferença de apenas mais um profissional sobre os professores do ensino secundário e os recém-licenciados, manifestando o cuidado que as autoridades políticas depositavam no preenchimento destes cargos públicos.

Uma vez mais esta constituição era ilustrada pelas situações dos grupos de estudos primitivos com esta liderança profissional dos agentes de ensino e os alunos recrutados após a aprovação nos atos de licenciatura na escola, onde um conjunto de sete professores era inclusivamente eclesiástico, a par destes percursos profissionais e académicos. Entre os restantes cursos, um leve protagonismo incidia nos professores do ensino secundário, seguido pelos outros segmentos dominantes, fruto das facilidades do seu recrutamento em comissão de serviço pelas Universidades, segundo os normativos da carreira docente universitária no final do regime autoritário.

³²⁸ O conjunto global das atividades profissionais prévias era o seguinte: professores do ensino superior (16 elementos – 21,6%), recém-licenciados e professores do ensino secundário (15 elementos cada – 20,3%), alunos (9 – 12,1%), especialistas em profissões intelectuais e científicas, incluindo os cargos no ministério da Educação Nacional (7 – 9,5%) e sem menção (12 – 16,2%).

Independentemente da situação particular de cada uma das quatro secções pedagógicas oficializadas, comprovava-se a consubstanciação das diretrizes no processo de contratação dos professores para este tipo de ensino: a organização dos cursos superiores por personalidades experientes na docência universitária, devidamente coadjuvados por profissionais em início dessa carreira profissional, como garantia da qualidade pedagógica e científica ambicionada para a sua missão educativa. Em quase todos os grupos encontravam-se professores do ensino superior em exercício noutros estabelecimentos, que pediram transferência para a escola portuense, aos quais se acrescem os colegas com passagens anteriores pela docência universitária³²⁹, onde se contabiliza que um quarto do corpo docente da segunda Faculdade de Letras do Porto possuía já alguma experiência profissional na área.

Como nota de curiosidade recorde-se a ligação do Centro de Estudos Humanísticos com a nova faculdade, através do ingresso dos antigos prelectores: António Cruz, Flórido Vasconcelos, Domingos Pinho Brandão, Júlio Fragata e o Dr. Luís de Pina, seu antigo diretor; validando o seu papel precursor na missão educativa das Ciências Sociais e Humanas. Ou o reconhecimento da qualidade pedagógica deste corpo docente em exercício, expresso nas autorizações ministeriais para acumulação de serviço de alguns profissionais, na Faculdade de Ciências do Porto, na Escola Superior de Belas Artes do Porto e nas ultramarinas Universidades de Luanda e Lourenço Marques.

O distinto nível de qualidade desejado na constituição deste corpo docente cedo despontou pela transdisciplinaridade estabelecida entre os grupos na regência das diversas disciplinas, face às contingências tantas vezes despropositadas na distribuição e cumprimento das suas atividades profissionais, comprovando a boa preparação pedagógica e científica dos seus membros. O derradeiro sucesso seria confirmado na evolução das respetivas carreiras académicas nos anos seguintes, indicando a sua dedicação e o sentido de futuro na afirmação da faculdade, ilustrado pela qualificação gradual de 29 docentes com o grau de doutor outorgado pela instituição

De igual modo, mais de metade destes professores universitários cumpriram até à aposentação a sua carreira académica na segunda Faculdade de Letras, conquistando o topo da carreira docente nos seus quadros 28 professores catedráticos. Já no período democrático, o grupo de Ciências Históricas foi o que melhor se consolidou neste panorama com um total de 13 professores catedráticos, seguido de Filologia Românica que superou as Ciências Filosóficas, quer em termos de

³²⁹ Destaque para a FLUL com cinco docentes, três em universidades estrangeiras onde prestaram funções como leitores, dois professores da Escola Superior de Belas Artes e do Seminário Maior do Porto e os casos singulares da FLUC, da Faculdade Pontifícia de Filosofia de Braga e Academia Militar.

nomeação para a cátedra com 8 elementos, quer na prossecução da carreira académica com 11 professores.

Nos meses imediatos ao golpe revolucionário este corpo docente não sofreu grandes ruturas na sua constituição, uma vez que só um pequeno grupo de professores solicitou a rescisão dos contratos até ao final do ano letivo de 1973-1974, entre os processos de saneamento político de António Cruz e Eduardo Abranches de Soveral que viriam a ser indeferidos, já colmatado com a entrada em exercício docente de outros quatro por propostas das assembleias magnas aos vários governos provisórios. Só nesse ano letivo imediato, a contínua afluência dos estudantes aos cursos de Letras na U.Porto conduziu ao recrutamento de 42 novos docentes entre os seus alunos recém-licenciados, professores universitários retornados do Ultramar e personalidades de grande valia intelectual do meio cultural nacional.

Era o início de um novo período de dinamização do ensino e da investigação na segunda Faculdade de Letras do Porto, cuja qualidade e excelência do seu corpo docente foi sendo certificada pelos relatórios de avaliação do ensino superior entretanto divulgados publicamente.

9.2. DOUTORAMENTOS

A realização do doutoramento assumia-se como um corolário da carreira docente universitária, quer por autenticar um alto nível de especialização cultural e científica, quer por este grau académico ser imprescindível para a progressão profissional nos estabelecimentos universitários, matizando a sua maior procura durante o Estado Novo por este segmento específico.

O regime de preparação e defesa do ato de doutoramento era rigoroso e complexo para uma avaliação cuidada dos futuros doutores, os quais tinham de ser aprovados pelo conselho escolar, ao qual apresentavam o requerimento de provas académicas, responsável pelo acompanhamento das dissertações e os procedimentos associados à sua posterior defesa. As provas de carácter público consistiam na apreciação de um júri académico nomeado ministerialmente, numa primeira parte, de dois interrogatórios sobre pontos das matérias correspondentes ao domínio científico almejado, seguido da defesa de uma dissertação original no mesmo.

Os primeiros doutoramentos a ter lugar na segunda Faculdade de Letras do Porto foram os dos encarregados de curso, ainda sob vigência destes normativos da reforma de 1957, intimados a obter o grau num prazo máximo de seis anos para enquadramento nos quadros de pessoal efetivo. A habilitação aos graus de doutor em História, Arqueologia, História da Arte ou Filosofia facultado pela escola, abrangia a discussão da dissertação com dois elementos do júri durante noventa minutos, precedidos dos interrogatórios num prazo de defesa entre trinta a sessenta minutos

cada, separados com intervalos mínimos de vinte e quatro horas³³⁰. No terceiro dia era discutida a tese doutoral, procedendo-se no final por escrutínio secreto à votação do candidato, decidido por maioria dos elementos do júri entre a reprovação ou a atribuição de classificação quantitativa em caso de aprovação.

Do conjunto de encarregados de curso aprovados no concurso documental de 1962, apenas os licenciados Luís Ribeiro Soares, António Cruz e Eduardo Abranches de Soveral chegaram a apresentar-se a este grau académico máximo na escola. As provas dos dois primeiros professores foram ambas marcadas para o mês de novembro de 1964, entre os dias 9, 12 e 13 do mesmo, mais de meio ano após a entrada do requerimento na reitoria para marcação de provas³³¹.

O júri constituído para avaliação de António Cruz era presidido pelo reitor Dr. Manuel Correia de Barros, o Dr. Luís de Pina e professores catedráticos de Coimbra e Lisboa³³², tendo sido o candidato interrogado sobre os pontos — «A revolução ocidental no século XVIII: aristocracia e democracia» e «Génese e desenvolvimento do sistema representativo em Portugal» —, e apresentada a dissertação *Santa Cruz de Coimbra na cultura portuguesa da Idade Média: observações sobre o scriptorium e os estudos claustrais*. Uma investigação centrada na fundação e desenvolvimento desta instituição medieval e na sua produção historiográfica, amplamente discutida pelos arguentes Mário Brandão e Torquato de Sousa Soares, reconhecendo-se o contributo valioso para a história e cultura medieval nacional, aprovada com a classificação de 18 valores e a concessão do primeiro grau de doutor em História³³³.

Destino bem diferente ocorreu nas de Luís Ribeiro Soares para doutor em Filosofia, apreciadas por um júri não muito diferente do colega³³⁴. Tendo sido umas lições sorteadas sobre o tema «Principais teorias sobre a estrutura da Personalidade», argumentou uma tese suscetível sobre as influências culturais no pensamento de São Martinho de Dume — *A Linhagem Cultural de São Martinho de Dume* —, como o próprio recordará «que mereceu a honra inédita de quatro bolas pretas, de que tanto me orgulho»³³⁵. Publicamente, o cerne da polémica com os elementos do júri prendeu-se em torno da conceptualização de um novo modelo cultural no espaço atlântico,

³³⁰ Os pontos dos interrogatórios deviam versar as matérias de especialidade doutoral, a História Geral e História de Portugal, História da Expansão Portuguesa ou História do Brasil no 4.º grupo; a Arqueologia e a História da Arte no seu subgrupo e a Filosofia e a História da Filosofia no 6.º grupo. A lista dos pontos era afixada noventa dias antes do início das provas e tirados à sorte pelo candidato, com quarenta e oito horas de antecedência, antes da apresentação a primeiro interrogatório.

³³¹ *Doutoramentos na Faculdade de Letras*. «Diário do Norte» (10 nov. 1964), p. 7.

³³² Manuel Lopes de Almeida, Mário Brandão, Arnaldo Miranda Barbosa e Torquato de Sousa Soares pela FLUC, Virgínia Rau pela FLUL e António da Silva Rêgo da Universidade Técnica de Lisboa.

³³³ *O Director do Diário do Norte doutorou-se hoje em História na Universidade do Porto*. «Diário do Norte» (13 nov. 1964), p. 1 e 6.

³³⁴ O reitor da U.Porto, o Dr. Luís de Pina, Artur Moreira de Sá, Virgínia Rau e Delfim Santos pela FLUL e Manuel Lopes de Almeida, Arnaldo Miranda Barbosa e Sílvio de Lima da FLUC.

³³⁵ SOARES, 1985: 84.

que denominou de «cultura estrímnica», ditando a sua reprovação por maioria dos setes membros com direito a voto³³⁶. Um resultado que gorou as suas expectativas profissionais de carreira académica na escola portuense, acabando mesmo por rescindir antes do término legal do seu contrato.

O episódio, porém, seria refreado com o sucesso da prova de doutoramento do colega de grupo, Eduardo Abranches de Soveral, o primeiro doutor em Filosofia pela U.Porto. Os requerimentos para defesa das provas datavam de dezembro de 1965, as quais só foram agendadas para os dias 9, 12 e 13 de janeiro de 1967, por algumas burocracias na constituição ministerial do júri académico³³⁷. Tirados para discussão os pontos dos interrogatórios — «Hereditariedade em Psicologia» e «Locke» —, a dissertação *O Método Fenomenológico: estudo para a determinação do seu valor filosófico*, explorando os seus contributos de teor especulativo na construção do saber filosófico, foi aprovada por unanimidade com a nota de 17 valores³³⁸.

Nos anos seguintes nenhum dos outros encarregados de curso se propôs para doutoramento, Carlos Eduardo de Soveral e Jorge Pais da Silva tinham sido transferidos para outras instituições e o Dr. Ferreira de Almeida e Ávila de Azevedo já o detinham no currículo, ainda que este último aguardasse pela sua homologação ministerial de equiparação a diploma estrangeiro. Dos restantes contratados nesta categoria profissional transitória, Sérgio Silva Pinto veio a protelar a tese pelos problemas de saúde que o viriam a vitimar, enquanto Maria Carmelita Homem de Sousa aguardava pela dispensa do serviço docente para usufruir da sua bolsa de estudo fora do país. Com o regime de doutoramento a ser simplificado pelo ministro Veiga Simão, de forma a tentar agilizar e aumentar o número de candidatos pela revisão do modelo de provas, expresso em nova nomenclatura do resultado e de uma maior amplitude de especialização científica, era conservada a arguição da dissertação original como ponto fulcral destas provas públicas.

A regulamentação da carreira universitária que precedeu este diploma legal concorrera já para o aumento da procura dos doutoramentos, obrigatórios para o acesso às novas categorias de professor do ensino universitário, associando a categoria de assistente como uma etapa de formação científica com vista à preparação do doutoramento. A situação particular da escola portuense, com um corpo docente maioritariamente provido além do quadro e vários assistentes em exercício, foi responsável pelo encaminhamento de grande parte destes para a realização das provas

³³⁶ Posteriormente, o contributo de Luís Ribeiro Soares deste modelo cultural, desenvolvido no triângulo entre a Hispânia, a Bretanha e a Irlanda, foi revisto e fundamentado pelo próprio, acabando por ser reconhecida a validade da sua teoria filosófica na abordagem dos estudos célticos e medievais. SOARES, 1985: 94-95.

³³⁷ Provas de Doutoramento na Faculdade de Letras do Porto. «Diário do Norte» (11 jan. 1967), p. 15.

³³⁸ *Doutoramento em Filosofia pela Faculdade de Letras*. «Diário do Norte» (13 jan. 1967), p. 15. Uma vez mais presidido pelo Dr. Manuel Correia de Barros, o Dr. Luís de Pina e os professores catedráticos Arnaldo Miranda Barbosa, Manuel Lopes de Almeida e Mário Brandão da FLUC e Artur Moreira de Sá e Virgínia Rau da FLUL.

de doutoramento, inaugurando um novo período fecundo em termos de produção científica da faculdade³³⁹.

Em inícios de abril de 1972, o do assistente Luís de Oliveira Ramos em História, sob orientação do Dr. António Cruz, na especialidade de História Moderna e Contemporânea perante um júri com os três professores do quadro em Letras e de catedráticos de Coimbra e Lisboa. Cumprida a discussão dos interrogatórios — «Os nacionalismos europeus de 1789 a 1848» e «Caminhos-de-ferro e industrialismo nos Estados Unidos da América» — a tese *O Cardeal Saraiva, em redor de uma figura marcante na consolidação do regime liberal do Portugal Oitocentista* recebeu a classificação máxima de aprovação com distinção e louvor³⁴⁰.

Finalmente, em vésperas de derrube do Estado Novo, foram defendidas as provas académicas de três professores para o grau de doutor em Filosofia, agendadas para finais de março de 1974, tendo como orientador científico comum o Dr. Eduardo Abranches de Soveral e um mesmo júri de pares³⁴¹. Álvaro Penedos optara pela modalidade de estudo crítico com o comentário das obras medievais de *Contra Academios* de Santo Agostinho e *De Ente et Essentia* de S. Tomás de Aquino, tendo como dissertação *O Pensamento Político de Platão: da apologia de Sócrates ao Ménon* no domínio da Filosofia Antiga. Na especialidade de Filosofia Medieval, Maria Cândida Pacheco depois dos pontos de interrogatórios — «Idade Média e Renascimento» e «S. Tomás de Aquino e Aristóteles» — defendeu a tese *São Gregório de Nissa: criação e tempo*. Enquanto, Maria Carmelita Homem de Sousa, entregou para avaliação em Filosofia a dissertação *O Problema da Filosofia Cristã: sobre a essência da Filosofia*, após interrogada nos pontos «Da Gnoseologia à Metafísica» e «Gabriel Marcel».

Todos os candidatos foram avaliados por aprovação com distinção e louvor, no caso das duas professoras por unanimidade do júri académico, num momento em que o Dr. Eduardo Abranches de Soveral «destacou a importância destes actos académicos para a presente fase da Faculdade de Letras da Universidade do Porto»³⁴², que passava assim a poder contar com três novos professores auxiliares no grupo de Ciências Filosóficas.

³³⁹ AUP — *Livro de actos de doutoramento da Universidade do Porto*, vol. 3-5, 1968-1992.

³⁴⁰ *Doutoramento na Faculdade de Letras*. «O Comércio do Porto» (08 abr. 1972), p. 11. O júri nomeado compreendia os professores catedráticos António Cruz e Eduardo Abranches de Soveral, o professor agregado Ferreira de Almeida, Torquato de Sousa Soares da FLUC e Jorge Borges de Macedo da FLUL, presididos pelo reitor Dr. António de Sousa Pereira.

³⁴¹ *Faculdade de Ciências*. «O Primeiro de Janeiro» (27 mar. 1974), p. 4. O Dr. António Cruz e o orientador Dr. Eduardo Abranches de Soveral, os professores catedráticos Délio Santos e Francisco da Gama Caeiro pela FLUL, e da Faculdade Pontifícia de Filosofia de Braga o Pe. Júlio Fragata, antigo incumbido e equiparado a catedrático nesta instituição, que deu lugar a Joaquim Cerqueira Gonçalves da FLUL nas provas de Maria Cândida Pacheco.

³⁴² *Distinção e Louvor para os doutores em Letras*. «Jornal de Notícias» (31 mar. 1974), p. 5.

Embora estes tenham sido os únicos doutoramentos realizados nestes doze primeiros anos, desde 1973, outros assistentes vinham apresentando requerimentos ao conselho escolar para a preparação doutoral, tanto sob a orientação destes professores catedráticos como de outros de instituições portuguesas e além-fronteiras. Num total de sete candidatos em História e três cada em Filologia Românica e Filosofia, dos quais só um não chegou a concluir no pós-revolução, sinal de uma manifesta vitalidade científica e cultural da mais jovem das faculdades portuenses.

10. A COMUNIDADE ESTUDANTIL

A fundação da segunda Faculdade de Letras do Porto ocorreu numa clara conjuntura de mutação da população estudantil universitária em Portugal desde os anos de 1950, ilustrada pelo seu rápido e contínuo crescimento e o aumento da contestação perante um regime autoritário em gradual processo de declínio. Componente integrante e inexpugnável da comunidade académica, cada vez mais se reconhecia a importância do papel dos estudantes nas dinâmicas internas das Universidades, como o comprovam os vários estudos sociológicos sobre a população universitária portuguesa da época, particularmente no decurso dos resultados revelados pelo *Projecto Regional do Mediterrâneo* e a agudização dos movimentos de contestação nos seus círculos.

Estudos que davam azo a um retrato nacional pouco auspicioso sobre a sua evolução, notoriamente «pequena, tanto em dimensão absoluta, como em relação à massa demográfica do país»³⁴³ assolada por diversos problemas: a restrição dos mecanismos sociais no acesso a toda a população, a elevada taxa de feminização, a desarticulação com as necessidades reais do país ou a baixa percentagem de graduações académicas. O seu afluxo crescente ao ensino superior comprometia a eficácia interna e a qualidade pedagógica dessas instituições conduzindo à emergência de uma situação de «crise da Universidade» comum ao cenário internacional.

Considerando tal paradigma, as Faculdades de Letras foram as que mais precocemente tiveram de lidar com esta nova realidade estudantil, uma vez que a explosão escolar no pós-2.ª Guerra não dava sinais de abrandamento e, pela sua oferta educativa ao nível dos cursos professados e saídas profissionais, continuava a atrair um grande número de alunos. Argumento que se revelou proeminente na (re)criação da escola portuense e, que em pouquíssimo espaço de tempo, também sobre ela fez sentir os seus efeitos ao tornar-se a escola mais frequentada da U.Porto.

Realidades que importam conhecer pois, embora uma análise particular da comunidade estudantil de um singular estabelecimento, mas cifrada em mais de nove mil alunos inscritos neste período, o quadro conceptual sugerido não deixará de ser paradigmático sobre a situação do sistema universitário português em fins do Estado Novo.

10.1. UMA CARACTERIZAÇÃO SOCIOACADÉMICA

Na composição da comunidade estudantil da segunda Faculdade de Letras do Porto o enfoque incidiu sobre a situação particular de cada aluno no momento da matrícula na Universidade, isto é, a primeira inscrição para a frequência das diversas

³⁴³ NUNES, 1968b: 12.

cadeiras e cursos universitários³⁴⁴. Ora, apesar de os elementos relativos à identificação pessoal nos processos individuais se confinarem ao nome, data de nascimento, naturalidade e filiação do discente, quando preenchidos na totalidade pelos serviços académicos; o tratamento destes dados permitiu evidenciar as principais matrizes na sua constituição e elaborar um retrato social preliminar dos estudantes desta faculdade portuense.

De imediato, a estrutura pedagógica da escola levanta uma série de obstáculos a esta abordagem pela disparidade cronológica na entrada em funcionamento dos cursos professados e pelas naturezas e finalidades distintas dos mesmos, revelando o confronto entre dois tipos de públicos estudantis que frequentaram a instituição até à Revolução de 1974: os alunos ditos de Letras inscritos nos cursos superiores aqui ministrados, alguns até antes da sua oficialização no Porto; e os alunos do curso de Ciências Pedagógicas, provindos de um conjunto diverso de instituições do ensino médio, superior e universitário.

Os primeiros a frequentarem os bacharelatos e licenciaturas em História, Filosofia, Filologia Românica, Filologia Germânica e Geografia, consubstanciando as finalidades do seu ensino, incluindo o curso de preparação para professores adjuntos do 8.º grupo do ensino técnico profissional, equiparado a curso superior ainda que sem atribuição de diploma universitário. Enquanto em Ciências Pedagógicas, teoricamente a frequentar num único ano letivo para a formação pedagógica na docência, a preparação científica e a situação profissional destes alunos eram extremamente diversificadas, sem estabelecer laços de grande intimidade quotidiana com o universo da comunidade educativa basilar.

Além da impreterível distinção entre estes segmentos estudantis, pontualmente eram admitidos a esta frequência escolar na faculdade os alunos externos, para a realização de disciplinas no seu quadro pedagógico, dispensados do ato da matrícula no caso de inscrição prévia na Universidade³⁴⁵. De igual modo, eram enquadrados nesta categoria extraordinária os requerentes aos exames das disciplinas de Letras, para admissão ao estágio pedagógico no 1.º ciclo preparatório do ensino secundário, entre os indivíduos habilitados com o curso teológico dos Seminários Diocesanos³⁴⁶.

³⁴⁴ Ainda que em termos oficiais as transferências internas entre as faculdades da Universidade ou a inscrição posterior de antigos alunos noutros cursos não fossem identificadas como ato de matrícula, na análise por cursos estas situações foram contempladas como tal, para uma caracterização o mais fidedigna possível das diferentes variáveis. Assim, nos valores totais existe uma sobreposição de dados circunscritos a 100 indivíduos com dupla inscrição em cursos superiores na 2.ª FLUP, excetuando o caso particular do curso de Ciências Pedagógicas, que não comprometem perentoriamente o seu retrato geral ao ocupar uma quota de 2,2%.

³⁴⁵ Muitos destes casos apenas o foram identificados pela sua inclusão na relação de frequência por ano letivo dos alunos da Universidade do Porto, não constando dos processos individuais da 2.ª FLUP. AUP — *Livros de índice de matrículas na Universidade do Porto (1962-1974)*. Além dos cursos comuns às três Faculdades de Letras nacionais, assinala-se um caso de um aluno matriculado no curso de bibliotecário-arquivista, confinado então à FLUC.

³⁴⁶ Despacho de 14 de Fevereiro de 1972. «Diário do Governo II Série», 37 (1972). Alunos compelidos a apresentar certidão de aprovação a uma das disciplinas de Linguística Portuguesa I, História de Portugal ou Geografia de Portugal.

Na realidade, apesar de uma procura avultada deste público específico na escola até ao final do regime autoritário, cifrado em 122 elementos masculinos, a maioria apenas se apresentava para as chamadas a exames, o que torna pouco relevante a sua caracterização entre os demais alunos³⁴⁷.

Em primeiro lugar, apesar do arranque tardio na segunda Faculdade de Letras do Porto dos cursos da secção de Ciências Filológicas, o seu número de matrículas sempre foi superior ao dos restantes cursos superiores da secção de Ciências Históricas, Geográficas e Filosóficas, revelando uma maior procura estudantil desta oferta educativa, esmagadoramente do segmento feminino no seu conjunto. Já os cursos fundadores de História e de Filosofia apresentavam um crescimento escolar mais moderado nos primeiros anos de funcionamento, em correlação com a instituição plena dos seus planos de estudos, registando um ligeiro crescimento da afluência estudantil durante o período marcelista, tendência partilhada com maior representatividade pelo curso de Ciências Pedagógicas.

Um dos atributos com que se identificava já os alunos das Faculdades de Letras, desde meados do século passado, era a preponderância do género feminino na distribuição por géneros, cuja entrada massiva contribuía decisivamente para a explosão escolar vivida nestas escolas. Aliás, um fenómeno comum a todo o tecido universitário português nas últimas décadas do Estado Novo, inclusive um dos mais expressivos em termos internacionais, segundo o cálculo da taxa de feminização, entre 1949-1950 e 1966-1967, «quanto o “estudantado” masculino registou um acréscimo de apenas 143%, o feminino viu-se aumentado em não menos de 600%»³⁴⁸.

Esta realidade não tardou a afirmar-se nesta instituição, onde no caso da licenciatura em História, apenas no ano inaugural o contingente masculino suplantou ligeiramente o feminino com 59 elementos face aos 48 femininos, rapidamente perdido até ao ano letivo de 1968-1969 com uma média global de cerca de 76 novas alunas contra 31 alunos, perfazendo cerca de 70,9% desta amostragem. Até ao final do Estado Novo, esta tendência feminizante do curso permaneceu inalterada, ainda que evidenciando uma gradual aproximação pelo aumento do contingente masculino, que passou a rondar os 39,1% da totalidade.

Pelo contrário, o curso de Filosofia sempre apresentou um maior equilíbrio na distinção entre os géneros ao longo dos doze anos, no qual os alunos representavam cerca 48,1% no cômputo geral. Nos primeiros oito anos letivos do curso a liderança feminina, pontualmente perdida em dois anos, registava uma média

Paradoxalmente, estes alunos não foram considerados na relação da frequência da Faculdade de Letras de 1973-1974, embora vários destes tenham realizado exames neste ano letivo.

³⁴⁷ Como parte destes elementos acabaram por ingressar nos cursos superiores ministrados na 2.ª FLUP, num total de 23 alunos inscritos nos cursos superiores, foram assim alvo desta abordagem da comunidade estudantil.

³⁴⁸ NUNES 1968a: 47.

Quadro 13. Alunos matriculados na 2.ª FLUP (1962-1974) — distinção por género

Ano Escolar	1.ª secção						2.ª secção						3.ª secção						Alunos Externos			Total			
	Filologia Românica		Filologia Germânica		Curso de Professores do 8.º Grupo		História		Geografia		Filosofia		Ciências Pedagógicas		M.	F.	T.	M.	F.	T.	M.		F.	T.	
	M.	F.	M.	F.	M.	T.	M.	F.	M.	T.	M.	F.	M.	F.											T.
1962-1963	—	—	—	1	1	—	59	48	107	—	—	36	39	75	135	158	293	—	—	—	—	—	—	476	
1963-1964	—	1	—	1	1	—	35	62	97	—	—	14	27	41	47	90	137	—	—	—	—	—	—	277	
1964-1965	—	—	—	—	—	—	38	79	117	—	—	20	20	40	48	124	172	—	—	—	—	—	—	329	
1965-1966	—	—	—	—	—	—	20	78	98	—	1	21	36	57	18	85	103	—	—	—	—	—	—	259	
1966-1967	—	—	—	—	—	1	39	90	129	—	—	39	37	76	26	80	106	1	1	2	1	1	2	314	
1967-1968	—	—	—	—	—	3	21	76	97	—	1	14	47	61	32	119	151	—	—	—	—	—	—	314	
1968-1969	—	—	—	1	1	2	34	70	104	—	1	16	26	42	60	162	222	—	—	—	—	—	—	372	
1969-1970	30	137	167	—	—	—	62	83	145	—	1	41	47	88	155	454	609	—	1	1	1	1	1	1011	
1970-1971	30	168	198	—	—	4	57	99	156	—	3	57	42	99	148	563	711	—	—	—	—	—	—	1171	
1971-1972	32	254	286	—	—	2	27	29	73	91	164	1	48	42	90	161	575	736	91	—	—	—	91	1400	
1972-1973	30	207	237	44	472	516	1	10	11	59	112	171	6	24	30	83	64	147	239	598	837	21	—	21	1970
1973-1974	26	206	232	28	299	327	—	3	3	71	117	188	5	25	30	73	72	145	193	467	660	10	—	10	1595
Subtotal	148	973	1121	72	774	846	3	50	53	568	1005	1573	12	59	71	462	499	961	1262	3475	4737	124	2	126	9488

Fonte: AUP — Livros de inscrições e exames — Faculdade de Letras; AUP — Livros de inscrições e exames — Ciências Pedagógicas; AUP — Livros de índice de inscrições na Universidade do Porto

de cerca de mais dez efetivos por comparação com o masculino, traduzida numa ténue superioridade de 16% do conjunto. No entanto, nos últimos quatro anos este retrato foi invertido pelo triunfo do panorama masculinizante, correspondente a 54,3% da sua população escolar, embora com sinais de declínio no ano letivo de 1973-1974. Todavia, esta visibilidade masculina revelava-se um caso díspar no retrato global da faculdade, eventualmente inferindo uma maior diversificação da procura estudantil feminina, em correlação com os novos cursos criados desde finais da década de 1960.

A preponderância feminina entre esta população escolar seria marcada indubitavelmente por essa ampliação da sua estrutura pedagógica, particularmente com a criação da 1.^a secção, como já se adivinhava pelo perfil dos alunos a frequentar as disciplinas equivalentes aos cursos entretanto criados, onde num universo prévio desses 21 estudantes só em Geografia se contava uma excecional presença masculina. Na Filologia Românica, o número total de alunas era praticamente o sexto do contingente dos homens, cuja expressão máxima rondou os 30 elementos nesses cinco anos letivos, contra uma média de 194 alunas que ocupavam mais de 85% do total. O curso de professores adjuntos do 8.^o grupo acompanhava este mesmo cenário, ainda que com menos efetivos matriculados circunscritos a 53 alunos, apenas três eram do sexo masculino e com um peso numérico pouco relevante, correspondente apenas a 5,7%.

Não obstante, pela abertura ao público escolar no ano letivo de 1972-1973 dos cursos de Filologia Germânica e de Geografia, o primeiro conseguiu mesmo assinalar o maior número de alunos matriculados nesses dois anos entre os restantes cursos superiores, com uma média anual de 421 alunos, corroborando a situação avassaladora vivida há mais de duas décadas nas faculdades congêneres³⁴⁹. Estes valores foram principalmente determinados pelo segmento feminino cifrado em 91,5% do total, comprometendo seriamente o contributo do género oposto que nunca chegou a deter meia centena de alunos na sua frequência escolar. Objetivamente mais modesto pela amostragem da sua população escolar, o retrato do curso de Geografia confirmava a derradeira supremacia das alunas no seu seio, também elas com valores quase cinco vezes superiores ao calculado para os colegas masculinos.

Inclusivamente, ao longo dos doze anos de funcionamento do curso de Ciências Pedagógicas a sua maior projeção sempre se deveu ao peso do núcleo feminino, em oposição a pouco mais de um quarto total do sexo masculino, potencializado pelo seu crescimento acentuado com a alteração do seu regime de frequência desde o

³⁴⁹ RODRIGUES, 1962: 4. No ano letivo de 1961-1962, os alunos de Filologia Germânica da FLUL absorviam 50% dos alunos a frequentar a instituição, processo que se afirmara já na década anterior.

ano letivo de 1968-1969, então acessível aos alunos dos bacharelatos e outras instituições do ensino superior. Duas novas realidades parecem ter concedido novo fulgor a este panorama particular até à sua supressão: o crescimento do segmento feminino entre a população do ensino superior, bem como o peso cada vez mais significativo dos alunos dos cursos superiores desta segunda Faculdade de Letras e a respetiva influência nesta taxa de feminização.

Sem descurar a forte propensão feminina entre o universo estudantil nas três secções pedagógicas da escola, no contraste das 6835 alunas face aos 2527 alunos, na realidade o confronto desta caracterização por género revelava precisamente variações na composição das mesmas. Os cursos da 1.^a secção concentraram um número desmesurado de matrículas entre o público feminino, contabilizado num período de dez anos de 1797 alunas (89%) face a apenas 223 alunos (11%), inclusive superando os valores globais da 2.^a secção. Apesar desta última ter sido a única a funcionar ininterruptamente durante todo o período em análise, o domínio feminino nunca foi tão preponderante saldado em 1563 efetivos (60%), demonstrando um maior equilíbrio nesta distribuição ao reunir 1042 alunos masculinos (40%).

Quanto à realidade das Ciências Pedagógicas esta parecia envolver uma convergência das diretrizes das duas primeiras secções, primeiramente com uma frequência feminina dominante em valores anuais moderados, precedendo a sua plena afirmação na transição para os anos 70, num total de 3475 alunas inscritas (73,4%) contra os 1262 masculinos (26,6%). As razões para tal supremacia feminina na população escolar das Faculdades de Letras nacionais há muito que eram alvo de reflexão entre as autoridades académicas, em paralelo com o crescente acesso da mulher ao ensino superior na luta pela sua emancipação socioeconómica e intelectual: «porta aberta para um nível social alto que um curso representa potencialmente»³⁵⁰.

Em 1962, o vice-reitor da Universidade de Lisboa, Dr. Gonçalves Rodrigues, aludia aos problemas da educação e do emprego das alunas na Faculdade de Letras, motivadas na sua procura pelo prestígio e utilidade das línguas estrangeiras no mercado de trabalho e no acesso ao professorado liceal: «uma profissão particularmente adequada à missão educativa da mulher, convenientemente remunerada e, por isso mesmo, prestigiada perante a opinião pública»³⁵¹. Contudo, a morosidade na habilitação académica do diploma universitário e posterior ingresso nos quadros do ensino liceal, suscitava fortes receios pelas muitas alunas que eram obrigadas a

³⁵⁰ *A Rapariga e a Universidade*. «Jornal comemorativo da semana de recepção aos novos alunos da Faculdade de Letras do Porto» (número único de 1964), p. 11.

³⁵¹ RODRIGUES, 1962: 8-9.

desistir dos seus cursos por motivos financeiros e a entrar no mercado de trabalho com a mera frequência universitária.

Outros motivos invocados abrangiam a menor inclinação do sexo masculino para os estudos nas áreas das Ciências Sociais e Humanas em detrimento dos estudos técnicos e científicos, mais propícios ao acesso a profissões de maior prestígio social e capacidade económica do que a carreira docente, áreas em que a integração feminina tradicionalmente enfrentava uma maior resistência da sociedade. Na opinião de Sedas Nunes, este encaminhamento das mulheres para as Faculdades de Letras materializava-se logo à saída dos liceus, em virtude da maior adaptabilidade associada ao seu tipo de ensino, geralmente menos exigente em conhecimentos específicos de base e profissionalmente mais indeterminados, fruindo de mais tempo para decidir o seu futuro profissional³⁵². A tónica dominante que continuava a justificar esta seletividade estudantil era a formação como professores da maior parte destes alunos, imutável perante a passagem dos anos, em oposição à missão de formação de especialistas culturais e científicos nestes domínios do saber.

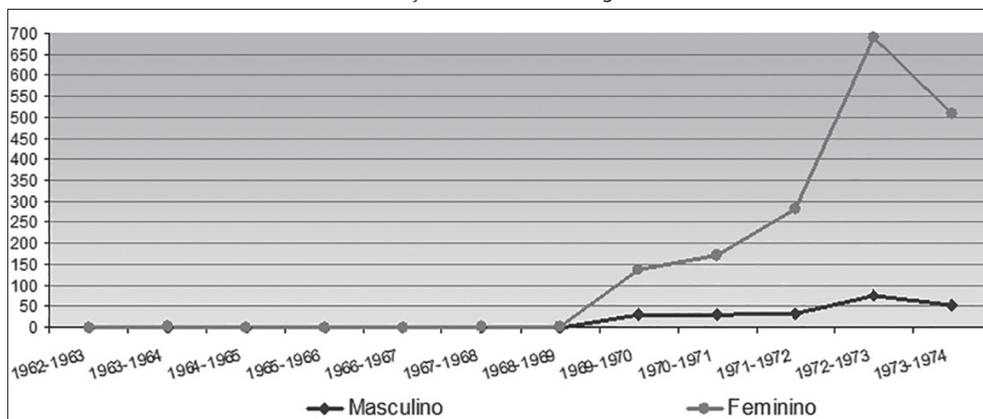
No contexto do perfil etário desta comunidade estudantil, a divergência evidenciada entre os dois universos assumia agora um traço homogéneo caracterizado pela sua juventude, com mais de metade dos estudantes com idades compreendidas entre os 17 e os 25 anos à data da sua matrícula na faculdade. Além desta equiparação entre ambos os segmentos, a tendência abrangia com poucas variações todos os cursos das três secções pedagógicas, naturalmente diferenciados em redor do volume de matrículas e o funcionamento efetivo de cada um dos mesmos. Uma outra variável pertinente era a diversidade dos percursos escolares prévios dos alunos matriculados, desde os alunos saídos dos liceus, os pedidos de transferência entre escolas aos casos de retorno à vida académica, depois de uma interrupção da formação académica pelos mais diversos motivos³⁵³.

Os cursos da 1.^a secção revelavam o maior pendor juvenil na escola portuense com 1502 alunos em idades inferiores aos 25 anos, correspondente a quase 75% da amostragem, logo acompanhado das faixas etárias até aos 35 anos (399 discentes – 19,8%) e muito menos significativo as menções etárias subsequentes (119 – 5,9%). Em Filologia Germânica, a liderança do intervalo etário entre os 17-20 anos pressupõe uma proveniência massiva dos alunos recém-formados nos liceus e de um importante segmento de alunos até aos 25 anos, ocupando mais de um quarto do conjunto, muitos deles transferidos da frequência do curso nas escolas homólogas.

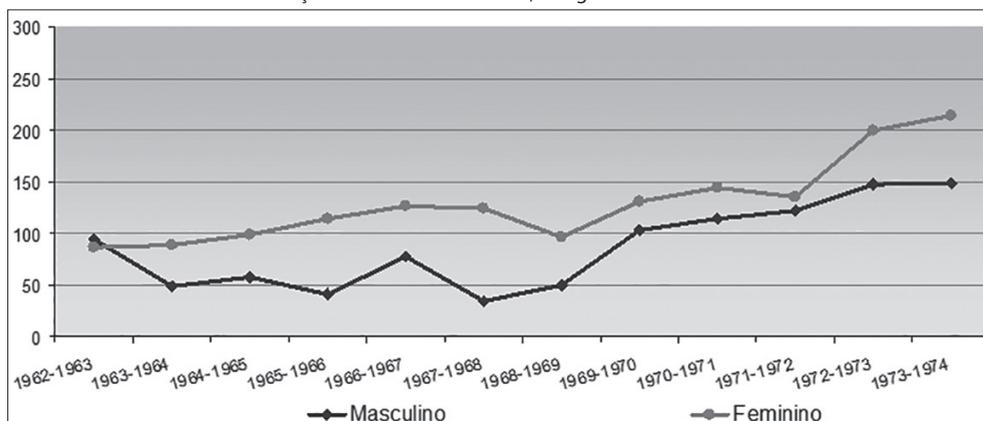
³⁵² NUNES, 1968a: 122-124.

³⁵³ Nesta análise não se coloca o problema da sobreposição nos dados dos estudantes, uma vez que foi calculado a idade no momento de matrícula em cada curso distinto.

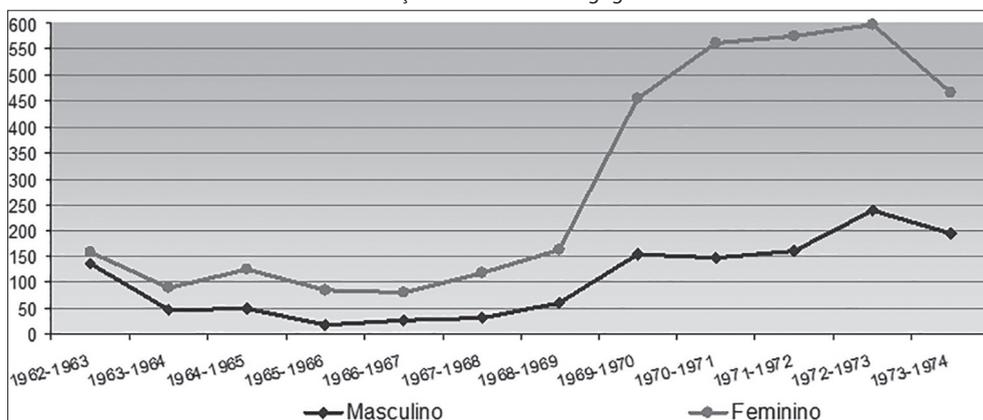
Gráfico 7. Evolução dos alunos matriculados na 2.ª FLUP (1962-1974) — por género
1.ª secção de Ciências Filológicas



2.ª secção de Ciências Históricas, Geográficas e Filosóficas



3.ª secção de Ciências Pedagógicas



Fonte: AUP — Livros de inscrições e exames — Faculdade de Letras; AUP — Livros de inscrições e exames — Ciências Pedagógicas; AUP — Livros de índice de inscrições na Universidade do Porto

As duas faixas etárias mais baixas apresentavam valores mais similares no caso da Filologia Românica, cifrado em 35,6% e 31,8% respetivamente, embora se afirmem com alguma expressão quantitativa os estudantes entre os 26 e os 35 anos, ultrapassando a «idade normal para o ensino superior até aos 27 anos»³⁵⁴. Por outro lado, a proibição de novas matrículas no curso de professores adjuntos do 8.º grupo compreendia um nível etário claramente superior, maioritariamente superior aos 25 anos de idade, dos alunos inscritos para a sua conclusão.

A maior amplitude etária observada nos estudantes da 2.ª secção, a primeira a ter lugar nesta faculdade, jamais comprometeu a consolidação do peso de uma juventude universitária representada por 1729 alunos até aos 25 anos (66,4%) no confronto com o segundo grupo mais numeroso de 759 alunos até aos 40 anos (29%), relegando para um plano inferior as idades mais avançadas. Neste universo, o curso de História era o principal responsável por esta imagem com 68% da sua população escolar com idade menor ou igual aos 25 anos e menos de um quarto enquadrado entre os 26 e os 35 anos, não atingindo as idades acima desses intervalos os 10%.

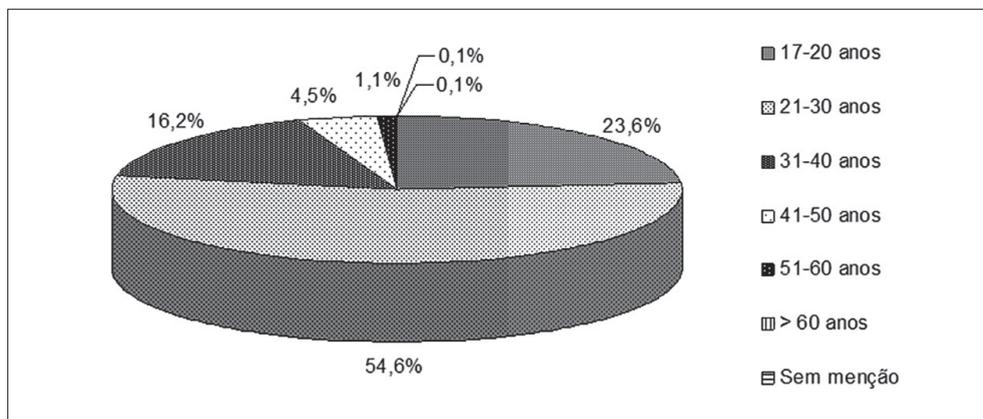
Quadro 14. Distribuição etária dos alunos matriculados na 2.ª FLUP (1962-1974)

Idades	1.ª secção									2.ª secção									3.ª secção			Total
	Filologia Românica			Filologia Germânica			Curso de Professores do 8.º Grupo			História			Geografia			Filosofia			Ciências Pedagógicas			
	M.	F.	T.	M.	F.	T.	M.	F.	T.	M.	F.	T.	M.	F.	T.	M.	F.	T.	M.	F.	T.	
17-20 anos	26	373	399	53	445	498	1	1	2	127	516	643	1	19	20	120	253	373	40	231	271	2206
21-25 anos	27	330	357	4	221	225	1	20	21	148	278	426	3	19	22	115	130	245	276	1612	1888	3184
26-30 anos	28	139	167	5	69	74	—	25	25	129	118	247	6	10	16	101	71	172	360	868	1228	1929
31-35 anos	32	68	100	6	23	29	—	4	4	71	47	118	1	6	7	56	26	82	268	356	624	964
36-40 anos	14	28	42	2	14	16	—	—	—	43	25	68	1	1	2	37	10	47	144	229	373	548
41-45 anos	11	19	30	2	2	4	—	—	—	25	10	35	—	3	3	15	3	18	82	96	178	268
46-50 anos	9	12	21	—	—	—	1	—	1	16	8	24	—	1	1	9	4	13	39	53	92	152
51-55 anos	—	3	3	—	—	—	—	—	—	5	2	7	—	—	—	6	2	8	41	17	58	76
56-60 anos	1	1	2	—	—	—	—	—	—	3	—	3	—	—	—	2	—	2	9	7	16	23
> 60 anos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—	—	—	—	—	—	2	3	5	6
Sem menção	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—	1	—	1	1	3	4	6
Subtotal	148	973	1121	72	774	846	3	50	53	568	1005	1573	12	59	71	462	499	961	1262	3475	4737	9362

Fonte: AUP — *Livros de inscrições e exames — Faculdade de Letras*; AUP — *Livros de inscrições e exames — Ciências Pedagógicas*; AUP — *Livros de índice de inscrições na Universidade do Porto*

³⁵⁴ Por comparação com o percurso considerado «expectável» dos estudantes universitários provindos do ensino secundário aos 18 anos ou prestes a completá-los. NUNES, 1968b: 36.

Gráfico 8. Grupos etários dos alunos matriculados na 2.ª FLUP (1962-1974)



Fonte: AUP — Livros de inscrições e exames — Faculdade de Letras; AUP — Livros de inscrições e exames — Ciências Pedagógicas; AUP — Livros de Índice de inscrições na Universidade do Porto

Em Filosofia, estes valores apontados eram caracterizados por um pequeno decréscimo, dominando igualmente os grupos etários entre os 17 e os 25 anos com 64,3%, fruto da maior representatividade em 26,4% das idades assinaladas entre os 26 aos 35 anos. Estas tendências espelharam-se ainda no novo curso de Geografia, conquanto o peso dos alunos transferidos contrastasse com a idade dos matriculados pela primeira vez no ensino superior.

No respeitante à frequência do curso de Ciências Pedagógicas, a especificidade na sua frequência ditava a supremacia dos alunos nas faixas dos 21 aos 30 anos, transfigurado em 65,8% dos alunos no saldo dos doze anos, e abrangendo os grupos etários seguintes. Com efeito, a maior procura dos alunos a concluir a licenciatura ou recém-licenciados no certificado de estudos exigido para o estágio profissional induzia a uma maior juventude, a par de professores já em exercício docente, comumente com um nível etário mais alto, que retomavam a conclusão do curso para efeitos de progressão na sua carreira profissional. As idades inferiores ou iguais a 20 anos, contabilizadas em somente treze efetivos até ao ano letivo de 1968-1969, despontaram gradualmente com a abertura do curso aos novos bacharéis, também imposto a estes novos agentes de ensino para colmatar as necessidades urgentes do sistema educativo.

O típico aluno desta segunda Faculdade de Letras do Porto destacava-se pela sua juventude no momento do ingresso em qualquer um dos cursos aí professados, quer na faixa entre os 17-20 anos, sinónimo da recente conclusão dos estudos ao nível do ensino secundário, quer no claro domínio do intervalo etário seguinte até aos 30 anos, idades referenciadas como regulares para o ensino superior atendendo à organização da escolaridade no sistema educativo português. Justamente

este retrato influía na totalidade do público discente masculino e feminino com uma pequena diferença na sua distribuição, detendo a liderança entre os homens a menção etária dos 26-30 anos (629 – 24,9%) enquanto a observada nas mulheres compreendia os 21-25 anos (2610 – 38,2%).

A este propósito, a presença de um segmento relevante de alunos com idades superiores a 31 anos, traduzido em 21,8% da amostragem, em parte ilustrava a entrada na escola conjeturada «na procura profissional e procura tardia de estudos superiores e universitários»³⁵⁵. A existência exclusiva do regime do aluno voluntário nas Faculdades de Economia e Letras da U.Porto, dispensado da frequência obrigatória das aulas previstas, acabava por atrair preferencialmente este tipo de estudante de maior idade para a formação académica nas duas escolas, partilhado com o quotidiano de uma atividade profissional, com vista a uma multiplicidade de interesses: o aumento das qualificações literárias, a procura desinteressada do conhecimento ou até o prestígio social de um curso superior. Esta realidade era ainda alimentada pela situação do curso de Ciências Pedagógicas, manifestado pelo número considerável de matrículas de antigos alunos da U.Porto, até à data apenas acessível na deslocação para Coimbra ou Lisboa, o que tinha afastado muitos deles da sua frequência nesses meios académicos.

Se o tratamento da informação respeitante à proveniência geográfica da comunidade estudantil se assume como a mais dúbia na sua caracterização, ao privilegiar os dados da naturalidade sobre os domicílios familiares e a sobreposição dos alunos de Letras matriculados no curso de Ciências Pedagógicas, a imagem aproximada conflui no sentido da preponderância da circunscrição universitária do Porto, acentuando uma área de influência de âmbito regional³⁵⁶.

Em todas as licenciaturas da instituição, a hegemonia dos estudantes naturais de Portugal continental era ilustrada pela partilha de uma hierarquia comum de três distritos com o maior número de alunos: Porto, Braga e Aveiro. O distrito sede da Universidade reunia um total de 2037 discentes, liderado pelo curso de Filologia Germânica (59,7%), Filosofia (47,5%), Geografia (43,7%), História (39,1%) e Filologia Românica (38,4%), perfazendo a quase maioria dos alunos do continente e correspondendo mesmo a um total de 44,6% num total de 4572 elementos, a frequentar os únicos cursos que conferiam o diploma universitário.

Assim, neste panorama particular, os restantes distritos apresentavam resultados menos proeminentes, surgindo unicamente o de Braga com um peso acima de um décimo do conjunto, fruto das 530 matrículas (11,6%), onde dominavam os

³⁵⁵ NUNES, 1968a: 105.

³⁵⁶ O arquivo escolar apenas conserva os boletins de matrículas na 2.ª FLUP para a década de 1970, os quais incluíam os domicílios familiares e o de residência durante o ano letivo, ilustrativos da verdadeira mobilidade geográfica dos seus alunos, em comparação com a análise realizada do campo «naturalidade» no formulário padronizado de matrícula.

naturais dos concelhos de Braga, Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Barcelos, distribuídas entre História (13,3%), Filologia Românica (12,9%), Geografia (11,3%), Filologia Germânica (9,8%) e Filosofia (8,8%). Por seu lado, o terceiro lugar do distrito de Aveiro em Geografia (9,9%, a par de Bragança), História e Filosofia (8,5% cada), Filologia Românica (8,4%) e Filologia Germânica (7%), cingia-se já a 376 elementos (8,2%) encabeçados pelos concelhos limítrofes de Santa Maria da Feira, Arouca e Espinho.

A similaridade abrangia ainda a restante distribuição nos dez distritos mais numerosos em cada um destes cursos onde tinham sempre presença os restantes distritos da circunscrição universitária portuense de Bragança, Vila Real e Viana do Castelo, os de Viseu, Guarda, Lisboa e Coimbra, este último apenas excluído na relação em Filosofia, induzindo a uma maior aproximação geográfica ou ao próprio intercâmbio estudantil com as faculdades congéneres. Por exemplo, considerado o caso do curso de professores adjuntos do 8.º grupo, a ligeira vantagem do distrito de Braga não inviabilizava de todo estas diretrizes na composição geográfica desta comunidade estudantil, corroborando a influência regional da escola.

No conjunto da 1.ª e 2.ª secções pedagógicas imperavam os alunos da zona norte do Portugal continental sobre os restantes distritos, relegados para menos de um quarto do conjunto as demais naturalidades, nos quais só Viseu (186 elementos), Lisboa (146), Guarda (122) e Coimbra (100) superavam as matrículas na ordem das centenas, assegurando o peso da zona centro e da capital no retrato nacional. Os naturais dos arquipélagos insulares aparentavam deslocar-se predominantemente das ilhas dos Açores (58 discentes), embora em número inferior do total de alunos com raízes nas diversas províncias ultramarinas, liderado por Angola (68) e Moçambique (30), inscritos maioritariamente nos cursos de História, Filologia Românica e Filologia Germânica.

Quanto aos alunos estrangeiros com uma supremacia ténue nos cursos da secção de Ciências Filológicas, o contingente de alunos brasileiros era o mais representativo pelas prerrogativas ao nível das matrículas e propinas para a frequência do ensino superior português, ao abrigo das disposições do *Acordo Cultural Luso-Brasileiro de 1941*. Porém, entre as restantes proveniências exteriores, pela análise da sua filiação constatava-se que a quase totalidade destes alunos tinha a sua ascendência em Portugal, com progenitores portugueses ou destes descendentes fixados nos territórios europeu, americano e africano, excetuando os raros casos dos indivíduos de nacionalidade alemã, austríaca, espanhola e italiana.

Em claro paralelismo com esta realidade encontrava-se o curso de Ciências Pedagógicas, não exercendo grande influência na sua disposição geral a inclusão dos 1671 alunos inscritos nos demais cursos da escola. Os distritos continentais mantinham a sua hegemonia (4473 – 94,4%) com o peso esmagador da zona norte

do país, detentora dos cinco lugares de topo pelos distritos do Porto (46%), Braga (10,8%), Aveiro (8,6%), Vila Real (5,5%) e Bragança (4,6%); assegurando Viseu, Guarda e Coimbra a projeção da zona centro (536 – 11,3%) e centrando Lisboa a representação do sul do país (217 – 4,6%).

Nos domínios ultramarinos ampliados com a inclusão de Goa e Timor, as províncias de Angola e Moçambique atestavam a sua vantagem (130 – 2,7%) em detrimento do destaque dos Açores nas ilhas atlânticas portuguesas (80 – 1,7%) e da perda de expressividade das nacionalidades estrangeiras focadas no Brasil (54 – 1,1%).

Quadro 15. Proveniência geográfica dos alunos matriculados na 2.ª FLUP (1962-1974)³⁵⁷

Distritos	1.ª secção			2.ª secção			3.ª secção		Total
	Filologia Românica	Filologia Germânica	Curso de Prof. do 8.º Grupo	História	Geografia	Filosofia	Ciências Pedagógicas		
Portugal Continental									
Aveiro	94	59	3	134	7	82	409	125	788
Beja	4	—	—	4	—	1	8	3	17
Braga	145	83	10	209	8	85	513	202	1053
Bragança	56	24	1	89	7	55	219	84	451
Castelo Branco	11	4	1	11	—	14	42	13	83
Coimbra	32	16	5	37	1	9	110	36	210
Évora	3	2	1	7	1	5	26	9	45
Faro	7	2	1	5	—	2	21	3	38
Guarda	37	8	6	53	2	16	128	47	250
Leiria	8	5	1	10	—	8	26	9	58
Lisboa	36	22	—	49	1	38	121	43	267
Portalegre	8	1	1	9	—	—	22	10	41
Porto	430	505	8	615	31	456	2177	739	4222
Santarém	12	3	1	13	—	8	30	12	67
Setúbal	4	4	—	6	—	3	19	7	36
Viana do Castelo	46	20	4	47	1	34	141	50	293
Vila Real	80	22	6	101	3	65	261	108	538
Viseu	42	26	—	79	3	36	200	76	386
Subtotal	1055	806	49	1478	65	917	4473	1576	8843

³⁵⁷ Os valores apresentados na segunda coluna da 3.ª secção correspondem ao número de alunos procedentes dos cursos da 1.ª e 2.ª secção da 2.ª FLUP.

Distritos	1.ª secção			2.ª secção			3.ª secção		Total
	Filologia Românica	Filologia Germânica	Curso de Prof. do 8.º Grupo	História	Geografia	Filosofia	Ciências Pedagógicas		
Arquipélagos Insulares									
Madeira	2	—	—	7	—	9	27	7	45
Açores	17	7	1	27	1	5	53	20	111
Subtotal	19	7	1	34	1	14	80	27	156

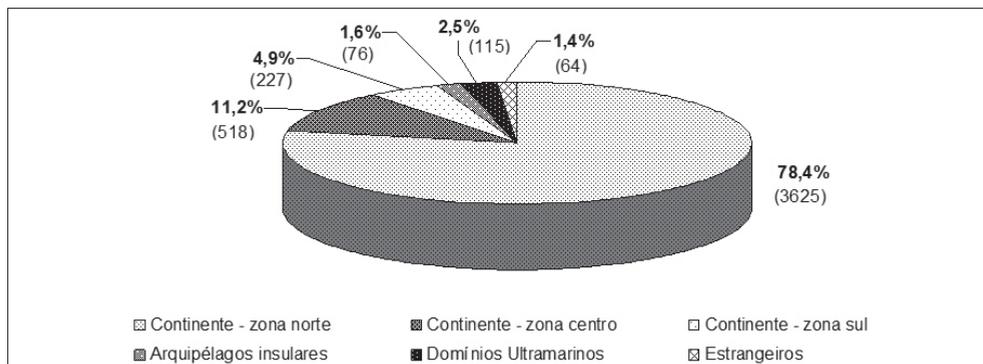
Domínios Ultramarinos									
Angola	12	12	2	28	2	12	74	31	142
Cabo Verde	2	1	—	1	—	1	2	1	7
Goa	—	—	—	—	—	—	2	—	2
Guiné-Bissau	3	1	—	—	—	—	6	3	10
Macau	1	2	—	2	—	1	1	1	7
Moçambique	6	5	—	14	—	5	43	12	73
São Tomé e Príncipe	—	1	—	1	—	—	1	—	3
Timor	—	—	—	—	—	—	1	—	1
Subtotal	24	22	2	46	2	19	130	48	245

Estrangeiros									
Alemanha	—	1	—	—	—	—	1	—	2
Áustria	1	—	—	—	—	—	1	—	2
Brasil	6	6	—	6	—	6	24	6	48
EUA	—	1	—	1	—	1	2	—	5
Espanha	—	—	—	2	1	2	5	1	10
França	3	—	—	1	—	—	3	1	7
Guiné Equatorial	1	—	—	1	—	—	1	1	3
Índia	—	—	—	—	—	—	1	—	1
Itália	—	—	—	1	—	—	—	—	1
Marrocos	2	—	—	—	—	—	2	2	4
Rep. Dem. Congo	5	1	1	2	2	1	9	5	21
Suécia	—	1	—	—	—	—	—	—	1
Suíça	—	—	—	—	—	1	—	—	1
Venezuela	3	1	—	—	—	—	3	3	7
Sem menção	—	—	—	—	—	—	1	1	1
Subtotal	23	11	1	15	3	11	54	20	118

Subtotal	1121	846	53	1573	71	961	4737	1671	9362
-----------------	-------------	------------	-----------	-------------	-----------	------------	-------------	-------------	-------------

Fonte: AUP — Livros de inscrições e exames — Faculdade de Letras; AUP — Livros de inscrições e exames — Ciências Pedagógicas; AUP — Livros de índice de inscrições na Universidade do Porto

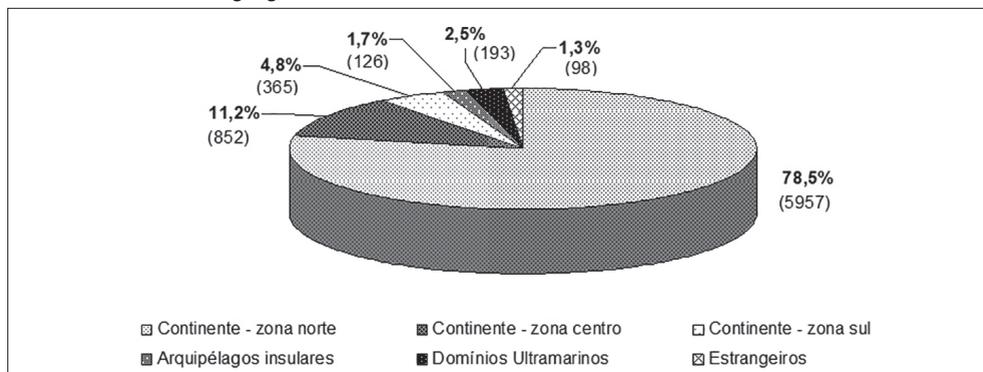
Gráfico 9. Proveniência geográfica dos estudantes matriculados na 1.ª e 2.ª secção pedagógica (1962-1974)³⁵⁸



Fonte: AUP — *Livros de inscrições e exames — Faculdade de Letras*; AUP — *Livros de inscrições e exames — Ciências Pedagógicas*; AUP — *Livros de índice de inscrições na Universidade do Porto*

A real polarização geográfica dos 7591 estudantes matriculados na segunda Faculdade de Letras do Porto nada mais concorria do que a comprovar verdadeiramente a hegemonia dos distritos da então metrópole portuguesa, correspondente a 94,5% deste universo. A circunscrição universitária do Porto era a principal responsável por esta visibilidade máxima com todos os distritos da zona norte a figurar nos dez primeiros lugares, absorvendo o próprio distrito do Porto a quase metade dos efetivos (3431 – 45,2%) e surgindo os distritos de Braga (841 – 11,1%) e Aveiro (665 – 8,8%) nos restantes lugares cimeiros.

Gráfico 10. Proveniência geográfica real dos alunos da 2.ª FLUP (1962-1974)³⁵⁹



Fonte: AUP — *Livros de inscrições e exames — Faculdade de Letras*; AUP — *Livros de inscrições e exames — Ciências Pedagógicas*; AUP — *Livros de índice de inscrições na Universidade do Porto*

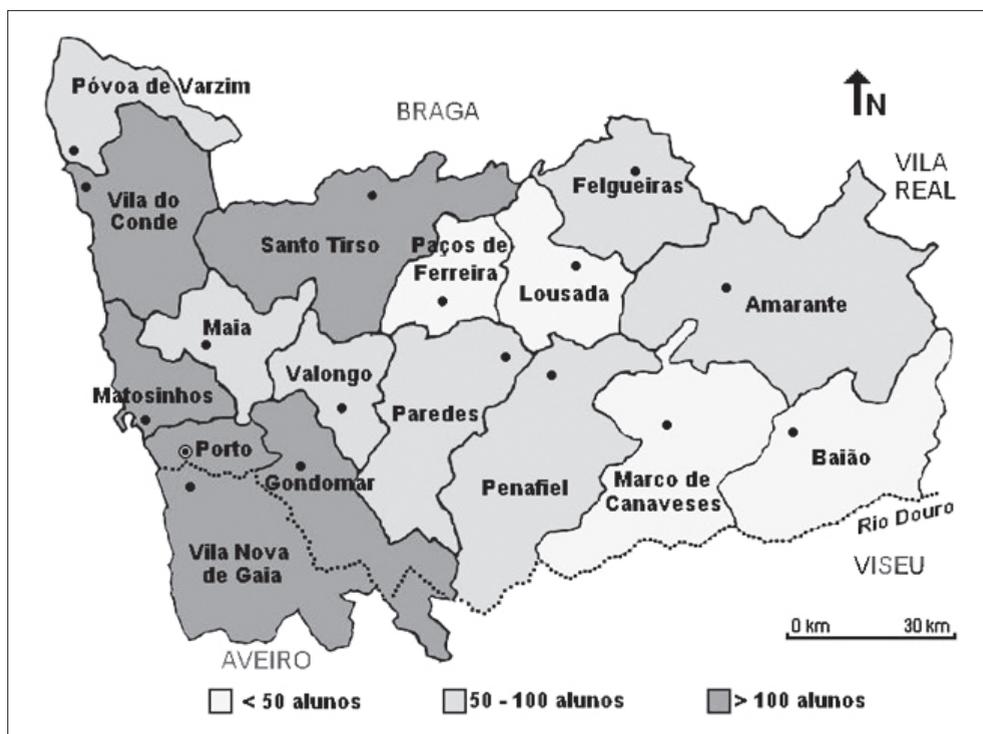
³⁵⁸ Os valores apresentados na segunda coluna da 3.ª secção correspondem ao número de alunos procedentes dos cursos da 1.ª e 2.ª secção da 2.ª FLUP.

³⁵⁹ A análise compreendeu a exclusão dos 100 alunos com dupla matrícula nos cursos superiores da 2.ª FLUP e dos alunos da escola matriculados no curso de Ciências Pedagógicas.

Deste modo, a tomar como paradigma para a própria U.Porto, era manifesto um maior acesso ao ensino superior de alunos oriundos, quer das zonas geográficas mais próximas pelos casos dos concelhos portuenses e dos de Entre Douro e Vouga no distrito aveirense (356 – 54,4%), quer dos distritos com maior dinâmica económica, exemplificado pelo peso determinante das cidades do Porto, Braga e Guimarães (152 – 18,1%). Uma vez mais, os distritos de Viseu (305 – 4%), Guarda (200 – 2,6%) e Coimbra (174 – 2,3%) eram decisivos para o maior peso da zona centro com mais do dobro dos estudantes provindos da zona sul, na qual unicamente Lisboa ultrapassava a meia centena de matrículas (222 – 2,9%), aludindo a uma frequência estudantil resultante de uma maior proximidade geográfica e/ou de processos de transferência para a escola portuense.

As províncias africanas de Angola e Moçambique (107 – 1,4% e 61 – 0,8%, respetivamente) consolidavam a representação do Ultramar português, enquanto os Açores surtiem idêntico papel entre os arquipélagos insulares (89 – 1,2%), sem o conjunto de

Mapa 1. Distribuição geográfica real dos alunos naturais dos concelhos do distrito do Porto da 2.ª FLUP (1962-1974)³⁶⁰



³⁶⁰ Respeitando a definição territorial em vigor na época não foi individualizado o atual concelho da Trofa do quadro geográfico de Santo Tirso. Convém voltar a recordar que a naturalidade não era sinónimo de residência efetiva, podendo estes resultados não se coadunarem à plenitude do panorama apresentado.

ambos atingir os 5% da totalidade. No seio do contingente de alunos estrangeiros com escassa representatividade e dominado pelo Brasil (42 – 0,6%), a composição exclusiva de filhos de cidadãos portugueses nos naturais da República Democrática do Congo, Venezuela, EUA, Guiné Equatorial ou da República Centro-Africana não deixa de indiciar toda esta imprecisão na abordagem do tópico das naturalidades.

Assim, o panorama da segunda Faculdade de Letras corroborava a situação de um «Porto como Universidade de âmbito mais propriamente regional»³⁶¹ no cenário universitário nacional, em contraste com a influência nacional dos núcleos de Lisboa e Coimbra, desde inícios dos anos de 1960. A elevada procura dos alunos naturais do distrito do Porto era preponderante na construção desta imagem e observada pela sua primazia na quase totalidade dos cursos professados, revelando uma análise mais detalhada importantes variações na distribuição geográfica pelos seus concelhos. Só o concelho sede do distrito e da escola congregava o maior conjunto de alunos matriculados na escola com 2043 matrículas, ocupando mais de metade deste segmento portuense (59,5%) e sobressaindo sobre os demais concelhos com contornos menos significativos.

Singularmente, os três concelhos seguintes de Vila Nova de Gaia (298 – 8,7%), Matosinhos (158 – 4,6%) e Gondomar (124 – 3,6%) confinavam com a cidade do Porto, partilhando com Santo Tirso (110 – 3,2%) e Vila do Conde (101 – 2,9%) mais de uma centena de discentes matriculados. A propensão para esta proximidade geográfica era acentuada na sequência da Póvoa de Varzim (94 – 2,7%), Amarante e Penafiel (72 e 71 respetivamente – 2,1% cada), Maia (62 – 1,8%), Paredes (54 – 1,6%), Felgueiras e Valongo (52 e 51 – 1,5% cada), desvirtuando o peso dos concelhos do interior de Paços de Ferreira (44 – 1,3%), Marco de Canaveses (38 – 1,1%), Lousada (32 – 0,9%) e Baião (27 – 0,8%).

Com a devida ressalva às características demográficas e económicas de cada região, este quadro geográfico parecia aludir a um maior acesso a este meio universitário dos naturais da faixa atlântica num foco dinamizador constituído pela cidade do Porto e os concelhos em seu redor, denotando-se um decréscimo gradual do quantitativo estudantil em direção ao interior do distrito. Eventualmente, a modesta densidade da rede de transportes da época e as implicações financeiras com o alojamento e subsistência fora do agregado familiar, na deslocação de parte da população escolar para esta cidade durante o período escolar, estariam entre as principais razões para compreender esta realidade.

Intrínseco ao ensaio desta caracterização social do estudante universitário era a inter-relação destes resultados com outras variáveis que se imiscuíam irreversível-

³⁶¹ NUNES, 1968a: 135. Comparação dos dados relativos à frequência discente nas três Universidades portuguesas nos anos letivos de 1953-1954 e de 1963-1964.

mente na sua representação. Uma das mais importantes e não passível de se aferir pela qualidade da informação disponível respeitava ao meio social e familiar do aluno, reveladora das reais possibilidades económicas familiares, da escolaridade dos progenitores, da pressão ou cooperação do núcleo familiar na prossecução de um diploma universitário; quer como estratégia de reprodução social ou da sua mobilidade no sentido ascendente.

Todavia, os estudos sociológicos da época delineavam um mesmo retrato para todos os meios universitários portugueses como reprodutores dos quadros sociais vigentes, favorecendo o acesso aos alunos procedentes dos grupos com maior nível de instrução e das classes mais elevadas e médias-altas sobre as da base na hierarquia social. A conjugação do nível económico do agregado familiar e a disparidade geográfica condicionava decisivamente a frequência escolar, já que não era compatível para todas as famílias suportar o custo financeiro que representava uma deslocação para o prosseguimento dos estudos superiores. No fundo, o espaço da Universidade limitava-se a dar maior visibilidade a estas questões que já pautavam os níveis antecedentes no sistema educativo nacional, cenário do qual não se afastaria muito a realidade desta escola portuense.

Quadro 16. Percursos escolares dos alunos matriculados na 1.ª e 2.ª secção pedagógica³⁶² (1962-1974)

Cursos	Transferidos	2.ª Matrícula	Outros	Total
Filologia Românica	319	144	658	1121
Filologia Germânica	157	46	643	846
Curso de Professores do 8.º Grupo	36	17	—	53
História	337	125	1111	1573
Geografia	17	22	32	71
Filosofia	149	205	607	961
Subtotal	1015	559	3051	4625

Fonte: AUP — *Livros de inscrições e exames — Faculdade de Letras*; AUP — *Livros de inscrições e exames — Ciências Pedagógicas*; AUP — *Livros de índice de inscrições na Universidade do Porto*

Uma outra razão justificativa prendia-se com os percursos escolares prévios de grande parte desta comunidade estudantil fomentando uma aceção mais objetiva sobre o perfil social dos seus elementos, que o conhecimento dos processos de transferências não deixa antever na sua plenitude, assunto abordado em diante. Em termos administrativos só eram ratificados os pedidos de transferências dos alunos inscritos no ano letivo anterior numa das quatro Universidades nacionais, ampliado em 1968 com a elevação das Universidades de Luanda e Lourenço Marques.

³⁶² A categoria «Outros» inclui todos os restantes alunos, constituída pelos matriculados pela primeira vez no ensino superior e os casos em que não foi possível determinar os percursos escolares prévios por omissão das fontes. No cenário das «2.ª Matrículas», pela imprecisão dos dados, não foi possível confrontar os alunos com frequência universitária interrompida ou concluída, à exceção dos alunos da 2.ª FLUP.

Por lei não podiam ser contemplados os antigos alunos que tinham interrompido os cursos por mais de um ano ou os matriculados em outras instituições do ensino superior nacionais e estrangeiras. Mas, sancionado o regime de equivalência de disciplinas entre planos de estudos, a apresentação da certidão das disciplinas aprovadas no percurso curricular permitiu complementar este panorama, ilustrando a anterior frequência do ensino superior aquando do acesso aos cursos nesta instituição.

Ora, no universo dos alunos ingressados nos cursos superiores da segunda Faculdade de Letras, validado pelo pedido de transferência ou pelo reconhecimento de inscrições anteriores, um conjunto de 1574 elementos (34%) passara já pela frequência escolar em estabelecimentos do ensino congéneres. O curso de professores adjuntos do 8.º grupo sobressaía na análise pela interdição de novas matrículas à data do seu pleno funcionamento, no âmbito do grupo de Filologia Românica, ditando o funcionamento em exclusivo para os alunos transferidos das faculdades congéneres ou com inscrição prévia no mesmo para a sua conclusão.

A maior distinção nos segmentos estudantis provindos do ensino liceal ou do ensino superior envolvia os cursos de Geografia (54,9%) e de Filologia Românica (41,3%), tendência que se verificava igualmente nos restantes cursos superiores, onde apenas em Filologia Germânica não abrangiam mais de um quarto dos discentes matriculados. De um modo geral, esta realidade determinava algumas das linhas da caracterização social dos alunos, quer na diversidade dos níveis etários, quer nas proveniências geográficas alimentadas pela mobilidade estudantil entre as três faculdades.

Relativamente aos estudantes com uma segunda matrícula no ensino superior após interregno ou conclusão de um primeiro curso, ainda que o seu peso não fosse o mais acentuado (12,1%), um melhor conhecimento das suas trajetórias individuais ilustrava a multiplicidade das áreas de formação académica deste tipo de estudante ingressado na escola³⁶³. As certidões de aprovação das disciplinas nos seus antigos planos de estudos evidenciavam o domínio claro das áreas do saber professadas no quadro das Faculdades de Letras nacionais, correspondendo a 57,4% da amostragem, pressupondo para a maioria um retomar dos cursos após a sua interrupção por um período de tempo mais ou menos prolongado³⁶⁴.

Da Faculdade de Letras de Coimbra chegava o grupo mais numeroso com o dobro dos efetivos face às restantes instituições dedicadas ao ensino das Ciências Sociais e Humanas, em parte devido à forte representatividade dos alunos oriundos da zona norte nos seus cursos ao longo dos anos, atraídos pela proximidade geo-

³⁶³ Situação que não se verificava no caso dos pedidos de transferência onde apenas era assinalado o curso pretendido no ato de matrícula na 2.ª FLUP, possibilitando unicamente pela informação das disciplinas realizadas antever os cursos frequentados.

³⁶⁴ Entre os alunos da 2.ª FLUP matriculados na frequência de um segundo curso superior, a maioria desistiu da sua frequência logo no primeiro ano ou nos anos imediatos. Excetuando o caso do curso de professores adjuntos do 8.º grupo, nos restantes cursos apenas dois alunos foram habilitados com um segundo grau académico.

gráfica da nova escola portuense no regresso ao ensino superior. Na mesma linha, o fator geográfico poderia ser um dos motivos para o menor peso dos antigos alunos da escola de Lisboa, pelo menos até à criação da secção de Ciências Filológicas, do qual se aproximava já o intercâmbio interno dos alunos na segunda Faculdade de Letras do Porto, significativo entre os cursos fundadores de História e Filosofia pela similaridade dos *currícula* e o regime de equivalências entre disciplinas, particularmente neste último pelo grande volume de segundas matrículas.

Peculiarmente, no primeiro ano letivo da nova escola constavam ainda três matrículas masculinas de antigos estudantes da primeira Faculdade de Letras do Porto, aparentemente simbólicas visto nenhum ter prosseguido estudos no ano seguinte. A presença estrangeira estava associada a alunos dos cursos de História Eclesiástica e Filosofia, inclusive sendo três licenciados pelas Universidades Pontifícias de Roma e Salamanca.

Quadro 17. Percursos escolares dos alunos com 2.ª matrícula na 1.ª e 2.ª secção pedagógica (1962-1974)

Áreas de Cursos do Ensino Superior	1.ª secção			2.ª secção			Total
	Filologia Românica	Filologia Germânica	Curso de Prof. do 8.º Grupo	História	Geografia	Filosofia	
Cursos de Letras							
FLUC	71	27	12	34	7	22	173
FLUL	30	12	4	10	—	12	68
1.ª FLUP	—	—	—	2	—	1	3
2.ª FLUP	15	3	—	10	2	35	65
Instituições estrangeiras	1	—	—	1	—	2	4
Sem menção	3	—	1	1	—	3	8
Subtotal	120	42	17	58	9	75	321
Outros cursos superiores							
Belas Artes	—	—	—	6	—	3	9
Ciências	1	—	—	4	9	7	21
Ciências da Educação	—	—	—	—	—	1	1
Direito	2	—	—	17	—	5	24
Economia	—	1	—	4	3	2	10
Engenharia	—	—	—	4	—	5	9
Farmácia	1	1	—	1	—	5	8
Filosofia	6	—	—	1	—	71	78
Magistério Primário	1	—	—	2	—	—	3
Medicina	1	1	—	3	—	2	7
Serviço Social	1	—	—	10	—	11	22
Teologia	11	1	—	15	1	18	46
Subtotal	24	4	—	67	13	130	238
Total	144	46	17	125	22	205	559

Fonte: AUP — *Livros de inscrições e exames — Faculdade de Letras*; AUP — *Livros de inscrições e exames — Ciências Pedagógicas*; AUP — *Livros de índice de inscrições na Universidade do Porto*

A segunda área do saber com maior projeção enquadrava-se igualmente no domínio das Ciências Sociais e Humanas pelo peso dos alunos providos da Faculdade Pontifícia de Filosofia de Braga, que seria integrada na recém-fundada Universidade Católica Portuguesa em 1967, que procuravam complementar a sua formação académica de base em Filosofia (78 – 14%). Não obstante o reconhecimento dos seus cursos superiores filosófico-humanísticos e filosófico pelo ministério de Educação Nacional, em termos de saída profissional na carreira docente eles eram restritos ao ensino particular ou ao provimento na categoria de professor eventual no ensino oficial, até à reorganização do ensino superior pelo ministério de Veiga Simão. Deste modo, a partir do ano letivo de 1969-1970, a equivalência entre disciplinas e o acesso ao grau de bacharel em Filosofia pelos alunos diplomados por Braga, após aprovação num conjunto de exames do respetivo curso de Letras, ilustrava a concentração deste público no meio académico portuense, beneficiado até pela curta distância entre as duas cidades para muitos cursarem as licenciaturas ministradas³⁶⁵.

Entre os restantes cursos superiores conquistavam ainda algum destaque os cursos de Teologia dos seminários diocesanos e das Universidades Pontifícias estrangeiras, exclusivos a um núcleo masculino geralmente com um nível etário mais alto (46 – 8,2%), uma parte considerável de antigos alunos das Faculdades de Direito (24 – 4,3%), de diplomados pelos Institutos Superiores de Serviço Social (22 – 3,9%) e dos estudantes das Faculdades de Ciências (21 – 3,8%), estes últimos sobretudo no novo curso de Geografia pela complementaridade temática nos dois primeiros anos.

A maturidade da secção de Ciências Históricas, Geográficas e Filosóficas acabava por ser determinante na maior diversidade das procedências escolares nos seus cursos, no confronto com o domínio dos cursos de Letras na 1.ª secção, enquanto que no universo destes alunos matriculados com experiência universitária, as Universidades de Coimbra e do Porto garantiam um peso numérico significativo de 45,1%. Na primeira, a maior afluência estudantil advinha das Faculdades de Letras e de Direito com 189 antigos alunos, superiorizando-se ao Porto onde a soma das seis faculdades contabilizava os 118 elementos, com o protagonismo na segunda Faculdade de Letras, ao qual se poderia acrescentar neste cenário a presença da Escola Superior de Belas Artes da cidade³⁶⁶.

O curso de Ciências Pedagógicas encerrava a verdadeira valência dos trajetos curriculares do público estudantil, independentemente das habilitações académicas ou dos processos de transferências, ao permitir o ingresso a todos os indivíduos diplomados ou a frequentar o ensino superior, inclusive no preceito de matrícula

³⁶⁵ Despacho de 13 de Agosto de 1970. «Diário do Governo II Série», 187 (1970).

³⁶⁶ Na Universidade de Coimbra os 173 alunos da FLUC e os 14 da FDOC, bem como dois não referenciados na faculdade de origem. Já na Universidade do Porto, além dos alunos inscritos nas 1.ª e 2.ª FLUP(s), provinham 19 estudantes da FCUP, 9 da FEUP e FEP cada, 7 da FFUP e 6 da FMUP.

simultânea em duas Universidades, interdito no panorama dos cursos superiores³⁶⁷. A nova conjuntura em finais da década de 1960 pelas necessidades de recrutamento de pessoal docente augurou não só o aumento da sua frequência no quadro do estabelecimento, mas também a diversidade científica que sempre caracterizara a heterogeneidade reconhecida a esta população escolar.

Desde a sua abertura na Faculdade de Letras, como resposta à elevada procura dos estudantes universitários do meio portuense, este foi o seu principal público-alvo ao longo dos doze anos de funcionamento, pela presença avassaladora dos 3220 alunos da U. Porto cifrado em 68,8%. Apesar de um quantitativo mais modesto, mas ininterrupto em processos de matrículas em todos os anos letivos, a Escola Superior de Belas Artes do Porto foi mesmo o segundo estabelecimento educativo mais representado nos três primeiros anos, inferindo uma procura considerável da carreira docente como futuro profissional entre os seus graduados (308 – 6,5%).

Já o conjunto dos outros cursos superiores ganhou contornos acentuados, a partir do ano letivo de 1969-1970, em consequência do alargamento da base de recrutamento de docentes promovido pelo ministério de Veiga Simão a concorrer à obtenção deste certificado de estudos, que atingiu a sua expressão máxima passados dois anos (347 – 7,3%). Daí a menção aos alunos da Faculdade Pontifícia de Filosofia de Braga, aos habilitados com os cursos de Teologia até pelo acesso ao ensino no 1.º ciclo preparatório do ensino secundário, de Serviço Social, Engenharias, Magistério Primário ou de Educação Física. Porém, as duas áreas que mais consolidavam esta afirmação eram as dos alunos provenientes dos cursos de Letras e de Ciências dos meios académicos de Coimbra e Lisboa, novamente liderado pela primeira, conquistando a quase totalidade dos mesmos com quase 80% e revelando a forte propensão na formação para a docência entre os seus públicos escolares.

Considerando a evolução da distribuição da frequência escolar entre as faculdades da U.Porto era igualmente perceptível a preponderância da Faculdade de Ciências e a segunda Faculdade de Letras, marcada por uma rutura explícita das suas influências no ano letivo de 1967-1968. Nos primeiros cinco anos do curso de Ciências Pedagógicas, os alunos de Ciências apresentavam o maior ritmo de crescimento de todas as instituições do ensino superior, com o triplo de matrículas proporcionado por uma média de 57 alunos por ano, quebrado pelo ingresso dos estudantes dos novos cursos de Letras. No entanto, o seu peso continuou a ser um dos mais elevados pelo acesso dos alunos nos bacharelatos dos cursos professados, entrando em gradual declínio

³⁶⁷ Nesta abordagem foi considerado o critério da frequência prévia do ensino superior sobre a dos processos de transferência, muito mais abrangente sobre o perfil escolar do estudante de Ciências Pedagógicas. O caso mais paradigmático para esta opção prende-se com a situação dos alunos da U.Porto, matriculados neste curso nas FLUC e FLUL, que nos primeiros anos congregava grande parte destes pedidos de transferência, assinalando-se na matrícula o seu percurso académico precedente na instituição.

Quadro 18. Percursos escolares dos alunos matriculados no curso de Ciências Pedagógicas (1962-1974) — 3.ª secção pedagógica

Cursos do Ensino Superior	Anos Letivos														Total
	1962-1963	1963-1964	1964-1965	1965-1966	1966-1967	1967-1968	1968-1969	1969-1970	1970-1971	1971-1972	1972-1973	1973-1974			
Alunos da Universidade do Porto															
Ciências	92	44	60	42	49	40	40	134	175	75	69	35	855		
Medicina	33	18	15	11	11	10	10	21	21	22	66	29	267		
Engenharia	16	3	5	1	—	3	5	10	18	17	28	26	132		
Farmácia	22	10	2	5	2	3	8	7	13	48	36	31	187		
Economia	10	3	7	3	1	5	5	10	12	19	19	24	118		
Letras	5	3	5	4	15	49	103	244	265	323	372	283	1671		
Subtotal	178	81	94	66	78	110	171	426	504	504	590	428	3230		
Alunos da Escola Superior de Belas Artes do Porto															
Belas Artes	41	18	18	8	9	3	7	33	48	51	35	37	308		
Alunos de outros cursos ensino superior															
Belas Artes	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	2		
Ciências	—	—	—	1	—	—	—	1	11	37	1	12	63		
Curso do Exército	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1		
Direito	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	2		
Economia	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	2	4		
Educação Física	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1		
Engenharia	—	—	—	—	1	—	—	—	—	5	2	2	10		
Farmácia	1	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	3		
Filosofia	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	9	9	19		
Letras	2	—	—	3	—	—	1	1	26	96	4	81	214		
Magistério Primário	—	—	—	—	—	—	—	—	4	3	—	—	7		
Medicina	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1		
Serviço Social	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4	—	6	10		
Teologia	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	8	10		
Subtotal	4	—	—	4	1	—	1	2	41	152	19	123	347		
Sem menção	70	38	60	25	18	38	43	148	118	29	193	72	852		
Total	293	137	172	103	106	151	222	609	711	736	837	660	4737		

Fonte: AUP — Livros de inscrições e exames — Faculdade de Letras; AUP — Livros de inscrições e exames — Ciências Pedagógicas; AUP — Livros de índice de inscrições na Universidade do Porto

com a criação do ramo autónomo de formação educacional em 1971, dispensando estes alunos da frequência do curso de Ciências Pedagógicas.

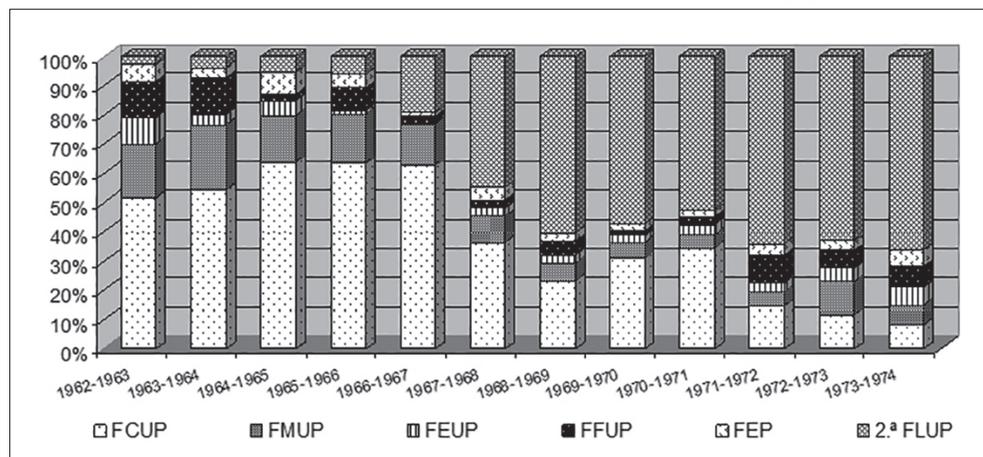
Por seu lado, a presença da segunda Faculdade de Letras mostrou-se extremamente reduzida até à inauguração do 5.º ano das licenciaturas em História e Filosofia em 1966-1967, momento em que a conclusão dos cursos aconselhava a conquista desta certidão de estudos para o futuro profissional, garantido o crescimento contínuo do seu contingente discente esta primazia no acesso ao curso de Ciências Pedagógicas até à supressão no pós-revolução. Outros três motivos sublinharam a difusão desta procura estudantil: o seu funcionamento nas instalações da faculdade na conciliação com o horário escolar dos cursos superiores destes alunos, a equivalência entre disciplinas dos *curricula* e a transdisciplinaridade nas temáticas abordadas e o alargamento da sua frequência aos bacharelatos e às novas licenciaturas criadas.

Os interesses divergentes dos alunos das outras quatro faculdades da U.Porto não pareciam coincidir na obtenção desta certidão de estudos como entre o público de Ciências e Letras, sendo bastante frequente as inscrições em parte das cadeiras instituídas e as desistências da conclusão do curso, uma vez que nas áreas tradicionais de empregabilidade o mesmo não era requisitado. Os quantitativos destes efetivos sempre foram diminutos absorvendo no contexto interno apenas 21,8% dos atos de matrículas, mas mais expressivos numericamente em Medicina e Farmácia em detrimento da Engenharia e de Economia, onde o número de novos alunos nunca chegou à meia centena ao longo do período em análise.

Considerando o prolongamento do curso de Ciências Pedagógicas nestes moldes nos anos imediatos ao processo revolucionário em curso, dificilmente se vislumbrariam alterações de vulto neste cenário perante o crescente protagonismo da segunda Faculdade de Letras, que reunia a maior população universitária portuense desde o início da década de 1970. A entrada dos novos alunos dos bacharelatos em Filologia Germânica e Geografia potencializaria esta afluência interna, especialmente pela elevada frequência estudantil do primeiro, em correlação com o aumento escolar em todo o ensino superior português.

Em suma, todos estes aspetos retidos na sua globalidade condiziam cabalmente com a caracterização de um dos docentes da escola no início de um novo ano letivo: «alunos maioritariamente feminino, boas condições económicas em geral e maioria portuenses de nascimento e estudos»³⁶⁸. Uma análise muito linear do apoio social sugeria a correspondência com este segundo tópico ao revelar que apenas cerca de um quarto dos estudantes usufruiu, pelo menos num ano letivo ao longo da sua vida académica, de benefícios no pagamento das importâncias associadas à frequência

³⁶⁸ AFLUP — *Livro de sumários de Literatura Portuguesa I (1971-1972)*.

Gráfico 11. Distribuição dos alunos da U.Porto matriculados no curso de Ciências Pedagógicas (1962-1974)

Fonte: AUP — *Livros de inscrições e exames — Faculdade de Letras*; AUP — *Livros de inscrições e exames — Ciências Pedagógicas*; AUP — *Livros de índice de inscrições na Universidade do Porto*

escolar através de bolsas de estudo, isenções ou reduções de propinas atribuídas em casos de insuficiência económica do agregado familiar³⁶⁹.

Não será de mais relembrar que esta reconstituição do perfil social e académico do estudante nos primeiros anos da segunda Faculdade de Letras do Porto assume-se como um primeiro ensaio sociológico para uma comunidade em contínua mutação e transfigurado nesse processo por linhas de força que as fontes documentais não permitiram aflorar, dando azo a outras tantas reflexões sobre os seus significados na sua dinâmica organizacional.

10.2. FREQUÊNCIA E MOBILIDADE ESTUDANTIL

As diversas particularidades no panorama da frequência e mobilidade escolar ao longo dos anos letivos possibilitam ilustrar parte das extrapolações sintetizadas, no seu cruzamento com a caracterização socioacadémica, ainda que pela complexidade no tratamento dos dados se assuma prioritariamente como uma abordagem global. A outro nível o crescimento da população discente da segunda Faculdade de Letras permite inferir a sua gradual consolidação no seio da U.Porto e no confronto com as idênticas Faculdades de Coimbra e Lisboa neste âmbito.

Em primeiro lugar, surge pertinentemente a realização dos exames de aptidão exigidos aos candidatos a ingressar pela primeira vez no meio universitário, a complementar os percursos académicos associados a processos de transferência ou

³⁶⁹ Pela amostragem dos *Livros de inscrições e exames — Faculdade de Letras* foi possível contabilizar pelo menos 1126 casos de alunos que usufruíram de uma modalidade destes apoios sociais, ainda que se ressalve se todos os casos seriam devidamente registados nos respetivos processos individuais.

a segunda matrícula em cursos universitários. Esta prova de acesso estava dependente da frequência de determinadas disciplinas do 3.º ciclo do ensino liceal e da realização de um exame conjunto de duas disciplinas correlativas com a licenciatura pretendida, com dispensa legal dos candidatos com média liceal final de 14 valores. Na essência uma prova similar à examinada no último ano do liceu e que não permitia uma avaliação incisiva sobre outras competências imprescindíveis para a frequência universitária, corroborada pela taxa considerável de desistências dos estudos que se observava neste nível³⁷⁰.

A conjuntura traçada por estas disposições normativas leva a identificar os alunos liceais como os principais candidatos aos exames de aptidão, porém, a procura estudantil afigurava-se mais abrangente pela inclusão de indivíduos que prosseguiram a formação superior em fases posteriores das suas vidas e dos alunos provenientes de outras instituições de ensino superior obrigados a prestar estas provas de admissão. O ministério de Veiga Simão veio a simplificar estas duas últimas realidades, quer pela equiparação dos cursos superiores entre as instituições no sistema educativo nacional, quer pela criação dos exames de aptidão *ad-hoc* para os candidatos maiores de 25 anos de idade.

No entanto, os candidatos aprovados no exame de aptidão numa Universidade podiam matricular-se em qualquer Universidade onde o curso pretendido estivesse institucionalizado, o que a par da ausência de dados para todos os anos letivos de funcionamento da escola portuense, inviabilizam uma eventual amostragem dos alunos matriculados pela primeira vez no ensino superior portuense. Contudo, é de registar variações entre as diferentes etapas neste processo de seleção estudantil e a sua distribuição por género, onde continuava a pautar o predomínio do acesso feminino aos cursos das Faculdades de Letras. Desde o ano letivo inaugural da escola que a afluência feminina se afirmou plenamente entre estes candidatos, tanto no conjunto dos candidatos dispensados como dos aprovados, ao compreender mais de metade do universo nas três categorias e raramente quebrado pelo jugo masculino, determinando a sua posterior liderança na frequência escolar.

A disparidade do período em análise deixava ainda antever uma taxa de reprovação pouco sublinhada dos candidatos submetidos aos exames de aptidão, jamais atingindo a metade dos alunos apresentados à sua realização, os quais não estavam impedidos de voltar a requerer a sua realização nos anos seguintes. Neste ponto, não constituindo esta prova eliminatória um grande entrave ao acesso universitário, sugeria com maior objetividade os efeitos do abandono escolar nos níveis antecedentes do sistema educativo na exiguidade da população universitária portuguesa durante o Estado Novo.

³⁷⁰ RODRIGUES, 1962: 13.

Quadro 19. Candidatos aos exames de aptidão na 2.^a FLUP (1962-1973)³⁷¹

Ano Letivo	Dispensados			Submetidos			Aprovados			Aptos
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	
1962-1963	11	33	44	28	15	43	18	9	27	71
1964-1965	12	16	28	20	63	83	8	34	42	70
1966-1967	3	10	13	22	60	82	6	37	43	56
1968-1969	85	61	146	49	202	251	29	136	165	311
1969-1970	16	50	66	118	186	304	76	144	220	286
1970-1971	29	53	82	87	224	311	58	156	214	296
1971-1972	59	113	172	128	584	712	68	319	387	559
1972-1973	73	285	358	91	382	473	57	254	311	669
Total	288	621	909	543	1716	2259	320	1089	1409	2318

Fonte: INE — *Estatísticas da Educação, anos de 1962 a 1973*

Em termos de evolução deste contingente de futuros alunos da segunda Faculdade de Letras do Porto, os valores apontam para um crescimento moderado nos primeiros anos pela restrição às licenciaturas de História e Filosofia, contabilizando-se o maior acesso de 311 efetivos no ano precedente à criação da secção de Ciências Filológicas na escola. Gradualmente, o crescimento institucional com os novos cursos refletiu-se no aumento significativo do número de candidatos aos correspondentes exames de aptidão, auferindo uma maior afirmação da instituição no cenário universitário nacional.

Precisamente, no panorama das Faculdades de Letras dominado claramente pela afluência estudantil à Faculdade de Letras de Lisboa, a escola conimbricense começava a perder influência com a abertura da Filologia Românica no Porto, sendo mesmo relegada por esta para o último lugar a partir do ano letivo de 1971-1972. Nesse mesmo ano, o destaque dos 559 alunos aptos à matrícula na mais jovem das faculdades da U.Porto garantiu-lhe a segunda posição no plano interno, atrás da Faculdade de Medicina com 652 novos inscritos, matizando a tradicional propensão na procura dos seus cursos técnico-científicos.

Já o movimento da frequência escolar ao partilhar comumente alguma destas tendências, consubstanciado ainda pelos processos de transferências e as matrículas no curso de Ciências Pedagógicas, acentuava o crescimento e a implementação

³⁷¹ O recurso exclusivo aos dados constantes nas *Estatísticas da Educação* do INE justificou-se pelo retrato global de todas as categorias de candidatos, ainda que não isentos de falhas pela inclusão bianual dos anos letivos até 1968-1969, mas também por não permitir a distinção por cursos. Relativamente à documentação da própria 2.^a FLUP, os *Livros de exames de aptidão — Faculdade de Letras* apenas se reportam aos candidatos admitidos a exame, existentes a partir do ano letivo de 1967-1968. Quanto aos *Livros de exames de aptidão ad-hoc*, estes só estão disponíveis para o ano letivo de 1973-1974.

nacional da segunda Faculdade de Letras ao longo destes primeiros doze anos de vida institucional. Enquanto instituição educativa jovem e multifacetada nos domínios do saber, o ritmo de evolução da sua população escolar acompanhou as diferentes alterações orgânico-funcionais na sua estrutura, envolvido num processo de contínuo crescimento que resultou numa taxa de crescimento de quase 837% para o total deste período³⁷².

No decurso dos primeiros sete anos letivos de funcionamento e circunscrito a três cursos oficializados, o quantitativo estudantil cresceu moderadamente à medida que se institucionalizavam os cinco anos nos planos de estudos dos cursos superiores, ainda que os aumentos díspares entre os anos não comprometessem uma taxa de crescimento global de cerca de 125%. Por oposição aos cursos de Filosofia e Ciências Pedagógicas, a licenciatura em História foi a única a não sofrer qualquer decréscimo no número anual de estudantes, congregando nitidamente uma população escolar superior à da outra licenciatura fundadora, que suscitaria menor interesse entre os alunos liceais:

O aluno que se matricula em História frequentou durante três anos a disciplina de História Universal, comum a todos os ramos liceais. No 3.º ciclo, frequenta História das Civilizações e, no ano seguinte, História da Civilização Portuguesa; programa comum aos alunos de Direito, Economia e Arquitectura. O de Filosofia frequenta como única opção a disciplina de Filosofia do 3.º ciclo, programa sujeito às mesmas alíneas dos cursos de Ciências e Letras. [...] Parece-nos ser esta a causa do desprestígio que goza entre os alunos do ensino secundário a disciplina de Filosofia, pois que, nem eles percebem o alcance e importância da cadeira, nem foram preparados por um ensino anterior para a matrícula no curso³⁷³.

Esta suposição revelada por um inquérito aos alunos matriculados no ano letivo de 1963-1964, promovido pelos colegas do 2.º ano da escola portuense, era ainda acrescida da ausência de motivos de eventuais saídas profissionais na escolha dos cursos universitários, em favor de uma formação humana assente na vocação pessoal e interesse cultural por estas áreas do saber. Inclusive, estas asserções não diferiam muito da imagem institucional da Universidade ao nível nacional, uma vez que a maioria dos alunos salientava as razões de transmissão cultural sobre as de preparação profissional

³⁷² Pela infinidade dos atos de matrículas na 2.ª FLUP não foi possível cruzar os dados da frequência escolar com os apresentados nos *Livros de índice de inscrições na Universidade do Porto*, resultando daí diferenças relativamente ao panorama mais simples das matrículas face aos processos de transferência, retenções nos cursos e interrupções da vida académica contempladas nas várias inscrições de um aluno na sua passagem pela instituição.

³⁷³ *Do Liceu à Universidade*. «Letras — publicação de alunos da Faculdade de Letras do Porto» (número único de maio de 1964), p. 26-27.

ou de desenvolvimento da investigação científica entre as expectativas particulares de formação académica.

Por seu lado, a frequência do curso de Ciências Pedagógicas indispensável para um futuro profissional na docência, estava mais dependente da procura estudantil dos alunos dos últimos anos dos cursos universitários, bem como da sua conclusão num único ano letivo como preconizado legalmente. No caso da U.Porto, a predominância de faculdades vocacionadas para profissões mais científicas e técnicas e a juventude da segunda Faculdade de Letras concorreram para uma maior variação dos valores de frequência anual, isto até ao anúncio da criação dos bacharelatos no ano letivo de 1968-1969, em efeito da necessidade de professores para o alargamento da rede escolar.

O processo de expansão escolar da Faculdade de Letras do Porto que dava sinais de uma certa estabilização nos valores das licenciaturas desde o ano letivo de 1967-1968, com o pleno funcionamento de todos os anos dos *curricula*, foi profundamente reavivado na transição para os anos de 1970 com a abertura do curso de Filologia Românica e a procura extraordinária do curso de Ciências Pedagógicas, alimentado em grande parte pelo acesso dos alunos enquadrados nos novos bacharelatos professados na própria instituição.

Só nesse ano letivo de 1969-1970, a frequência escolar passou de 1070 efetivos para um total de 1800, representando uma taxa de crescimento de 68,2%. Um novo pico estudantil aquando da criação da Filologia Germânica e da Geografia decorridos dois anos, embora todos os restantes cursos continuassem num processo de aumento contínuo, traduziu-se até à desagregação do Estado Novo numa taxa de crescimento total da instituição de quase 148%.

Se numa perspetiva global este ritmo de evolução assinalável conferia toda uma nova dinâmica institucional e uma maior projeção da influência da escola para a comunidade, a criação dos bacharelatos nos seus cursos superiores acabou por desviar uma parte considerável destes graduados da conclusão da sua formação académica, aferida pela menor representatividade do número anual de matrículas dos últimos anos no plano das licenciaturas. Em termos absolutos, os cursos da secção de Ciências Históricas, Geográficas e Filosóficas anunciavam uma frequência mais modesta no confronto com as inscrições nas secções de Ciências Pedagógicas e de Ciências Filológicas, as responsáveis pelo novo impulso da afluência escolar nos primeiros anos da década de 1970.

A própria imagem transparecida nesta frequência universitária autenticava a preponderância feminina da comunidade estudantil em todos os anos letivos, revelada pelos processos de matrículas e exames de aptidão, mesmo no curso de Filosofia onde a liderança masculina entre os alunos matriculados, desde 1970-1971, pouca ascendência deteve sobre os alunos inscritos. A persistência da maior taxa de

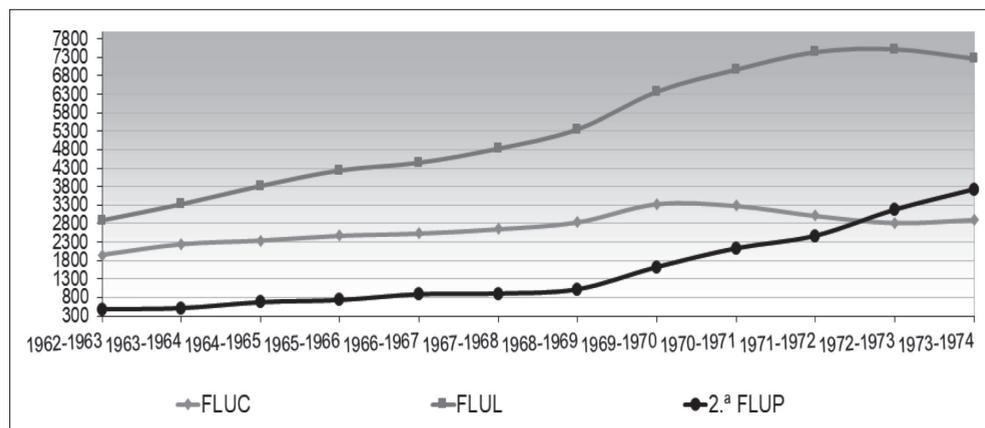
feminização nos cursos da 1.ª secção em comparação com os da 2.ª secção, poderia aludir ao eventual desvio deste segmento nos cursos do quadro desta última, perante a menor divergência na distribuição entre os géneros dos seus estudantes.

Em pouco mais de uma década, no cômputo geral, a segunda Faculdade de Letras do Porto passou a disputar com a de Coimbra a influência na conquista do público estudantil para os seus cursos. O novo contexto político-educativo do regime marcelista e a consequente ampliação pedagógica na escola portuense marcaram o início da equiparação dos valores de frequência escolar entre ambas as instituições, concretizado com a ascensão da primeira pela abertura dos novos cursos de Filologia Germânica e Geografia a partir de 1972-1973.

Contudo, nenhuma delas reunia as condições para fazer face à supremacia lisboeta que congregava mais de metade dos alunos inscritos em Letras a nível nacional, em grande parte também resultado do peso do curso de Ciências Pedagógicas no maior complexo universitário do país pela presença de duas Universidades e outros tantos estabelecimentos do ensino superior. Por exemplo, considerando as estatísticas oficiais para o ano letivo da Revolução de Abril, a Faculdade de Letras de Lisboa contabilizava 5262 alunos inscritos (52,3%), pela primeira vez, a do Porto transpunha um quarto do conjunto nacional com 2757 elementos (27,4%) e a de Coimbra quedava-se pelos 2041 inscritos (20,3%).

Precisamente, a abertura do novo curso de Filologia Românica na segunda Faculdade de Letras representou a ascensão da instituição na academia portuense, de um modesto quarto lugar para a mais frequentada de toda a U.Porto, visível logo no terceiro ano de vida escolar, sem jamais a perder nos anos letivos imediatos. No entanto, ao retirar-se da análise o núcleo discente da sua 3.ª secção, este fenómeno

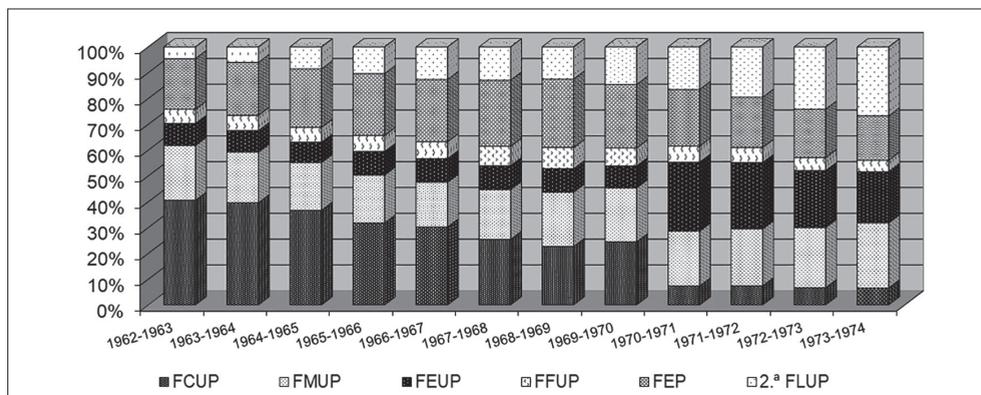
Gráfico 12. Frequência escolar das três Faculdades de Letras nacionais (1962-1974)



Fonte: INE — *Estatísticas da Educação, anos de 1962 a 1973*

extraordinário de crescimento escolar só conquistou realmente esta posição cimeira com as matrículas nos novos cursos oficializados no verão de 1972.

Gráfico 13. Frequência escolar das faculdades da U.Porto (1962-1974)³⁷⁴



Fonte: AUP — *Livros de índice de inscrições na Universidade do Porto*

Nos três primeiros anos de funcionamento, a mais recente das faculdades ocupava pouco mais de um décimo do quantitativo da população escolar do meio universitário local, valores que foram ganhando contornos mais acentuados ao longo da década de 1960, embora pouco expressivos pela projeção das Faculdades de Ciências, Medicina e Economia, que no final desse período correspondia no seu conjunto a 70,2% da amostragem. A primeira modificação neste cenário ocorreu no ano letivo de 1970-1971, com a Faculdade de Engenharia a tomar a posição de Ciências, que deixava de ministrar integralmente nas suas instalações os três primeiros anos desses cursos, seguida dois anos depois pela liderança de Letras, traduzida num quarto deste universo. Paradoxalmente, ainda que detendo o maior contingente discente feminino nos seus cursos, a sua maior dimensão absoluta continuava a pertencer à Faculdade de Farmácia³⁷⁵.

Num outro plano, o do regime de frequência escolar, a nova faculdade também se distinguia entre as restantes da U.Porto pela total liberdade de dispensa das atividades letivas aos alunos na classe de voluntários, sendo avaliados por exames de frequência semestral e finais. Quanto aos alunos ordinários estavam sujeitos à frequência obrigatória das aulas teóricas e práticas constantes nos planos curriculares, incorrendo no risco de perda do ano letivo por faltas se atingido mais de um quarto do número de aulas previstas, num processo de avaliação contínua ao longo do ano culminado na realização do exame final a cada disciplina.

³⁷⁴ Análise elaborada com a exclusão dos dados relativos à frequência escolar do curso de Ciências Pedagógicas na 2.ª FLUP.

³⁷⁵ SANTOS, 1991. No período em análise a frequência escolar anual da FFUP rondava uma média de 58 alunos masculinos contra 322 do sexo feminino, enquanto que na 2.ª FLUP a mesma era de 269 homens para 747 mulheres.

Daí se entende que, ao longo destes doze anos letivos de funcionamento, a classe dos alunos voluntários sempre compreendeu um número superior de efetivos inscritos nos cursos de Letras, incluindo o caso dos alunos externos, que no total compreendia mais de metade da sua população escolar. O curso de Ciências Pedagógicas era determinante para a construção desta imagem, raramente equivalendo os alunos ordinários a um décimo da sua frequência anual, uma vez que o regime de voluntário era o que melhor se coadunava com a sua organização e a frequência paralela de estudos ou atividades profissionais.

Quadro 21. Regime de frequência dos alunos inscritos na 2.ª FLUP (1962-1974)

Ano Escolar	1.ª secção				2.ª secção				3.ª secção				Alunos Externos	Total		
	Mas.		Fem.		Mas.		Fem.		Mas.		Fem.			Vol.	Ord.	Vol.
	Ord.	Vol.	Ord.	Vol.	Ord.	Vol.	Ord.	Vol.	Ord.	Vol.	Ord.	Vol.				
1962-1963	—	—	—	1	22	73	47	40	—	135	3	155	—	72	404	476
1963-1964	—	—	—	2	41	59	104	51	—	93	2	157	—	147	362	509
1964-1965	—	—	—	—	56	80	172	69	3	88	3	197	—	234	434	668
1965-1966	—	—	—	—	63	89	229	109	1	48	8	178	—	301	424	725
1966-1967	—	—	—	1	85	119	302	138	2	53	8	173	1	397	485	882
1967-1968	—	—	—	3	84	97	333	148	4	51	2	205	1	423	505	928
1968-1969	—	—	1	5	82	117	339	154	8	79	6	278	1	436	634	1070
1969-1970	6	24	81	56	71	173	360	151	28	165	78	607	—	624	1176	1800
1970-1971	14	41	177	124	79	215	336	224	25	194	131	779	—	762	1577	2339
1971-1972	20	55	287	254	106	208	310	266	12	246	95	1056	91	830	2176	3006
1972-1973	51	80	683	462	118	278	342	317	17	334	141	1102	21	1352	2594	3946
1973-1974	67	91	887	600	154	306	400	356	36	324	105	1075	10	1649	2762	4411

Fonte: AUP — *Livros de índice de inscrições na Universidade do Porto*

Já na análise das duas primeiras secções pedagógicas eram os alunos ordinários que mais se destacavam, ilustrando a sua composição jovem, sem grandes obrigações familiares ou profissionais, uma maior disponibilidade para uma formação académica no modelo de assistência regular e obrigatória às aulas ministradas. Somente na 2.ª secção se evidencia um aumento categórico no segmento dos alunos voluntários, a partir do ano letivo de 1970-1971 e proporcional ao aumento gradual das matrículas do sexo masculino, aludindo a uma maior atração dos cursos da 1.ª secção entre os alunos liceais, predominantemente femininos.

Curiosamente, esta distinção no panorama dos cursos universitários não se refletia numa tendência partilhada entre as duas primeiras secções pedagógicas na distribuição por género dos alunos entre as duas categorias de frequência escolar. Em qualquer um dos cursos superiores professados imperavam entre os alunos voluntá-

rios os elementos masculinos, enquanto que nos femininos a preponderância residia na categoria dos alunos ordinários anunciando diferentes perfis socioacadémicos traçados entre os géneros na procura dos cursos superiores.

Por um lado, o perfil feminino com um percurso académico regular ao nível do ensino secundário ou na frequência de um primeiro curso universitário, revelador de uma maior juventude e de uma formação perspetivada em termos de preparação profissional futura; por outro, a imagem masculina com um nível etário ligeiramente superior, geralmente retomando a formação superior numa fase posterior e já com responsabilidades familiares e/ou profissionais, a determinar uma frequência escolar mais flexível facultada pelo regime voluntário. Contudo, esta caracterização delineava-se num plano meramente abstrato, já que a escolha do regime de frequência escolar era realizada em cada nova inscrição do ano letivo, envolvendo-se intimamente com os percursos curriculares e pessoais destes estudantes.

Por último, na esfera da mobilidade dos estudantes ao longo dos seus percursos académicos, a abordagem aos processos de transferência complementa a construção da área de influência geográfica da segunda Faculdade de Letras e a sua incidência no cenário universitário, envolvendo o intercâmbio de ideais e experiências académicas decisivos numa época de crescente contestação estudantil. No entanto, as transferências com destino ou origem na escola ocultavam diversas cambiantes de sua evolução difíceis de se abarcar na sua totalidade: alunos a solicitar várias transferências ao longo da sua frequência escolar; outros a deslocar-se para a mera realização de exames num ano letivo e retornando findo tal objetivo ou os pedidos de mudança de cursos e Universidades fora do quadro das Faculdades de Letras³⁷⁶.

Na sua essência, uma escola de acolhimento mais do que passagem para a comunidade estudantil, logo no ano de abertura com o número de transferências para a escola portuense a atestar a importância da sua (re)criação na U.Porto para o público nortenho, com a quase totalidade destes primeiros alunos transferidos oriundos da sua circunscrição universitária³⁷⁷. Esta propensão perseverou nos anos seguintes com um volume superior face aos pedidos de permuta para as outras Universidades, sendo que unicamente no ano letivo de 1967-1968 se registou apenas mais um requerimento contra a meia centena de alunos ingressados, contabilizando-se na

³⁷⁶ A reconstituição dos processos de transferência obrigou ao cruzamento dos processos individuais dos alunos com a informação constante nos *Livros de transferências da Universidade do Porto*, pelo facto de nestes últimos apenas constarem o requerimento para as outras três Universidades continentais ou não contemplarem as transferências ao nível interno. Por exemplo, as transferências para Luanda e Lourenço Marques, ainda enquanto Estudos Gerais Universitários, nem sempre eram incluídas pelos serviços académicos.

³⁷⁷ No conjunto total das transferências no primeiro ano letivo da 2.ª FLUP: 44 alunos eram naturais do distrito do Porto (57,9%), 23 dos distritos da correspondente circunscrição universitária (30,3%) e apenas 9 de outros pontos do país e Ultramar (11,8%).

soma total 1663 processos de transferência para a faculdade, quase três vezes mais do que os em sentido contrário fixados em 557.

A análise particular da primeira destas realidades apresentava uma evolução estável no contingente de alunos transferidos para a instituição após a grande afluência no primeiro ano letivo com 76 elementos, cifrado numa média anual de 53 processos até ao ano letivo de 1968-1969 da responsabilidade das duas secções pedagógicas oficializadas, com o destaque para as matrículas nos cursos de História e Ciências Pedagógicas sobre o de Filosofia e os cursos ainda não contemplados na estrutura portuense. Logo no ano seguinte, o processo de transferências para a segunda Faculdade de Letras sofreu um forte crescimento com o dobro dos alunos transferidos para a escola, de um total de 66 para 140 requerimentos, particularmente no novo curso de Filologia Românica e no de Ciências Pedagógicas, pelo acesso dos bacharéis e outros estudantes do ensino superior, que passaram a liderar este quadro ao reunir então no seu conjunto 107 destes alunos (76,4%).

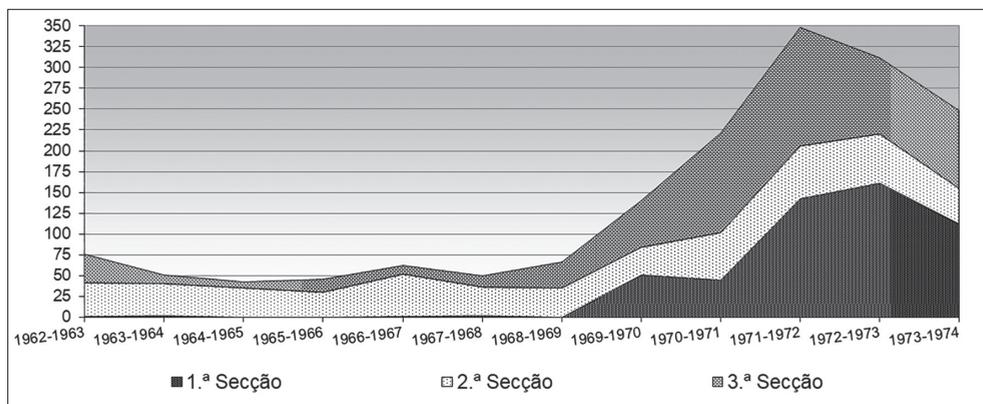
No ano letivo de 1971-1972, o volume destas matrículas atingiu o seu auge com a entrada de 348 novos alunos provindos de outras instituições, retirando o curso de Filologia Germânica protagonismo aos anteriores líderes, exclusivamente no seu primeiro ano de funcionamento. Assim, a abertura dos novos cursos na escola, desde finais da década precedente, coincidiu geralmente com um maior ritmo na evolução deste contingente, representando até ao final do Estado Novo uma média anual de 254 alunos transferidos, quase cinco vezes mais do que a média dos primeiros anos.

No conjunto do período em foco, o curso de Ciências Pedagógicas acabava por se afirmar como o principal destino dos alunos transferidos para a faculdade com 626 requerimentos (37,6%), seguido dos de História (351 – 21,1%), Filologia Românica (324 – 19,5%), Filologia Germânica (157 – 9,4%), Filosofia (152 – 9,1%), curso de professores adjuntos do 8.º grupo (36 – 2,2%) e Geografia (17 – 1%). Curiosamente, apesar da menoridade da secção de Ciências Filológicas esta colocou imediatamente os seus cursos nos lugares de maior atração entre os alunos transferidos, representado num quantitativo significativo de meio milhar de efetivos, quase equiparando-se à secção de Ciências Históricas, Geográficas e Filosóficas com apenas mais três elementos e que jamais atingiu em qualquer ano letivo a centena destes pedidos específicos.

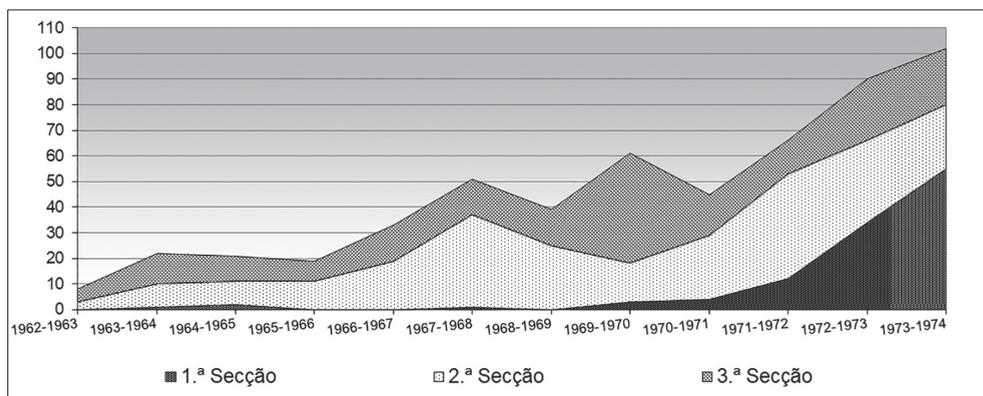
Quanto às transferências com destino a outras faculdades e meios universitários, o panorama ao longo dos anos assegurava pouca expressão na mobilidade desta população escolar, só no ano letivo de 1973-1974 a ultrapassar a barreira da centena de alunos, evidenciando uma maior dependência na sua evolução com o pleno funcionamento dos *curricula* nos cursos professados na faculdade. Deste modo, nos primeiros cinco anos a primazia do núcleo de Ciências Pedagógicas era determinante

Gráfico 14. Processos de transferências dos alunos inscritos na 2.ª FLUP (1962-1974) — por secção

I. Alunos transferidos para a 2.ª FLUP



II. Alunos transferidos da 2.ª FLUP



Fonte: AUP — *Livros de inscrições e exames — Faculdade de Letras*; AUP — *Livros de inscrições e exames — Ciências Pedagógicas*; AUP — *Livros de índice de inscrições na Universidade do Porto*

ao rondar perto da metade deste universo, num plano evolutivo de grande estabilidade e com uma média anual de só 21 elementos, marcando a abertura do 5.º ano das licenciaturas um período de claro crescimento nos anos subsequentes.

Porventura, o contínuo crescimento da população escolar da segunda Faculdade de Letras poderá ter sido um argumento para o aumento dos pedidos de transferência para outros estabelecimentos, atingindo finalmente no ano letivo de 1967-1968 a meia centena destes processos, liderado pelos cursos de História e Ciências Pedagógicas; embora, sendo um problema transversal, as razões de ordem académica, profissional ou familiar sejam mais plausíveis. Este incremento ganhava contornos mais significativos pelo predomínio dos alunos transferidos nas duas secções pedagógicas, apontando-se para um provável intercâmbio estu-

dantil entre as três Faculdades de Letras no decurso das formações académicas, nomeadamente, pela realização de disciplinas em atraso ou reprovadas fora das escolas de origem.

Contrariando a realidade no sentido oposto, a maior maturidade dos cursos fundadores imperava na distribuição entre os cursos com maior número de pedidos de transferência para outras instituições universitárias entre Ciências Pedagógicas (195 – 35%), História (158 – 28,4%) e Filosofia (86 – 15,4%), as populações escolares com presença efetiva nestes primeiros doze anos de vida da faculdade. A forte mobilidade do primeiro dos cursos prendia-se ainda com a possibilidade de realizar matrículas simultâneas entre Universidades para efeitos de frequência, situação utilizada por vários estudantes na realização dos exames para conclusão do plano de estudos.

Neste sentido, os novos cursos superiores posteriormente criados na escola portuense foram relegados para menos de um quarto total deste universo, com apenas o de Filologia Românica (83 – 14,9%) a deter já alguma expressão numérica decorrente dos cinco anos em funcionamento, enquanto a Filologia Germânica (21 – 3,8%), o Curso de professores adjuntos do 8.º grupo (8 – 1,4%) e a Geografia (6 – 1,1%) se assumiam pouco representativos, quer pelo reduzido tempo de exercício escolar dos novos bacharelatos, quer pelo condicionamento nas matrículas do único dos cursos que não conferia grau académico.

Tal como entre os alunos com segunda matrícula no ensino superior, onde mais de metade dos processos de transferência nos dois sentidos da segunda Faculdade de Letras do Porto eram provenientes da Universidade de Coimbra, que se afirmava como a principal escola de origem entre todos os cursos professados, com a exceção de Filologia Germânica concentrado na Universidade de Lisboa. Enquanto instituição de destino, Coimbra perdia alguma da sua expressão face às demais universidades nacionais, liderando unicamente nos cursos de História, Geografia e Ciências Pedagógicas, se comparada com Lisboa mais procurada pelos alunos de Filosofia, Filologia Românica e Filologia Germânica.

Uma análise particular por ano letivo revelava, porém, um aparente equilíbrio nos processos de transferência para as outras instituições universitárias nos cursos instituídos na instituição portuense, naturalmente dominado pelas Faculdades de Letras de Coimbra e Lisboa pela similaridade dos *currícula* e do processo de ensino entre as três escolas. Mesmo ao nível de transferências internas da U.Porto, os requerimentos dos alunos de Letras eram claramente superiores aos provindos de Ciências, Economia, Engenharia e Medicina. Bem menos expressivos eram os transferidos para a Universidade Técnica de Lisboa e escolas superiores militares e de Belas Artes.

Quadro 22. Mobilidade dos alunos inscritos na 2.ª FLUP (1962-1974)³⁷⁸

Universidades	1.ª secção						2.ª secção						3.ª secção		Total
	Filologia Românica		Filologia Germânica		Curso de Prof. do 8.º Grupo		História		Geografia		Filosofia		Ciências Pedagógicas		
	De	Para	De	Para	De	Para	De	Para	De	Para	De	Para	De	Para	
Universidade de Coimbra	176	25	69	7	20	3	224	70	10	3	83	30	414	137	1271
Universidade de Lisboa	131	38	86	12	13	1	101	54	—	—	53	38	200	38	765
Universidade do Porto	7	3	2	2	3	3	18	14	7	2	16	15	—	—	92
Universidade de Luanda	7	8	—	—	—	1	4	7	—	—	—	2	7	13	49
Universidade de Lourenço Marques	3	9	—	—	—	—	4	12	—	1	—	1	5	6	41
Outros	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	1	2
Subtotal	324	83	157	21	36	8	351	158	17	6	152	86	626	195	2220

Fonte: AUP — *Livros de inscrições e exames — Faculdade de Letras*; AUP — *Livros de inscrições e exames — Ciências Pedagógicas*; AUP — *Livros de índice de inscrições na Universidade do Porto*

No caso das Universidades de Luanda e Lourenço Marques, o número de pedidos de transferências destinava-se principalmente para a sua frequência durante a permanência no Ultramar, precocemente afirmado no curso de Ciências Pedagógicas aquando da sua abertura em 1962 como Estudos Gerais Universitários, posteriormente reforçado pelo curso de professores adjuntos do 8.º grupo e dos bacharelatos em Filologia Românica, História e Geografia. A dinâmica deste processo prendia-se também no contexto da Guerra Colonial, ilustrado pelo forte peso de alunos a cumprir o serviço militar obrigatório que procuravam, na medida do possível, não interromper os seus estudos superiores; bem como destes alunos ou dos naturais dos domínios ultramarinos que se deslocavam à metrópole para prestar provas de licenciatura, as quais não se realizavam nesses cursos por se encontrarem quase sempre restritas à regência dos primeiros anos dos planos curriculares de Letras.

Em termos globais, não obstante o conhecimento parcial dos percursos escolares individuais, foram contabilizados um total de 1927 alunos que solicitaram o processo de transferência no conjunto das três secções pedagógicas da segunda Faculdade de Letras do Porto, determinando uma mobilidade entre esta comunidade escolar de 20,6%. A imagem transparecida por este segmento de alunos justificava a preponderância da escola como destino preferencial para prosseguir e concluir a formação académica, expresso em 1381 alunos (71,7%) na sequência dos 290 estudantes que pediram a transferência depois da sua matrícula (15%).

³⁷⁸ Os valores apresentados correspondem ao número total de processos de transferência por ano letivo.

Mesmo entre os alunos com requerimentos de transferências para uma permuta da frequência escolar da instituição com as outras faculdades congêneres, o seu segmento cifrado em 256 elementos era até menos expressivo (13,3%), embora ilustrasse a procura da escola portuense para a realização de determinadas disciplinas, ao concentrar maioritariamente casos de passagens breves dos alunos de Letras de Coimbra e Lisboa durante a sua formação académica. Assim, também esta realidade das transferências da população escolar ia ao encontro da disputa da área de influência da nova faculdade com a sua homóloga conimbricense pela atração considerável sobre o público universitário dos cursos de Letras, especialmente entre os alunos da zona norte do país que a procuraram para concluir os estudos.

Num tão curto espaço de tempo era notória a afirmação da segunda Faculdade de Letras do Porto no tecido universitário português em inícios da década de 1970, cimentado pelo rápido crescimento do seu público educativo, ao se destacar progressivamente na U.Porto e entre as restantes Faculdades de Letras. Um fluxo escolar que também fez realçar as carências ao nível do quadro docente e das instalações escolares, nem sempre de fácil solução perante os efeitos gerais da crise universitária em todos estes meios académicos.

10.3. PROFICIÊNCIA NA FORMAÇÃO EDUCATIVA

Uma das maiores inquietações do ministério de Leite Pinto era a baixa proficiência do sistema universitário português, patente no reduzido número anual de licenciados nas diferentes instituições do ensino superior, incompatível com as necessidades de desenvolvimento económico e formação tecnocrática de profissionais especializados. A reforma educativa de 1957 censurava o baixo número de licenciados em Letras, aparentemente com a maioria a não querer prestar essas provas logo no final do curso ou mesmo delas prescindindo na posse do diploma de habilitação académica; que passado uma década o resgate dos bacharelatos procurou minorar, embora mais para a formação dos agentes de ensino do que a aposta na especialização científica e cultural.

A proficiência do ensino na segunda Faculdade de Letras não só se envolveu em todo este contexto político-educativo neste período inicial da sua vida institucional, como as diferenças na sua estrutura pedagógica convergiram para um menor peso no seu número de graduados académicos, em comparação com as restantes faculdades congêneres. Em termos funcionais, só as licenciaturas em História e Filosofia se encontravam devidamente consolidadas, pois a Filologia Românica só acolhera os seus primeiros finalistas pela abertura do 5.º ano, em 1973-1974, sendo os únicos grupos a conferir igualmente o grau de bacharel no final do 3.º ano dos respetivos cursos.

Logo, o número de licenciados pela instituição ao longo de sete anos esteve longe de poder ser expressivo ao rondar a dezena de aprovações por ano letivo, pouco rele-

vante até em comparação com o número superior de alunos finalistas em História e Filosofia, que tendiam a não defender tese de imediato. Destes diplomados a maioria tinha frequentado a faculdade desde o primeiro ano do seu curso, constando trinta alunos transferidos das outras escolas e ainda duas licenciadas em Filologia Românica, ambas alunas com segunda matrícula para a defesa única destas provas académicas.

De acordo com a sua maior frequência escolar anual, o curso de História detinha o maior volume de licenciados face a Filosofia, correspondendo no total ao triplo destes últimos graduados, cujo valor máximo de cinco candidatos aprovados no ano letivo de 1968-1969 equivalia ao mínimo assinalado no panorama do primeiro. A disparidade quantitativa não se espelhava na distinção entre os géneros, onde o maior predomínio masculino nos três primeiros anos de defesa dos atos de licenciatura foi quebrado pelo aumento do segmento feminino, praticamente equiparando-se no conjunto do período com uma ténue vantagem dos 41 alunos sobre as 39 alunas, liderança observada nos cursos inaugurais da escola.

Quadro 23. Alunos licenciados pela 2.^a FLUP (1967-1974)³⁷⁹

Ano Letivo	Filologia Românica			História			Filosofia			Total
	M.	F.	T.	M.	F.	T.	M.	F.	T.	
Licenciados										
1967-1968	—	—	—	5	4	9	1	2	3	12
1968-1969	—	—	—	5	1	6	2	3	5	11
1969-1970	—	1	1	5	3	8	3	—	3	12
1970-1971	—	1	1	4	5	9	—	1	1	11
1971-1972	—	—	—	2	8	10	2	—	2	12
1972-1973	—	—	—	5	—	5	3	1	4	9
1973-1974	—	—	—	4	8	12	—	1	1	13
Subtotal	—	2	2	30	29	59	11	8	19	80
Classificações (valores)										
10-13	1			13			6			20
14-15	1			27			5			33
16-17	—			19			8			27
18-19	—			—			—			—
20	—			—			—			—
Subtotal	2			59			19			80

Fonte: AUP — *Livros de inscrições e exames — Faculdade de Letras*; AUP — *Livros de inscrições e exames — Ciências Pedagógicas*; AUP — *Livros de índice de inscrições na Universidade do Porto*

³⁷⁹ Nos processos individuais os atos de licenciatura apenas eram registados quando o aluno solicitava o respetivo diploma, nem sempre coincidindo com o ano em que poderiam ter prestado provas. O cruzamento do registo das classificações finais dos licenciados pelo conselho escolar com a relação das dissertações de licenciatura existentes na Biblioteca da 2.^a FLUP, permitiu a reprodução deste quadro com algumas ressalvas nos seus números finais. Os valores do último ano letivo indicado respeitam aos licenciados aprovados antes de abril de 1974 e aos que tinham requerido provas com entrega da dissertação à data, altura em que estas provas foram suspensas.

Outra característica partilhada pelo perfil do aluno licenciado era o seu maior interesse pelas atividades de investigação e a especialização científica nestas áreas do saber, alguns deles recrutados para o corpo docente da faculdade no final da formação académica, sugerido pela presença de apenas catorze graduados com o bacharelato no respetivo curso. Assim, a maioria destes alunos teria optado por prosseguir o plano de estudos delineados em 1957 na prossecução da licenciatura, mesmo perante a possibilidade institucionalizada com o grau de bacharelato de conseguirem equivalência a esse primeiro ciclo de estudos.

Quanto às classificações e estabelecendo um paralelismo com a nomenclatura qualitativa na classificação dos exames³⁸⁰, o nível alcançado pelos licenciados corroborava um grau de qualidade e excelência do ensino aqui ministrado com apenas um quarto dos alunos classificados no intervalo do Suficiente, inclusive a maioria destes com classificações no intervalo dos 12 a 13 valores. Se em Filosofia era mesmo dominante o nível de Bom com distinção entre os 16 e os 17 valores, os graduados em História não se afastavam muito ao situar-se no intervalo dos 14 a 15 valores qualificado como Bom. De facto, para surpresa geral e até alguma incredulidade pela juventude da segunda Faculdade de Letras do Porto, nos anos de 1972 e 1973, foram os licenciados em História pela instituição os primeiros classificados nos rigorosos exames de estado de profissionalização no final dos estágios no ensino secundário, prova que avaliava tanto a cultura científica como a prática pedagógica³⁸¹.

Justamente, na dinâmica de formação destes profissionais de ensino residia em parte a pouca atratividade do grau de licenciado em Letras, visto a aprovação nos *curricula* dos cursos e o diploma de Ciências Pedagógicas facultarem a via do estágio educacional. Tornando-se deveras difícil para os alunos finalistas cumprirem os últimos exames e redigirem as teses de licenciatura nas poucas horas de seminário, a maioria via-se forçada a despende mais um ano com esse fim, o que nem sempre seria exequível como se constata pelos primeiros licenciados pela escola portuense terem sido finalistas no ano letivo de 1966-1967.

Ora, nos casos de um futuro profissional perspetivado em torno de uma carreira docente, estes licenciados tinham ainda de frequentar durante um ano o estágio pedagógico para a sua profissionalização, o que resultava praticamente em sete anos de percurso formativo até ao pleno exercício profissional. Período demasiado longo para aqueles que procuravam a sua independência financeira e a entrada no mercado

³⁸⁰ A escala quantitativa e qualitativa oficial era expressa no seguinte molde: Suficiente (10 a 13 valores), Bom (14 e 15 valores), Bom com distinção (16 e 17 valores), Muito Bom com distinção (18 e 19 valores) e Muito Bom com distinção e louvor (20 valores).

³⁸¹ HOMEM *et al.*, 1987: 304.

de trabalho, sujeitando-se a ingressar como professores eventuais em vez da entrada nos quadros oficiais como funcionários efetivos³⁸².

A homologação ministerial dos bacharelatos ao agilizar todo este processo de formação académica e profissional rapidamente conheceu notável sucesso com resultados algo paradoxais: a diminuição no número de alunos a partir do final do 3.º ano, correspondente ao primeiro ciclo de estudos conferente desse grau académico; e o aumento do número de alunos habilitados pela segunda Faculdade de Letras do Porto. Só no primeiro ano da sua vigência, mais de metade desses bacharéis eram alunos dos últimos dois anos da licenciatura, mais doze do que os 74 elementos que se encontravam a meio do percurso de formação académica. Se o número estabilizou ligeiramente em História e Filosofia, a Filologia Românica voltou a fazer disparar este número de habilitação universitária inicial.

O acentuado ritmo de crescimento da frequência escolar na segunda Faculdade de Letras correspondeu ao ténue aumento do número de graduados no primeiro ciclo dos seus cursos no ano letivo de 1972-1973, alargado ao novo curso de Geografia pelas situações de alunos transferidos, que conheceu uma evolução excepcional no pós-revolução, embora também aliado às mudanças no regime de avaliação implementadas no sistema universitário. Nesse mesmo ano, a taxa de crescimento de bacharéis nos cursos de Filologia Românica, História e Filosofia correspondera a um aumento de 96,9% em comparação com o ano anterior, consagrando o domínio do primeiro curso oficializado na 1.ª secção pedagógica da instituição.

Numa análise global, o curso de História reunira perto de metade dos bacharéis formados na faculdade durante estes primeiros seis anos, seguido pelo curso de Filologia Românica que, em apenas três anos, consolidara a sua vantagem sobre o curso fundador de Filosofia, anualmente com um universo estudantil mais reduzido e uma média destes graduados que nunca excedeu a meia centena. Curiosamente, a entrada neste cenário do curso de Geografia ditou que somente a Filologia Germânica tenha sido o único curso superior a não atribuir o grau de bacharelato até à Revolução.

Quanto às classificações neste domínio, a preponderância nos quatro cursos da escala de Suficiente não deixava de indiciar os efeitos da elevada frequência escolar na relação pedagógica desenhada no quotidiano escolar, comprometida por uma menor disponibilidade para um acompanhamento individual dos professores em turmas geralmente numerosas, ao contrário dos últimos anos das licenciaturas e dos cuidados na formação científica inerentes. Só os cursos fundadores apresentavam uma melhor avaliação ao nível da menção do Bom, com um contingente numérico superior ao de Filologia Românica em cada, presumivelmente pela maturidade e

³⁸² PONTES, 1969: 156.

adaptabilidade dos programas de estudos, ainda que manifestamente aquém das classificações entre os seus licenciados.

Por outro lado, em termos de distribuição por género, a preponderância do sexo feminino em todos os anos e praticamente em todos os cursos com 1097 bacharéis contrastava com menos de um quarto do total do género oposto. Unicamente no curso de Filosofia, em sequência do domínio das matrículas masculinas nos primeiros anos letivos da década de 1970, a tendência era para uma maior equiparação entre os géneros simbolizada precisamente no último ano considerado. Em termos sociais, esta realidade e os pressupostos por detrás deste diploma universitário atestavam uma maior preparação para a docência de grande parte destas graduadas, profissão então com ótimas perspetivas laborais na carência de professores que se fazia sentir.

Quadro 24. Alunos bacharéis pela 2.^a FLUP (1968-1974)³⁸³

Ano Letivo	Filologia Românica			História			Filosofia			Geografia			Total
	M.	F.	T.	M.	F.	T.	M.	F.	T.	M.	F.	T.	
Bacharéis													
1968-1969	—	—	—	26	89	115	13	32	45	—	—	—	160
1969-1970	—	—	—	16	92	108	16	33	49	—	—	—	157
1970-1971	—	—	—	21	86	107	14	36	50	—	—	—	157
1971-1972	10	69	79	34	61	95	10	30	40	—	—	—	214
1972-1973	9	97	106	36	71	107	19	22	41	—	2	2	256
1973-1974	24	225	249	57	106	163	46	46	92	—	—	—	504
Subtotal	43	391	434	190	505	695	118	199	317	—	2	2	1448
Classificações													
10-13	389			597			249			2			1237
14-15	40			94			62			—			196
16-17	5			4			6			—			15
18-19	—			—			—			—			—
20	—			—			—			—			—
Subtotal	434			695			317			2			1448

Fonte: AUP — *Livros de inscrições e exames — Faculdade de Letras*; AUP — *Livros de inscrições e exames — Ciências Pedagógicas*; AUP — *Livros de índice de inscrições na Universidade do Porto*

³⁸³ Nos cursos fundadores foram incluídos os treze bacharéis em História e um de Filosofia habilitados com a respetiva licenciatura no período considerado.

Na verdade, a criação dos bacharelatos foi decisiva para o aumento dos alunos habilitados com o diploma universitário pela segunda Faculdade de Letras, conquanto as suas especificidades orgânico-funcionais, perante o número exíguo de licenciados e uma previsão pouco abonatória de que «apenas um terço dos estudantes que ingressaram nas Universidades em 1960 terminem os seus cursos»³⁸⁴. Assim, entre os dois graus universitários conferidos pelos cursos superiores em funcionamento foram efetivamente formados 1514 alunos, ou seja, mais de metade dos 2549 matriculados na instituição até ao ano letivo de 1971-1972, que num percurso académico regular estariam em condições de receber o grau de bacharel decorridos os dois anos seguintes. Aos quais se devem recordar os 52 habilitados com o certificado de estudos para professores adjuntos do 8.º grupo, uma grande parte a completar a formação com um dos graus académicos na agregada Filologia Românica.

Considerando até o percurso académico de todos os alunos matriculados nos cursos superiores professados na faculdade além desta baliza cronológica, numa perspetiva assumidamente diacrónica e complexa pelas alterações neste subsistema educativo no pós-1974, o nível de proficiência deste processo de ensino-aprendizagem revelava um panorama auspicioso com somente cerca de um quarto da sua comunidade discente a não lograr qualquer grau universitário.

No universo destes cinco cursos de Letras, a maioria conquistou um diploma universitário, com um peso claramente evidente dos licenciados que, na sequência da abolição da tese final, viram reconhecida a aprovação plena dos seus planos de estudos no final dos cinco anos de escolaridade; tendo sido poucos os bacharéis que não deram depois continuidade aos seus estudos universitários.

Quadro 25. Percursos escolares dos alunos matriculados na 2.ª FLUP (1967-1974)³⁸⁵

Alunos	Filologia Românica	Filologia Germânica	História	Geografia	Filosofia	Total
Licenciados	594	476	1012	22	564	2668
Bacharéis	249	100	139	21	68	577
Transferidos	40	17	88	6	58	209
Não concluíram	238	253	334	22	271	1118
Subtotal	1121	846	1573	71	961	4572

Fonte: AUP — *Livros de inscrições e exames — Faculdade de Letras*; AUP — *Livros de inscrições e exames — Ciências Pedagógicas*; AUP — *Livros de índice de inscrições na Universidade do Porto*

³⁸⁴ NÓVOA, 1992: 495.

³⁸⁵ Na distinção entre os alunos com a licenciatura e o bacharelato, foram incluídos entre os primeiros os casos dos indivíduos habilitados com ambos os graus universitários. Os alunos transferidos respeitam exclusivamente aos alunos que abandonaram a sua formação na 2.ª FLUP sem qualquer diploma universitário, divergindo, portanto, dos dados apresentados no âmbito dos processos de transferência.

A penúria das fontes analisadas não permite explicar os valores para os casos de insucesso escolar, maioritariamente assinaladas como situações de anulação de inscrição por falta de pagamento de propinas e de desistência de frequência do curso, sendo raros os casos de exclusão por faltas ou por terceira reprovação no exame final da disciplina. Além dos eventuais casos de abandono por questões financeiras ou de desinteresse intelectual, o esquema de organização universitária e a rigorosidade do seu processo educativo devem ser causas a equacionar pela sua implicância geral.

Finalmente, o único curso a destoar do cenário evidenciado era o de Ciências Pedagógicas, que registava uma das maiores afluências estudantis na oferta educativa da segunda Faculdade de Letras do Porto, onde o total de alunos habilitados com o seu certificado de estudos detinha um peso numérico de cerca de 39,5% da amostragem. No entanto, tal envolvia-se pela sua especificidade na preparação para o ensino da cultura pedagógica, nem sempre coadunado com o real interesse profissional dos diferentes estudantes que o frequentavam, sugerido pelos casos de matrículas em apenas algumas das disciplinas professadas ou de desistência da frequência escolar. Por outro lado, a significativa mobilidade estudantil que imperava nesta população escolar e a diversidade de percursos académicos dos mesmos não permitem um melhor aprofundamento dos motivos para tão altos valores de não conclusão do curso, em si mesmo omissos pela destruição dos requerimentos destes certificados de estudos.

Se até à criação dos bacharelatos o número anual de habilitados em Ciências Pedagógicas apresentava uma evolução constante, ainda que o seu peso numérico fosse pouco relevante ao nunca alcançar a meia centena de efetivos, a admissão ao curso dos novos graduados e de alunos de outros cursos do ensino superior, para obtenção deste certificado, concorreu para um aumento extraordinário da frequência escolar e consequente habilitação académica. No primeiro ano de vigência das novas disposições ministeriais para a formação pedagógica dos professores do ensino secundário, o número de alunos aprovados em Ciências Pedagógicas era mais do dobro observado no ano letivo precedente de 1967-1968, ritmo de evolução que disparou nos anos seguintes. Assim, nos quatro anos letivos subsequentes a procura massiva do curso pelo público escolar, com especial destaque para o peso crescente dos alunos dos cursos de Letras, atingiria uma média anual de 387 estudantes aprovados, culminando com o meio milhar de certificados atribuídos no ano letivo de 1972-1973.

As circunstâncias particulares no ano seguinte com a supressão do curso e dos exames finais às suas disciplinas determinaram a enorme quebra entre os habilitados com o curso de Ciências Pedagógicas, apenas previamente reconhecido aos alunos aprovados ainda na época de exames de outubro e na cadeira de Higiene Escolar no

Quadro 26. Alunos habilitados com o curso de Ciências Pedagógicas pela 2.ª FLUP (1962-1974)

Ano Letivo	Ciências Pedagógicas		
	M.	F.	Total
1962-1963	16	18	34
1963-1964	15	32	47
1964-1965	11	27	38
1965-1966	6	22	28
1966-1967	10	23	33
1967-1968	10	24	34
1968-1969	26	60	86
1969-1970	75	275	350
1970-1971	63	263	326
1971-1972	64	289	353
1972-1973	109	409	518
1973-1974	5	18	23
Subtotal	410	1460	1870

I. Formação académica dos alunos habilitados com o curso de Ciências Pedagógicas

Universidade do Porto	
Ciências	378
Medicina	50
Engenharia	35
Farmácia	33
Economia	29
Letras	771
Subtotal	1296

Escola Superior de Belas Artes do Porto	
Belas Artes	96

Outros cursos superiores	
Ciências	31
Direito	1
Economia	1
Engenharia	1
Farmácia	2
Filosofia	10
Letras	69
Magistério Primário	4
Medicina	1
Teologia	1
Subtotal	121
Sem Menção	357
Total	1870

Fonte: AUP — *Livros de inscrições e exames — Ciências Pedagógicas*

primeiro semestre. Em perfeita correlação com a elevada feminização desta população escolar específica, também entre os alunos habilitados o predomínio feminino impôs-se desde o primeiro ano do funcionamento do curso, reforçado aquando do crescimento do volume de matrículas, absorvendo o contingente masculino uma quota de 21,9% do total.

Uma análise à distribuição entre as áreas de formação académica destes diplomados em Ciências Pedagógicas mostra a liderança dos estudantes da própria U.Porto com mais de metade deste universo, e os alunos de Letras e Ciências com uma hegemonia irrefutável ao relegarem para pouco mais de um décimo o conjunto das restantes quatro faculdades, pouco se tendo feito repercutir ainda o ramo de formação educacional nessa última. A Escola Superior de Belas Artes do Porto apresentava-se como a terceira instituição educativa com quase cem alunos habilitados, enquanto que o papel de relevo dos cursos superiores de outras instituições se resumia mormente ao contributo dos alunos das áreas de Letras e Ciências de fora do Porto e os de Filosofia de Braga.

No cômputo global, os estudantes com habilitações académicas nas áreas científicas das Letras e das Ciências, no conjunto de 840 e 409 indivíduos, respetivamente, dominavam a totalidade dos aprovados no curso de Ciências Pedagógicas (66,8%). A tomar como paradigma este curso como «escola de preparação de professores para o ensino secundário»³⁸⁶ e a enorme apetência revelada pelos alunos da segunda Faculdade de Letras do Porto na sua realização, encontra-se aqui a noção generalizada e algo corporizada do seu tão grande peso como professores enquanto uma das suas principais saídas profissionais.

Ontem como hoje, era o triunfo da realidade «do papel das Faculdades de Letras — e, em grau menor, das de Ciências, na formação de professores dos ensinos secundários (liceal e técnico)»³⁸⁷, que as remodelações legislativas posteriores fizeram alastrar aos demais níveis de ensino do sistema educativo português nas últimas décadas do século XX.

³⁸⁶ NUNES, 1968a: 125.

³⁸⁷ GRÁCIO, 1959: 7.

IV

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história institucional da Faculdade(s) de Letras da Universidade do Porto ao se assumir como um dos exemplos mais singulares na história contemporânea da Universidade portuguesa, não deixa de revelar toda uma série de matrizes de diferente índole na evolução das concepções e políticas educativas ao longo do século XX. Afinal, institucionalmente e sob esta designação oficial corrente, a implementação das Ciências Sociais e Humanas no espaço universitário só ocorreu em 1911; a criação de duas Faculdades de Letras no meio universitário portuense, além das naturais transfigurações político-académicas entre os regimes republicano e autoritário, poderá evidenciar um indício de resistências quanto ao reconhecimento da sua missão educativa e científica face a outras áreas do conhecimento neste subsistema educativo universitário.

Na realidade, embora a cidade do Porto tenha demonstrado um interesse e cuidado no cultivo e ensino dos estudos humanísticos desde os tempos medievais, a sua dinâmica económica concorreu no triunfo de um ensino de notório carácter técnico e científico, imagem que foi respeitada no desenho institucional da sua Universidade pela 1.^a República. A promulgação da Faculdade de Comércio em detrimento de uma Faculdade de Letras era representativa dessa propensão tradicional de ensino, perpetuado na sua missão universitária até ao final do Estado Novo, despontando a primeira Faculdade de Letras do Porto por motivos extrínsecos à própria instituição.

Os efeitos da «Questão Académica» e os atritos político-educativos com a Universidade de Coimbra, atingida no seu monopólio educativo de séculos, levaram à resolução precipitada de Leonardo Coimbra em transferir para o Porto esse seu núcleo de estudos, plano que se revestiu de um fatalismo e perda de credibilidade nunca verdadeiramente restabelecidos. Os meandros políticos do processo burocrático e a associação íntima da primeira Faculdade de Letras do Porto à figura do seu primeiro diretor converteram-na em alvo privilegiado de ataque do seus detratores partidários e intelectuais, vivendo em permanente sobressalto quanto à sua existência e afirmação institucional entre 1919 e 1931.

Contudo, ao contrário do que durante décadas se advogou, não terão sido tanto as razões de ordem política a lhe pôr um termo inglório, ainda que decretado o seu encerramento às mãos de um governo ditatorial, nem a principal causa para a sentença de 1928, que efetivamente só para este estabelecimento educativo não foi revogada ou contornada. Já o modelo arbitrário de recrutamento e progressão na carreira académica do seu corpo docente alimentaram um escândalo público que nunca esmoreceu ou foi totalmente aceite pelos círculos universitários e intelectuais da época. Afinal, uma escola totalmente formada por nomeações governamentais jamais sujeita a qualquer concurso público, clara afronta aos tradicionais cânones

universitários, será sempre uma situação difícil de conceber, independentemente do seu tempo histórico.

As excecionalidades e liberalidades aí adotadas sobrepuseram-se à relevância do modelo de ensino moderno e inovador proposto, revelando fragilidades na sua condução e indícios de uma endogamia académica difíceis de ignorar, que a campanha de Homem Cristo só aflorou ao de leve enredada nas maledicências que tanto prenderam a opinião pública. Talvez por isso a sua defesa momentânea não tenha sido consistente ou particularmente enérgica, tanto entre as forças vivas da cidade como entre as autoridades académicas, conscientes das muitas transmutações necessárias para a resgatar de uma animosidade generalizada.

Durante os seus doze anos de vida institucional, a primeira Faculdade de Letras deixou significativas marcas na vida cultural do país, com especial incidência na cidade em conluio com a *Renascença Portuguesa*, mas tardou de imediato o reconhecimento da qualidade científica e cultural dos seus professores, aos quais somente a seis destes: Damião Peres, Hernâni Cidade, Mendes Correia, Torquato de Sousa Soares, Aarão de Lacerda e Urbano Canuto Soares — as portas das universidades não se encerraram definitivamente para prossecução das carreiras académicas.

Os principais prejudicados foram os alunos da região norte que, deste modo, se viam impedidos de frequentar esse diverso leque de cursos humanísticos, preteridos nas suas predileções intelectuais ou forçados a uma transferência para as Universidades de Coimbra e de Lisboa nem sempre exequível. Entre nomes famosos que vão despontar entre a nova geração de intelectuais e todos os outros mais discretos, o fomento de uma ideia da perdição política da escola ganhou contornos redutores face a todas as outras dinâmicas que não devem ser olvidadas...

Longas três décadas matizam essa ausência das Letras na orgânica da U.Porto, colmatada pelas iniciativas das vereações municipais de Mendes Correia e Luís de Pina, figuras que estabelecem uma ponte entre esta(s) faculdade(s), acrescidas da política reitoral de Amândio Tavares e da sua vontade férrea em quebrar a subalternidade da instituição face às suas congéneres. Desde 1947 o Centro de Estudos Humanísticos, anexo à U.Porto, foi mote para reavivar junto do poder central a pertinência do eventual regresso das Ciências Sociais e Humanas.

O programa de trabalhos e investigações desenvolvidas e a forte afluência estudantil demonstraram as potencialidades e o interesse dos portuenses por esse tipo de ensino, quebrando algumas das antigas resistências e estabelecendo as bases para uma escola preconizada há muito, como atestam as recorrentes notícias na imprensa periódica. Este seu papel precursor foi ainda validado pela colaboração de outras instituições educativas ao longo da sua existência e a integração

de bolsheiros que aí iniciariam a sua preparação doutoral e o magistério superior, — António Cruz, Sérgio Silva Pinto, Octávio Filgueiras, José Pereira de Oliveira ou Maria Helena da Rocha Pereira, entre outros — num plano meramente simbólico, nos seus primeiros tempos, reunindo até a antiga comunidade académica da escola extinta com aqueles que estabeleceram a nova escola.

A modernização educativa do ministério de Francisco Leite Pinto no pós-2.^a Guerra operou como garantia para recrudescer a campanha pela Faculdade de Letras do Porto, quer nas muitas intervenções parlamentares na Assembleia Nacional, quer na cobertura mediática em torno da questão. Neste sentido, embora existisse uma convergência de interesses entre as partes para completar esta identidade universitária, a proposta de um restabelecimento parcial às licenciaturas em História e Filosofia e ao curso de Ciências Pedagógicas poderá ter sido uma bem refletida cedência aos quase certos embargos económicos e ideológicos do Estado Novo.

Considerando até a essência de um Porto como «contrapoder» na reivindicação das suas aspirações mais legítimas, em especial depois dos efeitos da corrida presidencial de 1958 e as fricções com o bispo D. António Ferreira Gomes, aquiescer sem mais delonga neste pedido certamente contribuiria para uma pacificação sociopolítica do burgo. Pois, entre o anúncio inesperado da restituição da Faculdade de Letras em finais de 1960 e a publicação do decreto fundador no ano seguinte ainda se teve de aguardar dez meses, e mais um ano para a abertura dos seus trabalhos escolares, indícios de que os estudos prévios para a sua instalação estariam ainda em fase embrionária.

O preâmbulo do referido *Decreto-Lei n.º 43 864* de 1961 revela esse paradoxo entre os argumentos oficiais invocados e a ingerência política na sua formulação, numa altura em que tanto o ministro como o reitor tinham já renunciado a tais cargos, insistindo no termo «criação» de um novo estabelecimento universitário que branqueava não só o espírito da escola de Leonardo Coimbra, como o do próprio Centro de Estudos Humanísticos. Em correlação, os sobreviventes da primeira faculdade corroboraram nesta demarcação de experiências educativas, refutando as vozes que procuravam uma qualquer linha de sucessão entre ambas, na qual a grande maioria se recusava a rever sob os auspícios do salazarismo.

Além dos condicionalismos e obstáculos típicos de uma instituição jovem, a segunda Faculdade de Letras do Porto teve ainda de lidar com os constrangimentos governativos para poder atingir a melhoria das condições de ensino e investigação e o ambicionado crescimento institucional. Peculiarmente, estes últimos foram legitimados em momentos-chave do regime no poder, com as reformas educativas de José Hermano Saraiva e de Veiga Simão a concederem a abertura dos cursos de Filologia Românica, em 1968, e de Filologia Germânica e de Geografia, em 1972.

Não obstante nunca ter completado a integridade da sua estrutura educativa pela ausência da Filologia Clássica ou de uma amplitude temática nas cadeiras e cursos anexos e estruturas científicas.

Ao longo dos doze primeiros anos de vida institucional, a escola soube consolidar a sua integração na *práxis* universitária do Porto e afirmar uma imagem institucional distinta, mesmo que lidando com os efeitos da crise das Universidades nos anos de desagregação do Estado Novo, atalhando muitas das intenções, anseios e pedidos feitos quanto à revisão do seu funcionamento, dos programas escolares, das instalações físicas, da exiguidade dos orçamentos, etc. Quesitos que a precocidade na instalação do seu conselho escolar, em menos de uma década de vida escolar, foram sendo atendidos dentro das suas competências firmadas de uma gestão pedagógica e administrativa endógena.

Visão de futuro que imperou igualmente na constituição do seu corpo docente com a clarividente ponderação no recrutamento de pessoal idóneo tanto no plano pedagógico como científico, inicialmente através de concursos de provas públicas para uma gradual seleção dos recém-licenciados formados na própria instituição, promovendo a sua especialização científica através de doutoramentos e acesso às cátedras. Incluindo a primeira professora catedrática da U.Porto, a Dr.^a Maria de Lourdes Belchior Pontes, e o progressivo preenchimento dos lugares efetivos do quadro docente, que asseguraram a estabilidade da sua missão educativa nos tempos conturbados do pós-revolução.

Ou a confirmação pelo público estudantil da acuidade e proficiência de uma Faculdade de Letras no Porto, entre as suas cinco licenciaturas e cursos de habilitação, com um ritmo extraordinário sintetizado numa taxa de crescimento total de 235% entre os alunos matriculados e de 837% na frequência escolar anual neste arco cronológico. Conquanto as particularidades de cada curso, o típico estudante da segunda Faculdade de Letras do Porto destacava-se pela preponderância do sexo feminino e a sua juventude etária, uma proveniência de cariz essencialmente regional nortenha e a forte apetência pela formação enquanto agentes de ensino como a saída profissional mais marcante. No conjunto da U.Porto, desde o ano letivo de 1972-1973, a Faculdade de Letras passou a dominar a sua frequência escolar global, conservada ainda por alguns anos, e foi palco de vários episódios de contestação estudantil, em função de uma grande mobilidade escolar dos seus alunos entre as três academias nacionais.

A transposição para o regime democrático e as consequentes mudanças radicais em todo o sistema educativo português no pós-1974 metamorfosearam todo este quadro conceptual de funcionamento da Universidade portuguesa, a que os novos estudos em História da Educação começam a dedicar a sua atenção. Assim, as principais linhas de evolução da história institucional da(s) Faculdade(s) de Letras

do Porto desta monografia estão longe de se esgotar, mas espera-se que possam ser um contributo para a discussão historiográfica da Universidade no Portugal contemporâneo, bem como das comemorações que agora se celebram a respeito do primeiro centenário da sua instituição primordial em 2019.

V

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

- AFLUP — *Livro das actas do conselho escolar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, sessão de 02-02-1972, fl. 6-6v.
- AFLUP — *Livro das actas do conselho escolar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, sessão de 02-10-1972, fl. 9-9v.
- AFLUP — *Livro das actas do conselho escolar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, sessão de 07-04-1970, fl. 1-2.
- AFLUP — *Livro das actas do conselho escolar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, sessão de 07-09-1973, fl. 13.
- AFLUP — *Livro de sumários de Literatura Portuguesa I (1971-1972)*.

Assembleia da República

- AR — *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 02-08-1915, n.º 31, p. 10-11.
- AR — *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 14-08-1925, n.º 112, p. 6-8.
- AR — *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 20-04-1921, n.º 47, p. 7.
- AR — *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão extraordinária de 06-11-1924, n.º 151, p. 23, p. 27.
- AR — *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão extraordinária de 07-11-1924, n.º 152, p. 27.
- AR — *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão extraordinária de 10-11-1924, n.º 153.
- AR — *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, sessão de 03-03-1874*, n.º 40, p. 577-623.
- AR — *Diário das sessões da Assembleia Nacional*, sessão de 08-01-1958, n.º 9, p. 243-246.
- AR — *Diário das sessões da Assembleia Nacional*, sessão de 08-02-1962, n.º 29, p. 670-672.
- AR — *Diário das sessões da Assembleia Nacional*, sessão de 11-12-1956, n.º 172, p. 121-122.
- AR — *Diário das sessões da Assembleia Nacional*, sessão de 11-12-1957, n.º 4, p. 88-89.
- AR — *Diário das sessões da Assembleia Nacional*, sessão de 13-02-1940, n.º 74, p. 267-269.
- AR — *Diário das sessões da Assembleia Nacional*, sessão de 14-01-1958, n.º 9, p. 297.
- AR — *Diário das sessões da Assembleia Nacional*, sessão de 18-03-1964, n.º 147, p. 3719-3721.
- AR — *Diário das sessões da Assembleia Nacional*, sessão de 20-03-1946, n.º 51, p. 883-884.
- AR — *Diário das sessões da Assembleia Nacional*, sessão de 22-03-1967, n.º 86, p. 1606-1608.
- AR — *Diário das sessões da Assembleia Nacional*, sessão de 23-08-1956, n.º 134, p. 640-642.
- AR — *Diário das sessões da Assembleia Nacional*, sessão de 28-11-1967, n.º 101, p. 1902-1904.
- AR — *Diário das sessões da Assembleia Nacional*, sessão de 29-01-1963, n.º 76, p. 1930-1931.
- AR — *Diário das sessões da Assembleia Nacional*, sessão de 29-01-1964, n.º 122, p. 3026-3027.

Arquivo da Reitoria da U. Porto

- AUP — *Actos de Doutoramento da Universidade do Porto*, lv. 1 (1929-1950).
- AUP — *Livro das actas das sessões Assembleia Geral da Universidade do Porto*, sessão de 21-04-1928, fl. 14-14v.
- AUP — *Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. I, sessão de 04-08-1918, fl. 57.
- AUP — *Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. I, sessão de 04-08-1919, fl. 57.
- AUP — *Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. I, sessão de 06-07-1918, fl. 52v-53.
- AUP — *Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. I, sessão de 07-03-1929, fl. 98v-99.

- AUP — *Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. I, sessão de 09-06-1926, fl. 71-71v.
- AUP — *Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. I, sessão de 11-02-1929, fl. 98-98v.
- AUP — *Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. I, sessão de 21-12-1923, fl. 66v-68.
- AUP — *Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. I, sessão de 27-03-1914, fl. 24.
- AUP — *Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. I, sessão de 31-03-1928, fl. 88-89v.
- AUP — *Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. II, sessão de 18-06-1931, fl. 14v.
- AUP — *Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. II, sessão de 31-07-1931, fl. 15v.
- AUP — *Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. III, sessão de 02-05-1962, fl. 98-98v.
- AUP — *Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. III, sessão de 02-07-1961, fl. 143.
- AUP — *Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. III, sessão de 03-02-1958, fl. 56v-58v.
- AUP — *Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. III, sessão de 04-12-1969, fl. 144.
- AUP — *Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. III, sessão de 07-04-1970, fl. 147v-148v.
- AUP — *Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. III, sessão de 11-02-1955, fl. 42.
- AUP — *Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. III, sessão de 11-10-1961, fl. 88v.
- AUP — *Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. III, sessão de 12-12-1962, fl. 103v.
- AUP — *Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. III, sessão de 15-06-1961, fl. 86v-87.
- AUP — *Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. III, sessão de 21-04-1969, fl. 140v-141v.
- AUP — *Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. IV, sessão de 03-12-1970, fl. 3v-4v.
- AUP — *Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. IV, sessão de 07-12-1973, fl. 56.
- AUP — *Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. IV, sessão de 08-11-1973, fl. 48-50v.
- AUP — *Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. IV, sessão de 19-07-1973, fl. 43v-45v.
- AUP — *Livro das actas das sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. IV, sessão de 20-10-1973, fl. 47.
- AUP — *Livro de actos de doutoramento da Universidade do Porto*, vol. 3-5, 1968-1992.
- AUP — *Livros de cadastros de pessoal da Universidade do Porto*.
- AUP — *Livros de exame de aptidão – Faculdade de Letras*.
- AUP — *Livros de índice de inscrições na Universidade do Porto*.
- AUP — *Livros de inscrições e exames – Ciências Pedagógicas*.
- AUP — *Livros de inscrições e exames – Faculdade de Letras*.
- AUP — *Livro dos Registos de Doutoramentos da Universidade do Porto*, vol. 1.
- AUP — *Livros de transferências da Universidade do Porto*.
- AUP — *Livros de vencimentos do pessoal da Universidade do Porto, anos de 1973 e 1974*.

AUP — *Termos de Concursos para provimento de Pessoal Docente — Faculdade de Letras, 1962-1964.*

AUP — *Termos de equiparação ao grau de doutoramento.*

AUP — *Termos de posse de pessoal da Universidade do Porto.*

FONTES IMPRESSAS

Legislação

- Decreto com força de lei de 12 de Maio de 1911. «Diário do Governo I Série», 112 (1911).
- Decreto com força de lei de 19 de Abril de 1911. «Diário do Governo I Série», 93 (1911).
- Decreto com força de lei de 22 de Março de 1911. «Diário do Governo I Série», 68 (1911).
- Decreto com força de lei de 29 de Março de 1911. «Diário do Governo I Série», 73 (1911).
- Decreto de 03 de Janeiro de 1925. «Diário do Governo II Série», 16 (1925).
- Decreto de 05 de Novembro de 1919. «Diário do Governo II Série», 270 (1919).
- Decreto de 13 de Agosto de 1921. «Diário do Governo II Série», 192 (1921).
- Decreto de 17 de Dezembro de 1923. «Diário do Governo II Série», 295 (1923).
- Decreto de 18 de Outubro de 1919. «Diário do Governo II Série», 247 (1919).
- Decreto de 19 de Novembro de 1921. «Diário do Governo II Série», 302 (1921).
- Decreto de 26 de Setembro de 1921. «Diário do Governo II Série», 227 (1921).
- Decreto-Lei n.º 118/70, de 19 de Março de 1970. «Diário do Governo I Série», 66 (1970).
- Decreto-Lei n.º 132/70, de 30 de Março de 1970. «Diário do Governo I Série», 74 (1970).
- Decreto-Lei n.º 205/72, de 20 de Junho de 1972. «Diário do Governo I Série», 142 (1972).
- Decreto-Lei n.º 264/72, de 31 de Julho de 1972. «Diário do Governo I Série», 177 (1972).
- Decreto-Lei n.º 388/70, de 5 de Agosto de 1970. «Diário do Governo I Série», 190 (1970).
- Decreto-Lei n.º 443/71, de 11 de Outubro de 1971. «Diário do Governo I Série», 250 (1971).
- Decreto n.º 4 554, de 06 de Julho de 1918. «Diário do Governo I Série», 102 (1918).
- Decreto n.º 4 651, de 14 de Julho de 1918. «Diário do Governo 2.º suplemento I Série», 157 (1918).
- Decreto n.º 4 945, de 01 de Novembro de 1918. «Diário do Governo I Série», 241 (1918).
- Decreto n.º 5 491, de 02 de Maio de 1919. «Diário do Governo I Série», 91 (1919).
- Decreto n.º 5 770, de 10 de Maio de 1919. «Diário do Governo I Série», 98 (1919).
- Decreto n.º 5 463, de 29 de Abril de 1919. «Diário do Governo I Série», 89 (1919).
- Decreto n.º 6 087 de 09 de Setembro de 1919. «Diário do Governo I Série», 181 (1919).
- Decreto n.º 7 238, de 18 de Janeiro de 1921. «Diário do Governo I Série», 12 (1921).
- Decreto n.º 8 424, de 10 de Outubro de 1922. «Diário do Governo II Série», 101 (1922).
- Decreto n.º 11 264, de 23 de Novembro de 1925. «Diário do Governo I Série», 253 (1925).
- Decreto n.º 12 426, de 02 de Outubro de 1926. «Diário do Governo I Série», 220 (1926).
- Decreto n.º 12 677, de 17 de Novembro de 1926. «Diário do Governo I Série», 257 (1926).
- Decreto n.º 16 044, de 16 de Outubro de 1928. «Diário do Governo I Série», 238 (1928).
- Decreto n.º 16 078, de 26 de Outubro de 1928. «Diário do Governo I Série», 247 (1928).
- Decreto n.º 17 498, de 14 de Outubro de 1929. «Diário do Governo I Série», 247 (1929).
- Decreto n.º 18 234, de 22 de Abril de 1930. «Diário do Governo I Série», 92 (1930).
- Decreto n.º 18 717, de 27 de Junho de 1930. «Diário do Governo I Série», 178 (1930).
- Decreto n.º 18 973, de 16 de Outubro de 1930. «Diário do Governo I Série», 251 (1930).
- Decreto n.º 37 087, de 6 de Outubro de 1948. «Diário do Governo I Série», 233 (1948).
- Decreto n.º 39 001, de 20 de Novembro de 1952. «Diário do Governo I Série», 261 (1952).
- Decreto n.º 39 226, de 28 de Maio de 1953. «Diário do Governo I Série», 112 (1953).
- Decreto n.º 41 341, de 30 de Outubro de 1957. «Diário do Governo I Série», 246 (1957).

Decreto n.º 43 864, de 17 de Agosto de 1961. «Diário do Governo I Série», 190 (1961).
 Decreto n.º 48 612, de 08 de Outubro de 1968. «Diário do Governo I Série», 237 (1968).
 Decreto n.º 48 627, de 23 de Outubro de 1968. «Diário do Governo I Série», 241 (1968).
 Decreto n.º 49 302, de 11 de Outubro de 1969. «Diário do Governo I Série», 239 (1968).
 Despacho de 05 de Abril de 1970. «Diário do Governo II Série», 170 (1970).
 Despacho de 05 de Maio de 1919. «Diário do Governo II Série», 102 (1919).
 Despacho de 13 de Agosto de 1970. «Diário do Governo II Série», 187 (1970).
 Despacho de 14 de Fevereiro de 1972. «Diário do Governo II Série», 37 (1972).
 Despacho de 21 de Junho de 1919. «Diário do Governo II Série», 144 (1919).
 Despacho de 21 de Maio de 1919. «Diário do Governo II Série», 116 (1919).
 Lei n.º 410, de 31 de Agosto de 1915. «Diário do Governo I Série», 181 (1915).
 Lei n.º 861 de 27 de Agosto de 1919. «Diário do Governo I Série», 171 (1919).
 Lei orçamental do Ministério do Interior, de 30 de Junho de 1913. «Diário do Governo I Série», 151 (1913).

Periódicos

A decantada Quinta Amarela. «O Diabo» (03 mai. 1983), p. 10.
A Faculdade de Letras do Porto funcionará já no próximo ano, no edifício onde esteve a Faculdade de Medicina. «Jornal de Notícias» (23 out. 1960), p. 5.
A Faculdade de Letras do Porto que vai ser instalada na antiga Faculdade de Medicina deve funcionar já no próximo ano lectivo. «Jornal de Notícias» (03 ago. 1961), p. 1 e 4.
A Questão da Universidade. «O Primeiro de Janeiro» (27 jun. 1919), p. 1.
A propósito do Imbra em Aveiro. «O de Aveiro» (20 abr. 1924), p. 1-2.
A Rapariga e a Universidade. «Jornal comemorativo da semana de recepção aos novos alunos da Faculdade de Letras do Porto», número único de 1964 (1964), p. 11.
A Universidade do Pôrto e a sua Faculdade de Letras. «O Primeiro de Janeiro» (25 jul. 1931), p. 1.
A Universidade do Porto não pode resignar-se a ver-se definitivamente privada da sua Faculdade de Letras. «O Primeiro de Janeiro» (22. fev. 1958), p. 1 & 5.
A Universidade do Porto reabriu as suas portas — a inauguração do novo ano escolar assistiram 3 membros do governo. «Diário do Norte» (21 out. 1965), p. 1 e 4.
Acto escandaloso. «O Porto Académico» (12 mar. 1923), p. 1.
Antelóquio. «Studium Generale», n.º 1-2 (1953), p. 4.
Comentários. «O Porto Académico» (30 jun. 1924), p. 1.
Comentários. «O Porto Académico» (13 ago. 1924), p. 7.
Concursos. «Anuário da Universidade do Porto: ano lectivo de 1960-1961», n.º 15, p. 114.
Concursos. «Anuário da Universidade do Porto: ano lectivo de 1961-1962», n.º 16, p. 94-98.
Concursos. «Anuário da Universidade do Porto: ano lectivo de 1962-1963», n.º 17, p. 113-114.
Distinção e Louvor para os doutores em Letras. «Jornal de Notícias» (31 mar. 1974), p. 5.
Do Liceu à Universidade. «Letras — publicação de alunos da Faculdade de Letras do Porto», número único de maio de 1964 (1964), p. 26-27.
Doutoramento em Filosofia pela Faculdade de Letras. «Diário do Norte» (13 jan. 1967), p. 15.
Doutoramentos na Faculdade de Letras. «Diário do Norte» (10 nov. 1964), p. 7.
Doutoramento na Faculdade de Letras. «O Comércio do Porto» (08 abr. 1972), p. 11.
Está em estudo a instalação da Faculdade de Letras do Porto no Mosteiro de São Bento da Vitória. «Diário do Norte» (06 abr. 1971), p. 1 e 15.
Excelsior, mil novecentos e vinte e tal, «O Porto Académico, número comemorativo de 1962», p. 45.
Faculdade de Ciências. «O Primeiro de Janeiro» (27 mar. 1974), p. 4.
Faculdade de Letras. «O Comércio do Porto» (29 mar. 1928), p. 2.

- Faculdade de Letras*. «O de Aveiro» (02 mar. 1924), p. 1-2.
- Faculdade de Letras do Porto*. «O Comércio do Porto» (30 mar. 1928), p. 4.
- Faculdade de Letras do Porto*. «O Século» (09 jun. 1926), p. 2.
- Faculdade de Letras do Porto*. «O Primeiro de Janeiro» (11 jun. 1926), p. 1.
- Faculdade de Letras do Porto*. «O Primeiro de Janeiro» (29 mar. 1928), p. 1.
- Fumo sem Fogo... Ainda não é para este ano o curso de Filologia Românica na Faculdade de Letras do Porto*. «Jornal de Notícias» (12 out. 1968), p. 1 e 6.
- Inaugurou-se o ano lectivo da Faculdade de Letras do Porto, tendo o subsecretário de Estado da Educação Nacional proferido a primeira lição*. «O Comércio do Porto» (27 out. 1962), p. 1 e 9.
- Mais de meia centena de lugares por preencher no corpo docente da Universidade do Porto*. «Diário do Norte» (07 nov. 1964), p. 1 e 5.
- Ministro da Instrução*. «O Comércio do Porto» (27 mai. 1919), p. 1.
- Nova Professora Catedrática da Faculdade de Letras do Porto*. «Diário do Norte» (11 dez. 1969), p. 1.
- Novo Catedrático da Faculdade de Letras do Porto*. «Diário do Norte» (07 fev. 1970), p. 3.
- Novo Professor Extraordinário da Faculdade de Letras*. «Diário do Norte» (17 mai. 1969), p. 20.
- O Chefe do Estado no Porto — Na Faculdade de Letras*. «O Primeiro de Janeiro» (10 fev. 1924), p. 1.
- O Director do Diário do Norte doutorou-se hoje em História na Universidade do Porto*. «Diário do Norte» (13 nov. 1964), p. 1 e 6.
- O Doutor António Cruz concluiu as provas para Professor Extraordinário da Faculdade de Letras do Porto*. «Diário do Norte» (06 mar. 1968), p. 16.
- O Ministro da Educação Nacional teve hoje um dia de trabalho no Porto depois de recebido pelo Senado Universitário*. «Diário do Norte» (17 jul. 1970), p. 1 e 6.
- O Ministro da Educação Nacional teve reuniões de trabalho com professores e alunos da Universidade do Porto*. «Diário do Norte» (18 jul. 1970), p. 1 e 8.
- O Porto e os Estudos Humanísticos*. «O Tripeiro», V Série, n.º 7 (1945), p. 153.
- O Prof. Dr. António Cruz — primeiro catedrático da Faculdade de Letras do Porto*. «Diário do Norte» (31 jan. 1969), p. 1 e 15.
- O Prof. Dr. Ferreira de Almeida foi hoje aprovado, por unanimidade, no concurso para professor extraordinário da Faculdade de Letras*. «Diário do Norte» (27 abr. 1971), p. 1 e 14.
- O que se pensa sobre o restabelecimento da Faculdade de Letras*. «Diário do Norte» (21 out. 1960), p. 1-6.
- O singular concurso dos professores da extinta Faculdade de Letras do Porto*. «O Porto Académico», número comemorativo de 1962, p. 37.
- O Sr. Presidente da República chegou esta tarde ao Porto tendo presidido à abertura do ano lectivo da Universidade*. «Diário do Norte» (25 out. 1968), p. 1, 4, 5 e 13.
- O Último Curso da antiga Faculdade de Letras*. «O Tripeiro», VI Série, n.º 8 (1963) p. 248.
- Para a história do conflito*. «A Garrocha» (08 mar. 1923), p. 2.
- Pelo Ministério da Instrução*. «Jornal de Notícias» (06 abr. 1928), p. 4.
- Provas de Doutoramento na Faculdade de Letras do Porto*. «Diário do Norte» (11 jan. 1967), p. 15.
- Reforma do Ensino Superior — Constituição Universitária*. «O Primeiro de Janeiro» (17 mai. 1911), p. 1.
- Relatório da Faculdade de Letras do ano letivo de 1917-1918*. «Anuário da Universidade de Lisboa», p. 93.
- Relatório*. «Anuário da Universidade do Porto: ano lectivo de 1947-1948», n.º 2, p. 6.
- Relatório*. «Anuário da Universidade do Porto: ano lectivo de 1948-1949», n.º 3, p. 7.
- Relatório*. «Anuário da Universidade do Porto: ano lectivo de 1951-1952», n.º 6, p. 8.
- Relatório*. «Anuário da Universidade do Porto: ano lectivo de 1962-1963», n.º 17, p. 30-40.
- Relatório*. «Anuário da Universidade do Porto: ano lectivo de 1962-1963», n.º 17, p. 22-23.
- Satisfeita uma justa aspiração: recomeçou a funcionar a Faculdade de Letras do Porto*. «Jornal de Notícias» (27 out. 1962), p. 1 e 11.

- Universidade do Porto — Allegações junto do governo.* «O Comércio do Porto» (13 jan. 1924), p. 2.
- Universidade do Porto: a Faculdade de Letras.* «O Comércio do Porto» (30 out. 1919), p. 1.
- Universidade do Porto: a sua inauguração antehontem,* «Jornal de Notícias» (18 jul. 1911), p. 1-2.
- Universidade do Porto: Faculdade de Letras.* «O de Aveiro» (18 fev. 1923), p. 1-2.
- Universidade do Porto: Faculdade de Letras.* «O de Aveiro» (25 fev. 1923), p. 1-2.
- Vária.* «Studium Generale», vol. III-IV, n.º 1 (1956), p. 254.
- Vária.* «Studium Generale», vol. VIII, tomo II (1961), p. 326.
- Vida Académica: 1962-1963.* «Cale», vol. I (1962), p. 453-454.
- Vida da Faculdade.* «Revista da Faculdade de Letras: Filosofia», vol. II, fasc. 1/2 (1972), p. 165-167.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, José Maria de (1989) — *A Universidade Católica Portuguesa (apontamentos para a sua pré-história)*. Braga: Diário do Minho.
- ALVES, Jorge Fernandes (1998) — *O Furacão «Delgado» e a ressaca eleitoral de 1958 no Porto*. Porto: Centro Leonardo Coimbra; Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- ____ (2012) — *A Universidade na República. A República na Universidade: a UP e a I República (1910-1926)*. Porto: U.Porto Edições.
- ALVES, Luís Alberto; ALVES, Jorge Fernandes; PEREIRA, José (2012) — *ISCAP — sob o prisma da História*. São Mamede de Infesta: ISCAP.
- ALVES, Luís Alberto; ARAÚJO, Francisco Miguel (2014a) — *Rumos da Internacionalização na História da U.Porto*. In TEIXEIRA, Pedro, ed. — *Percursos da Internacionalização na Universidade do Porto*. Porto: U.Porto Edições, p. 83-173.
- ____ (2014b) — *Universidade do Porto*. In ROLLO, Maria Fernanda, coord. — *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Lisboa: Assembleia da República, vol. 3, p. 1060-1064.
- ____ (2014c) — *Primeira Faculdade de Letras do Porto*. In ROLLO, Maria Fernanda, coord. — *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Lisboa: Assembleia da República, vol. 2, p. 11-14.
- AMBRÓSIO, Teresa (1990) — *O sistema educativo: ruptura, desestabilização e desafios europeus*. In REIS, António, dir. — *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Alfa, vol. VI, p. 281-290.
- ARAÚJO, Francisco Miguel (2013) — *Luís de Pina*. In NEVES, António Amaro das, coord. — *Biografias Vimaranenses*. Guimarães: Fundação Cidade de Guimarães & A Oficina, p. 377-410.
- ____ (2014a) — *Reminiscências nacionais da Grande Guerra: as edições literárias da «Renascença Portuguesa» (1916-1924)*. «Cadernos de Literatura Comparada: A Arte nas Trincheiras — Nas Trincheiras da Arte», n.º 31, p. 83-110.
- ____ (2014b) — *Impressões jornalísticas sobre o Porto na Grande Guerra*. In PEREIRA, Gaspar Martins; ALVES, Jorge Fernandes; ALVES, Luís Alberto; MEIRELES, Maria Conceição, coord. — *A Grande Guerra (1914-1918): Problemáticas e Representações*. Porto: CITCEM, p. 105-124.
- ____ (2015) — *«Entrar pela janela em vez da porta!»: excecionalidades republicanas da 1.ª Faculdade de Letras do Porto (1919-1931)*. In ROLLO, Maria Fernanda; AMARO, António Rafael, coord. — *República e Republicanismo*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, p. 411-419.
- ____ (2016) — *A 1.ª Faculdade de Letras do Porto na «campanha Homem Cristo»: o arauto de uma fatalidade prenunciada*. «História: Revista da FLUP», IV série, vol. 6, p. 57-69.
- ____ (2017) — *Urbano Canuto Soares (1894-1965): peripécias de uma carreira luso-brasileira*. In ROSA, Eliana Brites; PRADO, Maria Emília, org. — *Atas do XII Colóquio Internacional Tradição e Modernidade no Mundo Ibero-Americano*. Rio de Janeiro: Rede Sirius, p. 1-20.
- ____ (2019) — *Singularidades das carreiras docentes universitárias na 1.ª Faculdade de Letras do Porto: entre alegorias e infâmias no seu centenário*. «História: Revista da FLUP», IV série, vol. 9, n.º 1, p. 50-71.
- AZEVEDO, Rafael Ávila de (1981) — *O Porto na Época Moderna: da Academia Real da Marinha e Comércio do Porto à Academia Politécnica do Porto*. «Revista de História: Centro de História da Universidade do Porto», vol. IV, p. 133-150.
- BAPTISTA, Pedro (2010) — *A Pluralidade na Escola Portuense de Filosofia*. Lisboa: IN-CM.
- ____ (2012) — *O milagre da Quinta Amarela*. Porto, U.Porto Edições.
- BARROCA, Mário Jorge, coord. (1999) — *Carlos Alberto Ferreira de Almeida — in memoriam*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- BASTO, Artur de Magalhães (1937) — *Memória Histórica da Academia Politécnica do Pôrto*. Porto: Universidade do Porto.

- (1957) — *Um Breve Apontamento para a História do Ensino Humanístico do Porto*. «*Studium Generale*», vol. VII, p. 171-189.
- BEBIANO, Rui (2003) — *O Poder da Imaginação: juventude, rebeldia e resistência nos anos 60*. Coimbra: Angelus Novus.
- BELCHIOR, Eurico; SOUSA, Manuel; MARTINS, Basílio (1979) — *A Primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto — 1919/31 (apêndice documental)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Trabalho de investigação académica.
- BRANDÃO, Mário; ALMEIDA, Manuel Lopes de (1937) — *A Universidade de Coimbra: esboço da sua História*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- CAIADO, Nuno (1990) — *Movimentos Estudantis em Portugal (1945-1980)*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- CARVALHO, Joaquim Ferreira de (1990) — *A Universidade de Coimbra durante a Primeira República (1910-1926)*. Lisboa: Instituto de Inovação Cultural.
- CARVALHO, Paulo Archer de (2015) — *Uma autobiografia da razão: a matriz filosófica da historiografia da cultura de Joaquim de Carvalho*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- CARVALHO, Rómulo de (1986) — *História do ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CASTELO-BRANCO, Miguel (2001) — *Homem Cristo Filho: do anarquismo ao fascismo*. Lisboa: Nova Arrancada.
- CENTRO UNIVERSITÁRIO DO PORTO (1959) — *Estatutos*. Porto: Centro Universitário do Porto.
- CLARK, Burton R. (1983) — *The Higher Education System*. Berkeley: University of California Press.
- COIMBRA, António (2006) — *Abel Salazar: 96 cartas a Celestino da Costa*. Lisboa: Gradiva.
- COIMBRA, Leonardo (1919) — *A Questão Universitária (discurso parlamentar)*. Lisboa: Portugal-Brasil Limitada.
- COMISSÃO NACIONAL PARA A DIRECÇÃO DO MOVIMENTO (1928) — *Carta Aberta dos Estudantes das Universidades Portuguezas ao Ex.mo Sr. Ministro da Instrução (24 de Maio)*. Lisboa: Tipografia Americana.
- COPETTO, Miguel (2002) — *Autonomia Universitária — enquadramento histórico, político e legislativo*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.
- COUTINHO, Bernardo Xavier (1976) — *Apontamentos de História Moderna e Contemporânea*. Porto: Livraria Fernando Machado.
- (1984) — *Ensaio sobre as origens do ensino superior universitário no Porto*. «*Revista de História: Universidade Livre do Porto*», n.º 1, p. 167-191.
- COUVANEIRO, João (2012) — *O Curso Superior de Letras (1861-1911): nos primórdios das Ciências Humanas em Portugal*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de doutoramento.
- CRUZ, António (1947) — *Centro de Estudos Humanísticos: breve notícia da sua criação, organização e inauguração solene*. «*Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*», vol. X, n.º 3/4, p. 293-326.
- (1967) — *Curriculum Vitae de António Augusto Ferreira da Cruz*. Porto: [Edição de autor].
- (1985) — *As Bodas de Prata da Restauração da Faculdade de Letras*. «*O Tripeiro*», VII série, ano IV, n.ºs 11-12, p. 323-331.
- CRUZEIRO, Maria Eduarda; PEREIRA, Raul da Silva (1969) — *Cronologia histórica das Universidades portuguesas: 1759-1968*. In NUNES, Adérito Seda, org. — *A Universidade na vida portuguesa*. Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais; Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, vol. 2.
- DUARTE, Marco Daniel (2003) — *Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: ícone do poder — ensaio iconológico da imagética do Estado Novo*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.
- DUARTE, Marta Benamor (1996) — *Movimentos Estudantis*. In ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de, dir. — *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa: Bertrand Editora, vol. II.

- EIRAS, Adriano (1989) — *Faculdade de Letras do Porto 1919-1931: contribuição bibliográfica para a sua História*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto.
- FARIA, Cristina (2000) — *As Lutas Estudantis contra a Ditadura Militar (1926-1932)*. Lisboa: Edições Colibri.
- FAVA, Fernando Mendonça (2008) — *Leonardo Coimbra e a I República*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- FERNANDES, António Teixeira, coord. (2001) — *Estudantes do Ensino Superior no Porto: representações e práticas culturais*. Porto: Edições Afrontamento.
- FERNANDES, Maria Eugénia de Matos, coord. (2007) — *A Universidade do Porto e a Cidade: edifícios ao longo da história*. Porto: Universidade do Porto.
- FERREIRA, J. A. Pinto (1964) — *O meu primeiro e último encontro com o querido e saudoso mestre Dr. Artur de Magalhães Basto*. «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto», vol. XXVII, n.º 3/4, p. 658-703.
- FERREIRA, Vítor; NUNES, Adérito de Sedas (1968) — *O “Meio Universitário” em Portugal*. In NUNES, Adérito Seda, org. — *A Universidade na vida portuguesa*. Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais; Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, vol. 1.
- FERRO, João Pedro, org. (1996) — *A Primavera que abalou o regime: a crise académica de 1962*. Lisboa: Editorial Presença.
- FREITAS, Judite A. Gonçalves de (2002) — *O ensino universitário da História nas décadas de 50 e de 60: as reformas curriculares*. In CABRAL, Alcinda, coord. — *(Re)visão das Ditaduras europeias da segunda metade do séc. XX*. Porto: Fundação Fernando Pessoa, p. 45-55.
- GARRIDO, Álvaro (2005) — *Conjunturas políticas e economia*. In LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira da, org. — *História Económica de Portugal (1700-2000): o século XX*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1981) — *As Ciências Humanas: Ensino Superior e Investigação Científica em Portugal*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências Humanas e Sociais.
- GOMES, Joaquim Ferreira (1989) — *A Escola Normal Superior da Universidade de Coimbra (1911-1930)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- (1990) — *A Universidade de Coimbra durante a Primeira República (1910-1926)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- (1995) — *Para a História da Educação em Portugal: seis estudos*. Porto: Porto Editora.
- GOMES, Joaquim Ferreira; FERNANDES, Rogério; GRÁCIO, Rui (1988) — *História da Educação em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.
- GOMES, Pinheranda (1991) — *Sant’Anna Dionísio ou do Saber possível*. «Nova Renascença», vol. 11, n.º 41, p. 11-27.
- GOMES, Ricardo Miguel (2007) — *Não Cantarão! Meeting contra Festival de Coros*. «UPorto — Revista dos Antigos Alunos da Universidade do Porto», II série, n.º 2, p. 12-15.
- GRÁCIO, Rui (1959) — *A Reforma das Faculdades de Letras e a formação do magistério secundário*. Lisboa: Seara Nova.
- (1990) — *A expansão do sistema de ensino e a movimentação estudantil*. In REIS, António dir. — *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Alfa.
- GUERRA, J. P. Miller; NUNES, Adérito Sedas (1969) — *A crise da Universidade em Portugal: reflexões e sugestões*. In NUNES, Adérito Seda, org. — *A Universidade na vida portuguesa*. Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais; Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, vol. 2.
- GUICHARD, François (1999) — *Porto*. In BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena, coord. — *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, vol. IX.
- (2000) — *Século XX*. In RAMOS, Luís António de Oliveira, ed. — *História do Porto*. 3.ª edição. Porto: Porto Editora.

- HOMEM, Armando Luís de Carvalho *et al.* (1986) — *Os 25 anos da restauração da Faculdade de Letras*. «Revista da Faculdade de Letras: História», II série, vol. III, p. 291-292.
- *et al.* (1987) — *Os 25 anos da Faculdade de Letras: Passado e Presente*. «Revista da Faculdade de Letras: História», II série, vol. IV, p. 293-307.
- (1989) — *António Cruz (1911-1989): um testemunho*. Porto: FLUP. Separata da «Revista da Faculdade de Letras: História», II série, vol. VI, p. 457-469.
- (1991) — *A História que nos fez e a História que se faz: da primeira à segunda fase da Faculdade de Letras do Porto*. Porto: Centro de História da Universidade. Separata da «Revista de História do Centro de História da Universidade do Porto», vol. XI, p. 227-240.
- (1996) — *Dr.^a Celeste Paradela (1928-1987), primeira bibliotecária da FL/UP na actual fase da escola (1961 ss.). Da Memória e do Mundo*. «Boletim da Biblioteca-Central da Faculdade de Letras da Universidade do Porto», vol. I, p. 9-12.
- (1997) — *Mulheres historiadoras no Portugal das últimas décadas: anos 50/anos 90*. In *A Mulher e a Sociedade: actas dos 3.º Cursos Internacionais de Verão de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, vol. I, p. 83-98.
- (2001) — *Invicta Clio*. «Revista da Faculdade de Letras: História», III série, vol. 2, p. 9-12.
- (2004) — *A Universidade do Porto e a vida nacional: cronologia sinóptica (1911-2003)*. «Revista da Faculdade de Letras: História», III série, vol. 5, p. 257-273.
- (2006) — *O traje dos lentes: memória para a história da veste dos universitários portugueses (séculos XIX-XX)*. Porto: FLUP e-Dita.
- LEMOS, Mário Augusto Matos e (1972) — *Um Vespertino do Porto: o caso do “Diário do Norte”*. Lisboa: [Edição de autor].
- LOPES, Eduardo (1915) — *Genealogia de uma Escola — origens e tradições da Academia Politécnica, actual Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (1762-1911)*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- LOPES, Fernando de Macedo (1925) — *O Porto e a sua Universidade*. Porto: U.Porto.
- LOPES, José da Silva (2005) — *Finanças Públicas*. In LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira da, org. — *História Económica de Portugal (1700-2000): o século XX*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- LOURENÇO, Gabriela; COSTA, Jorge; PENA, Paulo (2001) — *Grandes Planos: oposição estudantil à ditadura (1956-1974)*. Lisboa: Âncora Editora.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero de (2012) — *Leonardo Coimbra e a criação política da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. In NETO, Vítor, coord. — *República, Universidade e Academia*. Coimbra: Almedina, p. 457-469.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1970) — *Notícia Histórica da Faculdade de Letras de Lisboa (1911-1961)*. Lisboa: Edições Afrontamento; Assembleia da República.
- (2000) — *Parlamentares e Ministros da 1.ª República (1910-1926)*. Lisboa: Edições Afrontamento; Assembleia da República.
- MARTINS, Carlos Alves, dir. (1964a) — *Evolução da Estrutura Escolar Portuguesa (Metrópole — Previsão para 1975) — Projecto Regional do Mediterrâneo*. Lisboa: Centro de Estudos de Estatística Económica.
- dir. (1964b) — *Análise Quantitativa da Estrutura Escolar Portuguesa (1950-1959)*. Lisboa: Centro de Estudos de Estatística Económica.
- MINTZBERG, Henry (2004) — *Estrutura e Dinâmica das Organizações*. 3.ª edição. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- MOURA, Maria José Sabino de (1972) — *Doutoramentos da Universidade de Lisboa (1911-1971)*. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- NÓVOA, António (1992) — *A Educação Nacional*. In ROSAS, Fernando, coord. — *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. Lisboa: Editorial Presença. Vol. 12 de: *Nova História de Portugal*.
- (1996) — *Ensino Superior*. In ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de dir. — *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. I.

- (2005) — *Evidentemente. Histórias da Educação*. Porto: Asa Editores.
- NUNES, Adérito de Sedas (1968a) — *O Sistema Universitário em Portugal: alguns mecanismos, efeitos e perspectivas do seu funcionamento*. In NUNES, Adérito Seda, org. — *A Universidade na vida portuguesa*. Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais; Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, vol. 2.
- (1968b) — *A população universitária portuguesa: uma análise preliminar*. In NUNES, Adérito Seda, org. — *A Universidade na vida portuguesa*. Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais; Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, vol. 2.
- NUNES, João Paulo Avelãs (1995) — *A História Económica e Social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1911-1974)*. Lisboa: Instituto de Inovação Cultural.
- ORFEÃO UNIVERSITÁRIO DO PORTO (2003) — *Amores de Estudantes — notas históricas do Orfeão Universitário do Porto*. Porto: U.Porto.
- OSÓRIO, Jorge Alves, org. (2004) — *Dissertações e trabalhos académicos apresentados a provas públicas na Faculdade de Letras do Porto*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- PEREIRA, João Martins (2005) — *Para a história da indústria em Portugal — 1941-1965: adubos azotados e siderurgia*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- PERES, Damião, coord. (1954) — *História de Portugal: suplemento I*. Porto: Portucalense Editora.
- PINA, Luís de (1961) — *Memor Benificii*. «Studium Generale», vol. VIII, tomo I, p. 5-17.
- (1966) — *Faculdade de Letras do Porto (Breve História)*. «Cale», vol. I, p. 59-172.
- PINTASSILGO, Joaquim (2006) — *As Universidades Populares nas primeiras décadas do século XX. O exemplo da Academia de Estudos Livres*. In CARVALHO, Marta Chagas de; PINTASSILGO, Joaquim, orgs. — *Modelos culturais, saberes pedagógicos, instituições educacionais: Portugal e Brasil, histórias conectadas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p. 1-33.
- PONTES, Maria de Lourdes Belchior (1969) — *A crise do Ensino Superior: relações com o Ensino Secundário*. In NUNES, Adérito Seda, org. — *A Universidade na vida portuguesa*. Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais; Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, vol. 1.
- RAMOS, Luís António de Oliveira (1983) — *Notas sobre a origem e estabelecimento da Faculdade de Letras do Porto*. «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto», p. 245-260.
- (1986-1987) — *Sobre a identidade universitária do Norte de Portugal*. «Revista da Faculdade de Letras: História», vol. VII, p. 199-208.
- (1989) — *Evocação do Professor Doutor António Cruz*. «Revista da Faculdade de Letras: História», II série, vol. VI, p. 5-8.
- (2000a) — *O Tempo e a Cidade*. In RAMOS, Luís António de Oliveira, ed. — *História do Porto*. Porto: Porto Editora.
- (2000b) — *Faculdade de Letras: da história de hoje para a História*. «Revista da Faculdade de Letras: História», III série, vol. 1, p. 147-152.
- (2001) — *Portuenses na História*. Lisboa: Edições INAPA.
- (2011) — *A primitiva Faculdade de Letras do Porto e a Universidade de Coimbra*. «Revista Portuguesa de História», tomo XLII, p. 95-108.
- RAMOS, Rui, coord. (1994) — *A Segunda Fundação (1890-1926)*. Lisboa: Editorial Estampa. Vol. VI de: *História de Portugal*. Dir. José Mattoso.
- REIS, António (1990) — *A Política de Ensino: do controlo ideológico às exigências da industrialização*. In REIS, António dir. — *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Alfa.
- RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos (2001) — *Universidade do Porto: estudo orgânico-funcional*. Porto: Edições Reitoria da U.Porto.
- RIBEIRO, José Silvestre (1871-1893) — *Historia dos estabelecimentos scientificos, litterários e artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da Monarchia*. Lisboa: Typ. da Academiã Real das Ciências

- RODRIGUES, A. Gonçalves (1962) — *O Problema de Congestionamento nas Faculdades de Letras*. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- RODRIGUES, António da Cruz; MARQUES, José Maria; MARQUES, Joaquim Maria (1970) — *Dossier Coimbra — 1969 (a crise de Coimbra vista por observadores estranhos ao acontecimento)*. Lisboa: Livraria Sampedro.
- RODRIGUES, Manuel Augusto (1988) — *A Universidade de Coimbra no século XX — Actas da Assembleia Geral (1911-1934)*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra.
- RODRIGUES, Manuel Augusto (1991) — *A Universidade de Coimbra — marcos da sua História*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra.
- ROLLO, Maria Fernanda; QUEIROZ, Maria Inês; BRANDÃO, Tiago; SALGUEIRO, Ângela Salgueiro (2012) — *Ciência, Cultura e Língua em Portugal no Século XX: da Junta de Educação Nacional ao Instituto Camões*. Lisboa: IN-CM.
- ROSAS, Fernando, coord. (1994) — *O Estado Novo (1926-1974)*. Lisboa: Editorial Estampa. Vol. VII de: *História de Portugal*. Dir. José Mattoso.
- SÁ, Victor de (1986) — *Notas sobre o ensino da História na primeira Faculdade de Letras do Porto*. Porto: FLUP. Separata da «Revista da Faculdade de Letras: História», II série, vol. 3, p. 199-209.
- SANTOS, Alfredo Ribeiro dos (1990) — *A Renascença Portuguesa — um movimento cultural portuense*. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida.
- SANTOS, Cândido dos (1991) — *A mulher e a Universidade do Porto: a propósito do centenário da formatura das primeiras médicas portuguesas*. Porto: Universidade do Porto.
- (1996) — *Universidade do Porto: raízes e memórias da instituição*. Porto: Edições Reitoria da U.Porto.
- SANTOS, Cândido dos (2000) — *175 anos do Ensino Médico no Porto*. «UPorto — Revista dos Antigos Alunos da Universidade do Porto», I série, n.º 2, p. 12-15.
- (2010) — *A contra-revolução na I República: 1910-1919*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- SEABRA, José Augusto (1987) — *Leonardo Coimbra e a Faculdade de Letras do Porto: uma filosofia da liberdade criadora*. «Nova Renascença», vol. VII, n.ºs 27/28, p. 257-260.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1983) — *História das Universidades*. Porto: Lello e Irmão Editores.
- SILVA, Francisco Ribeiro da, coord. (2011) — *Os Reitores da Universidade do Porto (1911-2011)*. Porto: U.Porto; Fundação Eng.º António de Almeida.
- SILVA, Rosa Moreira da (1988) — *O Curso de Geografia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto: 1972/88*. «Revista da Faculdade de Letras: Geografia», I série, vol. IV, p. 5-13.
- SILVA, Rosa Moreira da (1994) — *Faculdade de Letras do Porto (1980/1994): seu enquadramento nacional e regional*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- SIMÃO, José Veiga (1973a) — *Uma decisão histórica: a expansão do ensino superior*. Lisboa: Ministério da Educação Nacional.
- (1973b) — *Proposta de criação de novos estabelecimentos de ensino superior apresentada ao governo pelo ministro da Educação Nacional*. Lisboa: Ministério da Educação Nacional.
- SOARES, Luís Ribeiro (1985) — *Considerações sobre a «Cultura Estrímnica»*. «Anais da Academia Portuguesa de História», II série, vol. 30, p. 83-95.
- TEIXEIRA, António Braz (1999) — *Filosofia*. In BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena, coord. — *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, vol. VIII.
- TORGAL, Luís Reis (1990) — *A Universidade e a Academia de Coimbra perante o Estado Novo: 1926-1961 — entre a tradição e a inovação*. Porto: [s.n.]. Separata da «Revista de História», vol. IX, p. 207-216.
- (1999) — *A Universidade e o Estado Novo — o caso de Coimbra, 1926-1961*. Coimbra: Minerva

- (2011) — *A Faculdade de Letras de Coimbra. Uma escola universitária na República*. «Biblos», vol. IX, p. 33-69.
- TORRE, Manuel Gomes da (1987) — *Dr. Luiz Cardim — dos liceus para a antiga Faculdade de Letras do Porto*. «Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas», série II, vol. 4, p. 279-300.
- UNIVERSIDADE DE COIMBRA (1991) — *Universidade(s) — História, Memórias, Perspectivas: actas do Congresso História da Universidade no 7.º centenário da sua fundação*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 5 volumes.
- UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Faculdade de Letras (1919) — *A Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra ao País*. Coimbra: Tipografia França Amado.
- UNIVERSIDADE DO PORTO. Faculdade de Ciências (2000) — *Faculdade de Ciências da Universidade do Porto: 1911-1986 — os primeiros 75 anos*. Porto: Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.



FACULDADE(S) DE LETRAS DO PORTO (1919-1974): DA (RE)CRIAÇÃO À REVOLUÇÃO

FRANCISCO MIGUEL ARAÚJO